

Marcos Taroco Resende



LIBERALISMO & TECNOCRACIA



Política econômica, economistas
e suas disputas nas ditaduras
militares do Chile (1973-1982)
e da Argentina (1976-1982)



Esta obra é uma análise comparativa da formulação e implementação das políticas econômicas das ditaduras militares do Chile pelos afamados *Chicago Boys*, e na Argentina pelo Ministro da Economia José Alfredo Martínez de Hoz e sua equipe, em particular durante a década de 1970 e início dos anos 1980. O contexto histórico dessas décadas é marcado por fortes turbulências no cenário internacional, que se articula com a crise do modelo de industrialização comandado pelo Estado na América Latina em geral, e nos casos analisados em particular. As ditaduras que sucederam os golpes contra os governos de Salvador Allende, no dia 11 de setembro de 1973, no Chile, e Isabel Perón, no dia 24 de março de 1976, na Argentina, abraçaram um modelo econômico liberal, cujas ideias econômicas impactaram profundamente e permanentemente a sociedade, a economia e a política de cada país. Particularmente, é nessas interações entre o concreto (as políticas econômicas implementadas e seus impactos na economia) e as ideias econômicas que se forma o ângulo de análise do livro. Dito de outro modo, nas páginas seguintes o leitor se deparará com uma temática que se encontra nas difíceis relações e pontes, nem sempre claras, entre a História Econômica e a História do Pensamento Econômico.



Liberalismo e Tecnocracia

Direção Editorial

Lucas Fontella Margoni

Comitê Científico

Prof. Dr. Roberto Pereira Silva

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

Prof. Dr. Bruno Aidar Costa

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

Prof. Dr. Thiago Fontelas Rosado Gambi

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

Prof. Dr. Carlos Eduardo Suprinyak

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Liberalismo e Tecocracia

Política econômica, economistas e suas disputas nas ditaduras militares do Chile (1973-1982) e da Argentina (1976-1982)

Marcos Taroco Resende



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Margoni

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

RESENDE, Marcos Taroco

Liberalismo e Tecnocracia: política econômica, economistas e suas disputas nas ditaduras militares do Chile (1973-1982) e da Argentina (1976-1982) [recurso eletrônico] / Marcos Taroco Resende -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

315 p.

ISBN - 978-65-5917-469-0

DOI - 10.22350/9786559174690

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Política econômica - Ditadura. 2. Argentina - Política econômica. 3. Chile - Política econômica.
4. Liberalismo. 5. Tecnocracia.; I. Título.

CDD: 330.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Política econômica 330.9

À minha mãe, Maria Aparecida, e ao meu irmão, Ricardo, pelos incomensuráveis e inesgotáveis amor e apoio.

Aos meus avós Vicentina e Francisco, *in memoriam*, fontes de ensinamentos, esperança e inspiração.

A Edinho e Fábio, *in memoriam*, grandes amigos incentivadores.

Ao meu afilhado, Miguel.

À minha família, amigos e todos aqueles que lutaram, sofreram e choraram comigo na batalha pela minha vida. Este livro é sinal de que a luta valeu a pena.

Agradecimentos

Ao refletir do ponto de vista privilegiado do presente sobre junho de 2017 — marcado por um contexto de muitas incertezas pessoais —, quando decidi me inscrever para a seleção da primeira turma do PPGEconomia, posso constatar o conjunto notável de impactos e transformações gerado pelo programa na minha trajetória acadêmica e intelectual. Sem dúvidas, ter a oportunidade de me formar em um programa de qualidade em uma universidade pública, de excelência acadêmica, foi essencial.

Dirijo meus primeiros agradecimentos ao meu orientador Roberto Pereira Silva, por quem nutro grande carinho e admiração. Roberto, um grande historiador, economista e intelectual, já na primeira reunião acolheu, com grande entusiasmo e suporte, ideias muito preliminares, me ajudando a desenvolvê-las ao longo do caminho. Durante o desenvolvimento da pesquisa, mesmo quando precisou se ausentar fisicamente para o pós-doutorado em Paris, realizou uma orientação presente, pontual, cuidadora, crítica e incentivadora, realizando decisivas contribuições para problematizar e lapidar o trabalho. Roberto também foi um dos maiores incentivadores e entusiastas do meu prosseguimento na academia através do doutorado, tendo sido de extrema relevância para me dar confiança durante a preparação e no momento da seleção. Seu apoio e sua influência marcaram profundamente minha formação e meu amadurecimento intelectual a respeito das abordagens, métodos e problemas dos campos da história econômica e da história do pensamento econômico.

Minha inestimável gratidão ao PPGEconomia/UNIFAL-MG a escolha e o esforço em viabilizar de forma tão gentil a publicação deste livro. Também agradeço à Editora Fi pela publicação do livro e externamente, a Farrel Kautely, que realizou uma minuciosa e detalhada revisão do livro.

O PGGEconomia foi fundamental para a trajetória que desembocou nesta obra. Além de oferecer uma infraestrutura organizacional e de auxílios financeiros para eventos científicos, destaco a importância da qualificação profissional e acadêmica do corpo docente do programa. Certamente, todos os professores me ofereceram uma formação de excelência durante as disciplinas, possibilitando diversas abordagens e problemáticas para o entendimento da realidade econômica e social em múltiplas dimensões. Saliento também a importância do financiamento da CAPES através da bolsa de pesquisa, o que permitiu a conclusão da pesquisa com maior tranquilidade. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Minha gratidão é direcionada, em particular, aos professores Thiago Fontelas Rosado Gambi, Michel Deliberali Marson e Bruno Aidar Costa, com os quais mantive diretamente um maior diálogo na vivência da universidade. As conversas informais e formais, as referências de livros e artigos por e-mail, as críticas e sugestões, não só amadureceram os caminhos da pesquisa e proporcionaram um melhor resultado, como também contribuíram para a minha formação enquanto pesquisador. Agradeço também a todos os funcionários da UNIFAL-MG, Campus Varginha – professores, técnicos, seguranças, faxineiras, o serviço de xerox, de protocolos, cantina e restaurante universitário, além da biblioteca, cujos espaço e serviços foram importantes para a conclusão da pesquisa. Sobre tudo, meu enorme agradecimento ao corpo técnico do PGGEconomia, Marcel Pereira Silva e Monyque Carvalho Develly, que eficientemente me auxiliaram e me ajudaram em todos os momentos do curso. Faço ainda menção ao professor Carlos Eduardo Suprinyak, que, junto ao professor Thiago Gambi, fez parte da banca de dissertação, tecendo excelentes críticas e comentários.

Mais do que sua importância no que se refere aos aspectos acadêmicos, a experiência de morar em Varginha se tornou um capítulo essencial na minha história pessoal, o qual guardo com muita nostalgia, doçura e afeição. Em Varginha vivi momentos felizes e inesquecíveis, o que contribuiu para criar um forte vínculo com a cidade e com a universidade. Parte fundamental deste vínculo foi graças às amizades. Agradeço aos amigos e colegas do mestrado as inúmeras ocasiões de aprendizado e reflexão através do debate e compartilhamento de ensinamentos acadêmicos. Não menos relevantes, foram os momentos de descontração, as reuniões informais e festas, que rendem até hoje, histórias, risadas e brincadeiras. Um momento simbólico deste processo era a tão esperada hora do futebol na quadra da universidade às quintas-feiras à noite, após as pesadas aulas de microeconomia, que não raro contava com as ilustres participações de professores. Meus agradecimentos para Ender, Vicente, Ezequiel, Jander, Aloísio, Jamaica, Stephanie, Otávio e Ítalo e não menos importante, Diana, que seguiu comigo para o doutorado na UFMG, se tornando uma amiga muito especial e fonte de apoio incondicional. Em particular, guardo com extremo saudosismo os momentos e as amizades que tive na República Babilônia – especialmente com Jonatam Augusto Marinho, querido amigo que me ensinou muitas coisas e sempre me incentivou. Também fundamental foi a nossa coirmã, República Augusto Forest, cujo círculo de amizade ali criado perdura até hoje. Na universidade, tive o prazer de reencontrar meu amigo, Walef Machado, quem me ajudou e esteve presente desde o momento que pisei em Varginha pela primeira vez.

Externamente à universidade, agradeço a Ricardo Ffrench-Davis, quem sempre foi muito receptivo e gentil para minhas dúvidas por email. Dado a dificuldade em encontrar materiais sobre a vida e carreira de Raúl Sáez, Ricardo também intermediou junto à sua família, o conhecimento de algumas referências importantes sobre ele. Minha gratidão à disponibilidade e gentileza de Sebastián Sáez e sua família em ajudar. De outro lado,

agradeço à Professora Mariana Heredia, que acolheu dúvidas e sugeriu bibliografias que foram úteis a pesquisa, quando ela ainda se encontrava em seus primeiros passos, e ao Professor Sérgio Morresi, quem me auxiliou no entendimento de questões biográficas de alguns membros da equipe econômica argentina, dada a indisponibilidade de informações.

Por fim, agradeço ao Departamento de Economia da Universidade Federal de São João Del-Rei por ter me preparado durante a graduação e me ensinando a importância e o valor do pluralismo na economia, que certamente contribuiu para o meu desejo de seguir para o mestrado. Notavelmente, faço referência ao professor Múcio Tosta Gonçalves, orientador de iniciação científica e monografia, quem me introduziu à pesquisa acadêmica e ao interesse na temática latino-americana, cujos aprendizados guardo comigo constantemente. Múcio, para além de um orientador excelente, se tornou um amigo, que vez ou outra me aconselha nas adversidades e vibra com as conquistas. Nesses primeiros anos do doutorado tive o prazer de contar com a amizade, o apoio e o incentivo de pessoas maravilhosas. Agradeço, assim, a Diana, Fágner, Gabriel, Isadora, Juliana, Stela e Valéria. Destaco, em particular, as reflexões e aprendizados sobre as várias dimensões da pesquisa acadêmica e da HPE, sempre proporcionadas pelas discussões com Fágner e Isadora. Não poderia deixar de mencionar a importância de todos os membros do Grupo de Estudos em HPE, que contribuem, em cada encontro, para meu desenvolvimento intelectual e acadêmico com novas perspectivas e olhares.

Nada seria possível sem Deus, responsável pela superação de todas as dificuldades e turbulências de ordem pessoal desde meu nascimento. Durante os momentos de aflição durante minha estadia em Varginha, recorri por várias vezes à interseção de Santa Rita de Cássia e Beato Padre Victor. Minha eterna gratidão às pessoas que mais amo nessa minha vida, minha mãe Aparecida e meu irmão Ricardo, que formam e são os alicerces mais decisivos, com uma inestimável importância, por meio de uma rede

de ensinamentos, apoio, compreensão, correções e orientações em todos os sentidos e campos da minha vida. Sem nominar para não cometer a falha de esquecer alguém, estendo meus agradecimentos a toda minha família e todos os amigos de Ritópolis e de outras cidades, que sempre foram fundamentais na minha trajetória de vida, me ajudando e incentivando a superar as dificuldades. A vocês, que juntamente com minha mãe e meu irmão, acompanharam, choraram, sofreram, rezaram e ajudaram de maneiras inimagináveis durante minha infância e que o fazem até hoje, dedico este livro como agradecimento e sinal de que a luta valeu a pena.

Sumário

Prefácio **17**

Roberto Pereira Silva

Apresentação **26**

Marcos Taroco Resende

1 **32**

Introdução

2 **46**

As políticas econômicas liberais do Chile e Argentina: implementação e resultados

- 2.1 Do contexto internacional para o contexto latino-americano 46
- 2.2 As políticas econômicas implementadas durante o regime militar chileno (1973-1982) 57
- 2.3 A experiência de política econômica do regime militar argentino (1976-1982) 72

3 **87**

Tecnocracia e política econômica no Chile (1973-1982): as equipes econômicas e a equipe dos *Chicago Boys*

- 3.1 Militares e economistas em torno do projeto econômico dos *Chicago Boys*..... 87
- 3.2 Origem e desenvolvimento da tecnocracia e dos *Chicago Boys* no Chile 99
- 3.3 Os *Chicago Boys* em busca da hegemonia no interior do governo: políticas econômicas, estratégias e conflitos 110
- 3.4 As posições dos economistas chilenos: trajetórias profissionais, instituições e meios sociais 154
- 3.5 Tecnocracia e a distribuição da renda no Chile: concepções e custos das políticas econômicas sobre diferentes grupos 170

Tecnocracia e política econômica na Argentina (1976-1982): Martínez de Hoz e sua equipe no contexto das disputas externas e internas

- 4.1 Militares, economistas e a política econômica: disputas e fragmentação.191
- 4.2 Origem e desenvolvimento da tecnocracia na Argentina201
- 4.3 Martínez de Hoz e a elaboração da política econômica: estratégias e conflitos no interior do Estado218
- 4.4 A atuação de Martínez de Hoz no Ministério da Economia: trajetória profissional, instituições e meios sociais.....255
- 4.5 Tecnocracia e a distribuição da renda na Argentina: concepções e custos das políticas econômicas sobre diferentes grupos.....261

Considerações finais**282**

Fontes primárias**291**

Apêndice estatístico**311**

Prefácio

Roberto Pereira Silva ¹

O livro *Liberalismo e Tecocracia: política econômica, economistas e suas disputas nas ditaduras militares do Chile (1973-1982) e da Argentina (1976-1982)* parte de uma questão central: um regime político autoritário é determinante para a implementação de políticas econômicas ortodoxas com viés recessivo? Em outras palavras, o fato de que as primeiras experiências de monetarismo na América Latina tenham ocorrido sob regimes autoritários nos ajuda a compreender a relação entre política econômica e sistema político?

Esse problema inicial ramificou-se em outras questões. Uma delas é investigar a difusão do monetarismo desenvolvido na Universidade de Chicago na América Latina e as circunstâncias em que ocorreu. A compreensão desse processo, por sua vez, implica em historicizar as condições concretas de formação dos economistas nos países estudados, quais os seus locais de atuação, as formas de acesso aos cargos de direção e como foi possível a implantação de um projeto de política econômica recém-desenvolvido teoricamente na academia norte-americana e que jamais fora colocado em prática até aquele momento, com o apoio de grupos militares que acabavam de chegar ao poder em regimes ditatoriais.

Liberalismo e Tecocracia dialoga com correntes recentes da história do pensamento econômico, da sociologia da profissão dos economistas e com trabalhos que analisam a política econômica adotada nesses países. Da primeira, o estudo da difusão das ideias econômicas é fundamental e a

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG)

pesquisa aborda o problema investigando os processos de “modernização” ou “americanização” da ciência econômica, ou seja, o fenômeno que ganhou força nos anos de 1950 e 1960 através de convênios entre universidades dos Estados Unidos com as latino-americanas, financiados por fundações e instituições filantrópicas e que estabeleceu o intercâmbio de professores e alunos de pós-graduação em uma direção precisa: professores norte-americanos vinham ensinar e espalhar métodos e concepções de ciência econômica aos latino-americanos, e os países da região, por sua vez, enviavam alunos de pós-graduação para incorporarem os mesmos padrões de produção de conhecimento e as teorias econômicas desenvolvidas nesses centros estadunidenses. Trata-se, evidentemente, de um processo unilateral buscando unificar ou implementar uma forma específica de ensino e de prática da teoria econômica. O funcionamento desses convênios é examinado com minudência nos casos argentino e chileno.

No que se refere à sociologia da profissão dos economistas, o trabalho investiga a origem social das figuras que conduzirão a gestão econômica nos dois países, a formação acadêmica, a participação nos convênios de pesquisa e, sobretudo, as relações pessoais e profissionais que estabeleceram não apenas com seus pares, mas com membros das classes produtoras, políticos e militares. Depreende-se disso que a ascensão aos cargos de direção e gestão econômica não é algo automático, mas fruto de um processo histórico, no qual os trunfos pessoais, profissionais e políticos são tão importantes quanto formação e reconhecimento acadêmicos. Nesse ponto, Marcos Taroco Resende dialoga com importante bibliografia que destaca o poderoso papel dos economistas nos governos da América Latina enquanto tecnocratas com legitimidade garantida pela suposta imparcialidade científica, que os distanciaria da arena das disputas políticas: imagem construída, evidentemente, e que contrasta com as velhas

democracias ocidentais, nas quais os economistas raramente ocuparam postos-chave na condução econômica, resguardada, nesses países, aos políticos.

São esses questionamentos que conformam a análise comparativa da política econômica implementada no Chile (1973-1982) e na Argentina (1976-1982) sob o comando, respectivamente, de Augusto Pinochet e Jorge Rafael Videla. Se o primeiro permaneceu no poder por um período maior que o coberto pelo livro, ou seja, 1982, nos dois países esse ano assinala uma virada, expressando um arrefecimento do monetarismo, com a troca da direção econômica em ambos os países e o fim da ditadura na Argentina. Nos dois casos, a transformação foi resultado do fracasso das políticas econômicas adotadas e da mobilização popular para a retomada da democracia.

O estudo foi elaborado em perspectiva comparativa, na qual a observação das duas experiências se auto-iluminam, cada qual comprovando a existência de caminhos, de alternativas e, portanto, de decisões tomadas, recusando qualquer fatalismo à História e, sim, identificando o leque de alternativas presente em cada conjuntura específica e como o processo histórico foi sendo delineado.

Por tudo isso, a abordagem de Marcos Taroco tem características originais pois rejeita a compreensão da política econômica como um bloco de decisões coeso, emanando de um projeto único. Ao contrário, a originalidade do trabalho está em focalizar a tecnocracia de ambos os países destacando que a política econômica é feita por homens (as mulheres estavam fora da política, nestes países) de carne e osso, e aspectos como a formação acadêmica, a trajetória profissional dentro e/ou fora do Estado, sua ligação com segmentos econômicos específicos entram em conta e dão o tom das disputas pelos principais cargos de comando e pela implementação da política econômica. Razão pela qual este trabalho situa-se na

confluência da história do pensamento econômico (monetarismo), da história econômica (política econômica) e da sociologia das profissões (formação dos economistas), demonstrando os frutos do diálogo entre diversos campos do saber.

Marcos Taroco Resende organizou o livro em três grandes capítulos. No primeiro, apresenta a evolução do capitalismo mundial no pós-Segunda Guerra Mundial, com especial atenção à América Latina. Não se trata, contudo, de simples contextualização, feito para cumprir exigências acadêmicas, sem dialogar com o restante do trabalho. Ao contrário, é nele que delineia a evolução econômica do Chile e da Argentina dentro do modelo de crescimento de Industrialização por Substituição de Importações, que vigorou no subcontinente nesse período e que será o alvo das políticas monetaristas. Neste capítulo estão elementos fundamentais para o que virá a seguir. Entre outros, demonstra-se que os dois países em análise não tiveram um desenvolvimento econômico tão expressivo quanto Brasil e México, de forma que a ampliação do parque industrial não se reverteu em modificação estrutural nem criou as condições para um desenvolvimento autônomo. O caso chileno pode ter sido o mais frustrante, pois o reduzido mercado interno e a forte presença da mineração foram verdadeiros limitadores da multiplicação da renda promovida pelo setor industrial. O menor desempenho econômico dos dois países forneceu uma justificativa para a modificação no modelo de crescimento, colocando-se em seu lugar a liberalização e ampliação de mecanismos de mercado.

Sem dúvida, a maior riqueza que o leitor encontrará neste livro são os capítulos dedicados, respectivamente, ao Chile e à Argentina. Eles ocupam posição central no trabalho e, pelo método comparativo escolhido pelo autor, espelham-se, em um jogo de reflexos e iluminação recíprocos. Não apenas as seções abordam os mesmos problemas para cada país, mas o autor não os elaborou de forma estanque ou independente. Assim, a

análise sobre o Chile é permeada de contraposições com a situação argentina, e vice-versa, de forma que há um entrelaçamento da análise que nos prepara para o capítulo sobre a Argentina que, por sua vez, se beneficia do que fora dito no precedente. Essas duas unidades analíticas evidenciam a argúcia e a curiosidade investigativa do autor, que reconstitui os processos de institucionalização da economia nos dois países, verificando as instituições fundamentais em cada uma delas: as universidades no Chile, os centros de pesquisa privados na Argentina, que ganharam tanto destaque em decorrência das constantes intervenções autoritárias nas faculdades do país, o que tornava inviável a constância das linhas de pesquisa, a estabilidade de profissionais com tempo de treinarem estudantes e futuros professores e a liberdade para definir os temas e enfoques de trabalho. Nesse sentido, a democracia chilena que vigorou até 1973 garantiu um ambiente institucional estável não apenas para o florescimento de uma das principais escolas de pensamento econômico latino-americano, a Cepal, mas também para o treinamento e expansão dos chamados *Chicago Boys*.

Os “rapazes de Chicago” aparecem na análise do processo de “modernização” ou “americanização” da ciência econômica através dos convênios de intercâmbio de professores e estudantes. No Chile, o mais importante e duradouro foi firmado entre a Universidade Católica e a Universidade de Chicago em 1955 e do qual participariam os protagonistas da política econômica de Pinochet, sobretudo a partir de 1975, como é demonstrado no livro.

É pela análise desse processo que entendemos, por sua vez, como a Universidade de Chicago não teve tanta predominância no caso argentino – o autor, inclusive, recusa-se a falar em *Chicago boys* na análise desse país – pois nesse caso, para além da instabilidade institucional no ensino superior, não se privilegiou uma única universidade, mas os convênios

foram assinados também com outros centros, como Harvard, Vanderbilt, Columbia, o que deu maior diversidade teórica aos tecnocratas.

Contudo, o treinamento e o intercâmbio acadêmico, por si só, jamais garantiram a ascensão imediata dos economistas formados em Chicago aos cargos de direção e condução da política econômica, sobretudo quando pensamos que os dois países vinham de uma tradição intervencionista do Estado apoiada e comandada, inclusive, pelos militares de ambos os países, onde a ideologia da Segurança Nacional vicejava e justificava o controle de setores-chave, como mineração, siderurgia, metalurgia, sistemas de transporte, armamentos etc. O leitor encontrará o traçado do surgimento do liberalismo econômico no Chile, vindo dos *Chicago Boys* e que encontrou correntes preexistentes no país receptivas às novas ideias – a exemplo de uma associação estudantil conservadora, os “*gremialistas*” – e foi penetrando primeiramente em escalões secundários de direção, mas aos poucos ganhou terreno e passou a conquistar a adesão de certos quadros militares. Já na Argentina, esse liberalismo econômico encontrou um adversário mais sólido nas elites econômicas tradicionais, que preferiam uma ideologia mais ligada ao liberalismo político, típico do século XIX inglês, e menos devoto da incondicional liberdade do mercado.

Uma das principais conclusões que este livro apresenta é a ideia de que a supremacia dos *Chicago Boys* nunca esteve dada, mas somente se concretizou após disputas com outros grupos, com outras propostas de política econômica menos radicais e mais próximas do modelo de desenvolvimento anterior. O mais importante desta constatação é o caminho pelo qual Marcos Taroco Resende justificou-a. Não apenas se concentrou na troca de ministros em ambas as ditaduras, mas sua análise vai captando nas propostas de política econômica, nos programas econômicos, nas entrevistas e declarações dos ministros, nas justificativas para se avançar sobre problemas e lançar novas soluções, como foi sendo tecida,

orquestrada e consolidada a formação de equipes econômicas que atingiram um consenso, maior ou menor, para aplicar a política econômica monetarista.

Nessa análise, as peculiaridades, os caminhos e as alternativas se aproximam e também diferem. No caso chileno, demonstra-se que foram necessários dois anos para que os *Chicago Boys*, na figura do ministro da Economia, Sérgio de Castro, assumissem o comando e direção incontestável da política econômica. Isso implicou, por parte de Pinochet, o fortalecimento de seu poder pessoal, em detrimento de outros membros da Junta Militar que assumiu o controle do país a partir de 1973. Mas não só: foi preciso vencer resistências em outros ministérios até que em 1975, Sergio de Castro assume a pasta e reverte o tratamento gradualista da inflação que vinha sendo adotado até então e aplica um “tratamento de choque”, baseado em uma das grandes inovações teóricas da Escola de Chicago que jamais havia sido aplicada em uma economia real: o enfoque monetário do balanço de pagamentos. A riqueza da análise está justamente em perceber como as autoridades econômicas se valeram, inclusive, dos resultados pouco expressivos do período de gradualismo para justificar o tratamento de choque, enquanto nos bastidores as mudanças necessárias nos ministérios eram feitas por Pinochet.

Já no caso argentino, o homem forte da economia, Martínez de Hoz, era um advogado com largo trânsito político e internacional. Sua escolha, portanto, não significou o comando de um *Chicago boy* no senso estrito da palavra, embora ele tenha encampado as ideias monetaristas e tenha sido responsável pela condução de instrumentos de política econômica em muitos sentidos semelhantes ao do Chile, inclusive com uma segunda experiência de enfoque monetário do balanço de pagamentos. Contudo, no caso argentino, as negociações, os recuos e os vetos militares foram mais fortes. Há exemplos no livro: o principal deles foi o elevado papel do

investimento público durante todo o período ditatorial, evidenciando como a Junta Militar argentina tinha uma preocupação muito maior com o nível da atividade econômica e as taxas de desemprego.

Assim, os “garotos de Chicago” que comandaram a política econômica chilena tiveram que aguardar dois anos para ter sua hegemonia garantida, o que implicou em trocas de ministros e, inclusive, a retirada de importantes quadros das forças armadas do comando de ministérios e de secretarias importantes para o andamento da política econômica.

Já na Argentina, a hegemonia nunca foi total e os setores empresariais ligados à indústria nacional argentina conseguiram fazer seus interesses serem ouvidos pelas cúpulas econômica e militar, evitando assim o grande desmonte da atuação estatal que aconteceu no Chile.

Servem como argumento para demonstrar que a supremacia dos *Chicago boys* não foi automática no caso chileno não apenas a demora para implementarem seu receituário econômico mas, também, o fato de que seu apoio político tinha limites, os quais foram rompidos em 1982, em função da grave crise econômica. O leitor poderá, ao longo do livro, acompanhar esse movimento de implementação de política econômica e seus resultados práticos, a partir da discussão detalhada dos principais indicadores econômicos do período.

Em todo esse trabalho, finalmente, será possível constatar a amplitude de fontes, documentos e bibliografia utilizada. Mas é importante saber que Marcos Taroco Resende jamais saiu do Brasil, sabendo aproveitar como poucos as possibilidades trazidas pela digitalização dos arquivos na América Latina, contando, também, com a generosidade de diversos pesquisadores renomados de ambos os países que se esforçaram para enviar documentos, publicações de difícil acesso, artigos e capítulos de livro, entre eles Ricardo Ffrench-Davis e os familiares do Ministro da Fazenda

chileno Raúl Sáez, que forneceram documentos importantíssimos para a análise que se lerá em seguida.

O livro agora publicado é baseado da dissertação de mestrado de Marcos Taroco Resende, defendida em 2019 no programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG). Seu autor, formado em economia pela Universidade Federal de São João Del Rey (UFSJ) fez parte da primeira turma do programa, criado em 2017. Em 2021, ela foi selecionada como a melhor dissertação deste jovem centro de pós-graduação. Disponibilizar esse trabalho para um público mais amplo é essencial para cumprir o papel que a Universidade pública tem perante a sociedade e acreditamos que a discussão de um tema como esse mais que justifica a importância da ciência e da produção de conhecimento público e independente.

Apresentação

Marcos Taroco Resende

Esta obra é resultado da minha pesquisa de mestrado, cuja dissertação, orientada pelo Professor Roberto Pereira Silva, foi defendida em outubro de 2019, no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Alfenas (PPGEconomia/UNIFAL-MG). Trata-se de uma análise comparativa da formulação e implementação das políticas econômicas das ditaduras militares do Chile pelos afamados *Chicago Boys*, e na Argentina pelo Ministro da Economia José Alfredo Martínez de Hoz e sua equipe, em particular durante a década de 1970 e início dos anos 1980.

O contexto histórico dessas décadas é marcado por fortes turbulências no cenário internacional, que se articula com a crise do modelo de industrialização comandado pelo Estado na América Latina em geral, e nos casos analisados em particular. As ditaduras que sucederam os golpes contra os governos de Salvador Allende, no dia 11 de setembro de 1973, no Chile, e Isabel Perón, no dia 24 de março de 1976, na Argentina, abraçaram um modelo econômico liberal, cujas ideias econômicas impactaram profundamente e permanentemente a sociedade, a economia e a política de cada país. Particularmente, é nessas interações entre o concreto (as políticas econômicas implementadas e seus impactos na economia) e as ideias econômicas que se forma o ângulo de análise do livro. Dito de outro modo, nas páginas seguintes o leitor se deparará com uma temática que se encontra nas difíceis relações e pontes, nem sempre claras, entre a História Econômica e a História do Pensamento Econômico.

Como se analisa não só a implementação, mas também a formulação da política econômica, a abordagem empregada considera de forma

sistemática a importância e o papel dos seus formuladores, notoriamente, os economistas, mas não somente. Embora na contemporaneidade estejamos acostumados a deixar nas mãos dos economistas — de formação específica em economia e com doutorado no exterior — as decisões sobre economia nos diferentes governos, a situação atual é fruto de um processo histórico de aproximadamente setenta anos. Na verdade, na América Latina, os primeiros cursos de pós-graduação especificamente em economia se iniciaram na década de 1970, e poucos faziam doutorado no exterior. Além disso, a relevância desse tipo de economista na ocupação de cargos governamentais era praticamente inexistente. “Desse tipo” porque os “economistas”, que atuavam na política econômica e nos órgãos estatais, muitas vezes tinham formação em profissões correlatas (Direito, Contabilidade, Engenharia, etc.), envolvendo também esforços autodidatas, ou, ainda que fosse um curso em “economia”, os cursos tinham características totalmente diferentes, com matérias predominantemente de áreas afins.

A implantação do modelo econômico liberal no Chile e na Argentina faz parte e foi condicionado por um processo de maior prestígio dos economistas na formulação e execução das políticas econômicas, embora os processos tenham se dado de maneiras e características bem específicas em cada caso. Desta forma, o livro analisa a participação dos economistas nos respectivos governos e os conflitos existentes com outros economistas e profissionais que detinham projetos de políticas econômicas diferentes. Portanto, as políticas econômicas não são tomadas como dadas *ex-post* e avaliadas em termos de seus impactos nas variáveis econômicas, como PIB, inflação, desemprego, balanço de pagamentos, etc. Antes, as páginas subsequentes tentam reconstituir historicamente a conjuntura e o calor da formulação e implementação das políticas econômicas, em consonância com as disputas e conflitos existentes entre diferentes economistas no interior do governo, com militares com posições ou projetos econômicos

diferentes e ainda com órgãos governamentais que guardavam sua própria autonomia na estrutura governamental. Assim, em cada caso e em perspectiva comparada, são analisadas as trajetórias das equipes econômicas, que estavam longe de serem monolíticas, bem como se revela um complexo processo de alianças e estratégias utilizadas pelos economistas para superar (ou não) os conflitos e as resistências contra a implementação do modelo liberal.

Para a construção do trabalho, para além da análise da literatura sobre o tema, recorreu-se a diversas fontes primárias. Dentre os documentos analisados destacam-se, em cada caso, os planos econômicos. No caso chileno, o *Programa de Desarrollo Económico*, conhecido informalmente como *El Ladrillo*¹, e na Argentina o discurso *Programa de recuperación, saneamiento y expansión de la economía argentina*, proferido por Martínez de Hoz no dia 2 de abril de 1976 em Cadeia de rádio e televisão. No Chile, o documento foi uma síntese do que os *Chicago Boys* pensavam como propostas para a economia chilena, precedidas de reuniões diversas entre 1969 e 1972. Ao lado dos planos econômicos, investigou-se uma série de declarações públicas e entrevistas. Para o caso do Chile, uma coletânea de discursos e entrevistas de ministros da área econômica chamada *Somos Realmente Independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos*, organizada e publicada pela Direção de Orçamentos no Chile, e para a Argentina, o tomo III da *Memoria Ministerio de Economía*, organizada e publicada pela instituição argentina sobre o período entre 1976 e 1981.

Essas fontes tiveram o objetivo de verificar as intenções iniciais dos economistas na formulação das políticas econômicas e suas inflexões no decorrer de seu desenvolvimento, à medida que suas próprias medidas

¹ Em uma tradução livre, significa “O tijolo” (em português). Sérgio de Castro, líder dos *Chicago Boys* e redator do documento, explicou que o programa e política econômica apresentado à Junta Militar de Pinochet ficou assim conhecido devido a suas dimensões similares a de um tijolo (FUENTES; VALDEAVALLANO, 2015).

anteriores e resistências iam impactando na própria condução prática do plano.

Nesses documentos encontram-se limites, pois enquanto o documento chileno incluía apenas os discursos de membros da equipe econômica mais íntimos dos *Chicago Boys*, em sua maioria os próprios, com o objetivo explícito de mostrar uma coerência dos discursos ao longo do tempo, as declarações na Argentina se concentravam essencialmente no ministro Martínez de Hoz. Mesmo com esses vieses dos documentos e a tentativa de mostrar coerência entre os discursos, foi possível enxergar conflitos no interior das equipes econômicas. A partir de então, a pesquisa primária enfocou outras fontes, como entrevistas, artigos em jornais do período, biografias e obras testemunhais, não só de Martínez de Hoz e dos *Chicago Boys*, mas também de membros das equipes econômicas que participaram do governo e outros economistas e profissionais que tiveram algum vínculo com o processo de profissionalização da economia.

O presente livro está organizado em três capítulos, além da introdução e das conclusões. Na introdução, explica-se algumas questões teóricas básicas que estão inseridas no centro da problemática desenvolvida. No primeiro capítulo, que trata propriamente do objeto de pesquisa, realiza-se uma explanação das principais políticas econômicas aplicadas e seus resultados em termos de variáveis macroeconômicas para os dois casos estudados. Neste estágio da análise, a política econômica é vista como produto final, demonstrando suas principais características, resultados e inflexões. Nos dois capítulos subsequentes, um para o Chile e outro para a Argentina, analisa-se a política econômica de cada país em relação aos conflitos envolvidos em sua elaboração, aos seus resultados e aos condicionantes políticos para a implementação da política econômica.

Por último, na forma de convite à leitura, deixo duas breves notas mais gerais. A primeira discute o legado e a importância que as

experiências de política econômica analisadas nesta obra possuem sobre a situação atual desses países. A aplicação do modelo liberal na ditadura chilena é o caso mais conhecido pela aplicabilidade integral e rígida das ideias do monetarismo, tendo sido divulgado por muito tempo — muito em função da ampla melhoria dos indicadores econômicos do país nas décadas de 1990 e 2000 — pelos economistas liberais e organismos internacionais como um “modelo” universal de economia a ser seguido pelos países em desenvolvimento. Esta narrativa, por vezes, é contrastada com a situação das sucessivas crises nas últimas décadas na Argentina, cujas políticas econômicas seriam, nessa visão, demasiadamente “intervencionistas e populistas”. Embora a pesquisa não tenha sido guiada para responder essa questão, essa narrativa se apresenta de maneira simplificadora da realidade histórica, primeiramente por obscurecer as sucessivas e periódicas tentativas de aplicação de políticas econômicas liberais na Argentina (e seus fracassos) — da mesma inspiração que as chilenas. Em segundo lugar, idealiza os resultados do “modelo chileno” e a reprodução desta imagem (idealizada) para outros lugares e contextos.

Em segundo lugar, falo de uma motivação mais geral que vem guiando minha trajetória, para além dos aspectos estritamente acadêmicos. É comum dizer que, historicamente, o Brasil esteve de costas para a América Latina — e para a América do Sul em particular — nos âmbitos cultural, econômico, político, e das relações internacionais. A despeito de esforços que vez ou outra se concentram no tempo, sinto com grande tristeza que a afirmação é, em grande parte, verdade. Nós, brasileiros, de forma geral, sabemos muito pouco sobre nossos vizinhos e o sentimento de pertencimento à América Latina é, em grande medida, apagado. Assim, o livro também é uma tentativa de divulgação da temática latino-americana para repensarmos como aprofundar nossos laços. No fundo, a obra visa colocar o leitor em contato com uma parte crítica da história econômica recente

do Chile e da Argentina, de modo a refletirmos, a despeito das diferenças, sobre problemas econômicos, políticos e sociais comuns a toda região.

1

Introdução

Um tema historicamente importante no debate público da América Latina durante o século XX foi a política econômica. Ela é particularmente sensível porque envolve diversas concepções intelectuais, posições políticas de grupos imersos em uma sociedade em franca e constante transformação econômica e social que são induzidas em parte pela própria política econômica. Sob outro ângulo, as políticas econômicas fazem parte de um “modelo de desenvolvimento” em um determinado momento histórico. Esses “modelos de desenvolvimento” costumam ser associados pela literatura a uma periodização mais ou menos delimitada entre o modelo industrializante liderado pelo Estado, conhecido como Industrialização por Substituição de Importações (ISI), entre 1930 e meados de 1980, a partir de quando se iniciou outro modelo, o “neoliberal”, no qual a regra era a retirada do Estado das diversas áreas da sociedade, e em especial da esfera produtiva. Nesta perspectiva liberal, o mercado é visto como o mais desejável e eficiente modo de organização da sociedade (BIELSCHOWSKY, 2000; CANO, 2000c; BÉJAR, 2004; MANTEGA, 2011).

Dentro deste quadro mais geral de periodização, que nos proporciona uma importante ferramenta de inteligibilidade das tendências econômicas da América Latina como um todo, não se capta as trajetórias nacionais de forma suficientemente restrita e detalhada, como, por exemplo, de que Brasil e México avançaram mais no processo de industrialização enquanto Argentina e Chile enfrentavam problemas persistentes e estruturais para

a continuidade do processo¹, o que contribuiu para a instauração de experiências liberais precocemente, antecipando em quase 20 anos a generalização dessas políticas para a economia mundial, e em particular para os países da América Latina (CANO, 2000c; FFRENCH-DAVIS, MUÑOZ, PALMA, 2009; RAMOS, 1989) através das prescrições do “Consenso de Washington”² (WILLIAMSON, 1990).

As características básicas dessas experiências são analisadas pela literatura como provindas de ideias que prezavam pela retirada das características produtivistas dos Estados em conformidade com o paradigma monetarista em ascensão à época, com medidas como a promoção da agricultura via exportações e a modernização industrial, racionalização dos gastos do Estado e a redução do déficit público, política monetária restritiva, abertura comercial via diminuição das tarifas sobre o comércio exterior e eliminação de controles de importações, privatizações, reforma do sistema financeiro, reformas trabalhista e do sistema de pensões, etc. (ANGELL, 2002; FAUSTO; DEVOTO, 2004; FERRER, 2004; FOXLEY, 1982; 1983; RAPOPORT, 2000; TORRE; RIZ, 2002).

Se, como dissemos, há assimetrias e especificidades entre a orientação mais geral da política econômica na América Latina e em seus países, no caso Chile e Argentina, mesmo entre esses dois países, inspiradas em um mesmo modelo econômico liberal, há semelhanças e diferenças, como era de se esperar. Neste sentido, analisando a formulação e a

¹ No Chile e na Argentina, embora houvesse um esforço industrializante, os setores industriais, protegidos da concorrência externa, não foram capazes de alcançar largamente eficiência produtiva e promover a inovação tecnológica. Deste modo, a industrialização tornou-se demasiadamente diversificada para os restritos mercados internos dessas economias, não logrando uma especialização produtiva e tampouco economias de escalas (CANITROT, 1980; RAMOS, 1989; FFRENCH-DAVIS, MUÑOZ, PALMA, 2009).

² O termo Consenso de Washington refere-se às conclusões de uma reunião convocada pelo *Peterson Institute for International Economics*, realizada em Washington no ano de 1989. As conclusões dessa reunião explicitaram certa concordância sobre o êxito de um conjunto peculiar de políticas econômicas liberais recitadas em diferentes momentos do tempo e por diferentes agências e organismos internacionais. As proposições do documento redigido por Williamson (1990) concentraram-se em 10 áreas: 1 disciplina fiscal; 2 prioridade no gasto público; 3 reforma fiscal; 4 taxa de juros; 5 câmbio real competitivo; 6 liberalização comercial; 7 abertura à inversão estrangeira direta (IED); 8 privatização; 9 desregulação e; 10 fortalecimento dos direitos de propriedade.

implementação das políticas econômicas liberais nas ditaduras militares de Chile (1973-1982) e da Argentina (1976-1982), no presente livro foca-se em dois conjuntos de elementos para entendê-las: os condicionantes políticos e o papel dos economistas e suas disputas na aplicação das políticas econômicas. Embora haja uma extensa literatura que se dedique à análise das políticas econômicas de cada país neste período, a maior parte dela se atém na análise da política econômica, em sua imagem *ex-post*, isto é, buscando a realização de um balanço sobre as diversas políticas implementadas e seus efeitos nas variáveis econômicas, de forma conjunta ou específica (de determinadas políticas), seus instrumentos técnicos, os resultados econômicos e sociais de curto e longo prazo. Por outro lado, há relativamente poucos trabalhos que integram a análise das políticas econômicas ao papel dos economistas como tecnocracia. Alguns trabalhos importantes nessa direção, cada um com seu objeto de pesquisa e interesse específico, são Nogués (1986); Aldunate (1988); Vergara (1994); Huneeus (1998); Canelo (2004; 2008b, 2012), Heredia (2004), Valdés (1995) e Chateau (2012).

No fundo, o livro se ocupa de entender, em uma perspectiva comparada, as políticas econômicas desses países a partir de um ângulo que privilegia a participação dos economistas como tecnocratas e suas disputas – no interior do Estado e eventualmente fora dele –, bem como os condicionantes políticos existentes na implementação das políticas econômicas. Assim, mobilizando fontes documentais e a bibliografia, a contribuição da pesquisa realizada é integrar de forma dinâmica e sistemática a análise das políticas econômicas a este olhar sobre a participação, atuação e conflitos dos economistas como tecnocratas. Além disso, ressalta-se o enfoque comparativo, dado que inexistem trabalhos comparativos entre as ditaduras militares desses dois países que combinem a análise da política econômica com este ângulo analítico proposto. Desta forma, esta obra visa contribuir

para o preenchimento desta lacuna da história econômica. Além disso, o livro contribui para a história do pensamento econômico, uma vez que estuda os contextos da produção do conhecimento econômico, a difusão das ideias econômicas e seus impactos concretos nos rumos das políticas econômicas.

Antes de avançar para uma breve contextualização histórica e teórica do ponto destacado neste livro, cabe uma breve nota sobre o recorte temporal adotado. O início se dá pelo golpe em cada país, setembro de 1973 no caso do Chile e março de 1976 no caso da Argentina. O marco final estabelece-se em 1982 para os dois casos. Esse recorte até 1982 se justifica porque neste ano há uma ruptura em termos de aplicação da política econômica em ambos os casos. Apesar de o Chile ter tido uma experiência mais longa sob o regime militar, a literatura (Foxley (1982, 1983), French-Davis (1984, 2003), Valdés (1995) e Angell (2005)) costuma dividir o período em dois subperíodos distintos, o primeiro desde o golpe até aproximadamente 1982, quando a política econômica e as reformas de inspiração monetarista foram aplicadas de forma efetiva, profunda, rápida e com grande cobertura e na sua forma mais pura, enquanto no segundo período (aproximadamente início de 1982 até 1990), frente à crise econômica e financeira que atingiu vários países da América Latina³, e os descontentamentos de grupos empresariais e de setores da sociedade civil, a política econômica assumiu uma forma mais pragmática, mantendo, em linhas

³ Essa crise se refere à conhecida crise da dívida externa que atingiu diversos países da América Latina no início da década de 1980, em função das mudanças das condições de liquidez dos mercados financeiros internacionais em relação ao padrão de financiamento da década de 1970, caracterizado por uma enorme massa de recursos financeiros disponíveis aos países em desenvolvimento e a baixas taxas de juros (porém flutuantes). No início de 1980, essas condições se reverteram com a recessão dos países desenvolvidos, aumento substancial das taxas de juros definida pelo *Federal Reserve* dos Estados Unidos e endurecimento das condições de crédito pelas instituições credoras. Apesar das condições externas que influenciaram a crise, Chile e Argentina criaram condições internas para seu alastramento, através de políticas econômicas que aumentaram a dependência do fluxo de capitais externos, como a estratégia de estabilização inflacionária amparada na taxa de câmbio iniciada em 1976 no Chile e 1978 na Argentina (FERRER, 2004; FRENCH-DAVIS, 1984). Em 1982, o Produto Interno Bruto (PIB) do Chile caiu 14,1%, a maior recessão da América Latina, e em 1981 e 1982 o produto da Argentina se reduziu respectivamente em 6% e 5% (CEPAL, 1985).

gerais, a orientação do modelo monetarista, mas com uma maior flexibilidade. Por último, a referida crise e seus efeitos constituíram um processo tão importante para essas políticas econômicas que levou a queda dos principais membros das respectivas equipes econômicas: Sérgio de Castro Spikula, que esteve no comando do Ministério da Fazenda chileno desde o fim 1976 até abril de 1982, e José Alfredo Martínez de Hoz, que esteve a frente do Ministério da Economia na Argentina desde o início do regime até março de 1981 (este processo está na presente análise).

Um ponto importante que perpassa toda a discussão dos próximos capítulos são as características da formação e atuação dos “economistas”, que guardam importantes diferenças para a imagem consolidada atualmente. Quando observamos a formação do economista na América Latina, a literatura concorda em estabelecer como marco o início dos anos 1960, da influência cada vez maior da academia norte-americana na definição de princípios, organização, procedimentos e uma maneira de fazer pesquisa nas ciências sociais em geral, em particular no campo da ciência econômica, que era visto como decisivo para o desenvolvimento econômico. Em meio à Guerra Fria, os Estados Unidos mobilizaram, através de programas, instituições filantrópicas, organismos multilaterais e universidades – tais como a Aliança do Progresso, Fundação Ford, Fundação Rockefeller, Organização dos Estados Americanos (OEA), Universidade de Chicago, Universidade de Havard, Universidade de Vanderbilt – uma série de programas e convênios que visavam a “modernização” ou “americanização” do ensino e da pesquisa na ciência econômica nos países latino-americanos, mediante o fortalecimento dos programas de pós-graduação locais através dos padrões acadêmicos e científicos da academia norte-americana⁴ (FERNÁNDEZ; SUPRINYAK, 2018; HEREDIA, 2008; LOUREIRO, 1997;

⁴ Os exemplos apontados pela literatura sobre essa “modernização” da ciência econômica em relação aos padrões científicos da academia norte-americana eram o recebimento de livros e materiais atualizados da ciência econômica

LOUREIRO; LIMA, 1994; SUPRINYAK; FERNÁNDEZ, 2017; VALDÉS, 1995).

A tentativa de “modernização” da economia enquanto disciplina por vias externas impactou na formação dos economistas, mas faz-se mais sentido falar em “iniciativas”, pois as especificidades de cada país deram a este processo de “americanização” uma face própria e heterogênea na realidade econômica e social de cada país. Por exemplo, Suprinyak e Fernández (2017), comparando os casos da influência da Universidade de Chicago, no Chile, e a Universidade de Vanderbilt⁵, no Brasil, apontam que “inclinações pessoais de indivíduos, localizados em contextos institucionais específicos, podem levar a muitos diferentes resultados, surgidos de iniciativas similares [...]” (SUPRINYAK; FERNÁNDEZ, 2017, p.24, tradução nossa).

O argumento desses autores é que a longa experiência institucional dos principais economistas da Universidade de Vanderbilt com estudos brasileiros ofereceu um arcabouço analítico diferente, com os pés nas realidades institucionais históricas e específicas dos países subdesenvolvidos da América Latina (Brasil), o que diferia do modelo ortodoxo prevalente à época na Universidade de Chicago. Além disso, outro fator da diferença entre os casos seria que a ascensão dos *Chicago Boys* no Chile ocorreu sob condições políticas muito especiais, e, quando ocorreu o golpe militar, o treinamento dos economistas já havia sido concluído, enquanto no Brasil

norte-americana, a vinda de professores estrangeiros, através do financiamento da Fundação Ford e da USAID, para ministrar aulas nos cursos de pós-graduação, o envio de professores para realizarem pós-graduação no exterior, especialmente nos Estados Unidos, a publicação em revistas internacionais, etc.

⁵ Em 1966 foi assinado um acordo entre a Universidade de Vanderbilt, localizada em *Nashville*, estado do *Tennessee* (EUA) e a Universidade de São Paulo, com o apoio da *United States Agency of International Development* (USAID) dos Estados Unidos e a Fundação Ford, que possui relação com a criação de um programa de pós-graduação em economia na universidade brasileira. A Universidade de Vanderbilt tinha desde o fim dos anos de 1940 um centro multidisciplinar especializado no Brasil, chamado de *Institute for Brazilian Studies* (a partir de 1962, *Center for Latin American Studies*), e na década posterior, em 1956, foi criado o *Graduate Program in Economic Development*. O acordo firmado em 1966 com o Departamento de Economia da USP foi resultado de um processo do qual participou ativamente Reynaldo Carlson, um estudioso sobre a América Latina. Entre 1966 e 1970 estima-se que 30 professores brasileiros concluíram PhD na universidade estadunidense (SUPRINYAK; FERNÁNDEZ, 2017).

o treinamento dos “*Vanderbilt Boys*” ocorreu em paralelo com o desenvolvimento do regime, que tinha como princípio na economia a intervenção estatal e o planejamento econômico, objetivo pelo qual deveria guiar o treinamento dos economistas.

Este processo maior de “internacionalização” da economia tinha como um dos resultados o ganho de peso importante do atributo da realização de pós-graduação em economia no exterior para o recrutamento dos quadros do governo (LOUREIRO, 1997). Isso nos remete diretamente ao ponto fundamental da presente pesquisa, apontado por Montecinos, Markoff e Álvarez Rivadulla (2009): este processo possui diferenças de intensidade e características nos casos nacionais, a depender de aceitação, rejeição e mesmo adaptação dos atores sociais e políticos. Para barreiras que dificultam essa difusão e geram variações entre países, os autores explicitam alguns fatores, como a barreira da língua e a má distribuição e acesso a recursos para viagens e realização de pesquisas dos economistas. Mas outros são elencados, dos quais destaca-se na citação abaixo:

Dimensões importantes da vida profissional, tais como treinamento e carreira, inclinações teóricas e padrões acadêmicos, continuam a seguir tradições nacionais e regionais, ou porque a americanização está fora de alcance, ou porque as importações dos EUA são inevitavelmente refratadas através de práticas nacionais e locais, seja porque a americanização encontra resistência aberta [...]. Modelos importados são ajustados de acordo com costumes profundamente enraizados e conjunturas transientes. Desafios políticos normalmente inspiraram respostas pragmáticas a ideias que são modificadas de acordo com configurações institucionais e compromissos ideológicos. A implementação de programas de ajustamento estrutural em diferentes partes do mundo mostra, por exemplo, que a direção para modelos de mercado, que têm sido promovidos como um pacote padrão por credores poderosos e agências internacionais, não produziram os mesmos resultados em todos os lugares (MONTECINOS *et al.*, 2009, p.4-5, tradução nossa).

Esta ligação entre a profissão e a expressão concreta na implementação das políticas econômicas é o foco da pesquisa. O livro *Os Economistas no Governo*, de Maria Rita Loureiro (1997), de uma perspectiva da Sociologia do Conhecimento Científico, apesar de se concentrar no caso brasileiro, que não é objeto de estudo desse trabalho, é uma obra importante em termos teóricos, da qual pode-se elencar conceitos que são instrumentalizados neste trabalho. A autora toca em questões fundamentais para a pesquisa, como a capacidade de formulação e implementação da política econômica a partir de critérios “técnicos” que se conjugam no âmbito do processo decisório em relação aos condicionantes políticos. Mais profundamente, esse trabalho joga luz sobre a participação dos economistas no governo, demonstrando que há diferentes alternativas de ler a realidade econômica e social pelos técnicos e economistas. Isto é, opções de políticas econômicas, mas apenas algumas são elegíveis⁶.

Loureiro (1997), instigada pela observação do alto poder de decisões de uma elite específica da burocracia estatal, os economistas, elabora uma problemática fundamental para apreender a especificidade da atuação dos economistas na América Latina em relação às economias desenvolvidas. Através de uma revisão sistemática de casos estudados pela literatura internacional, Loureiro (1997) consegue enxergar uma diferença marcante entre dois grupos de países no tocante à atuação dos economistas nos governos. O primeiro são os países ocidentais com estabilidade democrática, casos em que os economistas atuam como funcionários de carreira e assessores econômicos do governo porque há constrições institucionais que limitam seu acesso ao poder, cabendo, em última instância, aos políticos a responsabilidade dos acontecimentos na área econômica. Alguns representantes deste grupo de países são Inglaterra, Japão, Itália, Estados

⁶ Do campo da Ciência Política, o livro *Idéias Econômicas Decisões Políticas* de Lourdes Sola (1998) é uma referência importante.

Unidos, Noruega. O segundo grupo de países são aqueles que possuem tradição autoritária, com democracias menos estáveis ou em processo de consolidação, como é o caso dos países da América Latina, onde a forma de participação dos economistas engloba, além das anteriores, mais uma específica, a de dirigentes políticos, com padrões autoritários de tomada de decisões e ausência de responsabilidade política.

Conforme pontua Montecinos, Markoff e Álvarez-Rivadulla (2009), o economista na América Latina é muito associado a figuras públicas na forma de tecnocratas. Teria contribuído para essa configuração uma série de fatores: 1) a posição subordinada na América Latina na economia internacional; 2) estruturas de classe exclusivas e sistemas políticos elitistas; 3) difícil convivência entre nacionalismo e modelos de mercado-livre; 4) tensões persistentes entre orientações autoritárias, tecnocráticas, clientelistas e democráticas.

A atuação do economista como dirigente político se funda especificamente na capacidade de autonomia frente às pressões externas e orienta-se pela racionalidade técnica e pelo respaldo pessoal de governantes. No trabalho de Loureiro (1997), o economista dirigente é visto como aquele que apenas passa pela política, ou seja, a passagem por órgãos públicos apenas faz parte de uma carreira profissional mais ampla, que envolve universidades e firmas de consultoria privada. A “[...] tecnocracia é entendida como o poder de tomar decisões de matéria econômica, atribuído por governantes e especialistas, em função basicamente de sua competência técnica” e o poder tecnocrático quando essas decisões não são alvos de questionamentos por parte dos grupos e da sociedade, ou seja, quando o técnico não presta contas, como o é comum em regimes autoritários (LOUREIRO, 1997, p.16). Conforme adverte a autora, este seria um caso limite. Na verdade, os termos “tecnocracia” e “poder tecnocrático” podem englobar uma gama de situações, incluindo diversos graus em sociedades

democráticas não consolidadas, se houver mecanismos e instituições que obriguem o político a responder politicamente pelos atos de seus assessores e funcionários.

Mas o que explica a tendência de elevação da participação dos economistas nos governos? Para Markoff e Montecinos (1993), três fatores podem explicar a ascensão dos economistas no governo: 1) As crises econômicas, em especial a Grande Depressão e o contexto de evolução da regulação do Estado imbricado na ascensão do paradigma keynesiano que levaram os economistas a ofertarem instrumentos específicos e modelos para a manipulação da economia para promover crescimento econômico e geração de emprego. A ascensão do paradigma monetarista nos anos 1970, por outro lado, não fez retrair os economistas no governo, que passaram a instrumentalizar na ação do Estado novos modelos econométricos e políticas econômicas; 2) o efeito contágio, ou emprego defensivo dos economistas no governo, isto é, quando um economista assume um ministério central no processo decisório, contagia-se a maior parte da estrutura burocrática do Estado. Além disso, as relações com as agências internacionais também implicam a montagem de *staff* de economistas para facilitar a comunicação; 3) Os Estados, em diferentes níveis de desenvolvimento, imitam uns aos outros como efeito das diferentes relações econômicas internacionais ao longo da história.

Entretanto, quando se refere ao acesso dos economistas ao alto escalão de decisão, os maiores cargos decisórios, não se pode explicar o processo simplesmente pelas soluções técnicas propostas pelos economistas à complexidade dos problemas econômicos, pois, na verdade, os critérios técnicos possuem pouco peso na explicação (MARKOFF; MONTECINOS, 1993). Para esses autores, o acesso dos economistas aos maiores postos governamentais refere-se mais aos “significados cerimoniais” do especialista em economia. Esses significados estão relacionados

com a centralidade das questões econômicas na vida política dos países, a incerteza que paira sob a gestão desses problemas e a definição de problemas políticos como estritamente econômicos. Sob este contexto, os políticos usam os economistas como instrumento de legitimação política, concedendo poder de decisões a um profissional que domina o conhecimento desses problemas, e mesmo que os resultados econômicos não sejam satisfatórios, pode-se dizer que o melhor do conhecimento científico foi utilizado.

Em uma mesma perspectiva, a resposta de Loureiro (1997)⁷ para a pergunta é que os fatores técnicos explicam a participação dos economistas como funcionários de carreira e assessores econômicos nos países de democracias estáveis, mas quando se vestem de dirigentes políticos, como no caso dos países latino-americanos, o componente político se sobrepõe como fator explicativo, representado pelo respaldo de líderes políticos. A autora entende que a presença dos economistas como elites dirigentes passa por uma combinação complexa de fatores, como a estrutura de poder e a organização do aparato estatal, os vínculos com os meios acadêmicos, orientações ideológicas prevaletentes no campo político, a existência de um corpo técnico capacitado para implementar políticas econômicas e o grau de autonomia estatal frente aos diversos grupos sociais,

⁷ Igualmente Loureiro (1997) se opõe à tese de que a ascensão dos economistas em cargos de elevado escalão em direção econômica, como no Ministério da Fazenda e Banco Central, é natural e decorrente do crescente intervencionismo estatal a partir do século XX. A autora enfatiza que em vários países tradicionalmente intervencionistas, a exemplo de Estados Unidos, França e Alemanha, os economistas não alcançaram a função de dirigente político, como na América Latina. Nos Estados Unidos, a estrutura governamental e os sistemas político e universitário colocam os economistas apenas em posições intermediárias. Contribuem para isso o fato de que o processo decisório econômico se encontra fragmentado em vários órgãos do governo e no Congresso. Além disso, os economistas não passam muito tempo no governo porque tal atitude é vista com desconfiança pela comunidade acadêmica, e pode implicar perda de prestígio. Na França, há fortes vínculos de recrutamento com determinadas Escolas, como a Escola Nacional de Administração, a Escola Politécnica, a Escola Livre de Ciências Políticas. Assim, o recrutamento é realizado entre profissionais não economistas. No caso alemão, os economistas assumem duplo papel — característica única entre os países de democracia analisados — de homens de partido e especialistas, influenciando as decisões também de forma indireta, através da assessoria. Diferentemente de Inglaterra e EUA, em que a assessoria de organiza em torno do governo ou do Parlamento, na Alemanha os economistas formam numerosos colegiados independentes fora do sistema decisório (LOUREIRO, 1997).

com destaque para os dois últimos fatores, que são assumidos como centrais para a pesquisa da autora.

Na comunhão entre os últimos dois fatores, o conceito de tecnocracia se articula com o de autonomia do Estado. Este conceito supõe a capacidade do Estado de implementar políticas formuladas pelos dirigentes políticos com coesão organizacional, competência técnica, poder coercitivo. Mas a autonomia não implica uniformidade e totalidade, pois, se por um lado pode significar independência a alguns grupos alcançada pelo poder coercitivo, de outro pode combinar com dependência e subordinação a interesses de outros grupos.

Isto significar dizer que

[...] a autonomia do Estado ante os interesses sociais e políticos externos não deve ser tomada como uma situação unívoca e dada *a priori* — O Estado como autônomo ou como instrumento da burguesia, cristalizando uma antinomia definitiva. Ao contrário, a autonomia ou seu oposto — subordinação do Estado aos interesses da classe dominante — são situações possíveis, resultantes de relações concretas estabelecidas entre o Estado e a sociedade, construídas em cada momento histórico, através da luta política (LOUREIRO, 1997, p.11).

Assim, a autonomia do Estado e de sua burocracia frente aos grupos organizados da sociedade cobre diversos graus que dependem de fatores levantados por Loureiro (1997), que podem dificultar ou facilitá-la, como a natureza autoritária do governo, graves crises econômicas, ameaças militares externas, a existência de carreiras burocráticas estruturadas, disponibilidade de paradigmas teóricos hegemônicos e fatores políticos gerais de cada país.

Compartilhamos do pressuposto metodológico do estudo de Loureiro (1997), que se baseia no sociólogo Pierre Bourdieu, a respeito da noção de que a ciência é um campo social como qualquer outro, dotado de relações

de forças, concorrência, monopólios, estratégias e lutas em geral. A luta deste campo é pelo monopólio da autoridade científica, definida a partir da capacidade técnica e da competência científica e poder social. Mas o campo científico não é fechado em si mesmo, em suas dimensões intelectuais. E, sim, há um espaço material e simbólico maior, caracterizado pela luta, que implica estudar o meio social onde circulam os economistas, de seus grupos, instituições (universidades e centros de pesquisa) e suas disputas em seus papéis de tecnocratas (LOUREIRO, 1997). A análise do objeto implica entender as características do sistema político, a forma de organização burocrática do aparato estatal e suas relações com as instituições acadêmicas formadoras deste segmento da burocracia e compreender a lógica de funcionamento do meio acadêmico. Ou seja, a análise passa pela compreensão das regras que presidem o funcionamento do campo científico e pelas relações de autoridade e prestígio nesse campo, assim como a competição e poder entre os diversos grupos e instituições produtoras de conhecimentos (LOUREIRO, 1997).

Com base nesse pressuposto, nossa abordagem é que a política econômica é formulada e implementada por alguém, geralmente o economista que atua como dirigente político. Este economista toma decisões cuja base se dá, em parte, em teorias econômicas formuladas originalmente fora dos respectivos países, e a usa para interpretar a realidade econômica e social no país de origem a partir de determinadas lógicas envolvidas nos arcabouços teórico-metodológicos da ciência econômica. A interpretação mais fiel ou pragmática, assim como suas medidas, dependerá dos meios institucionais, políticos e sociais no qual esse ator social participa. Entretanto, o ato de implementá-la, isto é, a busca por autonomia, pode encontrar diferentes respostas, como apoios, sugestões, críticas daqueles que os recrutaram (neste caso os militares), dos diretamente afetados (os setores produtivos) e não menos importante, dos seus pares

intelectuais dentro e fora do governo, ou seja, outros economistas e profissionais que possuem conhecimento de “Economia”, seja de formação acadêmica específica seja da prática. Por sua vez, estes mesmos economistas e técnicos que participam de conflitos no seio da decisão governamental estão envolvidos também em ambientes institucionais, políticos e sociais, que contribuíram para suas posições. É esta conjugação de fatores, os condicionantes políticos e os conflitos envolvendo a participação e atuação dos economistas nas ditaduras militares de Chile e Argentina, que guiaram a investigação.

Para situar o leitor, o argumento a ser construído nos próximos capítulos é que a maior radicalidade da aplicação das políticas econômicas no Chile em comparação com a Argentina deve ser relacionada com a assimetria existente em cada caso na capacidade dos militares vencerem conflitos entre si para o apoio dos projetos propostos pelos economistas e profissionais no topo da decisão governamental, o nível de profissionalização da economia e a coesão interna das equipes econômicas de cada país, a capacidade desses profissionais em vencer conflitos e projetos alternativos representados por militares e principalmente outros profissionais que tentaram exercer influência sobre as decisões econômicas, e, por último, as respectivas trajetórias intelectuais, profissionais e sociais dos economistas.

As políticas econômicas liberais do Chile e Argentina: implementação e resultados

O principal objetivo deste capítulo é oferecer um contexto geral, descrevendo e analisando as políticas econômicas dos regimes militares de Chile e Argentina, observando quais políticas foram efetivamente implementadas e seus principais resultados em termos de variáveis macroeconômicas. Assim, contextualizamos os antecedentes das políticas liberais na América Latina, ligando o contexto internacional e as especificidades da Industrialização por Substituição de Importações (ISI) de cada país e sua relação com as diferentes respostas dos países latino-americanos à crise da década de 1970. Nas outras duas subseções, o capítulo concentra-se especificamente nas políticas de cada caso.

2.1 Do contexto internacional para o contexto latino-americano

O íterim entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a década de 1970 é classificado por vários autores como a “Era de Ouro” do capitalismo, pelo forte crescimento econômico e as melhorias sociais ocorridas no período (HOBSBAWM, 1995). French-Davis *et al* (2005, p.131-132), a partir de dados de Maddison (1989), apresenta alguns indicadores que demonstram a singularidade desse desempenho econômico. Entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o primeiro choque do petróleo (1973), o Produto Interno Bruto (PIB) das “economias de mercado desenvolvidas” (EMDs) cresceu a

uma média de 5% ao ano e, em termos *per capita*, 3,8% anual, o que fez o PIB mais que triplicar e a renda *per capita* aumentar 2,4 vezes¹.

Como fatores que possibilitaram esses resultados, Ffrench-Davis, Muñoz e Palma (2005) enumeram quatro “arranjos econômicos fundamentais”. O primeiro seria a ampla utilização de políticas macroeconômicas keynesianas para regular a produção e o emprego. Em segundo lugar, a configuração de uma Nova Ordem Internacional após a Segunda Guerra Mundial, que impulsionou o comércio internacional através do regime comercial e financeiro do Sistema de Bretton-Woods. O terceiro arranjo estaria ligado à criação de instituições que regularam a relação capital-trabalho no que diz respeito à organização trabalhista nas fábricas, padronização de práticas de trabalho, organização das empresas em grandes corporações e sua internacionalização. Por último, a efetivação de “regras de coordenação”, isto é, a harmonização dos interesses econômicos entre os indivíduos, empresas e Estados com as políticas econômicas e as relações de trabalho.

Duas dimensões desse processo histórico são particularmente importantes. Em primeiro lugar, a redefinição do papel do Estado e sua relação com a sociedade é uma das características mais marcantes do período. O Estado, por meio do planejamento econômico, compatibilizou políticas de inspiração keynesiana e formas de promoção do *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social) (HOBSBAWM, 1995). Desta forma, houve, em primeiro lugar, um aumento de gastos dos governos como parte de uma política fiscal contracíclica para a superação de uma economia em crise. Essa política fiscal expansionista foi capaz de manter a demanda agregada, induzir

¹ Comparativamente, no período entre 1913 e 1950 a taxa média de crescimento anual do PIB e do PIB *per capita* havia sido respectivamente de 2% e 1,3%. A produtividade do trabalho aumentou aproximadamente 2,5 vezes em relação ao período de 1913-1950. Além disso, a proporção média de investimentos em relação ao PIB também dobrou. Vale ressaltar que o período entre 1913 e 1950 compreende as duas Guerras Mundiais e a Grande Depressão, o que pode ter contribuído para tal resultado (FFRENCH-DAVIS *et al*, 2005). Esses dados ajudam a ressaltar a singularidade dos anos dourados na história do capitalismo

os investimentos privados e o alcance do pleno emprego (HOBSBAWM, 1995; HARVEY, 2013; MARICHAL, 2016). A outra dimensão destacada é que o sistema monetário e financeiro mundial foi arquitetado sob novas bases institucionais na Conferência de Bretton Woods, no estado de New Hampshire, nos Estados Unidos, a partir de três elementos definidores: o câmbio fixo², que foi um dos pilares do desenvolvimento econômico e do comércio internacional no pós-guerra, o controle de capitais e a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) (EICHENGREEN, 2000; MARICHAL, 2016).

Na década de 1970, entretanto, as bases que permitiram a grande acumulação e a expansão econômica no pós-guerra entraram paulatinamente em declínio. O sistema financeiro entrou em colapso em 1971 pelos crescentes déficits externos nos Estados Unidos³, que superavam suas reservas de ouro a partir da década de 1960. Esse fato cada vez mais perceptivo naquele contexto colocou em cheque a garantia da conversibilidade na proporção acordada. Um segundo elemento desestabilizador foi o primeiro choque do petróleo em 1973, no contexto da guerra árabe-israelense, quando a Organização dos Produtores de Petróleo (OPEP) aumentou o preço do petróleo em quatro vezes e seguiu aumentando durante toda década, até a ocorrência de um novo choque em 1979. Essa mudança de cenário e a inflação causada pela crise do petróleo foram um

² Estabeleceu-se o dólar como moeda de referência, mantendo paridade fixa com o ouro na proporção de 35 dólares por onça de ouro, pela qual os demais países deveriam definir as taxas de câmbio fixas, que só poderiam ser alteradas sob a condição de “desequilíbrio fundamental” no balanço de pagamentos.

³ No início do desenvolvimento do pós-guerra, o esquema de taxas de câmbio fixas funcionou relativamente bem pela dependência dos países em relação ao papel dos Estados Unidos no comércio mundial e de sua moeda para saldar as transações comerciais. Porém, tão logo o comércio internacional se recuperou impulsionado pelo Plano Marshall para a reconstrução europeia e do Japão, houve um acúmulo de superávits comerciais de países como a Alemanha e Japão (também pelo desempenho exportador desses países). Outro elemento importante para a elevação do déficit comercial e em conta corrente foram os gastos militares dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã. Dado que a redução do déficit no balanço de pagamentos passava pela redução dos gastos militares, o que era inviável politicamente cresceu-se a especulação contra o dólar, pela previsão de uma desvalorização para corrigir o balanço de pagamentos. Por essas pressões, o Presidente dos Estados Unidos Nixon abandona de forma unilateral o sistema cambial, desvalorizando o dólar em 1971 (EICHENGREEN, 2000; MARICHAL, 2016).

dos fatores da desaceleração da atividade econômica mundial nas décadas subsequentes (FISHLOW, 1986; MARICHAL, 2016), expressa na diminuição do crescimento do PIB e PIB *per capita* na média de 5% e 3,8%, respectivamente, entre 1950 a 1973, para apenas 2,6% e 2,1% entre 1973–1990 (FFRENCH-DAVIS *et al.*, 2005, p.131-132).

A realidade econômica da crise dos anos 70 também reverberou no questionamento do keynesianismo, a principal fonte de pensamento econômico dos formuladores de política econômica após a Segunda Guerra Mundial. O fenômeno da “estagflação”, até então desconhecido pela macroeconomia, colocou sérios limites a todo arcabouço teórico do keynesianismo e à arte da política econômica ao seu modo, generalizada durante o pós-guerra⁴. Uma das implicações da teoria keynesiana é que a intervenção governamental era uma ferramenta poderosa para correção das instabilidades econômicas, mediante fundamentalmente o manejo da demanda agregada via uma política fiscal contracíclica (HALL, 1989).

Por sua vez, a curva de Phillips era um ferramental teórico que propunha a existência de um *trade-off*, uma relação negativa estável, entre inflação e desemprego. Do ponto de vista da política econômica, nos anos dourados os formuladores acreditaram que era possível manejar a demanda agregada pela via fiscal ou monetária para alcançar diversas combinações de inflação e desemprego, ou seja, desde que a população aceitasse o sacrifício de um maior nível de inflação, seria possível, portanto, a economia se manter com reduzidos níveis de desemprego. Durante os anos dourados, os dados econômicos pareciam confirmar com certa aproximação os argumentos da Curva de Phillips. Entretanto, a

⁴ Apesar da influência intelectual de Keynes no ambiente econômico e intelectual após a publicação da *Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda* em 1936, o que se convencionou chamar de keynesianismo, do ponto de vista do instrumental de aplicação de política econômica após a Segunda Guerra Mundial, é mais relacionada a leituras e reinterpretações de Keynes realizadas por John Hicks, Alvin Hansen e Paul Samuelson, com destaque para a “síntese neoclássica”, representada pelo modelo IS-LM, e a “Curva de Phillips”, que formou um “consenso macroeconômico” (MANKIW, 1990).

realidade econômica na década de 1960 e, sobretudo, a partir de 1971, colocou em questão a viabilidade desse manejo econômico e da realização dessas combinações estáveis, pois havia simultaneamente altos níveis de inflação e desemprego a nível global (CARLIN; SOSKICE, 1990; HARVEY, 2013; NUNES, 1989). Ou seja, se o ferramental teórico keynesiano dizia que havia uma relação negativa entre inflação e desemprego, a realidade concreta mostrava cada vez mais, na verdade, uma relação positiva.

Este descompasso entre a realidade econômica e o arcabouço teórico do keynesianismo deu força à reação teórica crítica do monetarismo de Milton Friedman, da Escola de Chicago, que foi laureado com o prêmio Nobel em economia em 1976⁵. Um dos aspectos mais notórios da “contrarrevolução” monetarista foi a fundamentação microeconômica da Curva de Phillips com a inclusão das expectativas no modelo, dando origem à chamada Curva de Phillips aceleracionista, implicando a não existência do *trade-off* entre inflação e desemprego, como afirmava o keynesianismo, em longo prazo. Em síntese, Friedman teorizou que os agentes econômicos possuem expectativas adaptativas, isto é, projetam suas expectativas com base na inflação do período anterior. Sendo assim, há uma assimetria entre a taxa esperada da inflação e a taxa efetiva de inflação e, conseqüentemente, entre salários nominais e reais. Por causa disso, os trabalhadores sofrem ilusão monetária, mas apenas temporariamente, o que permite a diminuição do desemprego no curto prazo⁶. Entretanto, no

⁵ A estagnação nos anos 70 levou ao surgimento de várias escolas teóricas na macroeconomia que visavam oferecer uma alternativa ao paradigma dominante no pós-guerra. Outras vertentes teóricas foram os novos- keynesianos, novos-clássicos e pós-keynesianos. Para uma discussão dessas escolas ver Mankiw (1990) Amorim (2002) e Lima (1991).

⁶ A grande questão para Friedman que permite a redução temporária do desemprego é a taxa de expansão monetária não esperada pelos trabalhadores. Os mecanismos que explicam isso estão no mercado de trabalho. Como os trabalhadores erram no curto prazo (sofrem ilusão monetária), eles pensam que o salário real é superior ao efetivamente dado pela taxa de inflação efetiva, e desta forma a oferta de trabalho se desloca para maiores níveis. Como no modelo as firmas percebem mais facilmente o real custo de produção, elas percebem que o verdadeiro salário real (não sofrem de ilusão monetária) está abaixo, e expande as contratações. O resultado é a expansão do nível de emprego no mercado de trabalho e a redução da taxa de desemprego. Como a função de produção no curto prazo depende apenas do emprego, dado que o capital é fixo, o produto da economia também se expande.

longo prazo, esse *trade-off* simplesmente desapareceria porque os trabalhadores reformulam suas expectativas de inflação e, assim, a Curva de Phillips, ao invés de representar uma relação negativa entre inflação e desemprego, como propunha o keynesianismo, se torna vertical, mostrando que, na verdade, as políticas econômicas que visam reduzir o desemprego abaixo da taxa natural de desemprego — como é o caso de uma expansão monetária — são ineficientes porque apenas geram maiores níveis de inflação (CARLIN; SOSKICE, 1990; NUNES, 1989).

Paralelamente a essas transformações concretas e teóricas no centro capitalista, a América Latina, embora não tenha experimentado um *Welfare State*, também experimentou importantes mudanças na gênese interna da relação entre Estado e sociedade, e também no plano intelectual. Após a Grande Depressão, e particularmente após a segunda guerra, os países latino-americanos mudaram o modelo de desenvolvimento de um modelo “*hacia afuera*”, consolidado na segunda metade do século XIX (DONGUI, 1975), cuja maior característica era a especialização produtiva em produtos primários para exportação, para uma estratégia de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), voltada para o mercado interno e amparada intelectualmente pelas teses estruturalistas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Nesta nova estratégia “para dentro”, o Estado colocava em prática uma gama de instrumentos protecionistas, incentivos fiscais, monetários, financeiros e cambiais com o objetivo da industrialização, vista como caminho para superar o subdesenvolvimento econômico e as mazelas sociais (BIELSCHOWSKY, 2000). Manifestação disso foi a criação de empresas estatais em setores estratégicos como aço, siderurgia, transporte, bancos, energia, comunicação, em função da debilidade do capital nacional e/ou desinteresse dos capitais estrangeiros (CANO, 2000c).

Uma série de fatores internos e externos fez com que houvesse uma tendência à utilização de políticas comerciais e de industrialização. Algumas delas foram: a restrição de oferta de bens durante a Segunda Guerra Mundial, as dificuldades relativas de diversificação da exportação de produtos primários e de acesso aos mercados financeiros, os desequilíbrios externos e internos, o aumento da influência política dos empresários industriais e o novo clima progressista em torno das ideias da CEPAL (FFRENCH-DAVIS *et al.*, 2005). Cano (2000c) argumenta em favor da hipótese de que, no período de 1929 a 1979, os países latino-americanos obtiveram um maior grau de soberania na política econômica pelo aproveitamento de oportunidades no cenário mundial.

Pela estratégia de desenvolvimento econômico “para dentro”, contabiliza-se que entre 1950 e 1973 o PIB aumentou a uma taxa média anual de 5,3% e o PIB *per capita* 2,6%. O desempenho do PIB foi superior inclusive ao dos países que formam as economias de mercado desenvolvidas (EMDs), que por sua vez obtiveram a renda *per capita* maior em decorrência da elevada taxa de crescimento populacional da América Latina. A produção industrial cresceu anualmente 6,6% entre 1950 e 1973, com a elevação da participação da indústria no PIB de 18% para 21% na década de 1950, chegando a 27% em 1973. Os investimentos internos brutos cresceram a uma taxa de 7,8% (FFRENCH-DAVIS *et al.*, 2005, p.129-149)⁷.

⁷ É importante contextualizar que esses indicadores de rápido crescimento do processo de industrialização não foram eximidos de fortes críticas de uma parte da literatura a respeito de seu desenvolvimento, e do seu esgotamento na década de 1960. Fajnzylber (1983, p.151) no seu clássico livro *La industrialización trunca de América Latina* caracteriza a industrialização como truncada e deformada por várias características: modernização com grande parte da população à margem do processo, as maiores taxas de crescimento populacional do mundo, concentração de renda, pobreza, pequena porção da produção industrial destinada às exportações, protecionismo “frívolo” que tem relação com a precariedade da vocação industrial dos grupos empresariais nacionais, insuficiente desenvolvimento e proteção da indústria de bens de capitais, do processo tecnológico, e na articulação entre o setor industrial e o agrário. Taylor (1996) enumera uma série de distorções no sistema econômico tais como baixo desenvolvimento do sistema financeiro (juros altos no mercado negro), baixas taxas de investimento em capital físico e humano, alto nível de tarifas, distorção nos preços reais de bens de capital e taxas de desvalorização cambiais altas. Para Haber (2008), o setor industrial no PIB se desenvolveu com baixa produtividade e defasagem tecnológica, o protecionismo do Estado, sob seus vários instrumentos, ocasionou distorção dos preços relativos, favorecendo a produção de manufaturas, em detrimento de outros setores e dos consumidores, deterioração da balança de pagamentos pela

Em meio ao processo de industrialização, as exportações de produtos primários tiveram dificuldade de se elevarem. Para Ffrench-Davis *et al.* (2005), houve uma reação contra as exportações de produtos primários, instrumentalizadas pelas políticas de comércio exterior, de tal monta que a participação real das exportações de produtos primários no PIB diminuiu de 17,2% para 9% em 1960, alcançando 6% em 1972, deteriorando a balanço comercial progressivamente e elevando o déficit em conta corrente de US\$ 1,4 bilhão em 1950 para US\$ 3 bilhões em 1960, e aprofundando a partir daí, quando aumentou para US\$ 8,6 bilhões em 1972 (FFRENCH-DAVIS *et al.*, 2005, p.144-153). Neste último período houve mudanças dentro do enfoque da indústria na América Latina⁸, o que elevou a participação dos manufaturados no total de exportações de 9% em 1960 para 21% em 1973, mantendo ainda a dependência da exportação de produtos primários na pauta exportadora.

Para contornar a dificuldade externa, o setor público dos países latino-americanos tentou utilizar o financiamento inflacionário do déficit público para aliviar a restrição externa e financiar os programas de industrialização, o que acabou gerando pressões inflacionárias em vários países, como Brasil, Argentina e Chile. Portanto, as economias latino-americanas tinham desequilíbrios de ordem externa e interna. Embora os países latino-americanos tenham implementado a nova estratégia de desenvolvimento pela industrialização por substituição de importações (ISI), os instrumentos, a intensidade, a periodização e os resultados convocados no desenvolvimento econômico foram díspares entre os países.

importação massiva de bens intermediários e de capital, proteção de multinacionais estrangeiras que dominaram muitos ramos industriais importantes, mercado bancário e financeiro inadequado para intermediar investimentos, etc.

⁸ Em função dos problemas do ISI e das experiências de sucesso exportador, os países latino-americanos tenderam a promover as exportações como complemento ao modelo de industrialização através de vários instrumentos de política comercial como subsídios, taxas duais de câmbio, e etc. (FFRENCH-DAVIS *et al.*, 2005).

Em geral, Brasil e México avançaram mais no ISI enquanto Argentina e Chile enfrentavam problemas estruturais para a sua continuidade.

Conforme a Tabela 1, em geral, os desempenhos econômicos da Argentina e do Chile entre a década de 1950 e 1970 foram menores do que a de outros países. As diferenças em termos de crescimento do PIB e da produção industrial são sintomáticas, pois Brasil e México tiveram altas taxas, enquanto a Argentina e Chile apresentaram baixo crescimento relativo. A taxa de investimento de Brasil e México também foi similar a da América Latina, de Argentina e Chile. Quanto à participação do setor industrial no PIB, o Brasil novamente liderou o processo, com elevação de 21,9% para 29,3%, seguida da Argentina, que possuía a segunda maior participação da indústria no PIB em 1950, com 23,8%, e teve elevação de 6,3 pontos percentuais, alcançando 30,1% em 1970, e do México com 5,7 pontos percentuais, de 17,2% para 22,9% entre 1950 e 1970, apesar da sua menor participação relativa. Por fim, o Chile teve estagnação da participação industrial no PIB durante o período analisado.

Pela análise do indicador da participação, pode parecer a uma primeira vista contraditório dizer que México liderou o processo de industrialização na América Latina juntamente com o Brasil, sendo que a Argentina atingiu, ao fim da década de 1970, uma maior participação do que as economias mexicana e brasileira, e dado que a indústria chilena também possuía uma maior participação em relação ao México. Entretanto, deve-se ter em conta que os produtos industriais de Brasil e México cresceram mais em relação à Argentina e Chile, o que mostra que, na verdade, a menor participação percentual da indústria de Brasil e México em relação à Argentina, e do México em relação ao Chile, se deve aos outros setores da composição setorial dos países, de forma geral agricultura e

serviços, que possuem mais peso no México e Brasil do que nos outros países⁹.

Tabela 1- Indicadores básicos de crescimento e desempenho industrial da América Latina, Brasil, México, Argentina e Chile.

Região/País	Crescimento do PIB (%)		Crescimento do produto industrial (%)	FBCF (% PIB)	Participação da indústria no PIB (%)	
	1950-1960	1960-1970			1950-1970	1950
América Latina	5,5	5,8	7	17,2	19,9	25,7
Brasil	6,8	6,1	8,1	17,5	21,9	29,3
México	6,1	7	8,2	16,7	17,2	22,9
Argentina	3	4,3	5,1	16,6	23,8	30,1
Chile	3,6	4,2	4	14,6	25,6	25,5

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da CEPAL (2009).

Notas: Valores a partir de dados em milhões de dólares constantes de 1970.

A literatura considera que o baixo crescimento econômico e industrial dos países do Cone Sul — Argentina, Chile e Uruguai — foi um fator relevante para a aplicação precoce do modelo neoliberal nesses países. Ramos (1989), além de elencar a crise sociopolítica dos países do Cone Sul e do surgimento do pensamento neoliberal no centro capitalista, entende que, apesar do esforço industrializante, os setores industriais, protegidos da concorrência externa, não foram capazes de alcançar em longa escala uma eficiência produtiva e promover inovação tecnológica. Deste modo, a industrialização para dentro tornou-se demasiadamente diversificada para os restritos mercados internos dessas economias, não logrando em uma especialização produtiva e não alcançando economias de escalas.

⁹ Em termos absolutos a indústria brasileira e do México tinham em 1970 respectivamente, US\$ 31 milhões e US\$ 10,7 milhões, enquanto da Argentina US\$ 8,9 milhões e do Chile, US\$ 2,3 milhões. A participação da agricultura no PIB em média na década de 1960 de Brasil e México foi, respectivamente, 15% e 13,2%, maiores de que de Argentina e Chile, respectivamente, 13,6% e 7,4%. Além disso, no mesmo período, a média de participação do comércio, restaurante e hotéis no PIB no México foi de 29%, enquanto da Argentina era de 17% e do Chile 19%. Já os serviços comunais, pessoais e sociais no México representam 24%, na Argentina 14,5% e no Chile 16,5% (CEPAL, 2009).

Fajnzylber (1983, p.151) concorda e argumenta isso claramente a partir de dados que demonstram que Argentina, Chile e Uruguai, na década de 1970, tinham participação de 41% na oferta industrial total da América Latina, enquanto Brasil e México tinham participação similar, de 42,1%. Em 1978, o primeiro grupo de países reduziu sua participação pela metade, para 20,5%, e o segundo grupo aumentou para 61,8%. Além disso, em 1950, todos esses países tinham produção industrial similar, enquanto em 1978 a produção de Argentina, Chile e Uruguai representavam apenas um terço da de Brasil e México. Para o autor, as condições que diferenciam a estagnação industrial dos países, que por sua vez possibilitaram o início prematuro das experiências neoliberais na década de 1970, não podem se resumir à intervenção do Estado e à proteção, características reinantes em toda a América Latina e com precedência em outras regiões do mundo, como na Europa e na Ásia. Sendo assim, o autor pontua que há um conjunto mais complexo de fatores. Por exemplo: as taxas de crescimento populacional, baixas nos países do Cone Sul, altas em Brasil e México e que, ademais, os primeiros possuíam um maior grau de urbanização, menor pobreza e indigência do que o resto da América Latina, isto é, eram mais “igualitários”¹⁰. Na verdade, o grande destaque de Fajnzylber (1983) para explicar a especificidade desses países parece ser a fragilidade da vocação industrial dos grupos nacionais em favor de uma vocação comercial-importadora.

Em meados da década de 1970, Argentina e Chile responderam a crise estrutural no cenário internacional e as suas próprias mazelas econômicas nacionais pela via do autoritarismo, associada a uma estratégia econômica

¹⁰ A população da Argentina cresceu entre 1950-1978 1,6% e a do Chile 2,1% enquanto do Brasil e do México cresceram, respectivamente, 3% e 3,3%. A porcentagem da população urbana abaixo da linha de pobreza na América Latina era 26%, e na Argentina, no Chile e no Uruguai eram respectivamente 5%, 12% e 10%. Já a população rural a cifra era de 62% na América Latina, e na Argentina, Chile e Uruguai, se situava, respectivamente em 19%, 25% e 0% (FAJNZYLBBER, 1983, p.154-155).

orientada por ideias e políticas econômicas liberais, visando a construção de uma economia de mercado livre das amarras do Estado e que se afastava do paradigma intelectual e das políticas econômicas intervencionistas iniciadas com a Grande Depressão.

2.2 As políticas econômicas implementadas durante o regime militar chileno (1973-1982)

No contexto de crise econômica, política e social que desembocou no golpe contra o governo socialista democraticamente eleito de Salvador Allende, da Unidade Popular (1970-1973), o regime militar chileno adotou um diagnóstico que concebia que a extensa intervenção do Estado (protecionismo tarifário, créditos subsidiados, controle de preços, estatizações, desequilíbrio fiscal) havia sido a principal fonte dos desequilíbrios responsáveis pela trajetória de baixo crescimento desde o pós-guerra. No plano ideológico, apesar de que os militares chilenos se identificassem com a ideologia da segurança nacional, que normalmente estava associada ao aumento da atividade econômica e da participação do Estado na economia, o regime militar no Chile adotou uma ideologia oposta, tendo como doutrina econômica as ideias monetaristas da Escola de Chicago (ANGELL, 2002). A tecnocracia à frente das questões econômicas do regime, que elaborou o projeto liberal para o Chile, ficou a cargo de um grupo de jovens economistas que ficaram conhecidos como “*Chicago Boys*”¹¹. Esses economistas fizeram pós-graduação em economia na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, através de um convênio firmado entre a referida universidade com a Pontifícia Universidade Católica do Chile (PUC) em 1955, a partir de quando passaram por um treinamento em ciência econômica e

¹¹ Os principais economistas do grupo eram Sérgio de Castro (líder), Pablo Baraona, Sérgio Undurraga, Emilio Sanfuentes, Manuel Cruzat, Juan Braun, Alvaro Bardón, J.L. Zabala, André Sanfuentes, Emilio Sanfuentes, Juan Villarzú, Ernesto Fontaine, Carlos Massad, Ricardo Ffrench-Davis, Rolf Luders (FUENTES; VALDEAVALLANO, 2015; VALDÉS, 1995).

tiveram como docentes várias personalidades monetaristas da época, tais como Milton Friedman e Arnold Harberger¹² (FUENTES; VALDEAVELLANO, 2015; VALDÉS, 1995). Os *Chicago Boys* foram designados para vários postos governamentais da área econômica do novo regime, e seus membros proliferaram-se para diversos cargos de alto escalão e de subsecretarias durante todo o período de vigência da ditadura militar.

Como já enfatizado, uma periodização usual para o regime chileno se dá pela divisão em dois subperíodos de acordo com Ffrench-Davis (1984; 2003). É no primeiro subperíodo, entre 1973-1982, quando ocorreu a implantação das políticas e reformas econômicas ortodoxas “puras” de maneira agressiva e extremada visando a restauração de uma economia de mercado livre, que este trabalho se concentra. Feita essa advertência, Ramos (1989), por sua vez, compreende que este primeiro momento — entre 1973 e 1983 — pode ser subdividido em três fases. Em sua periodização, a primeira fase se estende do golpe (setembro de 1973) a junho de 1976, a segunda de junho de 1976 a meados de 1981 e a terceira entre meados de 1981 até 1983. Essa periodização é útil para a apresentação das políticas econômicas implementadas e seus resultados.

Na primeira fase, a política econômica do regime militar priorizou a estabilização macroeconômica em seus problemas mais imediatos, pausando suas medidas primeiramente no problema da hiperinflação — que alcançou 453% ao fim de 1973, conforme a Tabela 2, e 700% quando analisada a taxa média mensal nos últimos quatro meses da Unidade Popular¹³ (FFRENCH-DAVIS, 2003; FOXLEY, 1982) — e no combate aos mercados

¹² Segundo Valdés (1995, p.136) entre 1956 e 1961, um total de vinte e seis jovens estudantes foram enviados a Chicago.

¹³ O Índice de Preços ao Consumidor calculado oficialmente foi subestimado em 1973 e entre 1976-1978. Desta forma, utilizam-se índices corrigidos, como o de Córdazar e Marshall (1980) entre 1970-1978 e o de Yáñez (1984) entre 1973 e 1983.

negros em função da escassez gerada pelo controle de preços do governo deposto. Para enfrentar esses problemas, as primeiras medidas foram: redução do déficit público, descongelamento dos preços e das tarifas públicas, repressão sindical, elevação da taxa de juros e restrição de crédito, unificação e desvalorização da taxa de câmbio, início do processo de devolução de empresas estatizadas, alteração da legislação para incentivar a entrada de capitais estrangeiros. Uma tarefa difícil e tida como urgente na área econômica era a dimensão do problema da dívida externa e do balanço de pagamentos. Neste sentido, foram os empréstimos externos conseguidos entre 1973 e 1975 que somaram US\$ 141,8 milhões do *Export-Import Bank* e outros organismos, e US\$ 304 milhões do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (ANGELL, 2002).

O diagnóstico monetarista era de inflação de demanda (ocasionada pela expansão monetária) e em função do déficit fiscal. Em 1973, o déficit do setor público não financeiro (soma dos déficits do governo geral e das empresas estatais) era de -24% do PIB, abaixando para -5,5 em 1974, -2,1% em 1975. A partir de 1976, até 1981, houve em todos os anos superávits fiscais (TABELA 2). Essa redução se deu por vários fatores, como uma reforma fiscal que elevou a arrecadação e o corte de gastos (FOXLEY, 1982, p.11; GATICA; MIZALA, 1990). Os dados da Tabela 2 demonstram que a arrecadação corrente em relação ao PIB cresceu 7,5 pontos percentuais entre 1974 e 1976, e que os gastos correntes (% PIB) cresceram apenas 4,5 pontos percentuais. De outro lado, o déficit das empresas estatais abaixou. De modo geral, os cortes pesaram mais sobre os investimentos públicos, principalmente durante o período em que se iniciou o tratamento de choque dos *Chicago Boys*. O investimento público (% PIB), incluindo o do governo e das empresas estatais, foi reduzido de 12,6% em 1974 para 6,1% em 1976, e chegaria a 1982 a apenas 4,7%.

A possibilidade de redução abrupta dos investimentos estatais no caso do Chile marca uma diferença fundamental importante para o caso da Argentina, experiência caracterizada neste aspecto pela singularidade da resistência à baixa da inversão pública pelos vetos militares em relação à recessão e desemprego. O esforço do governo chileno em reduzir a inversão pública ajuda a explicar a baixa taxa de investimento do Chile no período. No agregado, a taxa de investimento total da economia (formação bruta de capital fixo) como proporção do PIB que estava no nível de 15,3% em 1973 e 18,1% em 1974, decresceu para apenas 13,2% em 1976, com um aumento posterior entre 1978 e 1981, mas cuja média total do período foi 16%, calculada a partir dos dados da Tabela 2.

Tabela 2 – Indicadores fiscais, taxa de investimento e inflação no Chile – 1973-1982.

Indicadores	Ano									
	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Arrecadação corrente (1)	...	30,3	34,9	37,4	38,6	33,2	32,5	32,9	32,1	29,9
Gasto público corrente (2)	...	26,4	27,6	31,0	33,0	26,8	24,8	24,5	26,7	31,9
Resultado corrente 3= (1-2)	...	3,9	7,3	6,4	5,6	6,5	7,7	8,4	5,5	-1,9
Investimento público (4)	...	8,7	5,7	3,1	4,2	3,5	3,2	2,6	2,5	2,1
Resultado fiscal = 5=(3-4)	...	- 6,6	0,0	3,2	0,9	2,1	5,1	5,5	2,9	-2,3
Resultado das empresas estatais (6)	...	1,2	-2,1	0,9	-0,5	-0,8	0,6	-0,1	-2,5	-1,6
Investimentos das empresas estatais(7)	...	3,9	3,5	3,0	2,7	3,2	1,9	2,6	2,6	2,6
Resultado do SPNF 8=(5+6)	...	-5,5	-2,1	4,0	0,4	1,3	4,6	5,4	0,4	-3,9
Investimento público total (4+7)	...	12,6	9,2	6,1	6,9	6,7	5,1	5,2	5,1	4,7
Formação Bruta de capital fixo	15,3	18,1	16,0	13,2	13,9	15,0	16,2	18,3	20,1	14,4
Inflação - IPC corrigido	453,7	513,1	377,8	210,7	91,7	40,2	33,4	35,1	19,7	9,9

Fonte: Elaborada pelo autor.

Notas: Dados fiscais e taxa de investimento em proporção do PIB.

SPNF – Setor Público não financeiro. O Resultado setor público não financeiro está em termos nominais, sendo igual o resultado fiscal mais os juros da dívida pública.

Formação Bruta de Capital Fixo (% PIB) é a taxa de investimento da economia.

Maiores detalhes sobre as variáveis consultar o Apêndice estatístico.

As medidas de curto prazo tiveram resultados razoáveis em um primeiro momento, como o crescimento das reservas internacionais, o aumento da arrecadação pública pela liberação de tarifas e reforma fiscal e o fim do mercado negro pela liberação dos preços. No entanto, a

liberação de preços trouxe a intensificação do problema inflacionário. A estabilização inflacionária provaria ser um problema bem mais complexo e cuja resolução ainda levaria alguns anos com grandes custos. Ramos (1977) foi um dos primeiros a analisar de forma sistemática o problema da estabilização anti-inflacionária do regime militar do Chile. Em termos sintéticos, a tese do autor é que a passagem da inflação reprimida para um período de “hiperestagflação” ocorreu mediante um *overshoot*¹⁴ após a liberalização dos preços da economia. A inflação saltou de um nível já elevado em 1973 para 513% em 1974 (TABELA 2).

O resultado imediato dessa opção da política econômica foi que os níveis de preços se elevaram muito acima das expectativas inflacionárias reprimidas. O autor estima que a liberação dos preços (que estavam abaixo do equilíbrio) ocasionou um salto excessivo muito acima do “equilíbrio” (RAMOS, 1977). Ao liberar os preços, esperava-se que houvesse um aumento de cerca de 20 vezes mais que o equilíbrio de 1970 (similar à expansão monetária). O fato foi que os preços aumentaram 30 vezes a mais que o nível de 1970, correspondendo a 50% a mais que o nível de equilíbrio esperado. Esse incremento foi muito superior a pressões de custos atuais de seus insumos (o câmbio e os salários aumentaram respectivamente 20 e 12 vezes)¹⁵.

O *overshoot* levou ao endurecimento das expectativas inflacionárias. A política anti-inflacionária do governo, conjugando liberalização de preços, políticas monetárias e fiscais restritivas, corroeu os salários reais e a atividade econômica (FOXLEY, 1983). Os dados da Tabela 3 mostram uma deterioração das remunerações reais em 1975 de 12% em relação a 1973 e

¹⁴ Em síntese a expressão significa que houve uma elevação dos preços além do suposto nível de equilíbrio, uma sobre-elevação.

¹⁵ Segundo Ramos (1977) os preços sobrepassaram o nível de equilíbrio não por pressões de demanda ou de custos atuais, mas sim como antecipação de maior demanda e custos (maior demanda, remunerações em janeiro e novos reajustes nos custos), projetando os próximos três meses.

7% em comparação com 1974¹⁶, e uma retração, respectivamente, do PIB e do PIB *per capita*, de -12,9% e -14,3%. Como resultado, a recessão produziu aumentos progressivos na taxa de desemprego, de um nível de 9% em 1974 para 16,7% em 1976. Quando se inclui nesta cifra o Programa de Emprego Mínimo (PEM)¹⁷, implementado pelo governo em 1975, a taxa de desemprego (desempregados mais o PEM como proporção da força de trabalho) atingiu 21,9% em 1976 (TABELA 3).

Tabela 3 - Indicadores de crescimento, desemprego e remunerações no Chile – 1973-1982.

Ano	Indicador macroeconômico							
	Produto Interno Bruto	Taxa de variação do PIB	PIB <i>per capita</i>	Taxa de variação do PIB <i>per capita</i>	Taxa de desemprego aberta	Taxa de desemprego com PEM	Taxa de desemprego com PEM E POJ	Índice de salários reais
1973	19 728,6	-5,6	1 956,0	-7,1	4,8	73
1974	19 920,9	1,0	1 943,3	-0,7	9,1	68
1975	17 349,1	-12,9	1 666,1	-14,3	15,7	17,6	61
1976	17 959,4	3,5	1 699,4	2,0	16,7	21,9	...	62
1977	19 730,0	9,9	1 841,2	8,3	13,3	18,9	71
1978	21 351,1	8,2	1 965,7	6,8	13,8	18	...	74
1979	23 119,4	8,3	2 099,3	6,8	13,5	17,3	74
1980	24 956,3	7,9	2 233,4	6,4	11,7	17	...	83
1981	26 506,6	6,2	2 336,0	4,6	10,4	15,1	...	96
1982	22 905,0	-13,6	1 987,2	-14,9	19,6	25,6	26,1	94

Fonte: Elaborada pelo autor.

Notas: Taxas de variação do PIB e do PIB *per capita* de um ano com relação ao ano anterior de um ano com relação ao ano anterior.

Taxas de desemprego como porcentagem da força de trabalho.

Índice de salários reais com ano base em (1970=100).

Maiores detalhes sobre as variáveis consultar o Apêndice estatístico.

Embora a política anti-inflacionária de “tratamento de choque” iniciada em 1975 tenha levado a queda acentuada da atividade econômica,

¹⁶ O declínio das remunerações reais de 1975 em relação a 1970 foi de 29% (TABELA 3).

¹⁷ O programa empregava cerca de um terço dos desempregados no Chile a partir de 1976 (RAMOS, 1989).

redução do déficit público, controle monetário e da deterioração dos salários, a inflação não tinha obtido uma redução ainda satisfatória, estando resistente a níveis superiores a 300% nos três primeiros anos de duração de tentativa de estabilização no Chile. O fato de a economia chilena, durante a primeira fase, ter apresentado resistência à baixa da inflação e recessão colocava em cheque as explicações teóricas dos *Chicago Boys*, principalmente pelo impacto da atividade econômica em 1975, demonstrando uma importância do papel da indexação e das expectativas inerciais na determinação da inflação (ANGELL, 2002; FFRENCH-DAVIS, 2003; GATICA, MIZALA, 1990; RAMOS, 1977, 1989).

Na segunda metade de 1976 foi iniciada a segunda fase da política econômica da ditadura. Neste período logrou-se uma efetividade maior na política anti-inflacionária, com a mudança no diagnóstico da inflação e sua estratégia de combate, e a economia chilena obteve os melhores indicadores macroeconômicos sob o regime de exceção (RAMOS, 1989).

A equipe econômica reconheceu que a política monetária restritiva não era suficiente para dar fim ao processo inflacionário. Desta forma, houve um reconhecimento de que a inflação não derivava apenas do excesso de demanda, mas havia em jogo outras causas, como as expectativas dos agentes econômicos e a indexação (ANGEL, 2002; FFRENCH-DAVIS, 1984; GATICA; MIZALA, 1990). O diagnóstico anterior, implementado em 1975, concebia que o combate à inflação se daria a partir do momento em que agentes econômicos vissem a diminuição da taxa de expansão da oferta monetária, reajustando assim suas expectativas inflacionárias e não alterando os preços. No entanto, as informações sobre a oferta de moeda eram divulgadas com atrasos e não raramente se mostravam contraditórias a outros indicadores (FFRENCH-DAVIS, 1984). Com esses problemas, alguns indicadores passaram a ser concebidos como um índice de inflação esperada pelas expectativas dos agentes econômicos, tais como a taxa de

câmbio, os reajustes de tarifas, a própria oferta de moeda e a taxa de juros. Esses mecanismos facilitavam a propagação das expectativas inflacionárias ao longo do tempo, assim como a perpetuação do desequilíbrio ocasionado pelo *overshoot* inicial (RAMOS, 1977).

Para contornar a situação inflacionária, a principal variável escolhida para efetuar o controle inflacionário foi a taxa de câmbio. No início da experiência monetarista, o peso chileno foi desvalorizado para diminuir o déficit em conta corrente e manter o poder de compra real da moeda. No entanto, na nova estratégia contra a inflação, foi instituído um regime de desvalorizações de acordo com a inflação passada (*crowling peg passivo*), que em 1978 passou a ser a taxas inferiores à inflação passada (*crowling peg ativo*), incorrendo em um constante atraso cambial (TABELA 4). Essa estratégia era apoiada na concorrência externa pela abertura comercial e na consolidação da reforma tarifária para estimular as importações para baixar os preços via concorrência externa e ordenar as expectativas inflacionárias dos agentes econômicos. A tarifa máxima sobre importações se reduziu de 55% para 10% entre 1976 e 1979 e a média de 24% para 10% (TABELA 4). Em junho de 1976 e em março de 1977 foram implementadas as primeiras desvalorizações cambiais abaixo da inflação, com resultado notável e revelador das taxas de inflação (CANO, 2000b; FFRENCH-DAVIS, 1984; RAMOS, 1977). Segundo sinalizado na Tabela, 4, a tendência de valorização pode ser observada no índice do câmbio real efetivo, que passou de 100,2 em 1975 para 87,4 em 1979, e chegaria em 1981 em 67,5. Como resultado dessa nova estratégia utilizando o câmbio, houve uma redução sistemática da taxa de inflação, como pode ser visto na Tabela 2 apresentada anteriormente.

Tabela 4 – Indicadores do setor externo do Chile – 1973-1982.

Indicador	Ano									
	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Taxa de câmbio nominal (moeda legal do período por dólar)	110,70	831,90	4,91	13,05	21,40	31,66	37,25	39,00	39,0	50,91
Desvalorização nominal anual da moeda	468,6	651,4	...	165,8	64,9	47,0	17,6	4,7	0	30,5
Índice da taxa de câmbio real efetiva	107,2	93,5	100,2	87,1	84,4	97,7	87,4	75,1	67,4	78,9
Termos de intercâmbio	106,3	129,4	53,2	57,1	51,3	49,8	53,4	49,0	38,6	34,4
Preço real do cobre (média anual)	243,4	236,7	130,0	141,2	124,0	120,1	154,8	149,9	109,3	91,0
Tarifa máxima de importações	220,0	200,0	120,0	80,0	55,0	20,0	10,0
Tarifa média simples de importações	94,0	90,0	52,0	38,0	24,0	13,9	10,1
Balança comercial	-184,0	-36,0	-211,0	433,0	-267,0	-680,0	-598,0	-1056,0	-3245	-379,0
Exportações de bens e serviços	1463,0	2327,0	1838,0	2413,0	2604,0	2941,0	4 619,0	5968,0	5008,0	4 641,0
Importações de bens e serviços	1646,0	2363,0	2049,0	1980,0	2871,0	3621,0	5 217,0	7 023,0	8253,0	5 020,0
Balança em conta corrente	-288,0	-304,0	-498,0	132,0	-567	-1111,0	-1 205,0	-2 020,0	-4805	-2 373,0
Conta capital	387,0	210,0	212,0	199,0	738,0	1854,0	2 261,0	3 341,0	4941,0	1 032,0
Saldo balanço de pagamentos	99,0	-90,0	-285,0	330,0	170,0	744,0	1 056,0	1 321,0	136,0	-1 340,0
Variação das reservas internacionais	-15,0	176,0	184,0	- 272,0	-125,0	-683,0	-1 061,0	-1 331,0	-164,0	1112

Fonte: Elaborada pelo autor.

Notas: Taxa de câmbio de acordo com moeda legal do período (escudo até 1974 e peso após 1975). Por isso há uma forte mudança na taxa de câmbio nominal na tabela entre esses dois anos.

Tarifas em porcentagem.

Valores negativos da variação de reservas internacionais significam aumentos.

Índice da taxa de câmbio real efetiva com base em 1970 (=100).

Índice de termos de intercâmbio com base em 1970 (=100).

Contas externas em milhões de US\$ correntes.

Maiores detalhes sobre as variáveis consultar o Apêndice estatístico.

Por fim, em 1979 foi adotado o congelamento da taxa de câmbio a 39 pesos por dólar, o que significou a adoção completa de um enfoque monetarista em economia aberta – o enfoque monetário do balanço de pagamentos – em substituição ao enfoque monetarista de uma economia fechada (FFRENCH-DAVIS, 1984; RAMOS, 1989). A proposição subjacente ao enfoque monetário do balanço de pagamentos é que em uma economia aberta, sem déficit fiscal (eliminado neste ano no Chile) e com a taxa de câmbio fixo, deveria haver uma convergência entre as taxas de inflação interna e externa e também entre as taxas de juros (ANGELL, 2002; FERRER, 2004; FFRENCH-DAVIS, 1984; GATICA; MIZALA, 1990). Como resultado, a inflação cedeu ainda mais, para aproximadamente 35% entre 1979 e 1980 e 19,7% em 1981 (TABELA 2).

Outro aspecto caracterizador da segunda fase foi o forte crescimento econômico. A redução da inflação aliada à forte entrada de capitais externos atraídos pelas taxas de juros reais altas contribuiu para o aumento dos salários reais e da produção, recuperando o crescimento econômico em taxas elevadas do PIB (FFRENCH-DAVIS, 2003; FOXLEY, 1983; RAMOS, 1989). A taxa média de crescimento anual da economia chilena medida pelo PIB foi de 7,6% entre 1976 e 1980 (TABELA 3), o que contrasta fortemente com a taxa média de crescimento de -2,2% entre 1970 e 1975 (CEPAL, vários números). Quando medido pelo PIB *per capita*, percebe-se uma elevação média anual de 6,1 % (TABELA 3), contra uma taxa negativa de 3,8% no período precedente (CEPAL, 1981, p.122). A taxa de investimento recuperou-se, saindo de 13,2% do PIB em 1976 para 16,2 % em 1979 (TABELA 2). Ainda assim, o crescimento do período aproveitou muito a subutilização da capacidade instalada ocasionada pela recessão de 1975¹ (FFRENCH-DAVIS, 2003; LIRA, 2010; RAMOS, 1989). Os dados da Tabela

¹ Segundo Ffrench-Davis (2003) é errôneo apresentar o crescimento econômico de 1976-1981 sem a devida referência ao nível da recessão de 1975. Desta forma, o crescimento da época na verdade foi uma recuperação dos níveis prevalecentes em anos anteriores.

3 sinalizam que a taxa de desemprego aberta recuou de 16,7% em 1976 para 11,7% em 1981. A taxa de desemprego, incluída os números PEM, abaixou de 21,9% para 15,1% no mesmo período. Apesar da diminuição, são números ainda grandes. Esses resultados e a capacidade de exprimir as reformas econômicas de maneira radical levaram a uma imagem de “milagre econômico”, propiciada pelo modelo econômico monetarista (FFENCH-DAVIS, 2003; FOXLEY, 1982; VALDÉS, 1995).

Em 1980, em função da até então estabilidade social e econômica, o governo pôde implantar outras reformas estruturais (LIRA, 2010). Para Ramos (1989), dentre elas se destacam o “Plano Laboral”, o “Plano Previdenciário” e a criação do mercado nacional de capitais². O objetivo destas reformas estruturais e da liberalização financeira pela conta de capital asentava-se na perspectiva que a entrada de poupança externa abaixaria a taxa de juros interna ao nível da externa. Assim, as forças de mercado poderiam retomar os investimentos, consumo e crescimento econômico (LIRA, 2010). A despeito desses resultados neste interregno, a nova estratégia de combate à inflação pela via da valorização real do câmbio, priorizando os objetivos inflacionários, houve um crescente desequilíbrio no setor externo (FFENCH-DAVIS, 1984; RAMOS, 1989). A estratégia potencializou em maiores magnitudes os aspectos negativos da deterioração da situação externa do Chile na década de 1970.

No contexto mais geral do setor externo, sabe-se da elevação dos preços do petróleo em 1973 e 1979. Soma-se a isso deterioração dos termos de

² No primeiro estabeleceu-se a negociação coletiva ao nível de cada unidade produtiva num contexto de abertura comercial, com o objetivo de forçar a diminuição dos salários através da perda de poder de barganha. No Plano Previdenciário, o autor destaca o aumento a idade de aposentadoria e a redução dos benefícios dos aposentados, que resolveu a crise financeira da previdência. Ademais, houve a adoção para a “capitalização individual”, isto é, o Estado garantia um piso mínimo para todos, mas o trabalhador fazia aportes individuais com a administração privada destes mecanismos. Já a criação do mercado de capitais baseava-se na implantação dos mecanismos de mercado em substituição aos estatais, que tinha a característica de ser um sistema de crédito subsidiado e com muitos vícios. Além disso, houve o esforço no sentido de eliminar restrições sobre a liberdade da taxa de juros e a revogação de leis que freavam atuação dos bancos estrangeiros (RAMOS, 1989, p.31).

intercâmbio do país — ou seja, a relação entre os preços dos bens exportados e os importados, de um índice de 106,3 em 1973 para 34,4 em 1982, e a diminuição do preço real do cobre de 243,4 centavos de dólar por libra em 1973 para 91 em 1982, conforme a Tabela 4. A balança comercial, que tinha um superávit de US\$ 433 milhões em 1976, obteve um déficit de US\$ 680 milhões em 1978, que passou de US\$ 1 bilhão em 1980. As exportações de bens e serviços cresceram 147% entre 1976 e 1980, enquanto as importações, incentivadas pelos rebaixes de tarifas e o câmbio real valorizado, experimentaram um salto de 254% no mesmo período. Na mesma tendência, o déficit em conta corrente seguiu uma tendência exponencial, saindo de um déficit de US\$ 567 milhões em 1977 para uma cifra quatro vezes maior em 1980, na magnitude de aproximadamente US\$ 2 bilhões (TABELA 4).

No contexto da progressiva liberalização financeira, o crescente influxo de capitais estrangeiros em busca de juros elevados, como era o caso da política monetária implementada pelo governo chileno (TABELA 5), permitiu financiar os déficits em conta corrente, resultando em superávits no balanço de pagamentos e no acúmulo de crescentes reservas internacionais. A conta capital aumentou de US\$ 199 milhões em 1976 para US\$ 1,8 bilhão em 1978 e alcançou mais de US\$ 3,3 bilhões em 1980. Como resultado do maior influxo de capitais, as reservas internacionais eram, em 1976, de US\$ 272 milhões, em 1978 de US\$ 683 milhões e, por fim, em 1980 de que US\$ 1,3 bilhão (TABELA 4). Desta forma, a política econômica se tornava cada vez mais dependente de entrada de capitais estrangeiros e do endividamento, e a explosão dos desequilíbrios era questão de tempo. A dívida externa total do Chile cresceu cerca de 3,5 vezes, de US\$ 4,854 para mais de 17 milhões entre 1975 e 1982, e até 1980 a dívida externa estava ainda em US\$ 11 milhões, da qual a maior composição era do setor privado. Já o serviço da dívida externa chegou a 3,10 % em 1981 (TABELA 5).

Tabela 5 – Indicadores de taxas de juros e endividamento externo no Chile – 1973-1982.

Indicadores	Ano									
	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Taxas de juros nominais	498,3	250,7	156,3	85,3	62	46,9	51,9	63,12
Taxas de juros reais	127,1	17,7	39,1	35,2	16,6	12	38,7	35,1
Dívida externa bruta total	4854	4720	5201	6664	8484	11084	15542	17153
Dívida externa do setor público	4068	3762	3917	4709	5063	5063	5465	6660
Dívida externa do setor privado	786	958	1284	1955	3421	6021	10077	10493
Dívida externa total (exportações)	2,6	1,95	1,99	2,26	1,83	1,85	3,10	1,43

Fonte: Elaborada pelo autor.

Notas: Taxas de juros nominais e reais (%).

Dados sobre dívida externa em milhões de US\$.

Para maiores detalhes sobre as variáveis, consultar o Apêndice estatístico.

A redução do tamanho do Estado mediante processo de privatização, tido como de suma importância pelos tecnocratas, foi instrumentalizada em boa parte durante 1975 e 1980 (atravessando as três fases). Além das empresas que sofreram intervenção do governo da Unidade Popular, o Estado chileno possuía, através da *Corporación de Fomento de la Producción* (CORFO), 300 empresas estatais em 1973. Este número foi reduzido para 24 em 1980, das quais a metade ainda estava em processo de privatização. Além dessas empresas, havia mais uma dúzia de empresas que dependiam de organismos do governo que não faziam parte da CORFO, entre elas as corporações do cobre e do petróleo. Os militares resistiram em vender empresas que consideravam estratégicas para a segurança nacional, como a CODELCO e a ENAP (respectivamente as empresas estatais do cobre e petróleo) (ANGELL, 2002).

Na terceira fase (meados de 1981 até 1983), a fragilidade da estratégia econômica do governo foi exposta, com a economia deteriorando-se profundamente. Em primeiro lugar, a redução das tarifas externas e a valorização da moeda barateavam as importações e desestimulava as exportações, com a conseqüente deterioração da balança comercial e da

conta corrente, à medida que essa dinâmica ficava altamente dependente do fluxo de capitais estrangeiros. Em segundo lugar, em função do distanciamento entre as taxas de inflação interna e externa e também das taxas de juros reais domésticas e internacionais, os desequilíbrios do balanço de pagamentos e do endividamento externo foram potencializados, levando a economia à crise econômica (RAMOS, 1989).

No ano de 1981 as contas do setor externo, por fim, deterioraram-se de maneira notável. A balança comercial mais que triplicou e o déficit em conta corrente mais que dobrou, enquanto, dado que a bonança do financiamento externo da década de 1970 havia se tornado uma severa diminuição da liquidez internacional, a conta capital cresceu apenas 47%, o que reduziu drasticamente o saldo do balanço de pagamentos, apesar de ainda positivo, em US\$ 136 milhões (TABELA 4). Para aliviar a restrição externa, o governo teve que abandonar o câmbio fixo (a 39 pesos por dólar) do enfoque monetário do balanço de pagamentos, incorrendo em várias desvalorizações cambiais entre junho e outubro de 1982, que somaram, no ano, 30% nominalmente³ e aproximadamente 11% em termos reais, conforme presente na Tabela 4, medidas que ajudaram a resolver de modo relativo os problemas externos nos anos subsequentes (ANGELL, 2002).

Sobre o endividamento da economia e do setor privado, as altas taxas de juros, conforme a Tabela 5, e a recessão na atividade produtiva levaram a um aumento na inadimplência interna do mercado financeiro, principalmente dos bancos e empresas privadas. Para salvar os bancos e tais empresas do setor agrícola, industrial e de construção e evitar um colapso do sistema financeiro foi fundamental a intervenção estatal. Em 1981 o

³ A magnitude total das sucessivas desvalorizações cambiais em termos nominais foi de 95% entre junho de 1982 e 1983 (FFRENCH-DAVIS, 1984, p.17).

governo entrevistou em 8 instituições financeiras (FFRENCH-DAVIS, 1984; RAMOS, 1989).

A recessão em meio à crise de 1982 foi numericamente impressionante, como pode ser apreciado nos dados da Tabela 3. O PIB reduziu-se em -13,6% e o PIB *per capita* diminuiu 14,9%. Em 1982, ao fim da experiência monetarista “pura”, o PIB havia crescido em média apenas 1,3% e o PIB *per capita* -0,2%, estacionando o nível de renda *per capita* do Chile neste ano a um nível inferior a 1973 (TABELA 2). O crescimento insatisfatório da economia chilena entre 1973 e 1982 pode ser explicado, em parte, pela diminuição da taxa de investimento. A formação bruta de capital fixo como proporção do PIB, em média, ficou no nível de 14% no período (TABELA 2), bem inferior ao nível dos períodos de 1950-1959 e 1960-1972, quando respectivamente a taxa de investimento era de 20,6% e 18,5%⁴ (FFRENCH-DAVIS; MUÑOZ; PALMA, 2009, p.164-165). Como apresentado na Tabela 3, a taxa de desemprego, sem a inclusão dos programas de emergência, alcançou 19,6% em 1982. Incluindo o PEM e o recém-criado, à época, *Programa de Ocupación de Jefes de Hogares* (POJH), a taxa de desemprego elevou-se a mais de 26%. De outro lado, a crise em termos de crescimento e do setor externo contrastava com o alcance do objetivo em termos fiscais, com resultados fiscais positivos entre 1979 e 1981, e o descenso final da inflação, de 19,7% em 1981 e 9,9% em 1982 (TABELA 2).

Resumidamente, podemos avaliar que a política econômica que foi aplicada no Chile seguiu uma rigidez maior no combate à inflação e nas reformas estruturais da economia. Se por um lado foi possível diminuir a taxa de inflação durante a experiência, a implementação das políticas liberais se associou com baixos níveis de investimento, e conseqüentemente de crescimento baixo no agregado do período, que combinou severas

⁴ Apenas para efeitos comparativos em períodos anteriores aos anos inseridos na Tabela 2, utiliza-se as cifras de Ffrench-Davis *et al.* (2009). Os dados da Tabela 2 indicam uma média da taxa de investimento de 16%.

recessões em 1975 e em 1982 com relativa robustez nas taxas de crescimento entre 1976-1980. Ademais, as políticas de combate à inflação elevaram os níveis de desemprego em magnitudes crescentes e significativas, bem como fomentaram um forte processo de especulação financeira e endividamento. O setor externo, que até certo tempo teve seus problemas relativamente solucionados, se tornou um elemento que desencadearia a crise do modelo no início da década de 1980, a partir da utilização da taxa de câmbio como instrumento anti-inflacionário.

2.3 A experiência de política econômica do regime militar argentino (1976-1982)

Após o golpe de 24 de março de 1976, com Rafael Videla tornando-se o Presidente, deu-se início ao Processo de Reorganização Nacional. As intenções do regime instituído eram eliminar as ameaças subversivas — identificadas no peronismo e nas guerrilhas —, dar fim à corrupção e superar a crise econômica. O objetivo em última instância era um ambicioso projeto de transformação das bases da sociedade argentina, pelo qual se visava o desmantelamento das forças democráticas que deram base ao projeto de industrialização no país, aglutinadas no peronismo (CANITROT, 1980; FERRER, 2004; TORRE; RIZ, 2002).

Do ponto de vista político e social, pode-se elencar que os motivos da tomada de poder relacionam-se com a incapacidade do sistema político argentino de resolver os conflitos sociais dentro das regras do jogo do sistema democrático (CANITROT, 1980; FAUSTO; DEVOTO, 2004; FERRER, 2004). Segundo Fausto e Devoto (2004, p.399), havia “[...] amplo acirramento dos embates sociais, a amplitude das ações da guerrilha urbana [...]”. Estas guerrilhas foram aliadas do peronismo no processo de luta política que levou à ascensão de Isabel Perón ao governo em 1974, após a morte de seu marido Juan Domingo Perón, e sobreviveu em parte graças a debilidade do aparato repressivo do Estado. Soma-se a esse contexto o

clima político advindo da Guerra Fria. Do ponto de vista econômico, é consenso na literatura que um dos motivos que levou a mudança nas políticas econômicas pelo regime autoritário, inclinando-se para o monetarismo, foi a frustração do crescimento econômico a partir da estratégia da Industrialização por Substituição de Importações (ISI), iniciada nas décadas de 1930 e 1940 e fortalecida no pós-guerra (CANITROT, 1980; FONSECA, 2003; TAVARES, 2000; RAPOPORT, 2000). Como expressão do que subsidiava essa frustração, Ramos (1989, p.46) aponta que a Argentina cresceu 3,7% ao ano, o que era inferior em relação à taxa de crescimento anual do pós-guerra do restante da América Latina (excluídos Argentina, Uruguai e Chile), que foi da ordem de 6,2% anuais.

O diagnóstico da equipe econômica foi que as dificuldades da economia argentina derivavam de duas causas básicas: a distorção dos preços relativos introduzida pela industrialização e o sobredimensionamento do Estado, que teria gerado um sistema econômico distorcido e uma industrialização que se dava em detrimento das vantagens comparativas do país. Em última instância, o populismo e a industrialização teriam criado as condições para a politização da sociedade e a subversão (CANITROT, 1980). Para resolução dos problemas econômicos, o regime optou no plano de intenções pelo liberalismo econômico radical, cujo objetivo, além de restaurar os equilíbrios macroeconômicos básicos, era implementar um projeto de longo prazo para a alteração das bases econômicas do país da indústria para a agricultura (CANITROT, 1980; FERRER, 2004, 2012; RAMOS, 1989; RAPOPORT, 2000).

À frente do programa econômico, José Alfredo Martínez de Hoz foi escolhido estrategicamente para o Ministério da Economia, pois gozava de grande prestígio frente aos setores liberais internos e no exterior com os círculos financeiros internacionais. Convocado pela Junta Militar, o novo ministro da Economia da Argentina, Martínez de Hoz, discursou em

Cadeia Nacional de rádio e televisão no dia 2 de abril de 1976, anunciando o *Programa de recuperación, saneamiento y expansión de la economía argentina*, no qual continha as orientações gerais para a implementação da política econômica nos anos posteriores, e que, segundo o próprio autor, obteve “[...] aprovação prévia e consenso das Forças Armadas” (MARTÍNEZ DE HOZ, 1981b, p.9, tradução nossa).

Assim que assumiu o Ministério da Economia, o setor externo foi eleito por Martínez de Hoz como uma das áreas mais críticas da situação econômica do país. As reservas internacionais estavam praticamente esgotadas, mas pelo prestígio com os mercados financeiros internacionais, o ministro conseguiu um empréstimo *stand-by* com o FMI no valor de US\$ 300 milhões e mais 100 milhões com um conjunto de bancos privados liderados pelo *Chase Manhattan*, impedindo a insolvência externa (TORRE; RIZ, 2002, p.129). Para tentar resolver o problema do balanço de pagamentos, deu-se fim às múltiplas taxas de câmbio e promoveu-se desvalorizações cambiais.

Assim como no caso chileno, Ramos (1989) divide a gestão da política macroeconômica do regime militar argentino em três fases. A primeira entre abril de 1976 e maio de 1978, a segunda entre maio de 1978 e inícios de 1981, e a terceira a partir de 1981 até 1983. Na primeira fase (os dois primeiros anos), a política econômica concentrou-se no controle de salários e em um câmbio real externo desvalorizado. Tais medidas propunham a melhora no balanço de pagamentos através da elevação dos preços relativos dos produtos agropecuários e o controle inflacionário no curto prazo.

Inicialmente, a política anti-inflacionária do governo, de inspiração ortodoxa, combinou congelamento dos salários nominais por três meses e um forte ataque contra a organização dos trabalhadores através da intervenção direta nos sindicatos, dissolução da CGT, suspensão das atividades sindicais e direito de greve, reformas da *Ley de Contratos de Trabajo*, etc.

(FERRER, 2004; RAPOPORT, 2000; TORRE; RIZ, 2002). Dado que ao mesmo tempo em que os salários nominais se encontravam congelados, dava-se início à liberalização de preços, houve uma diminuição abrupta dos salários reais. Os dados da Tabela 6 mostram que os salários reais terminaram 1976 com uma deterioração aproximada de 25% em relação a 1970 (base do índice). Embora não esteja na tabela pelo recorte temporal utilizado, Ramos (1984, p.209) revela que, um ano antes, em 1975, o índice de salários reais atingiu o máximo de 111,1. Se compararmos então 1976 com 1975, no primeiro ano do regime militar argentino os salários achatarem cerca de 37% em termos reais, permanecendo em média neste nível, 73,5, até 1978⁵. Outros resultados da política salarial foram a redução da participação dos trabalhadores da renda nacional e o desmantelamento dos sindicatos (FERRER, 2004).

Tabela 6 – Indicadores fiscais, inflação, desemprego e remunerações na Argentina – 1976- 1982.

Indicador	Ano						
	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Arrecadação total	27,8	28,9	31,3	31,8	33,8	33,0	30,5
Gasto público total	39,5	33,6	37,8	38,4	41,2	46,2	45,6
Investimento público	13,1	13,3	12,5	10,5	9,5	9,7	8,6
Resultado primário	-10,2	-3,6	-4,6	-4,5	-5,6	-9,4	-8,8
Resultado do setor público							
não financeiro (% PIB)	-11,7	-4,4	-6,5	-6,5	-7,5	-13,3	-15,1
Resultado fiscal total	-13,9	-4,3	-8,8	-9,3	-6,6	-13,5	-40,6
Inflação - IPC	444,1	176	175,5	159,5	100,8	104,5	164,8
Taxa de desemprego	4,6	3,0	2,9	2,1	2,2	4,5	4,7
Índice de salários reais	74,7	73,6	72,3	83,0	92,8	83,0	74,1
Formação Bruta de capital fixo	24,8	28,2	25,4	25,3	26,3	23,7	19,6

Fonte: Elaborada pelo autor.

Notas: Dados fiscais e taxa de investimento como proporção do PIB.

Taxa de desemprego como proporção da força de trabalho.

Índice de salários reais com ano base em 1970 (1970=100).

Maiores detalhes sobre as variáveis consultar o Apêndice estatístico.

⁵ Estas cifras estão de acordo com as de Torre e Riz (2002, p.129) que sugerem que após 5 meses eram 40% menores do que o nível de 1972.

Em meados de 1976 a inflação parecia ser um problema resolvido por causa do congelamento dos salários e redução do consumo, porém, assim que os salários foram liberados, novamente houve um incremento importante da inflação (ainda que não tenha voltado ao patamar inicial). Esse aumento da inflação elevou muito as expectativas inflacionárias, o que fez com que a equipe econômica tomasse uma medida que ia contra a inspiração do plano: congelamento de preços por 120 dias (entre março e junho de 1977), o que não foi efetivo no controle inflacionário (RAPOPORT, 2000; TORRE; RIZ, 2002). A inflação, apesar de uma diminuição em relação a 1976, permaneceu resistente ao descenso, ao nível médio de aproximadamente 175% em 1977 e 1978 (TABELA 6).

A inflação não cedia mesmo com avanços nos aspectos fiscais do governo. O déficit fiscal (% PIB) mensurado de todas as formas apresentou redução maior que 50% entre 1976 e 1977, com um leve aumento para 1978. Essa redução se deveu a muitos fatores, como a redução dos gastos e aumento da arrecadação (RAPOPORT, 2000). A arrecadação total como proporção do PIB aumentou de 27,8% em 1976 para 31,3% em 1978, e o gasto público total (% PIB) caiu de 39,5% de 1976 para 33,6% em 1977, e um aumento em 1978 para 37,8% (TABELA 6). Embora os resultados fiscais até 1978 tenham tido notável melhora, os anos posteriores revelam uma piora relativa, e os avanços em matéria fiscal minguaram, pois os gastos não caíram mais, e os déficits fiscais em todos os casos se estabilizaram em certo nível ou aumentaram. Para Torre e Riz (2002), nos anos iniciais, a redução salarial dos empregados públicos permitiu reduzir gastos governamentais sem consequências negativas sobre o desemprego, que era uma preocupação da Junta Militar.

Além disso, a literatura em geral ressalta que no caso da Argentina há uma singularidade, qual seja, havia pragmatismo e hesitação na

redução da inversão pública para evitar uma elevada queda no nível da atividade econômica e de seus efeitos manifestados no Chile (CANITROT, 1980; FAUSTO; DEVOTO, 2004; RAMOS, 1989). Por exemplo, Fausto e Devoto (2004) indicam isso como uma evidência da não correspondência entre a política econômica e o modelo liberal, afirmando que a não redução acentuada dos investimentos públicos se deveu ao temor que as consequências em termos de bem-estar abrissem brecha para críticas ao regime. Percebe-se pelos dados da Tabela 6 que o investimento público (% PIB) permaneceu em média a 13% durante entre 1976 e 1978, a partir de quando houve certa redução para níveis próximos de 9,5% entre 1979 e 1982. Apesar desta redução posterior, a literatura concorda que a inversão pública continuou em níveis elevados, em função do veto militar. Para ter-se um parâmetro, historicamente, entre as décadas de 1960 e 1970, o nível médio de investimento público (% PIB) se situou entre 7% e 8% (ARGENTINA, 2016, p.31). Isto contribuiu para a manutenção da taxa de investimento total da economia em níveis elevados, com oscilações interanuais, mas na média de 25% ao ano, e ademais baixas taxas de desemprego, menor que 5% em todos os anos (TABELA 6).

Dado que os resultados relativos em matéria fiscal não se manifestavam no descenso maior da inflação, na segunda fase (1978-1981) houve uma mudança do enfoque estabilizador para um enfoque na balança de pagamentos (monetarismo de economia aberta), o que levou a uma crescente valorização real da taxa de câmbio, que por outro lado aumentou a vulnerabilidade da economia, abrindo caminho para a crise. A reforma financeira foi colocada em prática em julho de 1977, mas é aqui explicada conjuntamente na segunda fase devido a sua importância e relação com a liberalização comercial como pontos centrais do modelo econômico argentino, conforme vários trabalhos, tais como Canitrot (1980), Rapoport (2000), Ferrer (2004, 2012).

Conforme Ramos (1989) adverte, os objetivos de políticas de estabilização e reformas estruturais se confundem temporalmente durante as três fases. O tratamento dessas questões no que Ramos (1989) chamou de “segunda fase” se justifica em primeiro lugar para fins expositivos e também porque é possível observar um grau de complementaridade entre esses três campos de medidas. Por exemplo, Ferrer (2004) enfatiza que havia três objetivos fundamentais da política econômica em geral: abertura comercial, distribuição da renda e a reforma financeira; e um instrumento decisivo, a taxa de câmbio. Os outros trabalhos também ressaltam a centralidade da abertura comercial e da reforma financeira na estratégia macroeconômica do novo governo.

Conforme Ferrer (2004, p.305) a abertura se desenvolveu em duas partes: a primeira com a flexibilização dos investimentos estrangeiros, em pé de igualdade com o nacional, e em segundo lugar com a diminuição das tarifas sobre importações. Conforme Torre e Riz (2003) e Ramos (1989), a abertura comercial fazia parte de um conjunto de medidas mais ambiciosas, no sentido de mudar o próprio modelo de desenvolvimento para uma estratégia de crescimento “para fora”. A oficialidade concebeu que a indústria nos últimos 50 anos se desenvolveu sob alta proteção externa e por uma elevada discricionariedade do Estado, que inibiu a concorrência e causou ineficiência dos empresários argentinos. Chegara a hora de efetuar uma mudança profunda no desenvolvimento, deixando para trás o ISI, com a redução progressiva das tarifas *ad valorem* sobre importações no período de 5 anos para aumentar a eficiência e competitividade da indústria argentina (TORRE; RIZ, 2003; RAMOS, 1989).

Com a abertura comercial esperava-se, *a priori*, que os preços internos (especialmente os industriais) abajassem pela elevação da concorrência e se efetuasse uma maior eficiência na alocação de recursos em longo prazo como parte de uma estratégia de desenvolvimento de

cunho neoliberal. Houve duas frentes também na distribuição da renda, a funcional e a intersetorial. A funcional (a política trabalhista) já discutimos. Na questão intersetorial a estratégia foi a transferência de recursos das atividades urbanas e industriais para o setor agropecuário pela redução dos impostos sobre exportações tradicionais. Ainda, houve outro canal de transmissão de distribuição de renda: dos produtores de bens *transables* internacionalmente como manufaturas para os setores produtores de bens *no transables*, como o de serviços (FERRER, 2004).

A reforma financeira teve grande foco por parte da equipe econômica, cujas medidas gerais foram o estreitamento dos vínculos com os mercados financeiros internacionais através da desregulamentação da indústria financeira — denominação pela qual o governo destacava o setor —, liberação das taxas de juros, estabelecimento do sistema de reservas friccionadas em substituição ao antigo sistema centralizado que garantia 100% dos encaixes bancários, maior liberdade para instalação e expansão de bancos nacionais e estrangeiros, instituição de um regime de garantia plena no contexto de maior liberalização financeira, recriação da função de emprestador de última instância do Banco Central. A reforma financeira cumpria uma função central da nova estratégia de longo prazo. Como reforma estrutural, a ideia central da reforma era a criação de um mercado de capitais livre de interferências do governo, no qual o setor privado assumiria a responsabilidade de absorção e alocação de recursos entre os agentes econômicos, permitindo a criação de um sistema financeiro mais competitivo e menos custoso (FERRER, 2004; CANITROT, 1980; RAPOPORT, 2000).

A convergência entre as taxas de juros internas e externas era vista como consequência natural da plena liberdade de movimentação de capitais permitida pela reforma. A reforma financeira se mostrou débil para alcançar seus objetivos. O programa básico, a convergência entre as taxas

de juros internas e externas também não ocorreu, embora tenha sido instituída a liberdade de movimentação de capitais. Segundo Rapoport (2000), isso se deve ao fato que a taxa de inflação foi paulatinamente superior às taxas de desvalorização programadas pelo governo, aumentando o atraso cambial, que aumentava o risco de uma significativa desvalorização cambial. Neste contexto, o fator de risco da desvalorização esperada pelos agentes econômicos eleva a taxa de juros interna em uma porcentagem similar, afastando-as das taxas de juros internacionais. Como resultados da reforma, primeiramente verificou-se que o sistema financeiro ocupou um lugar importante apenas no financiamento de curto prazo, e o Estado mantinha sua importância nos investimentos de longo prazo. Em segundo lugar, os investimentos aumentaram em 1977 e depois iniciaram uma queda constante, apesar do aumento da poupança no setor financeiro, aumentando as críticas à noção de que a iniciativa privada possui maior eficiência na alocação dos recursos. A aversão ao risco dos empresários e as altas taxas de juros em comparação com as taxas de retorno dos projetos de investimentos impediam a canalização dos recursos poupados para o investimento produtivo. Na verdade, dado o diferencial entre as taxas de juros externas e internas⁶ e a disponibilidade de capitais no exterior, os ingressos de capitais aumentavam a valorização especulativa de capitais dentro do país. Por outro lado, como terceiro resultado, o maior custo do dinheiro, alterando a estrutura de custos da economia (custo financeiro), se transformou em um aumento autônomo de preços. Em suma, a reforma financeira não debelou a inflação e não foi capaz de aumentar a inversão. Pelo contrário, estimulou a especulação e gerou um

⁶ As menores taxas de juros externas e a disponibilidade de recursos financeiros no exterior eram acessíveis às grandes empresas, e não às pequenas e médias, criando uma assimetria na estrutura econômica da Argentina (RAPOPORT, 2000).

processo de endividamento que explodiu em princípios da década (RAPOPORT, 2000).

Como o ataque à inflação pelas causas tradicionais não surtia os efeitos esperados, Martínez de Hoz alterou em algum grau o diagnóstico do problema inflacionário, passando a conceber a inflação como resultante das expectativas dos agentes econômicos, que adotavam medidas defensivas em um cenário de incerteza. Um forte processo de indexação explicava o aumento e a resistência à baixa dos níveis de preços. Esse processo derivava de comportamentos defensivos dos empresários com aumentos periódicos de preços em função de mudanças de salários, tarifas públicas ou da taxa de câmbio (CANO, 2000a; TORRE, RIZ, 2002). A partir do novo diagnóstico, passou-se a conceber a política cambial como instrumento fundamental para a estabilização inflacionária.

A política cambial implementada a partir de dezembro de 1978 na administração do câmbio ficou conhecida como *tablita*. Conforme assinado na Tabela 7, após uma desvalorização inicial de 5,23%, houve progressivamente desvalorizações programadas decrescentes — as taxas de desvalorização cambial foram menores que a taxa de inflação interna — até alcançar um câmbio fixo em 1981. Conforme a Tabela 6, em 1979, com a implementação da política conhecida como *tablita*, a inflação abaihou levemente para 160%, enquanto a taxa de desvalorização real da moeda foi de 67%, e em 1980 houve um descenso maior para 100%, enquanto a taxa de desvalorização foi de 40,9%. Apesar de a taxa de câmbio ter sido elegida como variável-chave, os reajustes de tarifas públicas também foram definidos pela mesma regra (CANITROT, 1980; CANO, 2000a; FAUSTO; DEVOTO, 2004; FERRER, 2004; RAMOS, 1989).

Tabela 7 – Indicadores do setor externo da Argentina – 1976-1982.

Indicador	Ano						
	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Taxa de câmbio nominal	140	390,5	788,5	1316,5	1854,5	4525	15725
Desvalorização nominal anual da moeda	438,8	178,9	101,9	67,0	40,9	144,0	247,5
Índice da taxa de câmbio real efetiva	88,5	114,0	102,9	77,2	69,2	87,0	112,9
Termos de intercâmbio	88,9	86,3	79,9	81,1	94,2	89,1	82,2
Tarifa máxima de importações							
Tarifa média de importações							
Balança comercial	1 142,0	1 877,0	2 520,0	403,0	-3 191,0	-757,0	2 667,0
Exportações de bens e serviços	4 610,0	6 588,0	7 483,0	9 177,0	9 891,0	10 854,0	9 183,0
Importações de bens e serviços	3 468,0	4 711,0	4 962,0	8 774,0	13 081,0	11 610,0	6 516,0
Balança em conta corrente	657,0	1 127,0	1 836,0	-535,0	- 4 774,0	- 4 712,0	-2 354,0
Conta capital	261,0	719,0	302,0	4 760,0	2 176,0	1 519,0	1 686,0
Saldo balanço de pagamentos	9,8	1 846,0	2 138,0	4 225,0	- 2 598,0	- 3 193,0	- 668,0
Varição nas reservas							
Internacionais	-919,0	- 1 827,0	-2 236,0	-4 424,0	2 666,0	3 408,0	806,0

Fonte: Elaborada pelo autor.

Notas: Índice de taxa de câmbio real efetiva com base em 1970(=100).

Tarifas em porcentagem.

Índice de termos de intercâmbio com base em 1970 (=100).

Contas externas em milhões de US\$ corrente.

Valores negativos da variação nas reservas internacionais significam aumentos.

Maiores detalhes sobre as variáveis consultar o Apêndice estatístico.

Essa política cambial implicou em um progressivo atraso cambial, ou seja, apesar das desvalorizações cambiais em termos nominais, o câmbio real se valorizou. O índice da taxa de câmbio real diminuiu de 102,9 em 1977 para 69,2 em 1979, o que representa uma valorização real de quase 34% (TABELA 7). Apesar da desaceleração a partir da *tablita*, a inflação nunca cedeu abaixo dos 100% e não houve convergência com a taxa de inflação internacional, o que contrasta com os resultados nessa matéria na experiência chilena.

Do ponto de vista do setor externo, *tablita cambial* gerou consequências explosivas: o atraso cambial para desacelerar a inflação, ao estimular as importações e desestimular as exportações, resultou em uma crescente

deterioração do saldo da balança comercial e de conta corrente, que por sua vez demandava crescentes taxas de juros para estimular a entrada de capitais estrangeiros pra financiar esse déficit (CANITROT, 1980; FAUSTO; DEVOTO, 2004; RAMOS, 1989). Como ocorreu no Chile, a situação externa também foi condicionada pela evolução dos termos de troca, embora não tão acentuada. Tomando como base 1970, em 1976, quando a Junta Militar assumiu o governo, o índice estava 88,9, decrescendo para 79,9 em 1978 e experimentando grande alta até 1980, quando o índice chegou a 94,2, decrescendo novamente para próximo de 82 em 1982 (TABELA 7).

Mas a valorização do câmbio real potencializou os efeitos da situação externa. Entre 1976 e 1981, a balança comercial só apresentou déficit nos últimos dois anos, justamente após o início da nova política cambial. Já entre 1977 e 1978, o saldo comercial havia caído seis vezes, se tornando negativo em 1979 e elevando o déficit em grande magnitude em 1980, em mais de US\$ 3 bilhões. O câmbio real e a abertura comercial impulsionaram as importações, que cresceram 235% entre 1978 e 1981. O aumento das exportações foi apenas 135%. No tocante ao saldo em conta corrente, o desequilíbrio é evidente a partir de 1979, com uma pequena cifra de US\$ 500 milhões, passando em 1980 e 1981 para um nível significativo do déficit, de aproximadamente US\$ 4.700 bilhões em cada ano (TABELA 7).

O razoável desempenho da balança comercial e a entrada de capitais entre 1976 e 1979 permitiram o acúmulo de reservas internacionais nestes anos. Sobre 1979, a situação do balanço de pagamentos começou a piorar. Houve um drástico declínio do saldo comercial, que foi contrabalançado com a entrada de capitais, permitindo o acúmulo de reservas ainda neste ano. Já em 1980 e 1981, com a deterioração geral do balanço de pagamentos, houve diminuição das reservas internacionais para respectivamente US\$ 2666 e US\$ 3408 bilhões (TABELA 7). O endividamento externo foi

notável no período (TORRE; RIZ, p.132). Segundo apresentado na Tabela 8, em termos brutos, a dívida externa total multiplicou-se por 5, saindo de aproximadamente US\$ 8 milhões em 1976, alcançando US\$ 40 milhões em 1982. O setor público teve sua dívida multiplicada por mais de 5 vezes, enquanto o setor privado teve 4,7. Em ambos os casos, o crescimento da dívida externa acelerou-se a partir de 1978. A relação entre dívida externa e exportações aumentou progressivamente após a implementação da *tablita*, de 2 em 1979 para 4,47 em 1982 (TABELA 8). Nesse contexto, os setores produtivos se viram asfixiados pelas altas taxas de juros nominais e reais, como se pode ver na Tabela 8, com repercussões negativas sobre a produção e emprego, e a crise se alastrou para o sistema financeiro, caracterizado pela especulação (CANITROT, 1980; FAUSTO; DEVOTO, 2004; RAMOS, 1989).

Tabela 8 – Indicadores de taxas de juros e endividamento externo

Indicador	Ano						
	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Taxas de juros nominais	70,0	236,4	172,4	134,6	98,3	175,9	213,5
Taxas de juros reais	-62,0	15,9	0,9	-2,2	5,7	19,3	11,4
Dívida externa bruta total	8279,5	9678,2	1 2496,1	19034,7	2 7162,0	3 5671,0	40703,0
Dívida externa do setor público	5189,0	6043,7	8 357,0	9960,3	1 4459,0	2 0024,0	26341,0
Dívida externa do setor privado	3 090,5	3 634,5	4 139,1	9074,4	1 2703,0	1 5647,0	14 362,0
Dívida externa (% exportações)	1,79	1,47	1,66	2,00	2,74	3,28	4,47

Fonte: Elaborada pelo autor.

Notas: Taxas de juros nominais e reais (%).

Dados de dívida externa em milhões de US\$.

Maiores detalhes sobre as variáveis consultar o Apêndice estatístico.

No total, a taxa de crescimento média do PIB e do PIB *per capita* no período de 1976 a 1983 foi, respectivamente, na ordem de 0,4 e -1,1%, de tal modo que em 1982 o PIB era apenas levemente superior ao início a 1976 e o PIB *per capita* era menor (TABELA 9). Esse crescimento é baixo mesmo se compararmos com outros períodos históricos de pouco crescimento.

Por exemplo, entre 1970 e 1975, quando o PIB cresceu 2,9% e o PIB *per capita* 1,2% (CEPAL, 1984, p.145-146). Na segunda fase, quando da nova política cambial, o crescimento econômico foi um pouco mais expressivo, mas ainda baixo (RAMOS, 1989; CANO, 2000a). Em 1979 e 1980 o PIB cresceu respectivamente 7% e 1,5%, e o PIB *per capita* 5,4 e -0,1 (TABELA 9). O lento crescimento econômico não se expressou em elevadas taxas de desemprego na Argentina. Na verdade, a taxa de desemprego se situou abaixo de 5% em todo o período, com mínima no período da segunda fase, menor que 3% ao ano⁷ (TABELA 6).

Tabela 9 – Indicadores de crescimento da Argentina – 1976-1982.

Indicador	Ano						
	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Produto Interno Bruto (PIB)	101 956,5	108 465,8	104 971,9	112 337,9	113 970,4	107 790,8	104 385,7
Taxa de variação do PIB	0,0	6,4	-3,2	7,0	1,5	-5,4	-3,2
PIB <i>per capita</i>	3 853,5	4 037,9	3 849,9	4 059,2	4 056,8	3 779,0	3 604,1
Taxa de variação do PIB <i>per capita</i>	-1,6	4,8	-4,7	5,4	-0,1	-6,8	-4,6

Fonte: Elaborada pelo autor.

Notas: Taxas de variação do PIB e do PIB *per capita* de um ano com relação ao ano anterior.

Na terceira fase, os desequilíbrios do setor externo explodiram na Argentina. A crise na balança de pagamentos e o comprometimento da solvência do sistema financeiro argentino são explicados por Ramos (1989) por duas razões. Primeiramente, a valorização cambial causou a perda de mercados internos e externos para muitas empresas, ocasionando déficits na conta corrente. Segundo, em função do risco cambial

⁷ Para explicar porque o desemprego na Argentina se manteve em níveis tão baixos diferentemente do Chile, Ramos (1989) enumera uma série de hipóteses: 1) as quedas no produto não foi tão grande e as empresas as viram como transitórias; 2) o desenvolvimento da atividade ocupacional por conta própria após a demissão dos desempregados; 3) ao contrário do Chile, a inversão pública permaneceu alta na Argentina; 4) Como no começo havia uma proporção importante de empregados estrangeiros, as demissões podem ter recaído mais que proporcionalmente a este segmento da força de trabalho; 5) A população em idade de trabalhar cresceu apenas 1% na Argentina, e 2% no Chile; 6) A prática de ter dois trabalhos era comum na Argentina, e assim, com a perda de somente um emprego, pode ter alterado os números de desemprego.

atrelado a esses déficits, optou-se pelo aumento da taxa de juros real em 1981, que já vinha permanecendo em níveis altos nessa segunda fase, causando maiores custos financeiros para as empresas. Assim, a reduzida credibilidade da política cambial do regime e os citados desequilíbrios macroeconômicos incentivaram a fuga de capitais com a pressão nas reservas internacionais, que obrigaram o governo a incorrer em desvalorizações cambiais em uma magnitude que quintuplicou o câmbio durante o ano de 1981 (RAMOS, 1989; TORRE; RIZ, 2002).

Em suma, na Argentina não se avançou como no Chile na política de estabilização antiinflacionária, e o raio de alcance da política econômica para realizar as reformas estruturais foi limitado. Em geral vigorou-se uma política mais pragmática. A política econômica não conseguiu solucionar o problema da inflação, e a economia teve um comportamento variável em termos de crescimento entre os anos, mas que no agregado também apresentou baixo nível de crescimento econômico. Porém, a política mais gradual em relação à inflação implicou a continuidade de elevados níveis de investimentos públicos, o que contribuiu para baixas taxas de desemprego. As características da implementação da política econômica em relação ao Chile não deixaram de se associar a um processo de deterioração do balanço de pagamentos, especulação financeira e endividamento externo e interno.

Tecnocracia e política econômica no Chile (1973-1982): as equipes econômicas e a equipe dos *Chicago Boys*

Por trás dessa descrição geral da política econômica e de seus resultados, que discutimos anteriormente nos casos do Chile e da Argentina, há uma série de questões — como, por exemplo, os condicionantes políticos e militares para a aplicação da política econômica, os conflitos entre projetos alternativos de política econômica de economistas e profissionais, a formação educacional e intelectual desses agentes sociais, a trajetória institucional e social dos formuladores da política econômica, o relacionamento da política econômica com os grupos sociais, etc. — que não aparecem nas análises ou aparecem apenas de forma passiva na relação com a política econômica. A partir de agora, reconstituímos a formulação e implementação das políticas econômicas por meio de uma lupa analítica que considera tais aspectos.

3.1 Militares e economistas em torno do projeto econômico dos *Chicago Boys*

Antes de adentrar especificamente no estudo dos conflitos entre os economistas e os tecnocratas que estiveram à frente dos cargos econômicos, uma importante dimensão para esta compreensão corresponde ao tipo de regime político. Desta forma, como os regimes estudados eram autoritários, quem tomava as decisões institucionais e políticas em última instância eram os militares. Assim, buscamos entender como as disputas entre diferentes frações de militares condicionaram, estruturalmente, e em cada conjuntura, o acesso dos *Chicago Boys* aos postos governamentais e à implementação das políticas econômicas monetaristas.

Quando os casos de Chile e Argentina são colocados em comparação, normalmente a literatura analisa que as diferenças entre os dois países se assenta no condicionamento maior ou menor do veto militar, em que no Chile os militares apoiaram as reformas neoliberais e na Argentina, não, porque os militares tinham inúmeros vetos à política econômica, como a não permissão à recessão e ao aumento do desemprego (CANITROT, 1980; CANO; 2000; FAUSTO; DEVOTO, 2004; FERRER, 2004; RAMOS, 1989; RAPOPORT, 2000; TORRE; RIZ, 2002). Embora este seja realmente um condicionamento importante, e verídico, trata-se de considerações muito gerais e *ex-post*. A seguir mostraremos que se pode complementar essa interpretação adicionando a dinâmica dos acontecimentos e seus conflitos, em termos mais complexos, no sentido de pontuar concretamente as alternativas contrárias às políticas econômicas dos *Chicago Boys* que estavam postas. Assim, a análise pretende assinalar que o “matrimônio de conveniência” entre militares e economistas, que Ramos (1989) classifica nos casos de Chile e Argentina, foi apenas geral e aparente, e que houve uma série de conflitos políticos e institucionais entre frações militares, incluindo na própria Junta Militar (e alguma relação com tecnocratas). Em suma, não eram situações monolíticas e estáveis ao longo do tempo. Na verdade, a diferença é que essas disputas entre os militares e com os economistas evoluiu menos densamente no Chile do que na Argentina, o que significa que Pinochet enfrentou os desafios em seus próprios quadros, para permitir o avanço dos *Chicago Boys*.

Para Valdés (1995)¹, havia um claro contraste entre ideias monetaristas, consolidadas a partir de 1975, em relação à ideologia vigente historicamente no Chile. Em suas palavras:

¹ O trabalho de Valdés (1995) se baseia em arquivos da *International Cooperation Administration* (ICA) - atual *Agency For International Development* (AID) e do Senado dos Estados Unidos, formula a grande tese de que houve um deliberado processo de transferência de certas ideias dos Estados Unidos para o Chile através de treinamento do grupo de economistas chilenos e também mais tarde, pelo financiamento a entidades empresariais locais que

[...] O conjunto de ideias neoliberais [...] era também diferente da ideologia que tinha caracterizado as classes capitalistas chilenas e os setores da direita até o período de Allende. De fato, tais ideias nunca apareceram nos programas de desenvolvimento econômico apresentados pelos partidos políticos, nem nas propostas dos principais economistas conservadores durante os trinta anos anteriores do governo da Unidade Popular (VALDÉS, 1995, p.13, tradução nossa).

Esta conclusão advém do mapeamento realizado pelo autor das correntes intelectuais e suas importâncias relativas no debate público chileno ao longo do século XX. As ideias socialistas e comunistas que influenciaram o governo Allende tinham uma longa tradição de pensamento no país desde o começo do século, quando já havia maior organização dos partidos de esquerda no Chile, permanecendo mesmo após a experiência da Frente Popular em 1936, que reuniu uma aliança entre o Partido Radical e os partidos socialistas e de orientação à esquerda. As ideias conservadoras tiveram pouca representatividade anteriormente aos anos de 1970, com pequenos grupos que apoiaram o golpe militar. Um dos grupos conservadores consistia nos “*gremialistas*”, que eram jovens com tendências corporativistas e autoritárias, instigados pelas ideias franquistas e alguns elementos do tradicional pensamento social da Igreja Católica. Esse pensamento *gremialista* permaneceu na Universidade Católica do Chile no período precedente a Allende, se constituindo em uma força importante do movimento estudantil. Apesar do escasso apoio popular, tinha raízes sólidas na sociedade.

Para o autor, o liberalismo, baseado no liberalismo inglês, com uma tendência democrática, historicamente obteve pouca repercussão, com momentos de proeminência e rápido declínio. Ademais, seus princípios

apoiaram financeiramente a elaboração de um plano econômico para ser usado por um governo instaurado após um golpe militar.

não estavam presentes nos discursos dos homens de negócios, tampouco discursos políticos dos partidos de direita. Além disso, como argumenta Chateau (2012), após a Grande Depressão e o período de industrialização, o liberalismo perdeu a pequena influência que tinha no debate público e nas universidades frente ao avanço e predomínio das teorias da CEPAL no país². As ideias liberais voltaram a ser discutidas um pouco mais na década de 1950, mas somente por alguns grupos minoritários, como no jornal *El Mercurio*.

Por outro lado, se o monetarismo se diferencia das ideias liberais pre-valetentes no Chile (que tinham pequena representação), tampouco os princípios monetaristas representavam o pensamento dos militares na economia (ANGELL, 2002; VALDÉS, 1995). Compartilhando dessa proposição, Chateau (2012) discute a relação entre militares e o desenvolvimentismo desde 1924, quando os militares começaram a interferir politicamente na sociedade chilena. Para ele, o pensamento militar era caracterizado pela concepção de um papel mais ativo do Estado na economia. Os militares eram anticomunistas e também tinham desconfianças das elites chilenas, entendendo que o progresso econômico se alcançaria por meio de um Estado Forte. Esses elementos são intrínsecos à tradição de Carlos Ibáñez del Campo, que foi ditador entre 1927 e 1931 e presidente eleito entre 1952 e 1959. Em princípios da década de 1970 não havia um corpo unânime dentro das Forças Armadas. Havia múltiplas divisões internas, agrupadas em torno da posição que era alinhada fervorosamente à

² Na história econômica do Chile após a Grande Depressão, a ruptura de transição de um modelo para fora para o modelo industrializante (ISI) não se efetivou de imediato. Entre 1932 e 1938 sob a presidência de Arturo Alessandri Palma, com a política econômica do Ministro da Fazenda Gustavo Ross, vigorou em linhas gerais uma política econômica liberal, mas com muito pragmatismo. Somente em 1938 com a eleição de Pedro Aguirre Cerda, que representou a coalizão política Frente Popular, quando se tem claramente um modelo de industrialização com forte presença do Estado na definição do crescimento econômico, através da criação da *Corporación de Fomento a la Producción* (CORFO). Este período marca o início de um longo “Estado de Compromisso” que é relacionado com a Industrialização por Substituição de Importações (ISI), influenciado a partir da década de 1950 pelo pensamento da CEPAL, que atravessam três décadas, findando em princípios dos anos de 1970 (CHATEAU, 2012; FERNANDOIS, 2007; SILVA, 2009).

Doutrina da Segurança Nacional e outros que demandavam reformas estruturais, como a reforma agrária, de forma a neutralizar os movimentos marxistas³. O único consenso político que existia era sobre a necessidade do fim do governo de Salvador Allende. Isto implicou que diferentes frações do exército foram receptivas a diferentes discursos políticos, nacionalistas, neoliberais, nacional-desenvolvimentistas, etc. (ZARATE, 2001)⁴.

Desta forma, como sumariza Chateau (2012), o tipo de liberalismo que se alastrou no Chile a partir de 1955, capitaneado pelo convênio entre a Universidade de Chicago e a Universidade Católica, é um liberalismo específico, cujas raízes não se fundam apenas no liberalismo econômico do século XIX e nas doutrinas liberais de comércio exterior no Chile, mas sim como resposta ao intervencionismo estatal do entre-guerras. Neste sentido, Chateau confirma a análise de Valdés (1995) de que o monetarismo, em suas acepções básicas e como ciência normativa, era algo novo na academia e na sociedade chilenas.

Apesar dessa escassa correspondência interna entre os princípios monetaristas e os que orientavam os militares na sociedade chilena anteriormente à década de 1970, durante o regime militar instalado em 1973, houve uma associação entre os militares e os economistas liberais que levaram a cabo um projeto econômico radical assentado em políticas econômicas “puras” (1973-1982) que resultaram em uma radical transformação econômica. Porém, nem os resultados das transformações econômicas associadas ao grande poder e autonomia dos *Chicago Boys*,

³ Após o golpe de setembro de 1973, havia basicamente duas posições: a opção *restauradora*, que prezava pela inserção de elementos moderados, com uma rápida transição para o retorno ao sistema democrático anterior a 1973, mas “purificado” e a *fundacional*, de tendência autoritária, que tinha uma posição mais radical visando alterar as bases políticas, econômicas e sociais por meio do regime militar (ANGELL, 2002; POLLACK, 1999).

⁴ A autora analisa diversos conflitos e disputas entre os próprios militares, que terminaram com a vitória de Pinochet sobre as demais, e consequentemente a facilitação da consolidação do projeto neoliberal. A tese da autora, a qual compartilhamos, dada a natureza e o enfoque do trabalho, é contrária à visão consensual de que após o golpe militar os militares se recrutaram nos quartéis, concedendo espaço aos civis (*Chicago Boys* e *gremialistas*).

tampouco o matrimônio de conveniência entre militares e economistas foram monolíticos. Ou seja, houve um processo de disputas entre diferentes posições de economistas e tecnocratas que precisaram ser vencidas para se efetivar a aplicação rígida do modelo monetarista e, como retrataremos aqui em específico, também dentro da Junta Militar e dos militares havia sérias disputas em torno do que fazer, que projeto econômico seguir, após o golpe militar.

Ao derrubar o governo da Unidade Popular (1970-1973) e o presidente Salvador Allende, uma Junta militar de quatro membros foi formada pelo Comandante do Exército General Augusto Pinochet, que se tornou o Presidente da República. A Junta era composta pelo o comandante da Força Aérea General Gustavo Leigh, o Almirante José Torbirió Merino representando a Marinha e Cesar Mendonza dos *Carabineros*. Entretanto, o poder foi personificado crescentemente em Augusto Pinochet, que assumiu as funções de Comandante das Forças Armadas e de Chefe de Estado (ANGELL, 2002; MONTEIRO, 2013; MUÑOZ, 2010).

Do ponto de vista do projeto econômico a ser implementado depois do golpe de setembro de 1973, não havia consenso nos quadros militares. Apenas a Marinha tinha propensão às políticas liberais, inclusive pelo envolvimento pessoal do membro da Junta, Almirante Merino, anterior ao golpe solicitando a Roberto Kelly a intermediação junto aos economistas da PUC para a elaboração de um plano econômico, o *El Ladrillo*. Merino participava de uma Irmandade Naval chamada de *Cofradía Náutica del Pacífico Austral*, formada por membros como Augustin Edwards (proprietário do principal jornal conservador do Chile, o *El Mercurio*), Emílio Sanfuentes (*Chicago Boy*) e Roberto Kelly (ex - oficial da Marinha e funcionário do *El Mercurio*), que partilhavam do medo contra o comunismo (FUENTES; VALDEAVELLANO; 2015; VALDÉS, 1995). Foi através desta rede de contatos que se articulou internamente a elaboração do *El*

Ladrillo e a chegada dos *Chicago Boys* ao governo, que será objeto de análise mais à frente.

Segundo Angell (2002, p.296), “a falta de consenso sobre um programa básico contribui para explicar porque o poder se personalizou tanto. A coerência das forças Armadas nascia da estrutura de mando mais do que de um acordo sobre a política que deveria seguir”. Como argumentamos, essa personificação do regime em torno de Pinochet é importante, pois se constitui como um condicionante para o aumento do poder dos *Chicago Boys* no Chile.

Apesar da personificação do regime na figura de Pinochet nas outras forças da Junta Militar, havia posições relacionadas com um papel maior do Estado em face ao desenvolvimentismo. Precisamente neste período, Leigh já se colocou mais enfaticamente como um opositor ao avanço das políticas econômicas monetaristas e do personalismo de Pinochet. Assim, a entrada dos *Chicago Boys* no governo foi relativamente lenta entre 1973 a 1975, quando compartilharam espaço com outros economistas de diferentes orientações teóricas. A participação do General Gustavo Leigh e suas críticas aos economistas de Chicago, muito relatadas na literatura, foram confirmadas em 1988 pelo próprio em entrevista ao livro *Confesiones* de Sérgio Marras. Em suas palavras: “Eu combati os *Chicago Boys*, discuti com muitos deles, porque não aceitava este sistema de ação puramente econômica em que se desconheciam os problemas sociais” (MARRAS, 1988, p.134).

Temos assim que o membro da Marinha na Junta, Merino, defendia o projeto econômico dos *Chicago Boys*, enquanto outro membro da Junta, o General da Força Aérea Gustavo Leigh, se fazia uma voz ativa contrária ao projeto dos *Chicago Boys* e suas posições, por exemplo, em relação à importância do Estado na economia (MUÑOZ, 2008). Mas além de Leigh, havia uma instituição militar chamada *Comité Asesor de la Junta* (COAJ),

sem participação dos civis, onde os militares expressavam suas posições diretamente a Pinochet e que Leigh tinha grande influência. Nesta primeira fase, os militares desta instituição, apesar de concordarem com a devolução de das empresas estatais que foram estatizadas sob o governo Allende, resistiam à venda das empresas tradicionalmente sob domínio da *Corporación de Fomento de la Producción* (CORFO) (que não foram estatizadas no governo Allende), consideradas estratégicas para a Segurança Nacional. Mesmo Pinochet não estava totalmente convencido das propostas liberais, pois queria manter inicialmente o controle do Estado sobre a economia (CHATEAU, 2012; ZÁRATE, 2001). Segundo Zarate (2001), Gustavo Leigh e o COAJ, apesar de discordarem com os excessos estatistas da CORFO sob a administração Allende, entendiam a instituição como fundamental para a economia chilena.

Leigh tentou expandir sua influência sobre o aparato governativo do Estado. Foi ele quem indicou para Ministro da Coordenação Econômica e Desenvolvimento o engenheiro Raúl Sáez (que não era *Chicago Boy*), com relações institucionais com a CORFO, e que foi um dos técnicos mais poderosos na primeira fase da política econômica, propondo um enfoque mais gradual em relação à inflação. Leigh não concordava com o “tratamento de choque” proposto por Jorge Cauas e apoiado pelos *Chicago Boys*, protestando em inúmeras ocasiões, mesmo após sua implementação a partir de 1975, contra os custos sociais e os efeitos recessivos. Por isso mesmo, a posição de Saéz atraía os oficiais do COAJ (ALDUNATE, 1988; QUIROZ; QUIROZ, 2017). Além disso, no Ministério do Trabalho, o General Leigh indicou seu aliado, o General Nicanor Díaz. O Ministro trataria de elaborar dois projetos díspares em relação às concepções dos economistas ortodoxos, o “estatuto social da empresa” e um “novo Código do Trabalho” (CHATEAU, 2012; MONTEIRO, 2013; POLLACK, 1999). Essas iniciativas foram minadas por Pinochet direta ou indiretamente, a partir

de 1975, enfraquecendo as posições desses aliados de Leigh, que deixaram o governo, sendo substituídos ou realocados.

Sumarizando a situação desses conflitos, em especial de Gustavo Leigh com as propostas de política econômica mais ortodoxas, Chateau (2012) resume

Os oficiais desenvolvimentistas, representados pelo Comité Asesor de la Junta e especificamente pelo comandante da Força Aérea, General Gustavo Leigh Guzmán, se opuseram ao programa de Cauas, optando pela postura graduacionista do engenheiro Raúl Sáez. Contudo, Pinochet favoreceu ao novo Ministro (Cauas), com o que ao mesmo tempo deu um golpe frente ao grupo original de generais que esteve atrás do Golpe de 1973 (CHATEAU, 2012, p.190, tradução nossa).

A citação corresponde a um ponto importante de inflexão na política econômica chilena em 1975, quando as receitas de tratamento de choque intrínsecas ao programa econômico dos *Chicago Boys* foram implementadas por Jorge Cauas, um economista com formação na Universidade de Columbia e Ministro da Fazenda na época, que contava com o apoio dos economistas de Chicago. Nesse contexto, Pinochet, apoiou a ascensão da legitimidade do projeto monetarista, enfraquecendo a posição institucional dos militares e civis aliados a Leigh, como Raúl Sáez e o General Nicanor Díaz. O primeiro renunciou depois de meses, e o segundo foi substituído pelo advogado (mais próximo de Pinochet) Sérgio Fernández na pasta do Trabalho e Previdência Social em março de 1976. Como deixaremos mais claro, essa pasta teve uma posição estratégica, pois, a partir de 1978, o *Chicago Boy* José Piñera comandaria reformas radicais no âmbito trabalhista e da previdência social que marcariam em definitivo a radicalidade das políticas econômicas no Chile. Esse processo também foi acompanhado da retirada voluntária ou forçada de vários militares de suas funções entre 1974 e 1976, a exemplo dos Generais Sérgio Nuño e Javier

Palacios (da CORFO), e por último seu maior opositor, o General Gustavo Leigh, em 1978⁵ (destituído da Junta por Pinochet), o que deixou o caminho livre para Pinochet encaminhar mais ainda o projeto neoliberal dos economistas formados em Chicago (CHATEAU, 2012; ZARATE, 2001).

Essa importância do apoio de Pinochet para a realização das políticas econômicas e as reformas é reconhecida por inúmeros atores envolvidos no período, em declarações realizadas *ex-post*. Sérgio de Castro, o líder e mais poderoso Ministro da Fazenda, reconhece no prólogo, escrito em 1992, quando da publicação do plano econômico *El Ladrillo*, a importância decisiva que teve a Junta Militar, particularmente o Presidente Augusto Pinochet.

Muitos estranham e se perguntam como foi possível o Governo das Forças Armadas aplicar um programa libertário tão alheio aos conceitos de extrema centralização com que estas se caracterizam. Nossa resposta é que se deveu à visão que tiveram os Comandantes de cada uma das Instituições Armadas. O caos semeado pelo governo marxista de Allende, que somente acelerou as mudanças socializantes que foram sendo introduzidas no país ininterruptamente desde meados da década de 1930, tornou fácil a tarefa de convencê-los de que os modelos socialistas sempre conduziram ao fracasso. O modelo de uma economia social de mercado proposto para substituir o existente tinha coerência lógica e oferecia uma possibilidade de sair do subdesenvolvimento. Adotado o modelo e enfrentado as dificuldades inevitáveis que surgem em toda organização social e econômica, não cabe dúvida que o mérito de haver mantido o rumo sem perder o objetivo verdadeiro e final corresponde inteiramente ao então Presidente da República. Os frutos colhidos pelo país, dos ideais libertários que perseguiu '*El Ladrillo*', são, em grande medida, obra do regime militar. Em especial do ex-Presidente da República, senhor Augusto Pinochet

⁵ Monteiro (2013) sinaliza algumas posições que revelaram os principais conflitos entre Gustavo Leigh e Augusto Pinochet: Entre 1973 e 1975 se apresentava com o líder intelectual da Junta Militar, entre 1975 e 1978 se mostrou contrário ao personalismo de Pinochet, criticou os custos sociais das políticas implementadas pelos *Chicago Boys*, era contra a autonomia da polícia política *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA), e entre meio e julho de 1978 defendeu a democratização do Chile durante os próximos 5 anos em eleições livres, apoiando uma política externa contra os EUA e a Argentina.

e dos Membros da Honrável Junta de Governo. Nós fomos seus colaboradores (CASTRO, 1992, p.12).

Apesar de não explicitado pelo ministro, conforme vimos anteriormente, esse apoio de Pinochet (e do Almirante Terino) foi resultado de um longo processo de disputas com outros membros da Junta Militar e de militares envolvidos no governo. Em um mesmo sentido, mas demonstrando a capacidade que tinha Pinochet de resolver conflitos, o engenheiro civil com pós-graduação em economia na Universidade de Columbia (foi aluno de Jorge Cauas), Hernán Büchi, outro poderoso Ministro da Fazenda (1985-1989) no período posterior ao chamado “neoliberalismo puro”, em obra testemunhal assinala que houve muitos protagonistas no governo, os *Chicago Boys*, os outros membros civis do governo e os militares. Sobre o último grupo, aponta as contribuições destes, com distinção especial a Pinochet, para a obra realizada pelos economistas: “Claramente, o governo não haveria sido o que foi sem o general Pinochet, que sabia organizar e mandar. Disto não cabia dúvida alguma sobre tudo em momentos de conflitos e crises” (BÜCHI, 1993, p.11-12, tradução nossa).

O autor reconhece a postura de mediador de conflitos e disputas de Pinochet para o caminhar das “modernizações” propostas pelos *Chicago Boys*. Aliás, o trecho abaixo, apesar de ter um sentido implícito de enaltecer o regime militar, coloca uma questão fundamental abordada neste livro: a existência de conflitos no interior do processo de decisão.

Até onde testemunhei, o general Pinochet jamais se negou às modernizações que propunham seus ministros, toda vez que lhes apresentassem e as defendessem adequadamente [...] Dentro do governo conviviam muitos grupos de posições e os projetos modernizadores deviam se impor aos votos dos distintos setores. O presidente equilibrava, arbitrava, convencia e ao final tomava as decisões. Mas atrás de cada decisão existia uma boa dose de debates, estudos,

conflitos, pressões, consensos e disputas. A tarefa governativa é assim, mesmo em um regime autoritário (BÜCHI, 1993, p.21-22, tradução nossa).

Apesar de toda a construção de Pinochet em torno do regime, abrindo espaços para os *Chicago Boys* e suas políticas econômicas, não se deve interpretar erroneamente esse processo como, respectivamente, um apoio de Pinochet e uma autonomia ilimitada dos *Chicago Boys*, ou ao menos de Sérgio de Castro, o principal líder dos *Chicago Boys* à época e Ministro da Fazenda a partir de 1976. No contexto da crise financeira chilena de 1981 e 1982 como consequência tanto do cenário externo movediço quanto dos efeitos da aplicação do enfoque monetário do balanço de pagamentos através do câmbio fixo a 39 pesos por dólar para combater a inflação, instaurou-se um grande debate interno sobre a necessidade da desvalorização cambial. Apoiado por outros economistas do grupo, Sérgio de Castro argumentava pela manutenção do câmbio fixo e demandava que o ajustamento da economia deveria ser realizado pela queda dos salários. De outro lado, outros *Chicago Boys* que defendiam a desvalorização cambial argumentavam que a correção deveria ser realizada pela própria política cambial. Ao final, Pinochet apoiou a desvalorização cambial e Sérgio de Castro saiu do governo (ALDUNATE, 1988).

Em suma, apesar do apoio decisivo de Pinochet (e sua personificação do regime) ao avanço do poder dos *Chicago Boys* no Estado, este apoio não foi imediato, foi conquistado gradualmente, e mais do que isso, repleto de conflitos com membros da Junta Militar (Gustavo Leigh) e seus representantes civis que forneciam projetos ou políticas econômicas contrárias e alternativas às dos *Chicago Boys*. No Chile, o General Augusto Pinochet teve uma maior capacidade de vencer conflitos institucionais e militares que representavam algum projeto alternativo. E isto conferiu maior acesso às arenas institucionais do Estado por parte dos *Chicago Boys*, de onde

puderam realizar as transformações radicais com políticas econômicas monetaristas. Foi possível observar que os conflitos entre os militares no Chile remetiam a políticas e iniciativas divergentes nos assuntos econômicos por parte de economistas e outros profissionais, que estavam no governo na primeira fase (1973-1975). Assim, os economistas são importantes porque participam do “debate interno” com os militares e com outros economistas e profissionais como “porta vozes” de certo conhecimento científico. Desta forma, havia interações entre economistas e militares no interior de cada regime. Essas disputas implicaram em relações de poder, disputas e persuasão sobre outros membros.

3.2 Origem e desenvolvimento da tecnocracia e dos *Chicago Boys* no Chile

Para tomarmos os economistas propriamente como agentes envolvidos nos processos decisórios e disputas políticas e institucionais, devemos ter em conta alguns elementos históricos que os precederam como “economistas” e “tecnocratas” na realidade econômica e social de cada país. Estes elementos se encontram na própria constituição da economia como uma disciplina científica, que a diferenciava de outras profissões correlatas, e também da atuação histórica desses profissionais em cargos dos governos. Com a análise desses elementos, buscamos entender o modo como as instituições de ensino e produção do conhecimento nacionais se adaptaram ao contexto mais geral de apoio financeiro das instituições de incentivo à profissionalização das ciências sociais, em particular da economia, advindos da academia norte-americana. Ao entender esse modo de adaptação, nos servimos de características, em cada caso, da formação dos economistas que mais tarde, sob as ditaduras, assumiram postos governamentais. Sobre isso, especificamente, investigamos como as características de profissionalização em cada caso influíram na maior ou menor coesão

interna dos economistas que tomaram posições governamentais nas ditaduras e suas implicações.

Partindo do Chile, realizamos uma breve explanação da história dos economistas no país por duas facetas: o processo de profissionalização da economia e a história do acesso dos economistas aos principais cargos de decisão governamental. Primeiramente, iniciamos o estudo da constituição da economia como disciplina nas universidades e instituições de produção de conhecimento, e suas mudanças ao longo do tempo. Desta forma, estudamos os primórdios da economia como disciplina no Chile, que contava com cursos antigos, criados nas décadas de 1920 e 1930, mas ainda tradicionais em termos de separação com outras disciplinas até a década de 1950. Nesta década, essa separação aparece e a CEPAL teve um papel importante para sua maturação. Também nos anos 1950, mas com mais intensidade nas décadas de 1960 e 1970, o processo de modernização ganha ênfase especial com o processo de “americanização” da ciência econômica e com os impulsos advindos das iniciativas norte-americanas. Ao longo desta primeira trajetória, chamamos a atenção para o ambiente propício em que a profissão de economista no Chile pôde se desenvolver. Em segundo lugar, em que medida os economistas puderam participar dos cargos de decisões econômicas, substituindo outros profissionais de prestígio, como advogados e engenheiros. Veremos que o processo de ascensão dos economistas no Chile se inicia lentamente na década de 1940, quando os economistas começam a substituir advogados e engenheiros em agências econômicas, como a CORFO e a ODEPLAN, atravessa as décadas de 1950 e 1960 em cargos nos ministérios, mas ainda não chegam a ter uma hegemonia nos principais cargos de direção econômica.

A partir da década de 1960, com a rápida expansão do processo de modernização das ciências sociais, a profissão de economista já era relativamente consolidada no Chile e considerada a mais forte da América

Latina (MONTECINOS, 2009). Apesar da importância do processo de “americanização”, fomentado pelas instituições norte-americanas – através do financiamento de fundações filantrópicas, especialmente a Fundação Ford e a Rockefeller⁶ – com foco na economia, o processo de separação da economia em relação a outras disciplinas já se encontrava avançado e foi fomentado por um ambiente universitário estável no Chile no qual o processo de modernização foi apoiado decisivamente pela CEPAL. O país tinha um ambiente acadêmico propício para o desenvolvimento da economia como disciplina, pois o Chile era caracterizado por uma estabilidade democrática única na região, tinha abundantes recursos e bolsas para pesquisa, a existência de acordos de intercâmbio com universidades estrangeiras, além de um grande apoio do Estado chileno a educação (MONTECINOS, 2009).

Iniciamos com os antecedentes da economia como disciplina. A Faculdade de Economia e Negócios da Universidade do Chile foi criada em 1935 por Pedro Aguirre Cerda (presidente eleito pela Frente Popular em 1938), antecipando a marca registrada de formar profissionais que se tornariam presidentes do Chile. O título recebido pelo graduado era de Engenheiro Comercial. De outro lado, na Universidade Católica, a Faculdade de Comércio e Ciências Econômicas (atualmente Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas) foi fundada em 1924, e manteve-se concentrada em matérias de comércio e negócios, e em 1942 os egressos também passaram a receber o título de Engenheiro Comercial, para diminuir a distância do prestígio dos graduados da Universidade do Chile (MONTECINOS, 2009). Embora as respectivas faculdades de economia fossem criadas nas décadas de 1920 e 1930, até a década de 1950 seus cursos eram ainda tradicionais, muito ligados à engenharia, ao direito, e com

⁶ Com menos de quatro por cento da população da América Latina, o Chile recebeu 14% de todos os recursos destinados para a região (MONTECINOS, 2009).

disciplinas de administração de negócios. Montecinos (2009) exemplifica que somente nesta década economistas assumiram a direção de ambas as escolas, substituindo engenheiros e advogados, e instituindo a economia como campo de especialização separado da área de administração de negócios.

Até o convênio com a Universidade de Chicago em 1955, a Universidade Católica não era a maior universidade do país. Pelo contrário, a Universidade do Chile era a maior, mais influente e possuía maior prestígio internacional, contando com um departamento de economia mais forte do que a universidade, mesmo que mais novo, e com uma vocação do pensamento estruturalista da CEPAL e dependentista em seu meio (CHATEAU, 2012). Representativo disso é a entrevista que Montecinos (2009) realizou com um membro da Universidade Católica, na qual o entrevistado avalia as diferenças entre a Universidade Católica e a Universidade do Chile. Segundo ele, a Universidade do Chile tem maior interesse sobre problemas nacionais e os estudantes saem mais preparados para a vida pública, e em comparação, positivamente, a Universidade Católica ensinava boas técnicas em economia. A rivalidade entre a Universidade do Chile e a Universidade Católica é uma importante dimensão do processo que queremos evidenciar, primeiramente porque a natureza intelectual imbricada no convênio realizado entre a Universidade de Chicago e a PUC expressava-se como oposição ao pensamento econômico estruturalista e ao próprio socialismo, e, em segundo lugar, por mostrar a importância destas rivalidades nos conflitos entre economistas e suas respectivas instituições de ensino, locais que, além de fornecerem os subsídios intelectuais às posições de tecnocratas do governo, também eram elas próprias alvos dos *Chicago Boys* na tentativa de aumento da influência no campo acadêmico.

Frente ao predomínio de cursos tradicionais até os anos de 1950, a CEPAL teve importância na consolidação e internacionalização da economia como disciplina específica, pois sua organização em Santiago disseminou teorias do desenvolvimento através de publicações, missões, seminários e cursos de treinamento. No âmbito da CEPAL havia grandes economistas latino-americanos como Raúl Prebisch, Celso Furtado, Jorge Ahamuda, Juan Noyola, José Serra, Aldo Ferrer etc. Além disso, vários “pioneiros do desenvolvimento” visitaram o Chile durante a incipiência da profissionalização da economia no país, a exemplo de Nicholas Kaldor, Paul Rosenstein-Rodan e Hollis Chenery.

Com maior prestígio, a Universidade do Chile se constituiu em uma importante instituição para a elaboração e difusão da Teoria da Dependência nos anos 1960, e principalmente sob o período do governo Allende em princípios da década de 1970, assumiu vínculos institucionais com os grandes teóricos dependentistas, como Fernando Henrique Cardoso, Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini⁷. Apesar de que os envolvimento institucionais dos dependentistas fossem múltiplos, em variadas instituições, concentramo-nos aqui no que concerne à Universidade de Chile⁸, que formou dois centros de pesquisa com tal foco, o *Instituto de Estudios Internacionales* e o *Centro de Estudios Socio-Económicos* (CESO) da Faculdade de Ciências Econômicas, dirigindo por Theotonio dos Santos, ao lado de membros ilustres como André Gurder Frank, Ruy Mauro Marini, Vania Bambira, Jaime Osório, Emir Sader e Marta Harnecker, que tinham jovens egressos da Faculdade de Economia da Universidade do

⁷ A teoria da dependência foi formulada e consolidada entre 1964 e 1975 proporcionada pelas condições satisfatórias do sistema científico de educação superior chileno e a estabilidade democrática, convertendo Santiago um espaço fértil para o desenvolvimento da teoria, frente aos hostis ambientes intelectuais no Brasil e na Argentina em decorrência dos respectivos golpes militares em meados da década de 1960 (BEIGEL, 2014; FERNANDOIS, 2007; RIBEIRO; FERNANDES, 2017; VALDÉS, 2004).

⁸ Outras instituições importantes foram a *Universidad Concepción*, o *Instituto Latino-americano de Planificación Económica y Social* (ILPES), a *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (FLACSO) e por último o *Centro de Estudios de la Realidad Nacional* (CEREN) da Universidade Católica.

Chile recrutados pelo sociológico Eduardo Hamuy⁹ (BEIGEL, 2014; RIBEIRO; FERNANDES, 2017; VALDÉS, 2004).

Conforme bem salienta Cárdenas Castro (2013), a criação do CESO na Faculdade de Economia da Universidade do Chile foi parte de um movimento mais amplo que impulsionou o pluralismo da formação do economista. Essa mudança foi originada no começo dos anos 1960 quando “[...] os estudantes se mobilizaram para exigir uma reforma curricular, conseguindo a abertura de diversos cursos para o estudo de temáticas até então apenas pouco consideradas, como as concepções desenvolvimentistas da CEPAL, ou simplesmente ignoradas, como o marxismo [...]” (CASTRO, 2013, p.124). Isso mostra a própria atuação do pensamento ce-palino na modernização da economia como disciplina, separando-a da engenharia, do direito e das escolas de negócios. Após o golpe militar que derrubou Allende, o clima para a produção de conhecimento se reverteu e o governo de Pinochet interviu nas universidades, fechando a Faculdade de Economia Política (desmembrada da Escola de Economia em 1972) e o CESO, um de seus departamentos. O ambiente hostil para as ideias heterodoxas no Chile pós-golpe afetou também a CEPAL, pelo qual a organização se reestruturou e realizou inúmeras atividades para proteger e evitar a expulsão (percepção de ameaça) de muitas pessoas do país (ROSENTHAL, 2004).

Ao encontrar um ambiente estável, o processo de americanização impulsionado pelas instituições norte-americanas se deu de maneira centralizada, principalmente em uma universidade, através do convênio firmado entre a Universidade de Chicago e Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Chile em 1955. Uma dimensão importante disso é que o objetivo do convênio era combater o pensamento econômico do

⁹ Alguns desses jovens egressos eram Orlando Caputo, Roberto Pizarro, Sergio Ramos, Pío García e Cristóbal Kay (CASTRO, 2013).

estruturalismo da CEPAL, dominante no país (VALDÉS, 1995). Neste sentido, é interessante ressaltar que antes do acordo firmado com a PUC, primeiramente o convênio que resultou na formação dos *Chicago Boys* foi ofertado à Universidade do Chile, que foi declinado pelo Diretor da Faculdade de Economia Luis Escobar Cerda em nome do pluralismo acadêmico por considerar a formação da Universidade de Chicago ortodoxa e ideológica (CHATEAU, 2012). Fermandois (2007) observa este fato como evidência de que não havia nenhuma proposta ideológica no convênio. Mas não concordamos com este ponto do autor, visto que é perfeitamente compatível uma estratégia ideológica de influência através de ideias econômicas para a instituição mais forte do Chile, o “coração” de pensamento cepalino no país. Como demonstra Valdés (1995), apenas a USAID tinha tal objetivo de combater as ideias estruturalistas. Já a Fundação Ford “[...] *had no intention of deliberately promoting the Chicago doctrine or any other particular ideological viewpoint*” (VALDÉS, 1995, p.186). Evidência disso é que entre 1962 e 1973 a instituição filantrópica financiou projetos e bolsas de pesquisa no Instituto de Economia da Universidade do Chile em magnitude superior aos recursos destinados à Escola de Economia da Universidade Católica.

O aspecto do ambiente universitário estável é uma importante diferença em relação ao sistema universitário argentino, no qual havia uma grande instabilidade nos meios acadêmicos públicos e uma alta politização que redundava em intervenções e perseguições do Estado nas universidades em diferentes governos, sejam democráticos ou autoritários. Assim, no Chile, o processo de expansão da influência ideológica das universidades norte-americanas encontrou uma relativa base de sustentação em relação à economia como ciência, cuja modernização foi iniciada com a CEPAL, contribuindo para sua aceleração e solidificação. Como já relatamos, embora a constituição da economia como ciência e profissão estivesse

relativamente consolidada no Chile na década de 1960 pelas contribuições da CEPAL, a partir de quando o processo se acelerou com os estímulos advindos dos recursos dos Estados Unidos, não havia ainda uma hegemonia dos economistas nos principais cargos de direção econômica, pois eles ainda alternavam posições com outros profissionais, como engenheiros e advogados.

Evidência disso é que apenas em 1964 um economista (Sérgio Molina) assumiu pela primeira vez o mais poderoso órgão chileno ligado à economia, o Ministério da Fazenda, e, mesmo assim, foi um evento isolado, pois subsequentemente somente durante a ditadura militar é que outro economista voltaria a assumir o cargo, com Jorge Cauas, a partir de quando os economistas passariam a dominar em maior número as indicações para este ministério.

Em relação à história da inserção dos economistas na burocracia do Estado chileno, inicialmente as agências governamentais foram o principal destino dos primeiros economistas pós-graduados. A *Corporación de Fomento a la Producción* (CORFO), agência governamental criada em 1939 para estimular a industrialização via a criação de empresas estatais e o investimento em setores da economia chilena, recrutou muitos economistas para tarefas de pesquisa econômica, elaboração das contas nacionais e planejamento econômico. O Banco Central também recrutou vários economistas, que ganharam prestígio e alcançaram conexões transnacionais, pois estimulou-se a formação de economistas no exterior através de um programa de bolsas de estudos. Em meados dos anos de 1960, foi criada a *Oficina de Planificación Nacional* (ODEPLAN) na presidência de Eduardo Frei (1964-1970), mas se manteve na década inicial de sua criação sem efetivo poder. Foi apenas no governo de Salvador Allende (1970-1973) que a agência ganhou status ministerial (MONTECINOS, 2009).

Em relação ao recrutamento de profissionais para os principais cargos de decisão econômica, pode-se resumir que até 1940 a Escola de Direito da Universidade do Chile era o principal meio acadêmico de ensino de economia política e política econômica no país, e os principais cargos de direção econômica ficavam a cargo de figuras que não tinham credenciais de economistas, geralmente políticos, homens de negócios, advogados ou engenheiros (MARKOFF; MONTECINOS, 1993). Mas os economistas foram avançando e superando advogados, engenheiros e outros profissionais no acesso aos principais postos governamentais. Mas é somente na presidência de Jorge Alessandri (1958-1964), pela primeira vez na história, que os economistas assumiram a Direção de Orçamentos e o Ministério da Economia, mas os engenheiros e os advogados continuaram se alternando no comando da pasta. Durante o governo de Eduardo Frei (1964-1970), os economistas assumiram o Banco Central. Além disso, os economistas participavam das agências de planejamento (CORFO E ODEPLAN) e também o Ministério da Fazenda, juntamente com outros profissionais, principalmente engenheiros (Sérgio Molina foi o primeiro Ministro da Fazenda, entre 1964 e 1968, de formação específica em economia do Chile). Já no governo de Salvador Allende (1970-1973) consolidaram suas posições no Banco Central, na Direção de Orçamentos, e conquistaram o Ministério da Economia. Entretanto, o Ministério da Fazenda, o mais poderoso, ainda continuava em geral a cargo de políticos e engenheiros (MARKOFF; MONTECINOS, 1993). Em suma, os economistas foram conseguindo ocupar os cargos ligados à economia aos poucos.

Somente sob o regime militar que o Ministério da Fazenda foi dominado por economistas, com a chegada dos *Chicago Boys* ao governo. Mesmo na ditadura, no início, outros atores sociais, que não eram economistas, assumiram este ministério, como o Contra-almirante Lorenzo Gotuzzo em 1973. Os primeiros ocupantes do Ministério da Economia

foram o General Rolando González, em 1973, e o homem de negócios e engenheiro civil Fernando Léniz, em entre o fim de 1973 e 1974. A partir daí, crescentemente, os *Chicago Boys* deslocaram esses outros profissionais nos ministérios e, assim, os economistas (não qualquer economista — o economista formado na Universidade de Chicago) conquistaram sua hegemonia sob o processo decisório.

Uma implicação de todo esse processo é que o ambiente acadêmico chileno mais consolidado e a forma centralizada com que assumiram a transmissão das ideias monetaristas no Chile puderam gerar, de fato, um alto nível de coesão interna em torno dos princípios monetaristas, dado que a maioria era proveniente e se formou nas mesmas instituições: Universidade Católica e a Universidade de Chicago. O insulamento na Universidade de Chicago, berço monetarista, e a vivência interna do grupo podem ter sido canais de transmissão dessa coesão. Quando retornaram ao Chile, alguns importantes membros do grupo continuaram juntos, se tornando professores na PUC, combatendo o estruturalismo cepalino e dominando o ensino da economia, rivalizando com a Universidade de Chile e conseqüentemente fortalecendo seus laços. Tudo isso contribuiu para uma maior credibilidade relativa de outros profissionais tradicionais (advogados, engenheiros).

Outro aspecto relevante que explica essa ascensão é que os *Chicago Boys*, antes do golpe de 1973, construíram uma série de relações específicas com diversos atores sociais, centros de pesquisa privados, donos de jornais, empresários, militares, etc., que implicou na aproximação *ex-ante* do golpe com importantes grupos políticos, com os *gremialistas*, militares (Marinha) e empresários, e na formulação de um plano econômico. Esses contatos são mais uma evidência da coesão interna do grupo, que também facilitou o acesso ao Estado, onde teriam novas batalhas.

Entre 1967 e 1968, os *Chicago Boys* na Universidade Católica criaram um curso especialmente voltado para os empresários. Conforme Castro (1992) conta no prólogo do documento, “Este curso se ditou nas oficinas da *Sociedad de Fomento Fabril* e participaram empresários mais representativos e importantes do país” (CASTRO, 1992, tradução nossa). Ainda conforme Sérgio de Castro, a experiência “enriquecedora” resultou em convite dos empresários para a elaboração de um programa econômico em 1969 para Jorge Alessandri, candidato à direita nas eleições presidenciais de 1970, que resultou na vitória do socialista Salvador Allende. Já em 1972, frente à situação econômica sob o governo Allende, transcorridos três anos dos escritos iniciais, a pedido da Marinha, representado pelo Almirante José Merino, Emilio Sanfuentes incentivou Sérgio de Castro a reelaborar os escritos iniciais, para entregar aos marinheiros (ALDUNATE 1988; FUENTES; VALDEAVELLANO, 2015) o *Programa de Desarrollo Económico*, que ficou conhecido como “*El Ladrillo*”, que foi definido como plano econômico a ser implementado pelo regime militar.

De um modo mais geral, a chegada dos *Chicago Boys* ao governo foi precedida por um forte apoio do governo norte-americano à elaboração de um plano econômico. Valdés (1995) encontrou evidências nos arquivos do Senado Federal dos Estados Unidos, que mencionam que a *Central Intelligence Agency* (CIA) financiou deliberadamente a formulação de um plano econômico, através de organizações empresariais como a Sociedade de Fomento Fabril, o que é confirmado por Orlando Sáenz, presidente da associação na época, em entrevista ao autor em 1985. A confecção desse plano econômico se deu institucionalmente no *Centro de Estudios Socioeconómicos* (CESEC), o primeiro *think thank* chileno, sob a direção de Emilio Sanfuentes, que foi criado por Augustín Edwards, proprietário do diário *El Mercurio*, com o apoio de empresários (ALDUNATE, 1988). De maneira geral, a tese de Valdés (1995) é que o Chile foi um caso explícito

de transferência ideológica, tendo como fonte para sustentar sua hipótese os arquivos da *International Cooperation Administration* (ICA) (atual *Agency For International Development* (AID)). O *El Ladrillo*, que será objeto de análise mais cerrada mais adiante, é um documento-chave para a compreensão da política econômica do período por exprimir cabalmente um conjunto sistemático de medidas econômicas de alta complementaridade e com uma orientação ideológica apoiada na noção de livre mercado muito bem definida.

3.3 Os *Chicago Boys* em busca da hegemonia no interior do governo: políticas econômicas, estratégias e conflitos

Embora seja consenso na literatura que até 1982, no contexto da repressão das liberdades democráticas, as políticas econômicas monetaristas, sob grande poder dos “*Chicago Boys* puderam avançar independentemente de seus custos sociais (ANDERSON, 2003; CANO, 2000b; FFRENCH-DAVIS, 1984, 2003), entre 1973 e abril de 1975 há uma primeira fase, na qual há várias tendências em conflito na definição do programa econômico, que se expressam em políticas econômicas gradualistas, que são apoiadas por uma fração dos militares aliados a alguns membros da equipe econômica que não eram *Chicago Boys*. Já os economistas formados em Chicago propunham uma política de choque para resolver o problema inflacionário e uma transformação radical das bases econômicas do país.

Esta fase é igualmente importante porque nela encontramos o processo de formação da equipe econômica que aglutina várias tendências representadas por uma série de protagonistas que não eram *Chicago Boys*, que tenderam a formular políticas econômicas mais heterodoxas. Além disso, é importante destacar que, nesta fase de acomodação da política econômica, os *Chicago Boys*, apesar de estarem em cargos subalternos na estrutura decisória, já se encontravam no seio do governo e se envolveram

em relações de influência e conflitos. Sobre as relações de influência, timidamente esses economistas tentaram, mesmo nessa fase, influenciar certos membros militares (Contra Almirante Lorenzo Gotuzzo) e civis (Fernando Léniz e Jorge Cauas), que eram responsáveis mais diretos pela formulação da política econômica no período, logrando conseguir apoios para certas medidas que se conjugavam com outras políticas de orientação gradualista. De outro lado, infligiam disputas com outros tecnocratas que apresentavam alternativas mais consistentes e permanentes para a continuação da política econômica gradualista (cujo maior representante era Raúl Sáez). O sentido destes conflitos era que os *Chicago Boys* queriam alterar o tratamento da inflação e efetuar reformas estruturais na economia chilena, posições não compartilhadas pelos principais tecnocratas gradualistas.

Assim, a trajetória de análise percorre dois grandes momentos, ou fases, uma primeira fase entre 1973 e 1974, e outra a partir de 1975, com o “tratamento de choque”, sob o prisma da argumentação de que a hegemonia dos *Chicago Boys* no governo não foi conquistada sem alianças, conflitos, estratégias para vencer outros tecnocratas dentro do governo. Neste sentido, percorremos as dificuldades em relação à formação da equipe econômica e suas mudanças, caracterizamos a primeira fase em termos das propostas heterodoxas e a tentativa dos *Chicago Boys* de influenciar as políticas econômicas. Depois, passamos pelo ponto de inflexão de 1975, quando as disputas acomodadas desde o início do governo se tornam mais afloradas, e na qual os *Chicago Boys*, com o apoio de Jorge Cauas, ganharam poder em detrimento de posições mais gradualistas, que significou a diminuição do papel de Raúl Sáez. A partir daí, estudamos o período de 1975-1982, quando a autonomia dos *Chicago Boys* floresce e se tornam hegemônicos no interior do governo.

Dois pontos importantes são considerados a partir de 1973. O primeiro é que o ganho de autonomia implicou ainda na desobstrução de

outros conflitos e convencimentos internos no governo, como o fez, por exemplo, José Piñera para a aprovação da reforma previdenciária. O segundo ponto se refere ao fato de que no início da década de 1980 houve um grande conflito no interior dos *Chicago Boys* em torno da polêmica de desvalorização ou não da taxa de câmbio. No final, analisamos como as posições dos ministros em conflitos no contexto de 1975 eram condicionadas pelas respectivas trajetórias pessoais e profissionais, nos concentrando na origem social, nos espaços educacionais e profissionais que frequentaram, bem como suas redes de contatos interpessoais. Para tanto, selecionamos determinados ministros. Raúl Sáez como principal ministro contrário às políticas radicais dos *Chicago Boys*, Fernando Léniz, de uma posição inicialmente gradualista, mas que se aproximou do grupo, e Sérgio de Castro, principal líder dos *Chicago Boys*.

Para Váldez (1995), no início do governo ditatorial, os *Chicago Boys* participaram de uma “coalizão” de economistas. Isto significa que no interior do processo decisório havia economistas que não concordavam necessariamente com a visão dos *Chicago Boys* a respeito do conteúdo e do *timing* de suas medidas, tampouco de transformação estrutural radical da economia chilena. Um condicionante importante para a formação da equipe econômica inicialmente foi que o governo convidou uma série de economistas do Partido Demócrata-Cristão (PDC), em um momento em que o partido se encontrava marcado por intensas divisões em relação ao apoio do governo, com especial ênfase no tema dos direitos humanos (FREI, 1992).

Nesse processo de formação da equipe econômica, o governo obteve diferentes respostas e atitudes dos economistas vinculados ao PDC. Sérgio Molina, economista da Universidade de Chile, que foi Ministro da Fazenda na presidência de Eduardo Frei, foi convidado respectivamente para o mesmo ministério e, depois, para a subsecretaria da Fazenda, recusando

os dois cargos (VALDÉS, 1995). Por outro lado, vários economistas ligados ao partido ingressaram no aparato governamental, como André Sanfuentes (Universidade de Chicago e que participou da elaboração do *El Ladrillo*) como conselheiro, Juan Villarzú, formado na Universidade de Chicago e que também participou da redação do *El Ladrillo*, na *Dirección de Presupuestos*, Carlos Massad, da Universidade de Chicago e ex-Presidente do Banco Central sob a presidência de Eduardo Frei, Jorge Cauas (com doutorado na Universidade de Columbia) para a assessoria do governo, Alvaro Bordón e José Luis Zabala para o Banco Central (ambos com formação na Universidade de Chicago)¹⁰ (FREI, 1992).

O PDC era um importante partido e governou durante seis anos na década de 1960, e alguns de seus membros — que também tinha em comum a formação da graduação na Universidade do Chile — como Carlos Massad e Juan Villarzú Andrés Sanfuentes, mesmo este último ingressando no regime e pertencendo aos *Chicago Boys*, tiveram diferentes graus de adesão à política econômica radical no interior do governo. De outro lado, provindo do mesmo partido, Jorge Cauas participaria ativamente da estratégia radical dos economistas de Chicago. É interessante ressaltar que durante a aplicação das políticas econômicas, Massad, Villarzú e Sanfuentes (formados em Chicago, mas com vínculos com a Universidade do Chile) tomaram posições mais gradualistas, e concordaram mais com as políticas que recomendava o engenheiro Raúl Sáez (aliado do militar Gustavo Leigh) em detrimento da proposta de Jorge Cauas e dos outros *Chicago Boys*.

Para além dos mais vinculados ao PDC, neste início do governo, Sérgio de Castro ingressou no governo como *Subsecretário de Programación*

¹⁰ Vale destacar que Jorge Cauas, ao subir de cargo posteriormente para ser Ministro da Fazenda em 1974, renunciou à militância política do PDC e Alvaro Bardón foi expulso do partido quando se deu sua nomeação para a vice-presidência do Banco Central em 1975 (FREI, 1992).

Económica, que assessorava o Ministro da Economia, que na época era Fernando Léniz. Em geral, os *Chicago Boys* se juntaram aos *gremialistas* para formar a tendência autoritária dentro do governo (HUNEEUS, 2001). O *gremialismo* foi um movimento político conservador de direita liderado pelo professor e advogado Jaime Guzmán, apoiado em uma ideologia corporativista, idealizada a partir do *franquismo* na Espanha (MONTECINOS, 2009). Essa ligação foi importante durante o regime militar, mas no início do governo seus adeptos não desapontaram como protagonistas nos cargos mais poderosos da estrutura governamental chilena, tendo se aglutinado na ODEPLAN, que não era ainda um órgão poderoso.

O Almirante Lorenzo Gotuzzo (que havia convidado vários membros do PDC) assumiu o Ministério da Fazenda, o General Rolando González se encarregou do Ministério da Economia e o General Eduardo Cano, da presidência do Banco Central. Mas conforme Chateau (2012) e Muñoz (2008) ressaltam, nenhum desses militares tinham experiência e competência técnica para tais cargos. Em outubro de 1973 havia a percepção de que o ministro Rolando González logo sairia do governo para se tornar embaixador do Paraguai, e então o General Gustavo Leigh convidou Raúl Sáez, um engenheiro civil, para ser conselheiro econômico geral do governo, se tornando o Ministro da Coordenação Econômica e Desenvolvimento em 1974, com a função de harmonizar as políticas econômicas dos distintos ministérios (BERNEDO; CAMUS; COUYOUMDJIAN, 2014; QUIROZ; QUIROZ, 2017; POLLACK, 2008). Sáez indicou Fernando Léniz, um dos maiores executivos do jornal *El Mercurio*, para o Ministério da Economia, que aceitou o cargo oferecido. Também em 1974, substituiu-se o Almirante Lorenzo Gotuzzo por Jorge Cauas no Ministério da Fazenda (MUÑOZ, 2008). Esses três técnicos, Raúl Sáez, Fernando Léniz e Jorge Cauas, eram os principais protagonistas na área econômica nesta primeira fase. Essa primeira fase demonstra a importância dos militares na indicação ou na

ocupação de cargos no governo, como tentativa de legitimar o golpe dentro das próprias Forças Armadas.

Notamos, assim, que havia várias complexas frentes na formação da equipe econômica. Os principais cargos nos primeiros meses foram ocupados por militares, que convidaram membros do PDC. Gustavo Leigh, membro da Junta e crítico das políticas dos *Chicago Boys*, convidou Raúl Sáez para um cargo importante. A composição da primeira equipe econômica nos cargos mais influentes, realizada pela nomeação de membros das Forças Armadas, mostra que não havia um consenso sobre projeto econômico, e que a hegemonia dos *Chicago Boys* não estava garantida *a priori*. Ao mesmo tempo, os *Chicago Boys*, em função dos contatos com a Marinha (na pessoa de José Merino, também membro da Junta), inclusive na elaboração dos *El Ladrillo* antes do golpe e seus vínculos com os *gremialistas* no movimento estudantil, ingressavam no governo em cargos de assessores e na ODEPLAN, uma agência que não tinha grande poder inicialmente, mas se tornaria fundamental posteriormente.

Nesta primeira fase, de 1973 “[...] até abril de 1975, a opção de uma ditadura duradoura não implicou a decisão para um preciso conteúdo da contrarrevolução burguesa. A tendência autoritária havia conseguido um vago consenso de apoio para o regime com um ambíguo e eclético programa de mudanças socioeconômicas” (POLLACK, 1999, p.53, tradução nossa). Entre 1973 e 1974 foi aplicado um programa econômico tradicional por economistas que não faziam parte do grupo dos *Chicago Boys*, com uma preocupação em relação aos efeitos políticos das políticas econômicas. Como já vimos, nesta fase, os *Chicago Boys* e os *gremialistas* em geral ocuparam cargos de menor escalão. Apesar de que os economistas formados em Chicago tenham ocupado cargos de menor escalão, um dia após o golpe, no dia 12 de setembro, o governo militar já dispunha do documento elaborado pelos *Chicago Boys*, o *El Ladrillo* (ALDUNATE, 1988).

No referido documento, a inflação era diagnosticada como resultado da constante tentativa de governos anteriores em forçar a redistribuição de renda através de políticas econômicas, para melhorar as condições de vida dos grupos menos favorecidos frente a um baixo crescimento econômico. Essas políticas eram representadas principalmente nos déficits públicos e na emissão monetária para financiá-los. A solução para o problema da inflação seria então a redução do déficit público e da oferta de moeda, através de um “[...] trabalho coordenado e atento de especialistas que podem operar sob critérios técnicos e não políticos, ou melhor, politiqueros” (CASTRO, 1992, p.92, tradução nossa).

O plano econômico chileno integrava de um lado a transformação total da economia e uma ação mais drástica na implementação, afastada do gradualismo. Em seu relato no prólogo do documento em 1991, Sérgio de Castro, demonstrou essa questão dizendo: “Nosso pensamento era que o gradualismo levaria ao fracasso do programa e à desistência de sua aplicação” (CASTRO, 1992, p.9, tradução nossa). É relevante, inclusive, o fato que, no contexto das eleições de 1970, que Allende acabou vencendo, uma versão preliminar do que ficaria conhecido como *El Ladrillo* foi apresentada ao principal candidato da direita, Jorge Alessandri, o que acabou por incomodar os assessores e o próprio candidato, que preferiam um enfoque gradual em seu programa econômico para as eleições.

Desta maneira, a partir de uma comparação do que era projetado no *El Ladrillo* com as declarações públicas e as medidas dos principais membros da equipe econômica entre 1973-1975 constitui-se uma maneira de avaliar quão eclética foi esta fase. Durante nosso percurso, mostramos que, em geral, eram declarações mais pragmáticas e graduais, com explícitas preocupações com os custos sociais, especialmente com a recessão e o desemprego. Todavia, ao mesmo tempo em que as declarações sugeriam gradualismo na condução da política econômica, os próprios ministros

proferiam outras declarações e trechos sinalizando ou efetivando medidas mais radicais, que se relacionavam estritamente com o que os *Chicago Boys* propunham no *El Ladrillo*. Percebemos isso como uma tentativa, em alguns casos efetiva, de influência dos *Chicago Boys* no jogo de interesse dos economistas e profissionais no interior do governo.

Muito além de enfocar a questão por uma pretensa incoerência da política econômica, interpretamos que essa alternância, na verdade, expressava as contradições de propostas no interior do processo decisório. Assim, essas contradições tinham, por um lado, a tentativa de expansão de influência e, de outro, conflitos com outros membros. No primeiro caso, os *Chicago Boys*, que já estavam no governo, ainda que não estivessem nos principais cargos governamentais e hegemônicos, iniciavam aqui sua luta interna, tentando influenciar diferentes membros da equipe econômica a adotarem determinadas medidas. É claro que essa influência se deu em diferentes graus. Por exemplo, conseguiram o início da abertura comercial pelo primeiro ocupante do Ministério da Fazenda, Lorenzo Gotuzzo, lograram influenciar Fernando Léniz e, por fim, em maior grau, conquistaram o apoio decisivo de Jorge Cauas, que foi aquele que mais capitaneou as medidas radicais, possibilitando a inflexão da política econômica em 1975 pela introdução do tratamento de choque da inflação em resposta às propostas gradualistas. No segundo caso, os conflitos se davam justamente contra os gradualistas, representados na figura de Raúl Sáez.

O que mais caracterizou os anos de 1973 e 1974 foi o gradualismo, que se manifestou em políticas para atenuar os custos das medidas de estabilização. Por exemplo, o primeiro Ministro da Fazenda, Lorenzo Gotuzzo, tinha consciência de que o aumento do nível de preços afetaria “[...] majoritariamente os setores de baixa renda” (GOTUZZO, 1978a, p.25, tradução nossa). E neste sentido, algumas medidas paliativas foram anunciadas, como a concessão de subsídios a alimentos importantes para o

consumo familiar como chá, pão, açúcar, azeite e principalmente uma política de rendas que efetuou mudanças nos saldos e salários, que se caracterizava por algumas antecipações de pagamentos, bonificações e um subsídio decrescente aos desempregados durante seis meses. Em outro momento, quando concedeu uma entrevista a Manuel Salgado no canal de 13 da televisão chilena, em 12 de outubro de 1973, e foi questionado sobre a antecipação do recebimento dos salários de outubro, o ministro respondeu que o calendário divulgado para o pagamento de salários se refere apenas ao setor público e para a área social, sendo que no setor privado o calendário poderia ser aplicado de forma mais flexível, e se as dificuldades aparecessem, as empresas poderiam recorrer ao sistema de crédito bancário (GOTUZZO, 1978c).

Na exposição sobre o orçamento fiscal de dezembro, o ministro advertiu com sinais pragmáticos para uma redução não mais acentuada do déficit público, preocupando-se explicitamente com a elevação do desemprego.

Se bem que isto não represente o que poderia se chamar de ideal, reflete em grande medida o esforço que se tem realizado. Uma redução ainda mais violenta deste déficit (ou sua eliminação) redundaria em graves consequências para a economia nacional, gerando problemas principalmente no emprego (GOTUZZO, 1978b, p.54, tradução nossa).

Não só na dimensão da redução do déficit público se via uma preocupação com as taxas de desemprego. Com porcentagem do total de gastos, elevaram-se para 34% os “gastos de capital” para 1974, em comparação com 24,1% em 1973.

Tem-se atribuído no orçamento para o ano 1974 as inversões públicas, de maneira a assegurar altos níveis de ocupação de mão de obra e, por outra parte, acelerar a satisfação das necessidades de moradia, escolas, centros de saúde,

instalação de água potável, etc., que golpeiam dramaticamente grandes setores da população (GOTUZZO, 1978b, p. 54, tradução nossa).

Na edição de outubro de 1974 do *Estado de la Hacienda Pública*, o já novo Ministro da Fazenda Jorge Cauas avaliou que a política econômica do governo militar até aquele momento teria sido gradual, preocupando-se com o custo social das medidas.

Deter brusamente a inflação necessariamente implica eliminar de imediato o déficit fiscal e reduzir brusamente o crédito ao setor privado ou gerar um déficit desmedido na balança de pagamentos [...] Em síntese, o custo social, em termos de perda de produção, emprego e renda de uma política econômica como a mencionada seria altíssimo e estamos seguros que a maioria dos chilenos não estaria disposta a aceitá-lo. Rejeitada a alternativa da detenção brusca da inflação, se elegeu o enfoque gradual. Isto significa que se atacarão os mesmos problemas assinalados anteriormente como causantes da inflação [...] A meta segue sendo a de chegar a uma taxa de inflação razoável, mas a um prazo maior (CAUAS, 1978c, p.118-120, tradução nossa).

Apesar de que é possível observar esses elementos de pragmatismo manifestados em medidas para atenuar as consequências da estabilização econômica, vamos observar a partir de agora uma tendência tímida em alterar a própria estratégia gradualista, que atua sobre Lorenzo Gotuzzo, e principalmente em Fernando Léniz e Jorge Cauas. Essa tendência, capitaneada e radicalizada principalmente por Jorge Cauas, ao lado dos *Chicago Boys*, geraria conflitos com Raúl Sáez, que foram arbitrados por Pinochet em favor da proposta mais radical da inflação e das transformações econômicas a partir de 1975.

Na *Exposición sobre el Estado de la Hacienda Pública* de 1973, o Lorenzo Gotuzzo já afirmava que “A escala uniforme de salários se implantará a partir do próximo ano junto com a aplicação de uma nova política de saldos, salários e previdência, para a qual já se iniciou os estudos

correspondentes [...]” (GOTUZZO, 1978a, p.26, tradução nossa). Em 7 de janeiro de 1974, o ministro declarou que já estava sendo elaborada uma proposta de reforma tarifária, a ser plenamente efetivada em três anos com o objetivo de eliminar distorções e várias discriminações para setores produtivos, porque o “[...] altíssimo grau de proteção outorgado [...] a grande parte do setor industrial chileno gera um forte desincentivo para o desenvolvimento de outros setores, especialmente a agricultura e a mineração” (GOTUZZO, 1978d, p.60, tradução nossa).

E, de fato, Lorenzo Gotuzzo iniciou as reduções sobre tarifas de importação. As principais medidas foram: redução dos direitos *ad-valorem* de 220% para 200%, redução de 10% nos direitos *ad-valorem* entre 50% e 220%, continuidade de algumas proibições de importações, com revisão para detectar as que possuem objetivo protecionista para estimular o consumo interno desses produtos, substituindo-os por mecanismos tributários sem discriminação.

Mesmo que o Ministro Lorenzo Gotuzzo fosse ministro militar, há uma clara relação com as opiniões contidas no “*El Ladrillo*” sobre o processo de substituição de importações e os setores que ofereciam reais possibilidades de desenvolvimento. Segundo declarou o ministro:

[...] Chile é um país pequeno e com mercados internos limitados; para acelerar nossa taxa de desenvolvimento é imprescindível que desenhemos uma política audaz de exportações [...] Existe consciência generalizada entre os economistas, técnicos e setores produtivos básicos que o crescimento baseado em um modelo rígido de substituição de importações está praticamente esgotado no Chile (GOTUZZO, 1978a, p.35, tradução nossa).

Esta declaração remete a muitos trechos do *El Ladrillo*. Na opinião dos *Chicago Boys*, por causa da política de substituição de importações, “ao fechar os recursos produtivos em nossas estreitas fronteiras

econômicas, o país fica dependente da taxa de crescimento de seus pequenos mercados internos, e por consequência, fora do enorme desenvolvimento dos mercados mundiais [...]” (CASTRO, 1992, p.41, tradução nossa).

Estudando o passado chileno, os economistas argumentam que isso ocorreu porque se manejou um câmbio valorizado para facilitar importações, ao lado de uma política tarifária protecionista para bens de luxo ou dispensáveis (industriais). Desta forma, criou-se uma estrutura de preços relativos internos que favorece a produção industrial em detrimento da produção agrícola, que passa a ser importadora. Como para a produção dos bens industriais não há vantagens comparativas, e dado o restrito mercado interno dessas atividades, a política de substituição de importações levou o país a um lento desenvolvimento econômico. A solução para esse problema seria a alteração drástica das bases da economia chilena para os setores exportadores, especialmente a agricultura (CASTRO, 1992).

As declarações de Fernando Léniz também remetem aos diagnósticos contidos no *El Ladrillo* e nas posições dos *Chicago Boys* durante esses primeiros anos, principalmente de Sérgio de Castro, que foi assessor de Fernando Léniz. Ou seja, já nesta fase, Fernando Léniz parecia compartilhar visões com os *Chicago Boys*, mesmo não sendo um, o que sugere a influência dos economistas formados em Chicago sobre ele. Vejamos algumas declarações que subsidiam esta visão.

Em 8 de agosto de 1974, Fernando Léniz expressou uma crítica ao processo de industrialização e sua política de comércio exterior, relatando seus efeitos de distorção dos preços relativos na atividade exportadora chilena, bem como se encontrava delineada no *El Ladrillo*:

O que aconteceu com o sistema anterior, de ter uma indústria interna muito protegida, fabricando tudo no Chile, foi, como lhes disse, que a indústria em geral tendeu a produzir bens para aqueles setores que poderia pagar qualquer

preço, ou seja, os setores de maior renda. E [...] nossa agricultura produzia cada vez menos e, assim, Chile, alguns anos atrás um país que exportava, ou seja, que sobrava alimentos [...] passou a importar quantidades crescentes de alimentos (LÉNIZ, 1978b, p.101, tradução nossa).

Os paralelos com os diagnósticos contidos no *El Ladrillo* a respeito desta questão são importantes. A perspectiva do documento em relação às causas da estagnação agrícola do país estaria exatamente nas “políticas erradas” do processo de substituição de importações, amparadas por uma política tarifária protecionista, com altas tarifas sobre os produtos industriais e baixas sobre seus insumos. Além disso, a taxa de câmbio real valorizada e o controle de preços complementavam um conjunto de políticas que incentivava a industrialização para setores de alta renda, em detrimento da agricultura, que se via afetada pela mudança desfavorável dos preços relativos. Em última instância, os resultados eram o desincentivo da produção interna de alimentos, que tinham de ser importados do exterior (CASTRO, 1992).

Bem assim, para além das percepções dos efeitos da industrialização nos problemas do setor exportador chileno, na mesma declaração Fernando Léniz proclamou as intenções de alteração do sentido do Estado, de um Estado interventor para um Estado subsidiário, reproduzindo os discursos dos *Chicago Boys* sobre esta temática: “Este governo está decidido em criar uma sociedade para o homem. Isto implica o princípio de subsidiariedade do Estado, isto é, que o Estado só atua quando os indivíduos não estão em condições de fazer” (LÉNIZ, 1978a, p.129).

Em 13 de junho de 1974, em um discurso ao lado de Lorenzo Gotuzzo, o Ministro Léniz afirmou a necessidade de uma política previdenciária¹¹,

¹¹ Como já ressaltamos, embora o objetivo de combater o processo inflacionário fosse prioridade, não há uma etapa de “curto prazo” e outra de “longo prazo” totalmente separadas. Elas foram conjugadas muitas vezes paralelamente, mesmo que tímidas no início, e estavam presentes em declarações de ministros militares.

assentada nos mesmos argumentos que mais tarde seriam colocados por Sérgio de Castro, e que já estavam presentes no “El Ladrillo”:

É fundamental reduzir o alto custo atual do fator trabalho para incentivar o uso da mão de obra e lograr o pleno emprego dos recursos humanos do país no mais curto possível. Em consequência a Previdência deve ser barata e eficiente [...] substituirá o sistema atual de financiamento dos pagamentos de indenização por anos de serviços e pensões de aposentadoria, por um esquema de capitalização sob controle dos trabalhadores [...] Estes fundos [...] serão manejados por *mutuales* competitivas sem fins lucrativos, controladas pelos trabalhadores (LÉNIZ; GOTUZZO, 1978, p.71, tradução nossa).

Em entrevista ao jornal *La Tercera*, novamente se explicita qual seria o modelo de reforma previdenciária que seria amplamente usado por Sérgio de Castro quando do anúncio da “reforma integral” da previdência, realizando uma “[...] separação dos sistemas previdenciários em dois níveis. Um é a repartição dos benefícios e o outro às prestações, pagamentos de serviços e aposentadorias” (LÉNIZ; CASTRO, 1978, p.87, tradução nossa).

Em entrevista com jornalistas e executivos do jornal “*La Tercera de la Hora*” em 14 de julho de 1974, Fernando Léniz, acompanhado do até então *Subsecretario de Programación Económica*, Sérgio de Castro, falou sobre vários assuntos polêmicos. Dentre eles, quando perguntando sobre a possível redução de 100 mil funcionários públicos, o ministro respondeu que não se tratava de “eliminar”, mas sim de transferir para o setor privado, pois os gastos elevados em funcionalismo excediam em muito as possibilidades tributárias do país, e este excedente, financiado por emissão monetária, elevava a inflação. Além do funcionalismo público, várias atividades que dependeram do Estado nos últimos anos por razões políticas, e não econômicas, deixariam de ser responsabilidade estatal. A resposta do ministro é representativa da prioridade do combate à inflação sobre outros objetivos. É claro que eleger a inflação como objetivo principal não

significava atribuir por si só uma radicalidade na política econômica. Porém, a questão é que a priorização da inflação era associada à minimização e naturalização dos efeitos sobre o desemprego. Em outro momento da entrevista, ele retoma este ponto:

Se continuarmos a esperar que se produza uma demanda do setor privado, em consequência nunca haverá as condições para que o setor privado possa decolar. O problema está em que toda transferência deve ser realizada simultaneamente. Haverá períodos transitórios de pessoas desempregadas (LÉNIZ; CASTRO, 1978, p.88, tradução nossa).

Além da questão da inflação, Léniz fez apontamentos gerais sobre o próprio modelo de desenvolvimento chileno, evocando, como é característica dos *Chicago Boys*, a teoria econômica como argumento, defendendo a aplicação e a universalidade dos princípios de econômicos, pois seriam “[...] os mesmos que se aplicam em outros países do mundo e são válidos em qualquer parte” (LÉNIZ; CASTRO, 1978, p.93, tradução nossa). Neste sentido, comparou com o modelo brasileiro, que em sua opinião não seria o melhor para as características do país:

Muitos acreditam que só o modelo brasileiro é o melhor para nós porque não olham mais além. Evidentemente, nossa política econômica atual não está baseada no modelo brasileiro. Há que considerar as enormes diferenças entre ambos os países. Eles têm 100 milhões de habitantes com um enorme poder de consumo. Nós temos apenas 10 milhões com um poder de consumo restringido [...] (LÉNIZ; CASTRO, 1978, p.94, tradução nossa).

A alteração de Jorge Cauas é a mais emblemática. Ao mesmo tempo em que Cauas estabeleceu anteriormente a meta de seguir um tratamento gradual da inflação, na mesma declaração enfatizou que para maiores resultados em matéria inflacionária seriam necessárias reduções do tamanho do setor público e das atividades que o rodeiam, além de um

tratamento mais rígido e uma política de prioridades de gastos públicos em nome da eficiência.

[...] A razão pela qual a ferramenta de redução do déficit a ser utilizado é o controle do gasto, radica na necessidade de restringir a atividade econômica direta do Estado [...] é absolutamente necessário reafirmar a política de redução do tamanho do setor público pela qual este terá que se desligar de atividades que não lhe são próprias [...] A única forma de avaliar sua eficiência é terminar com o tratamento discriminatório favorável de que gozam essas atividades em diferentes aspectos e, desta forma, forçá-las a desenvolver um marco similar ao que rege as empresas do setor privado (CAUAS, 1978c, p.123-126, tradução nossa).

Isto mostra o início da tímida tendência do ministro em acelerar a diminuição da inflação, que se mantinha em níveis elevados em função da liberalização abrupta dos preços controlados por meio do *overshoot*, de 453% em 1973 para 513%, conforme o apêndice estatístico. Visto que os investimentos públicos haviam sido aumentados entre 1973 e 1974, a diminuição da inflação passava, dentro do diagnóstico liberal, por restringir a atividade direta do Estado e pela diminuição do investimento público. A tímida tendência de Jorge Cauas em alterar a política econômica, na verdade, se aceleraria nos próximos meses, concedendo tons mais agressivos e ortodoxos à política do governo.

A proximidade de Jorge Cauas com os *Chicago Boys* é latente na literatura, chegando a ser incluído como *Chicago Boy* em determinadas classificações, a despeito de que sua formação tenha se dado na Universidade de Columbia (EUA) (SILVA, 2009). Por fim, Fernando Léniz é entendido ou como adepto das ideias de livre-mercado, mas de forma mais pragmática, situando-se no meio das duas posições extremas (MUÑOZ, 1999), ou como um gradualista (CHATEAU, 2012), sendo que ambos tinham uma característica conciliatória.

Essas posições marcadas não podem ser concebidas *a priori* e de forma definitiva. A análise das declarações públicas realmente confirma uma aproximação entre a leitura da situação socioeconômica de Jorge Cauas e dos *Chicago Boys*, em oposição a Raúl Sáez, porém sinaliza também que Fernando Léniz chegou a um elevado grau de compartilhamento de diagnósticos e medidas com os *Chicago Boys*. Conforme demonstraremos, essa inclinação de aproximação para políticas mais duras, diminuição da inflação mais rápida e menor atenção a custos sociais aflorou a partir de 1975 com a introdução do tratamento de choque.

A literatura aponta também que havia uma contradição no seio da decisão governamental na área econômica entre Jorge Cauas, mais adepto às visões econômicas de matriz liberal pró-mercado, que tinha o apoio dos *Chicago Boys* e Raúl Sáez, que representava uma voz explícita no governo da perspectiva gradualista (ALDUNATE, 1988; CHATEAU, 2012; MUÑOZ, 2008; POLLACK, 1999). Os termos do debate em geral entre Cauas e Sáez referiam-se ao papel do setor privado. Para Sáez, em um país subdesenvolvido, o Estado, ainda que em conjunção com o setor privado, deve manter um papel predominante na economia (ALDUNATE, 1988; QUIROZ; QUIROZ, 2017; POLLACK, 1999).

Conforme Pollack (1999), o conflito entre duas propostas de políticas econômicas foi arbitrado por Pinochet, e isto possui importância para a conquista da hegemonia dos *Chicago Boys* no governo.

Ambas opções estavam colocadas antes da decisão do General Pinochet, em abril de 1975, de optar pelo programa monetarista *Programa de Recuperación Económica*, projetado conjuntamente com os *Chicago Boys*, que marcou a decisiva vitória sobre os gradualistas que haviam dominado a primeira fase. Para consolidar isso, eles precisavam poder derrubar aqueles tecnocratas obstrutivos, tais como Sáez, de posições estratégicas. Com Sáez removido de todas as

posições de influência, os tecnocratas treinados em Chicago tinham uma porta aberta [...] (POLLACK, 1999, p.57, tradução nossa).

Esta colocação de Pollack (1999) faz muito sentido pelo fato de evidenciar como o avanço de um projeto de política econômica contrastava com outro (ou outros) dentro das arenas decisórias do governo. E isso se ligava diretamente a diferentes tecnocratas e funcionários em seu interior, que tinham posições conflituosas. Desta forma, o avanço de um projeto encabeçado por Cauas e Sérgio de Castro precisava de uma institucionalização maior, ou seja, desbançar economistas que apoiavam medidas heterodoxas e gradualistas.

Concretamente, esta institucionalização ocorreu. Ou seja, o próprio processo de escolha do tratamento de choque em 1975 esteve ligado à concentração do poder de tomada de decisões no Ministério da Fazenda na figura de Jorge Cauas, como é reconhecido pelo documento em comemoração aos 200 anos da pasta no Chile (BENERDO; CAMUS; COUYOUMDJIAN, 2014). Ao consultar a documentação primária, percebe-se que no dia 12 de abril de 1975, pelo Decreto-Lei nº 966, o governo instituiu “Faculdades extraordinárias ao Ministro da Fazenda, destinadas a materializar de forma unitária a política econômica e financeira do governo [...]” (MENDEZ, 1978, p.163, tradução nossa). A concentração do poder expressa neste decreto é de tal magnitude que concede poderes ao Ministro da Fazenda (Jorge Cauas) sobre o controle dos ministérios da Economia, Agricultura, Mineração, Obras Públicas, Transportes, Moradia e Urbanismo, Saúde Pública, Trabalho e Previdência social, além das agências governamentais CORFO e ODEPLAN.

No meio de toda expressão de poder contida no decreto, chama a atenção a “atribuição” do Ministro de “propor ao Presidente da República a remoção e designação de funcionários de Ministérios e organismos [...]”

(MENDEZ, 1978, p.16, tradução nossa). Além disso, é este mesmo decreto que retira poderes do Ministério da Coordenação Econômica e Desenvolvimento (cargo ocupado por Raúl Sáez), substituindo sua função de harmonizar as políticas de todos os ministérios e agências do governo (agora submetidas ao Ministro da Fazenda Jorge Cauas) por uma função de representação externa do governo em relação com os governos estrangeiros e organismos financeiros. Essa institucionalização é sintomática da perda de influência de Raúl Sáez sobre o processo de tomada de decisões internas, que poderia acarretar conflitos com Jorge Cauas. As novas funções de Sáez se voltariam especificamente para o exterior, dado seu prestígio internacional que favoreceu anteriormente a renegociação da dívida externa do país, abandonando sua missão anterior de harmonizar e coordenar as políticas econômicas dos diferentes ministérios.

Neste mesmo decreto, tinha-se a perspectiva de que em um prazo de dez dias o Ministro da Fazenda deveria apresentar um *Plano de Recuperación Económica*. Assim, a reunião decisiva foi realizada em Viña del Mar no dia 22 de abril de 1975 (dois dias antes da aprovação do anúncio do Programa Monetarista), e durou mais de 7 horas, onde Raúl Sáez criticou os aspectos recessivos do programa econômico, discutindo com Jorge Cauas nos seguintes termos: “Este programa econômico é francamente recessivo e tem aspectos inaceitáveis como a liberdade da taxa de juros” (ALDUNATE, 1988, p.94, tradução nossa). Como resposta, Jorge Cauas exclamou: “O Presidente não nos pediu um plano de desenvolvimento, mas sim medidas para sair de uma situação extremamente crítica, e pensamos que estas são as únicas vias possíveis de saída” (ALDUNATE, 1988, p.94, tradução nossa) ¹².

¹² O clássico livro de Arturo Fontaine Aldunate, *Los economistas y el Presidente Pinochet* se baseia em entrevistas com os protagonistas da época.

O “*Programa de Recuperación Económica*”, anunciado em 24 de abril de 1975 por Jorge Cauas, segundo ele próprio, foi preparado junto com um grupo de técnicos e submetida à aprovação das autoridades. Ademais, seria uma resposta ao cenário externo, a saber, a crise iniciada no fim de 1974 com a queda do preço do cobre. O programa econômico tentaria encaminhar uma solução final para o problema da inflação, visando sua erradicação. Desta forma, o que no início parecia uma tímida crítica em relação à restrição da atividade do Estado, ganha importância, pois se argumenta que os funcionários públicos e as empresas estatais deveriam abdicar de seus próprios interesses porque “[...] carecem de toda importância frente a principal preocupação de todos os chilenos, que não é outra senão a inflação” (CAUAS, 1978a, p.171, tradução nossa). O tratamento da inflação de um enfoque gradual (externalizado pelo ministro em declarações anteriores) avançou para um tratamento radical:

Na atual gestão econômica tem-se alcançado parcialmente as metas esperadas. A inflação se reduziu à metade a partir de uma situação em que a hiperinflação era iminente e que o desabastecimento havia convertido o nosso país em uma comunidade em que todos especulavam e o trabalho diretamente produtivo era mínimo [...] Nosso esforço futuro deve, em consequência, concentrar-se no tamanho do setor público e fundamentalmente no nível do gasto público. Um manejo adequado do gasto deverá traduzir-se, em um prazo prudente, a uma redução drástica da emissão e da inflação (CAUAS, 1978a, p.169, tradução nossa).

Ainda no anúncio do programa, Cauas (1978a) mudou a percepção anterior a respeito do desemprego e das preocupações com os custos sociais expressadas antes de 1975 argumentando que “[...] Os chamados milagres econômicos [...] normalmente são produzidos depois de situações de agudo sacrifício dos cidadãos”¹³ (CAUAS, 1978a, p.173). Essa

¹³ Ao explicitar o avanço do programa econômico no dia 23 de julho de 1975, volta à questão do desemprego relacionando-a com as políticas do governo anterior, esboçando que “[...] É preferível manter a eficiência das unidades produtivas e que o desemprego não se disfarce, sendo preferível absorver a mão-de-obra desocupada

mudança de postura de um tratamento gradual da inflação para um de choque é instrumentalizada pelo Ofício circular nº 43 do dia 2 de maio de 1975, por meio de instruções baixadas pelo Ministro da Fazenda Jorge Cauas para a administração pública de acordo com o novo programa econômico. Ordena-se, por exemplo, a toda estrutura burocrática do Estado chileno a redução de no mínimo 15% do total anual de gastos correntes e de capital e os gastos em moeda estrangeira em 25% do total anual (CAUAS, 1978g, p.176).

Abaixo selecionamos algumas das principais normas sobre racionalização do gasto público e de remunerações contidas no documento elaborado pelo Ministério da Fazenda.

4.1 Não se outorgarão maiores aportes orçamentários nem créditos do Banco Central a organismos, instituições ou empresas do Setor Público sob nenhuma circunstância.

4.2 Os aportes globais de capital, para os próximos exercícios orçamentários, com destino às empresas e filiais CORFO, e, às demais empresas públicas, serão em termos reais inferiores aos do ano 1975, já reduzidos, e decrescentes através do tempo. Em consequência, os compromissos que se adquiram para futuros exercícios orçamentários deverão se ater a esta norma.

4.7 Se proíbem as instituições do Setor Público efetuarem aportes de capital a sociedades e empresas, como também efetuar depósitos ou adquirir instrumentos no mercado sob nenhuma forma, com a exceção da aquisição de valores do Tesouro Geral da República, com a prévia autorização do Ministério da Fazenda.

5.1 Se congelarão a partir da vigência desta Circular, as dotações reais de cada um dos Serviços, Instituições ou Empresas a que se refere o Decreto-Lei N° 585/74 em seu artigo 30, da mesma forma; os montantes das remunerações que elas representam (CAUAS, 1978g, p.179, tradução nossa).

através de subsídios de desemprego ou programas de emprego de emergência como o municipal” (CAUAS, 1978a, p.188, tradução nossa).

Na conjuntura de 1975, que significou o alcance da hegemonia na definição da política econômica do governo, é interessante notar a confluência dos discursos do novo Ministro da Economia, Sérgio de Castro, e Jorge Cauas, o Ministro da Fazenda, rumo a uma maior radicalidade no combate à inflação. Essa confluência de discursos mostra a influência dos *Chicago Boys* sobre economistas e profissionais no interior do governo.

Aproximadamente no dia 12 de maio de 1975, em entrevista ao jornal *Que Pasa*, o Ministro da Economia Sérgio de Castro argumentou que a herança deixada pelo governo socialista resultaria em uma retração normal do setor industrial (CASTRO, 1975, n.p, tradução nossa). Já após o anúncio do *Programa de Recuperación Económica*, no dia 1º de julho de 1975, em discurso no Salão de Honra da Universidade Católica, pelo Vigésimo terceiro aniversário do *Servicio de Cooperación Técnica*, Sérgio de Castro declarou: “Estamos conscientes dos sacrifícios que implica a política anti-inflacionária para os cidadãos. A diminuição da demanda global cria desemprego e aumenta os estoques” (CASTRO, 1978c, p.185, tradução nossa).

Juntamente com a questão da inflação, também estava em jogo a concepção de Estado e suas funções no desenvolvimento econômico. Neste sentido, em outra declaração, no dia 23 de julho a respeito do avanço do *Programa de Recuperación Económica* e na *Exposición sobre el Estado de la Hacienda Pública* de outubro de 1975, o ministro explorou quais seriam as novas diretrizes da nova organização entre Estado e setor privado, chamando-a de “economia mista”. O significado dessa expressão é a concepção de um Estado subsidiário, condizente com as medidas que já vinham sendo adotadas no campo econômico.

Está configurando um sistema de economia mista em que o papel da atividade privada é muito mais ativo em relação aos últimos decênios. O Estado velará por uma operação eficiente e não monopólica da atividade privada, pela via da

geração de mercados competitivos a nível nacional e internacional. O Estado, em seu papel subsidiário, desenvolverá atividades produtivas só quando os fatos mostrarem que sua eficiência social é maior do que da atividade privada (CAUAS, 1978e, p.208-209, tradução nossa).

A adoção da terapia de choque é uma inflexão na política econômica do governo, que foi aplicada de forma rígida em consonância com os princípios monetaristas, e as consequências pairavam sobre o sistema econômico, até mesmo para o empresariado chileno (MONTECINOS, 2009). Segundo Valdés, o tratamento de choque foi realizado principalmente através do líder dos *Chicago Boys*, Sérgio de Castro, que agiu com liberdade em um cargo subalterno no processo decisório, o Ministério da Economia, sob a proteção do Ministro da Fazenda, Jorge Cauas (VALDÉS, 1995). Posteriormente, o próprio Sérgio de Castro assumiu o Ministério da Fazenda e permaneceu por 6 anos à frente da pasta, mantendo as políticas econômicas liberalizantes (CASTRO, 1978a).

Revelador da disputa entre Jorge Cauas (e os *Chicago Boys*) e Raúl Sáez foi uma declaração recente de Sérgio de Castro, que indica inclusive a participação de alguns dos próprios *Chicago Boys*, se aglutinando em torno das propostas mais gradualistas:

O fato de que Sáez se manteve no cargo de Coordenador Econômico não ajudava. O General Pinochet buscava soluções e, como era seu costume, pedia informes e conselhos a uns e outros. As diferenças da equipe econômica eram evidentes e haviam se acentuado a raiz do tema da devolução dos têxteis e bancos comerciais. De fato, começou a gestar-se um programa alternativo encabeçado por Raúl Sáez, e do qual participaram Carlos Massad, Andrés Sanfuentes e Juan Villarzú. Recordo-me – nos conta Sérgio – que um dia eles chegaram ao Ministério e nos apresentaram uma nova estratégia econômica e um reordenamento da área, de onde Sáez se convertia em um *Superman*, com atribuições inclusive maiores que as da Junta. Mas o mais grave era que a proposta que levavam era desarmar o armado, voltar atrás, fixar de novo os

preços, a taxa de câmbio, etc. Estavam assustados porque os preços haviam disparado e porque se evidenciava cada vez mais o déficit fiscal em função da queda do preço do cobre. Foi aí então que nos colocamos firmes (CLAVEL; PÁEZ, 2007, p.216-217, tradução nossa).

Presente na reunião no Ministério da Economia ao lado de, dentre outros, Fernando Léniz, Pablo Barona ressalta que foi dito a Sáez e seu grupo que, se aplicassem esse programa alternativo, eles iriam abandonar o governo (CLAVEL; PÁEZ, 2007, p.217).

Das declarações de Sérgio de Castro e Pablo Barona, temos alguns aspectos interessantes para ressaltar. Primeiramente, são citados ao lado de Raúl Sáez outros economistas, como Carlos Massad, Juan Villiarzú e Andrés Sanfuentes. Em comum, os três eram *Chicago Boys*, tiveram algum vínculo com a Universidade do Chile e pertenciam ao Partido Democrata Cristão. Carlos Massad graduou-se em Engenharia Comercial, sendo Diretor do Instituto de Economia da Universidade do Chile entre 1959 e 1964¹⁴. Na Universidade de Chicago fez um *Masters of Arts* em 1954 e um PhD em 1964 (REPÚBLICA DE CHILE, 2011). Andrés Sanfuentes formou-se em Engenharia Comercial e foi Diretor do Departamento de Economia na Universidade do Chile entre 1975 e 1980 (DELANO; TRANSLAVIÑA, 1989). Juan Villarzó também se formou em Engenharia Comercial na Universidade do Chile (OROPESA C; SANTA CRUZ, 2004). Vale ressaltar que Andrés Sanfuentes e Juan Villarzó participaram das reuniões que culminaram na redação do *El Ladrillo* (CASTRO, 1992).

Isso é mais interessante se avaliarmos que a decisão em favor do tratamento de choque de Jorge Cauas contra as aspirações de política econômica de Raúl Sáez não só implicou a renúncia do próprio Sáez, como também dos economistas do PDC, que deixaram o governo em algum

¹⁴ Entre 1974 e 1992, Carlos Massad participou de diversos cargos da CEPAL na avaliação de projetos de investimento (CHILE, 2011).

momento próximo de abril de 1975. Andrés Sanfuentes deixou o Banco Central e Juan Villarzú deixou a Direção de Orçamentos, sendo substituído por Juan Carlos Mendéz, que aplicou em consonância com as medidas de Cauas a demissão de 96 mil funcionários (DELANO; TRANSLAVIÑA, 1989). Para explicar essas saídas do governo, não desconsideramos, é claro, a posição contrária de Sáez e dos membros do PDC em relação às violações de direitos humanos cometidas pela ditadura.

Isto implica dois aspectos: que o termo “*Chicago Boys*” esconde uma série de situações específicas e que havia uma íntima relação entre mudanças na política econômica e acesso a determinados cargos, isto é, que uma reorientação da política econômica se associava ao acesso a um maior poder institucional. Primeiramente, debaixo do termo *Chicago Boys* havia certos membros que eram menos ortodoxos, gradualistas ou mesmo heterodoxos, e essas posições normalmente estão associadas à Universidade do Chile¹⁵, tradicionalmente heterodoxa, em oposição à PUC. Havia, assim, um “núcleo duro” dentro dos *Chicago Boys* que filtrava aqueles com maior afinidade ideológica para compor os diversos cargos para realizar a tarefa modernizadora.

Em segundo lugar, a não aceitação da proposta de política econômica imbricada neste projeto alternativo de Sáez e seus apoiadores mostra uma íntima relação, que temos tentado evidenciar: política econômica e acesso ao poder decisório. Não só importava as medidas econômicas *stricto sensu*, mas também o acesso ao poder, um poder institucional, político e tecnocrático que ampliasse a capacidade de atuação sobre uma área maior da estrutura do Estado e da economia. Em suma, importavam as posições na estrutura governamental para decidir sobre aspectos econômicos, de acordo com uma orientação econômica monetarista na perspectiva dos

¹⁵ Essa associação de um Chicago Boy ser membro do PDC e da Universidade do Chile e ser gradualista na política econômica não é sempre verdade, como demonstra os casos de Alvaro Bordón e Jorge Cauas.

Chicago Boys. E um aspecto visível dessa vitória dos *Chicago Boys* frente aos outros economistas foi a reforma das atribuições do Ministério da Fazenda, marcando efetivamente a hegemonia no controle e na aplicação da política econômica por Jorge Cauas.

Paralelamente à derrota de Raúl Sáez e dos gradualistas, houve um deslocamento das propostas nacionais desenvolvimentistas que vinham dos militares ao redor do Ministro do Trabalho e Previdência Social, Nicanor Díaz, General da Força Aérea, ao lado do comandante da força na Junta, Gustavo Leigh. Vale lembrar que Leigh e Sáez eram próximos. Os projetos elaborados por Nicanor Díaz envolviam um Estatuto Social da Empresa, um novo Código do Trabalho e uma reforma previdenciária que mantinha o modelo de repartição (CHATEAU, 2012). A este respeito, é interessante a narrativa de Sérgio de Castro, que se opunha claramente a essas iniciativas.

[...] A coisa complicou porque em torno do General Leigh se consolidou uma posição que era estranha à liberalização que nós propiciávamos. Na política trabalhista, por exemplo, o General da FACH, Nicanor Díaz Estrada, íntimo de Leigh, tinha uma concepção fortemente socialista das relações laborais e uma vez que o nomearam Ministro do Trabalho e Previdência Social se lançou na redação de um Código de Trabalho cujo critério central era incompatível com os postulados que sustentávamos. Deu também forte apoio ao Estatuto Social da Empresa, que havia nascido no diretório da CORFO, e ao qual, nós da equipe econômica nos oporíamos (CLAVEL; PÁEZ, 2007, p.219-220).

Como já vimos previamente, a saída do ministro Nicanor Díaz ocorreu paralelamente ao aumento do poder de Jorge Cauas e dos *Chicago Boys* (com o apoio de Pinochet) sobre os gradualistas que se aglutinaram ao redor de Raúl Sáez. Isto abriu espaço para que os *Chicago Boys* se aposassem de um cargo tão importante como o Ministério do Trabalho e Previdência Social, que seria decisivo na implementação das reformas

estruturais após 1975, especialmente após 1978, com a chegada de José Piñera ao ministério. Piñera tinha pós-graduação em economia na Universidade de Havard, mas era tão próximo aos *Chicago Boys* que também era considerado um membro do grupo. Piñera implementou duas reformas estruturais: o *Plano Laboral* e a reforma da previdência.

Antes de adentrar a fase 1975-1982, cabe indicar duas articulações ou estratégias específicas dos *Chicago Boys*, durante a primeira fase e em 1975. A primeira é a “aliança” com os *gremialistas*, que foi de suma importância para a expansão da zona de influência dos economistas no Estado. A segunda é o significado da visita de Milton Friedman em abril de 1975, criticando sumariamente as políticas gradualistas.

Os *Chicago Boys* se tornaram hegemônicos na condução da política econômica através de uma série de táticas, ações e envolvimento pessoais, institucionais e intelectuais, desde antes do governo. Já indicamos que mesmo antes do golpe eles tiveram contatos diversos com empresários, militares e outros atores sociais que resultaram na formulação do plano econômico. Mas conforme vimos, quando se iniciou a ditadura, havia alternativas. Seleccionamos alguns importantes passos da construção institucional desses economistas na ditadura de Pinochet.

Apesar de um menor papel na fase inicial em termos de cargo, a ligação entre os *Chicago Boys* no governo com os *gremialistas* foi importante para a conformação do modelo liberal no Chile. Institucionalmente, a ação desses grupos ocorreu em um dos órgãos mais poderosos da estrutura governamental chilena, a *Oficina de Plannificación Nacional* (ODEPLAN), agência poderosa de onde os *Chicago Boys* promoviam e monitoravam análises de custo-benefício e a avaliação de projetos de investimentos para definição dos gastos públicos, visando a racionalização do Estado (MONTECINOS, 2009). A ODEPLAN tinha o apoio da Marinha na personificação do membro da Junta Militar, Almirante José Torbino Merino, que

convidou Roberto Kelly (ex-oficial da Marinha e articulador da elaboração do “*El Ladrillo*” entre a marinha e os economistas) para Diretor Geral da ODEPLAN. Especificamente, tem importância a entrada no órgão de Miguel Kast, formado na Universidade de Chicago e *gremialista*, que se constituiu em uma ponte importante para esse processo. Kast progressivamente colocou os *gremialistas* e os economistas formados em Chicago nos cargos principais da administração pública (POLLACK, 1990). Esses contatos interpessoais extrapolam a lógica científica e recai no campo da política e dos envolvimento pessoais para atingir determinado objetivo.

A ODEPLAN impôs sobre todas as arenas decisórias do governo procedimentos e métodos estritos sob o argumento de que a racionalidade científica é melhor do que modelos obsoletos de tomada de decisão (MONTECINOS, 2009). Imprimia-se uma racionalidade científica advinda da Universidade de Chicago. Além de que o aumento do poder da ODEPLAN deslocou a função de planejamento econômico da CORFO a tarefa de estudos de políticas públicas, que entrava em conflito com o *Comité Aesor de la Junta de Gobierno* (COAJ) (HUNEEUS, 1998). Como já ressaltado, o COAJ (que contava com Gustavo Leigh, que compartilhava vínculos próximos com Raúl Sáez) tinha posições contrárias às políticas econômicas dos *Chicago Boys*, por ter em seu seio militares identificados com o passado desenvolvimentista.

Segundo Huneus (1998)¹⁶, a ODEPLAN cumpriu três funções políticas: 1) recrutamento de pessoal profissional para ocupar cargos de técnicos no governo, com formação política; 2) local de elaboração de algumas

¹⁶ O trabalho de Huneus (1998) contribui para a bibliografia questionando a visão tradicional de que os *gremialistas* e os *Chicago Boys* constituem grupos diferentes, os primeiros amparando um projeto político do regime militar e sua organização jurídico-institucional da “democracia protegida”, que culminou na Constituição de 1980 e os segundos a cargo da economia, com medidas econômicas sem maiores apelos e interesses políticos. Havia um compartilhamento de interesses e uma estratégia política de longo prazo. Desta forma, a coerência e a coesão da implementação das reformas econômicas se explicam em grande parte pelo campo político, por estarem integradas com um projeto político compartilhado, e não somente pela aplicação rígida de um modelo neoliberal.

importantes reformas econômicas do governo, como a privatização do sistema previdenciário, do sistema de saúde e das empresas estatais; 3) formulação de políticas contra a extrema pobreza e avaliação social de projetos de investimentos. Esse papel institucional tinha uma correspondência com um projeto político, que aglutinava os *Chicago Boys* e os *gremialistas*. Quando da efetiva operação da ODEPLAN sob o regime militar, entre 1973 e 1989, o órgão firmou 14 convênios com a Universidade Católica no valor total de US\$ 12.658.261, para estudos de temas econômicos e sociais para o governo, como pobreza, mercado de capitais, educação e saúde, enquanto nenhum foi firmado com a Universidade do Chile, demonstrando sua motivação ideológica (HUNEEUS, 1998, p.128). A cooperação ODEPLAN-PUC fortaleceu a instituição de onde surgiram os *Chicago Boys* com vultuosos recursos.

A dimensão de conflitos entre instituições de conhecimento científico é aqui exacerbada. Muito dos profissionais e economistas que estiveram no governo Pinochet e eram críticos da maneira como se propunha e implementava as políticas dos *Chicago Boys* tinham algum vínculo de sua formação na Universidade do Chile. A ODEPLAN fomentou um convênio com a Universidade Católica, duas instituições ligadas e dominadas pelos *Chicago Boy*, o que pode ser visto como uma estratégia de fortalecimento do grupo e da visão monetarista nas universidades chilenas e no Estado.

Além disso, em março de 1975 ocorreu um seminário de políticas econômicas realizado pela entidade privada *Fundación de Estudios Económicos*, entidade do Banco Hispanico do Chile (BHC), para o qual convidaram renomados economistas monetaristas, como Milton Friedman, Arnold Harberger e Carlos Geraldo Langoni (SILVA, 2009; LOUREIRO, 1997). A visita de Friedman foi articulada a partir de contatos de Rolf

Lüders¹⁷ e Harberger, seu ex-professor na Universidade de Chicago (MONTES, 2016). Friedman chegou no dia de 20 de março, se reuniu com Pinochet no dia seguinte, e nos dias subsequentes se reuniu com o empresário chileno e deu palestras e exposições em universidades chilenas, deixando o país no dia 27¹⁸.

Os renomados economistas no seminário e em entrevistas, com o maior peso, é claro, para a importância Friedman, apoiaram totalmente uma aplicação mais rígida das políticas econômicas, defendendo a diminuição rápida do déficit público. Segundo eles, a principal causa da inflação. Langoni, no dia 24 de março, deu uma palestra ressaltando o sucesso da economia brasileira após aplicar medidas de mercado livre (MONTES, 2016), parecendo se referir ao período do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) (1964-1967) e sua contribuição para o milagre econômico brasileiro (1968-1973). Harberger resumia bem os aspectos mais enfatizados durante a visita “Problema: inflação. Modo de produção: expansão monetária. Causa básica: déficit fiscal” (MONTES, 2016, tradução nossa).

Uma das poucas entrevistas de Friedman no solo chileno foi concedida no dia 23 de março de 1975 ao *El Mercurio*, na qual constatava que Chile era um país cuja economia estava doente, e a solução seria a economia social de mercado: “[...] Absolutamente. Não existe outra. Não há outra solução em longo prazo. Nenhum país no mundo teve êxito em

¹⁷ Rolf Lüders trabalhava no BHC controlado pelo Grupo Vial, um dos mais poderosos conglomerados financeiros do Chile. Mais tarde, se tornaria Ministro da Fazenda entre 1982 e 1983.

¹⁸ Milton Friedman voltou a visitar o país em 1981 para assistir um encontro regional da *Sociedade Mont Pèlerin*. Selecionamos apenas alguns aspectos e declarações de Milton Friedman e outros economistas no Chile durante a primeira visita, em março de 1975. Para mais detalhes e fontes consultar Montes (2016), que explora a relação entre liberdade econômica e liberdade política em Friedman, e como suas visitas ao Chile contribuíram para uma mudança da análise da relação realizada em *Capitalism and Freedom* (2002), na qual afirmava que as evidências históricas sugerem uma relação entre liberdade política e mercado livre (liberdade econômica), mas que não se trata de uma condição suficiente, podendo haver uma organização econômica baseada no mercado sem liberdade política. Durante a após a última visita ao Chile, Milton Friedman complementava, que a liberdade política é indispensável para a manutenção da liberdade econômica em longo prazo (MONTES, 2016).

melhorar sua economia por outro método que não seja o mercado livre” (MONTES, 2016, p.133-134, tradução nossa). Sobre os custos de uma política desta natureza, Friedman argumentou que “A alternativa que, a meu juízo, enfrenta o Chile, é uma taxa muito alta de desemprego ou um período longo de alto desemprego. Quando alguém está doente, só se pode escolher entre o mal maior ou o menor” (MONTES, 2016, p.134, tradução nossa).

Na conferência mais importante proferida por Friedman no seminário que motivou sua visita, intitulada *Bases para un Desarrollo Económico*, a qual foi reproduzida na forma de livro pela *Fundación de Estudios Económicos*, expressou claramente sua repudia ao gradualismo em favor do tratamento de choque: “[...] não creio que, para Chile, uma política de gradualismo tenha sentido. Temo que o ‘paciente’ morra antes que o ‘tratamento’ surta efeito. Creio que o Chile pode ganhar muito se examinar os exemplos relacionados com o ‘tratamento de *schock*’ para o problema da inflação e da desorganização” (FRIEDMAN, 1975, p.25, tradução nossa).

Essas declarações realçam elementos importantes. Em primeiro lugar, Friedman realizou paralelos com a saúde de um paciente, que remete a uma concepção de uma ciência econômica positiva e “natural”, cujas leis são naturais, bem ao modo das *hard sciences*, como a física. Em segundo lugar, o autor aconselhou publicamente uma política econômica com contornos radicais, de combate à inflação, mesmo que o desemprego se tornasse alto. Além disso, ao indicar que não havia outra solução que não a aplicação dos princípios liberais, Friedman, porta voz de uma ciência econômica baseada em modelos econômicos originados na academia norte-americana, desqualificou implicitamente outras teorias e abordagens, como a gradualista.

Além dessas declarações de Milton Friedman, que indicavam um apoio público rumo a uma maior transformação econômica no Chile e ao

combate radical da inflação, um documento importante é a carta que Friedman enviou a Pinochet em 21 de maio de 1973, apoiando o tratamento de choque contra as medidas gradualistas:

O problema econômico fundamental do Chile tem claramente duas arestas: a inflação e a promoção de uma saudável economia social de mercado [...] A causa da inflação no Chile é muito clara: o gasto público corresponde aproximadamente 40% da renda nacional. Cerca de um quarto deste gasto não deriva de impostos explícitos e, portanto deve ser financiado emitindo uma maior quantidade de dinheiro; em outras palavras através do imposto oculto da inflação [...] Um problema menos claro é o quão rapidamente se deve terminar com ela. Para um país como os Estados Unidos, no qual a inflação é de aproximadamente 10% eu aconselho uma política gradual de eliminação em dois ou três anos. Mas no Chile, em que a inflação se move entre 10% e 20% mensais, creio que graduar sua eliminação não é viável [...] Em minha opinião, as experiências da Alemanha e do Japão depois da II Segunda Mundial, do Brasil mais recentemente, do reajuste do após guerra nos Estados Unidos, quando o déficit público foi reduzido drástica e rapidamente (PIÑERA, 2006).

A visita de Friedman aconteceu justamente um mês antes de abril, mês decisivo para a escolha do “tratamento de choque” em oposição a certo gradualismo prevalecente até aquele momento, notabilizado pelas posições de Raúl Sáez. Acredita-se, em geral, que Friedman inspirou, ou foi uma espécie de “assessor”, da proposta de Jorge Cauas e dos *Chicago Boys* de um tratamento de choque inscrito no *Programa de Recuperación Económica*, aplicado em abril de 1975, ainda mais pela carta de Friedman para Pinochet no dia 21 de abril de 1975, justamente três dias antes do anúncio. Montes (2016) é contrário desta visão, com base em resposta de Pinochet à carta de 21 de abril. No dia 16 de maio de 1975, Pinochet respondeu que as propostas de Friedman coincidiam com o plano elaborado por Jorge Cauas. A equipe econômica já tinha o plano de tratamento de choque bem preparado em consonância com as teorias monetaristas, e o

seminário e a presença do Friedman serviriam para dar legitimidade para a alteração de uma política gradualista para a de tratamento de choque. Em outras palavras, a visita de Friedman sugere a tentativa por parte dos *Chicago Boys* em legitimar sua própria política econômica, construindo o apoio para o tratamento de choque e sua hegemonia no governo. Entendemos que a visita de Friedman de fato foi importante para a criação de uma legitimação dos *Chicago Boys* perante o país e também como estratégia nas disputas com outros economistas gradualistas, que resultou no aumento do poder de Jorge Cauas no Ministério da Fazenda e na substituição de Fernando Léniz por Sérgio de Castro no Ministério da Economia, tudo isso rechaçando do governo propostas alternativas que surgiram na primeira fase. Alguma influência “indireta” é também de certa formada reconhecida por Montes (2016) pela figura emblemática de Friedman.

Na fase que se inicia com a implementação do programa monetarista de Jorge Cauas e dos *Chicago Boys* e finda em 1982 com uma severa crise econômico-financeira, os *Chicago Boys* se efetivaram no poder e dominaram a estrutura burocrática do Estado chileno, conseguindo imprimir uma série de políticas econômicas radicais. A política econômica do período é caracterizada por dois grandes vértices que marcaram essa fase: as reformas estruturais da economia e a adoção do enfoque monetário do balanço de pagamentos como estratégia anti-inflacionária. Duas figuras muito importantes foram o Ministro da Fazenda Sérgio de Castro e José Piñera, que ocupou cargos importantes no período, como o Ministério do Trabalho e da Previdência Social e o Ministério da Mineração. Os dois grandes vértices e esses ministros terão destaque na análise durante o período 1975-1982. Mas é preciso ter em conta também que, ao final do período, no contexto de aplicação do enfoque monetário do balanço de pagamentos, ocorreu uma grande controvérsia no interior dos *Chicago Boys* a respeito da continuidade da valorização cambial (câmbio fixo) ou a desvalorização

cambial. Neste sentido, Pinochet interveio para a desvalorização cambial, quando Sérgio de Castro deixa o governo.

Se por um lado os *Chicago Boys* conseguiram expandir rápida e extensamente sua influência e seu poder no interior do processo decisório, por outro, cabe esclarecer que a continuidade do processo foi acompanhada por percalços e disputas, inclusive internas ao grupo. Ocorre então uma “dualidade”, que conjuga o fortalecimento e autonomia dos *Chicago Boys* como grupo de economistas dentro do Estado, através de lutas com outros membros do governo e de conflitos internos ao grupo.

De forma específica, sobre o primeiro ponto, foi necessária a superação de mais resistências para a manutenção da hegemonia dos *Chicago Boys*. Observamos isso na capacidade de produzir reformas estruturais. Por exemplo, veremos que a administração privada do sistema de capitalização da reforma da previdência chilena não estava dada *a priori* de forma unânime, e que seu produto final foi condicionado pela capacidade de persuasão do economista José Piñera, que enfrentou resistências, inclusive do próprio Presidente. Ainda, o enfoque monetário do balanço de pagamentos, uma ideia monetarista “saída do forno” com rápida aplicação à realidade econômica chilena, significou a generalização dos diagnósticos monetaristas na segunda fase, superando o ecletismo de diagnósticos e políticas econômicas da fase inicial fundada em 1975.

De outro lado, podemos observar fissuras internas dos *Chicago Boys* no próprio enfoque monetário do balanço de pagamentos, a respeito da necessidade de desvalorização. Desta polêmica participaram inúmeros economistas, e podemos identificar que Sérgio de Castro e José Piñera foram dois dos principais representantes das respectivas posições do debate. O primeiro defendia enfaticamente a manutenção da valorização cambial e o segundo demandava a desvalorização da moeda nacional. Por fim, quando Pinochet optou pela desvalorização cambial, Sérgio de Castro

deixou o governo em abril de 1982, sendo substituído por outro *Chicago Boy*, Sérgio de la Cuadra.

Uma das principais características do período entre 1975-1982, quando os *Chicago Boys*, de fato, se tornaram hegemônicos, foi a realização das reformas de longo prazo na economia chilena. No fim de 1981, Sérgio de Castro expressava entusiasticamente alto grau de satisfação com a aplicação das reformas estruturais da economia chilena,

A liberdade sindical e a implantação de negociações coletivas de remunerações, tecnicizadas e apolíticas, contidas no plano laboral; a direta interferência que a reforma previdenciária permite aos contribuintes em relação ao destino de suas poupanças; [...] a modernização de nossa administração da justiça junto com a importante criação de tribunais, a legislação de menores e outros notáveis avanços neste campo são chave para o bom funcionamento de um Estado de Direito; a incorporação da agricultura e das exigências de uma economia livre e competitiva, com o apoio sólido com respeito ao direito de propriedade privada e, enfim, a revitalização de nossas regiões através da reforma administrativa, são todas realizações muito diversas em sua natureza, mas que estão unidas por um fio conceitual comum que lhes confere congruência e harmonia (CASTRO, 1981, p.18, tradução nossa).

Dentre as reformas estruturais exaltadas por Sérgio de Castro, as reformas realizadas por Piñera tinham grande destaque. Em 1980, na *Exposición sobre El Estado de la Hacienda pública*, o Ministro da Fazenda, Sérgio de Castro, as explicitava como parte importante da “nova institucionalidade”. Conforme Mesa-Lago e Bertranou (2016), a reforma do sistema de pensões no Chile em 1980 é considerada pioneira na América Latina e foi tomada como modelo nas políticas do Banco Mundial, e desde então 11 países fizeram reformas similares. A reforma da previdenciária é um dos símbolos da capacidade de realização de reformas radicais dos *Chicago Boys* após 1975, e, sugerimos, da própria capacidade de os *Chicago*

Boys se articularem no interior do Estado. Chamamos a atenção aqui para a atuação dos economistas para sua efetivação.

Para isso, concentramo-nos agora no debate em torno da administração privada dos fundos de pensões, que Piñera defendia e Pinochet desconfiava seriamente. E, ao final, sugerimos que Piñera conseguiu vencer Pinochet de suas posições, radicalizando ainda mais a reforma de acordo com os princípios liberais. Essa sugestão é baseada na análise da ata secreta de número 398-a, de uma reunião ocorrida em 14 de outubro de 1980, que foi recentemente desclassificada (REPÚBLICA DE CHILE, 1980). São muitos os assuntos tratados nas extensas páginas, desde ordens mais gerais sobre a reforma até detalhes minuciosos a respeito de determinados artigos do projeto de lei. É de nosso interesse, contudo, um debate entre José Piñera e Augusto Pinochet a respeito dos aspectos regulatórios da ruptura no sistema de pensões, deixando um sistema de repartição simples para outro de capitalização individual¹⁹. Como sabemos, a administração dos fundos ficou a cargo do setor privado, as chamadas *Administradoras de Fondos de Pensiones* (AFP), ao modo como Piñera desejava. Em outras palavras, procuramos argumentar que a reforma da

¹⁹ O sistema de repartição é o sistema no qual há solidariedade intergeracional, isto é, no qual os pagamentos presentes dos mais velhos são realizados pelas contribuições presentes dos mais jovens. Este sistema vigorou no Chile até 1980 e era altamente complexo, com 32 instituições previdenciárias no país e mais de 100 regimes previdenciários diferentes. Uma série de questões pressionava a sustentabilidade do sistema, com a diminuição da relação contribuintes/beneficiários, aspectos demográficos, pressões setoriais, institucionalização do cálculo do valor das pensões de acordo apenas pelos últimos anos de trabalho. A partir da reforma foi implantado o regime de capitalização individual. Neste regime, não há mais a necessidade de solidariedade entre velhos e jovens, pois cada trabalhador contribui para sua própria aposentadoria. Além disso, outras características da reforma chilena foram marcantes: o trabalhador contribuía para uma conta privada, e esse dinheiro seria administrado por entidades privadas, reguladas por uma Superintendência de Pensões, que aplicariam os saldos das contas em determinadas aplicações financeiras até os anos finais da aposentadoria do trabalhador, quando seria repassado à sua aposentadoria, cujo valor dependeria da rentabilidade auferidas pelas Administradoras de Fundo de Pensões (AFP). Eliminou-se a aposentadoria por tempo de serviço e a contribuição do empregador e do governo, e instituiu-se a idade de 65 anos para homens e 60 para mulheres. Além disso, se tornaria obrigatório ingressar no novo sistema após 5 anos, e aqueles que optassem teriam um bônus de aproximadamente de 11% no valor da aposentadoria, e o Estado garantiria uma pensão mínima àqueles que não ingressassem em nenhum sistema ou que não atingissem o valor de aposentadoria mínimo (ARENAS DE MESA, 2010; FFRENCH-DAVIS, 2003; IGLESIAS; ACUÑA, 1991; UTHOFF, 2011).

previdência não foi aprovada sem nenhum tipo de oposição no interior da sua elaboração.

Sem dúvidas, a grande questão era com quem ficaria a administração dos recursos do fundo de pensões. Pinochet tinha inquietudes em comum com outros funcionários do governo, como o Auditor Geral do Exército Fernando Lyon. Vejamos inicialmente este debate a partir das colocações de Lyon e Piñera, e posteriormente focamos nas posições de Pinochet, das quais são contrastadas por Piñera com base em argumentos semelhantes aos desenvolvidos com Lyon.

Fernando Lyon [...] pergunta em algum momento, se ‘o Ministro está consciente de que esse projeto significa retirar do Estado e passar à iniciativa privada uma enorme massa de fundos, e que, em consequência, o governo perde a administração e o controle de recursos com os quais contaram todos os governos anteriores nos últimos 40 anos’. O Ministro responde: está consciente e aí reside o valor do projeto, em que se entrega aos cidadãos uma quota de poder e liberdade necessária para o pleno desenvolvimento dentro da sociedade livre que o Governo está buscando. Reter esses fundos no Estado é perpetuar o regime de estatismo [...] (ALDUNATE, 1988, p. 138, tradução nossa).

Pinochet também fez ressalvas em relação à administração privada dos fundos de pensões pelas Administradoras de Fundos de Pensões (AFPs). Quando tomou a palavra pela primeira vez após uma série de retornos positivos de outros militares e funcionários sobre o sistema de capitalização, Pinochet concordou com a necessidade de uma reforma da previdência, mas expressou desconfiança em relação à transferência dos fundos para o setor privado: “não estou de acordo no problema de que os capitais vão às mãos privadas [...] me choca estimar que os senhores empresários ainda não possuem capacidade para administrar 97 milhões de dólares mensais” (REPÚBLICA DE CHILE, 1980, p.3, tradução nossa). Ao justificar sua posição, Pinochet temia a retirada do dinheiro do país, e,

además, percebia intereses empresariais na reforma: “Quem administrará o dinheiro? Isso me produz alergia, porque sei que há vários senhores que estão se tornando milionários neste país, que estão enviando pessoas para estudar o sistema porque desejam operar nele. Estou consciente disso” (REPÚBLICA DE CHILE, 1980, p.3, tradução nossa). Para antever essas situações, Pinochet solicita que algum órgão estatal, como Banco Central, ficasse a cargo da administração dos fundos de pensões. A desconfiança do Presidente em relação ao setor privado colocava, neste sentido, uma percepção de que “os muitos milionários”, pela fala de Pinochet, foram favorecidos de algum modo pelas próprias medidas em seu governo. E a capitalização da previdência poderia ser mais algum instrumento para o favorecimento desses empresários.

Mas na condição de guardião do projeto de capitalização, o Ministro José Piñera interveio e contra-argumentou com dez pontos em relação à preocupação “legítima” de Pinochet, enfatizando a necessidade de aprovação do projeto. Não cabe adentrar em todos em particular, mas é possível ver um sentido geral na sua “sabatina” com Pinochet. Este sentido assinado nas respostas de Piñera é formado por dois grandes argumentos: Em primeiro lugar, a institucionalização jurídica do sistema de capitalização significaria segurança. Neste ponto Piñera chamou atenção para o fato de que as novas instituições seriam realmente totalmente novas, e não seriam como bancos, companhias de seguro e financeiras, que poderiam ser privilegiadas por serem grandes. Além disso, o sistema seria altamente seguro porque a custódia dos documentos permaneceria com Banco Central, e además se criaria um órgão para regular estritamente os investimentos dos fundos, por meio de princípios como o investimento em ativos de baixo risco e diversificação na aplicação dos fundos. Em segundo lugar, que o novo sistema traria o aumento da liberdade econômica individual, acompanhada do fim dos problemas da previdência e, também, em

termos mais gerais, das próprias mazelas econômicas do passado intervencionista do Estado chileno, sendo um instrumento, por meio da eficiência, para alcançar o desenvolvimento econômico, porque segundo o ministro, mesmo com riscos e fraudes do setor público, nos últimos anos “o país está crescendo aceleradamente, agora que estamos passando a tarefa de desenvolvimento econômico ao setor privado, e não mantendo-a nas mãos do Estado” (REPÚBLICA DE CHILE, 1980, p.14, tradução nossa).

Passamos agora ao segundo momento, que trata da questão inflacionária e dos conflitos entre os economistas. Em geral, na segunda fase, 1975-1982, a hegemonia dentro do governo foi conquistada pelos *Chicago Boys* e a aplicação rígida do monetarismo que promoveram após 1975 não foi instrumentalizada apenas pelo “tratamento de choque” em relação ao problema inflacionário. Se bem que tal aplicação pode ser observada nos indicadores fiscais após 1975, presentes no Apêndice estatístico, principalmente nos investimentos estatais, o tratamento de choque embora tenha contribuído para uma forte recessão, não resultou na diminuição significativa dos níveis inflacionários, que continuou em 377% em 1975. A partir de então, tentou-se um enfoque diferente para atuar sobre as expectativas dos agentes econômicos. Os formuladores de política econômica no Chile associaram o tratamento de choque com a estratégia de valorização cambial, em consonância com o aprimoramento das ideias monetaristas para uma economia aberta, isto é, o enfoque monetário do balanço de pagamentos. Porém, seus efeitos indesejados, que se relevariam na crise econômica em 1982, alimentaram uma série de conflitos internos em torno da necessidade da desvalorização da taxa de câmbio.

O enfoque monetário do balanço de pagamentos foi formulado primeiramente em torno de 1976 e 1977 pelos economistas Jacob Frenkel e Hary Gordon Johnson, professores da Universidade de Chicago (JOHNSON, 1977; JOHNSON; FRENKEL, 1977). Apesar de ser um

instrumento tradicionalmente relacionado com o caso argentino, o Chile e o Uruguai também tiveram suas próprias “*tablitas*”, em função dos vínculos dos economistas com a academia estadunidense (PABLO, 1999). A adoção completa da estratégia no Chile ocorreu em 1979, quando se fixou a taxa de câmbio, mas ela já vinha ocorrendo desde 1976 através do uso de seus instrumentos específicos: os reajustes periódicos da taxa de câmbio e das tarifas públicas em um nível inferior à inflação.

Em fins de 1976, pouco antes de ser substituído por Sérgio de Castro no Ministério da Fazenda, e mesmo quando o *Programa de Recuperación Económica* (proposto no início de 1975) se encontrava implementado, Jorge Cauas anunciou “[...] uma nova etapa do processo de recuperação do país” (CAUAS, 1978b, p.259). Dentro nesta etapa, tinha-se como aspecto fundamental uma nova política cambial, em que se anunciariam antecipadamente as desvalorizações cambiais, de forma que não mais excederiam o aumento dos preços internos, e sim seriam reajustados na mesma magnitude, mantendo o câmbio real constante. Segundo Jorge Cauas, a nova política só seria revertida (ou seja, as desvalorizações voltariam a ser superiores a variação da inflação) se houvesse detecção de problemas graves no balanço de pagamentos. Essa nova estratégia para a questão cambial é justificada por Jorge Cauas de várias formas, enfatizando o problema inflacionário através de maiores importações, aumento da concorrência externa e diminuição dos custos industriais.

O novo sistema permitirá ao exportador trabalhar sem incerteza com relação ao nível da taxa de câmbio de médio e longo prazo e sua forma de ajuste. Será mantido em consequência o incentivo necessário para que o país continue seu desenvolvimento através das exportações. O ajuste da taxa de câmbio significará uma baixa substancial dos altos custos industriais e deverá traduzir-se em uma moderação clara das altas de preços de julho em diante, com a consequente melhoria dos salários reais [...] Como consequência deste ajuste do

dólar, o nível de importações deverá crescer com o qual o desequilíbrio monetário tenderá a se reduzir, criando as bases para uma taxa de inflação claramente inferior e decrescente (CAUAS, 1978b, p.262, tradução nossa).

Até 1976, as desvalorizações da taxa de câmbio haviam sido menores que a inflação, de modo que o índice da taxa de câmbio real havia aumentado. Entre 1976 e 1979, as desvalorizações nominais da taxa de câmbio foram, com exceção de 1978, inferiores a inflação e, assim, a taxa de câmbio real se valorizou (APÊNDICE ESTATÍSTICO). Entretanto, em 1979 fixou-se a taxa de câmbio nominal, ou seja, se antes a taxa de câmbio real se valorizava porque desvalorizava-se o câmbio nominal em ritmo inferior a inflação, a partir de 1979 sequer havia essa desvalorização nominal inferior, pois o câmbio era fixo, o que implicava que o efeito da inflação era totalmente repassado a taxa de câmbio real, que se valorizou abruptamente, chegando em 1981 a um índice que era 20% menor em relação ao nível de 1979 e 33% quando comparado a 1975. Em resumo, a taxa de câmbio real se valorizou intensamente. No interior do governo, Hernán Büchi (1993, p.170, tradução nossa) relatou em seu testemunho que “À margem dos enormes custos econômicos, a crise introduziu uma séria fratura na consciência neoliberal das equipes de economistas, nas quais o governo havia apoiado seus planos de transformação econômica”.

Os agrupamentos entre os economistas do debate em torno da desvalorização são realizados por Aldunate (1988). Os que defendiam o câmbio fixo eram: Sérgio de Castro, Pablo Baraona, Alvaro Bardón, Sergio Undurraga, Sérgio de la Cuadra, Álvaro Donoso. De outro lado queriam a desvalorização José Piñera, Manuel Cruzat, Juan Braun e Emilio Sanfuentes, Andrés Sanfuentes, Jorge Cauas, Juan Villarzá e José Luis Zabala.

Conforme sugerem Aldunate (1988), Fermandois (2007) e Büchi (1993), Sérgio de Castro explica a crise pela inflexibilidade da economia em se ajustar rapidamente, principalmente por causa da resistência dos

salários a diminuïrem. Portanto, o ajustamento da economia não deveria ser realizado pela desvalorização da moeda, e sim via diminuição dos salários. E isto está na origem do conflito com José Piñera, que não concordava com essa visão.

Particularmente exemplar desse processo foi a *Exposición de la Hacienda Pública* de 1981, na qual o Ministro da Fazenda Sérgio de Castro esboçou uma defesa ampla da política cambial. O ministro lançou argumentos com roupagem técnica em consonância com o enfoque monetário do balanço de pagamentos, exaltando os melhores resultados da economia chilena e a relação da política cambial com a política monetária. A defesa paulatina e radical do ministro Castro (1981) contra os críticos neste documento é também reconhecida por Aldunate (1988, p.155), que enfatiza que “[...] o Ministro da Fazenda recorre à habilidade política de Jaime Guzmán e formula uma abordagem política-doutrinária pouco usual nessa classe de documentos”. Por isso, singular importância tem esse documento para nossa argumentação.

No documento, Sérgio de Castro argumenta que, entre 1979 e 1981, a política cambial foi guiada por desvalorizações em magnitudes inferiores à inflação. Mesmo assim, o Banco Central não perdeu reservas internacionais porque houve superávit fiscal e uma política monetária neutra, e, assim, a geração de dinheiro na economia se deu apenas pela acumulação de reservas internacionais. A solidez macroeconômica interna e externa do país teria levado a atração de créditos e de investimentos estrangeiros, em um montante superior ao déficit em conta corrente do balanço de pagamentos. Os resultados são exaltados no sentido de que a nova política cambial teria contribuído para a estabilidade macroeconômica, desenvolvimento econômico e social sem precedentes na história chilena, concomitante ao descenso da inflação.

O déficit em conta corrente era visto por Sérgio de Castro como “benéfico” para o país, porque permitia a poupança externa, sem ser necessário crescer menos ou diminuir o padrão de vida da população, e um exemplo da sua importância seria a contribuição para a modernização produtiva do país, pois 22% das importações eram bens de capitais. Assim, longe de o déficit em conta corrente ser um grave problema, o ministro ressaltou o esforço para “[...] mantê-lo ao maior nível e pelo tempo mais longo possível [...]” (CASTRO, 1981, p.23, tradução nossa).

É interessante notar que isso se opõe de maneira clara às diretrizes da política cambial formulada antes do golpe, no *El Ladrillo*. No documento, os *Chicago Boys* argumentam que os problemas históricos do setor externo, usados para a crítica da política de valorização do câmbio real, advinham de políticas econômicas que tendiam a valorizar a taxa de câmbio real como estímulo à importação de equipamentos dentro da estratégia de ISI, provocando

[...] déficits na balança de pagamentos que são financiados com créditos, o que tem elevado a dívida externa e aumentando a dependência do país. Os elevados pagamentos anuais que devem ser realizados pelo conceito de juros e amortizações da dívida vêm se transformando em outro elemento de restrição do setor externo (CASTRO, 1992, p.44, tradução nossa).

Para sustentar a posição polêmica de valorização cambial ao final do governo, apostando na atração dos capitais externos para financiar o déficit em conta corrente, o ministro da Fazenda se defende das críticas evocando mais argumentos técnicos dentro do enfoque monetário do balanço de pagamentos. Em tempo, responde a algumas críticas, reafirmando sua posição inicial.

A primeira crítica seria a possibilidade eminente de uma crise de confiança com uma corrida ao dólar, o que implicaria desvalorização. Para o

ministro, este seria um argumento inválido porque a quantidade de reservas internacionais supera o dinheiro existente na economia pelo dobro, sendo impossível haver pesos suficientes para comprar dólares acumulados. A segunda crítica ressaltaria a magnitude do déficit em conta corrente, que não poderia ser financiado por créditos externos indefinidamente, levando a economia a uma perda de reservas que fatalmente obrigaria a desvalorização cambial. Embora considerado sofisticado, o Ministro respondeu que seria um argumento falso, pois seria impossível ter um déficit em conta corrente se não havia recursos para financiá-lo. Sérgio de Castro detalhou sua resposta argumentando que, se não entra capitais de forma suficiente, grande déficit em conta corrente em um câmbio fixo, levaria a uma diminuição das reservas e dos meios de pagamentos na economia, o que faria subir a taxa de juros, desestimulando assim o gasto e as importações, reduzindo-o para uma magnitude compatível de entrada de capitais. A mesma argumentação vale para a terceira crítica, que seria a possibilidade baixa de créditos no exterior para financiamento do déficit em conta corrente.

Em suma, as respostas de Sérgio de Castro se baseiam unicamente na coerência lógica interna de um modelo econômico monetarista abstrato, que foi produzido dentro da Universidade de Chicago. Entendendo esse modelo, o ministro responde as críticas sem maiores considerações de como a economia poderia ser afetada por todas essas variáveis econômicas externas e internas, como o crédito externo, reservas internacionais, taxa de juros, atividade econômica, etc. O entendimento era que, na perspectiva do ministro, em todo caso, vigoraria a tendência de equilíbrio dos mercados que prometia o modelo teórico. Vemos assim que o domínio dos *Chicago Boys* após 1975, até certo ponto, foi acompanhado de uma generalização dos diagnósticos e das políticas econômicas assentadas em ideias monetaristas.

Sintetizando, a partir de 1975, os *Chicago Boys* lograram ganhar autonomia e implementar políticas econômicas radicais. Mas ao fim do período, entre 1981 e 1982, especialmente nos últimos dois anos, a crise tendeu a gerar fissuras no interior da equipe econômica. Neste fim da segunda fase, o arranjo projetado desde o início do governo — de um lado, com Pinochet abrindo espaços institucionais através de lutas e apoiando as políticas econômicas radicais dos *Chicago Boys*, e de outro, os próprios economistas se enfrentando com outros de posições diferentes, juntando ao máximo possível teoria e aplicação na realidade econômica e social — se desmembrou. Na conjuntura, os limites da realidade e seus custos se impuseram para políticas econômicas tão radicais, e Pinochet decidiu que seriam grandes de mais.

3.4 As posições dos economistas chilenos: trajetórias profissionais, instituições e meios sociais

Dado toda a análise das influências e conflitos evidenciados, relacionamos as posições e o modo de atuação dos economistas e profissionais ao universo institucional e pessoal que lhes são próprios, sugerindo que assim é possível elucidar alguns elementos que ajudam a explicar suas posições nas disputas e porque eram ou não eram compatíveis com a correlação de forças do regime. Dada a dificuldade de acesso às informações biográficas de todos os envolvidos, escolhemos apenas alguns representantes das posições em disputa: Raúl Sáez, Fernando Léniz e Sérgio de Castro. O primeiro como principal representante dos gradualistas, o segundo que se aproximou dos *Chicago Boys*, e o último um representante dos *Chicago Boys*. É necessário pontuar que consideramos que a análise de Jorge Cauas seria a preferível por sua importância destacada ao longo do texto, mas dada a indisponibilidade de fontes e informações, o substituímos por Fernando Léniz.

Rául Sáez nasceu em 16 de fevereiro de 1913 e faleceu em 24 de novembro de 1992. Sua educação se iniciou no tradicional *Colégio Alemán* de Santiago e no *Liceo Janson* de Saily, na França. De volta ao país, formou-se em Engenharia Civil na Universidade do Chile. O engenheiro participou do *Plan de Electrificación Nacional* e de várias empresas estatais como a *Empresa Nacional de Eletricidad* (ENDESA), fundada em 1944, tendo incentivado a criação das estatais para produção de açúcar Indústria Azucarera Nacional (IANSAs) em 1953 e da *Empresa Nacional de Telecomunicaciones* (ENTEL) em 1964 (QUIROZ; QUIROZ, 2017). Na administração de Eduardo Frei Montalva (1964-1970) do Partido Democrata Cristão, foi Ministro da Fazenda em 1968 (UNIVERSIDADE DE CHILE, 2019; VALDÉS, 1995), tendo grande prestígio nos círculos internacionais e no próprio país, visto que foi muito importante para lidar com as consequências de um terremoto muito forte no Chile em 1960 (QUIROZ; QUIROZ, 2017). Na ditadura Pinochet assumiu a Coordenação Econômica e Desenvolvimento do governo e em abril de 1975 foi transferido para o cargo recém-criado de Coordenação Externa, no qual que se manteve até sua renúncia em novembro do mesmo ano (QUIROZ; QUIROZ, 2017).

Em junho de 1975 criticou a privatização da empresa têxtil PANAL, sem nenhuma garantia para o Estado, o que levou Pinochet a desautorizar o responsável pela privatização, o vice-presidente executivo da CORFO, Francisco Soza Cousiño. Em 1975, Francisco Soza efetuou a devolução de uma série de empresas estatizadas no governo Allende (CYPHER, 2007; HUNNEEUS, 1998; ZARATE, 2001). Além das divergências sobre as políticas econômicas, Rául Sáez criticou a situação dos direitos humanos em algumas oportunidades durante 1975, como revela documentos antes secretos e seu filho Sesbatián Sáez em entrevista a Quiroz e Quiroz (2017). Os acontecimentos e as críticas a privatizações e a questão dos direitos humanos datam proximamente ao anúncio do *Programa de Recuperación*

Económica (24 de abril) por Jorge Cauas, o que sugere a tensão dos conflitos naquele momento.

Interessa-nos aqui relacionar a carreira de Sáez durante o processo de substituição de importações, isto é, o ambiente institucional, educacional e dos órgãos do governo, respectivamente na Universidade do Chile e na CORFO. Explorar esses aspectos da biografia, a formação e a carreira profissional, pode nos oferecer elementos interessantes para analisar as disputas que resultaram na saída de Raúl Sáez da arena decisória do governo na economia.

Já foi indicada uma rivalidade entre a Universidade do Chile, de tradição heterodoxa ao longo do século XX, principalmente no ambiente turbulento da radicalização política e social no final dos anos 1960 e 1970, e a Universidade Católica, de tradição mais conservadora. Apesar de sua formação em engenharia, o “pensamento econômico” de Raúl Sáez era pragmático e não acreditava essencialmente na mão invisível smithiana para o desenvolvimento econômico, tendo sido influenciado intelectualmente por um dos “pioneiros do desenvolvimento”, Paul Roseinstein-Rodan, com quem Raúl Sáez cultivou amizade no Chile (QUIROZ; QUIROZ, 2017). Estes últimos autores argumentam que teoria do *Big Push*, formulada por Roseinstein-Rodan, que se baseia em um grande elemento impulsionador geraria as condições para o desenvolvimento econômico, condicionou que Sáez pensasse na eletricidade, representativo da trajetória profissional de Sáez, como este elemento. Como se sabe, as teorias do desenvolvimento econômico seriam paulatinamente questionadas e criticadas na academia norte-americana. Os autores pontuam como características do pensamento de Sáez uma paixão pela técnica e a ciência a serviço do desenvolvimento material da maior parte da população. Essas características teriam advindo em parte da Escola de Engenharia da Universidade do Chile.

Em relação à importância do ambiente institucional e profissional da trajetória de Raúl Sáez, destacamos que sua participação nas empresas da CORFO condicionava sua posição em relação à política econômica dos *Chicago Boys*. Havia uma contradição básica entre a importância da CORFO para o desenvolvimento econômico e a concepção de Estado dos técnicos monetaristas, pois “[...] a política oficial era terminar com o Estado empresário que a CORFO havia ajudado a criar” (HUNEEUS, 1998, p.146, tradução nossa). Explorar essa contradição se faz necessário.

Começamos, então, pela importância e as ligações de Raúl Sáez com a instituição. Sáez não era apenas um funcionário burocrata que trabalhou durante muitos anos na CORFO. Pelo contrário, era um homem importante que participou efetivamente da construção do Estado empresarial chileno. Como assinala Cypher (2007), Raúl Sáez “[...] foi um dos formuladores de política chave (se não o formulador chave) na principal instituição de desenvolvimento chilena [...], sendo associado com a ISI, com a CORFO e com a política de desenvolvimento encabeçada pelo Estado” (CYPHER, 2007, p.114, tradução nossa). O próprio Raúl Sáez expressou seu apreço pela instituição em várias oportunidades. Em entrevista em 1979, disse que a CORFO teria sido fundamental para o desenvolvimento econômico do Chile desde sua criação:

Avaliar as contribuições fundamentais realizadas pela CORFO e suas filiais através de seus investimentos em setores básicos da economia ou sua participação acionária e creditícia é uma tarefa extremamente difícil, sobretudo no espaço restrito de uma entrevista de imprensa. Posso assegurar que o crescimento sustentado do Produto Interno Bruto de 4,1% em todo o período 1940-1970 se deve, em uma proporção importante, às ações da CORFO. Se o país tivesse continuado com esse ritmo de crescimento, o PIB teria sido 20% superior ao que efetivamente foi em 1977 (MENSAJE, 1979a, p.241, tradução nossa).

Na mesma entrevista, ao ser questionado, especificamente, sobre a comparação do papel e da filosofia original da CORFO com a os princípios econômicos do regime de Pinochet, Sáez criticou o novo papel da CORFO. Segundo ele, a instituição teria assumido um papel diminuto em relação a todas as potencialidades acumuladas nos decênios anteriores, e expressa desconfiança em relação ao setor privado.

[...] O trabalho da CORFO de hoje [...] se reduz ao outorgamento de créditos e garantias ao setor privado e só muito eventualmente considera-se a possibilidade da participação mista em novos investimentos, mas sem responsabilidade executiva. Seus dirigentes reconhecem que ‘O Supremo Governo não definiu claramente a ação subsidiária do Estado na área das atividades produtivas’ ou melhor’ que o Governo definiu um papel importante ao empresário privado e a CORFO o apoiará para que concretize os projetos de investimentos que em outras épocas fazia a *Corporación* [...] O papel atual da CORFO deveria ser qualificado como ‘passivo’, contrariamente a sua atitude original eminentemente ‘ativa’. Pessoalmente não compartilho desta filosofia atual, pois creio que o setor privado saiu em muito más condições da experiência da Unidade Popular²⁰, e não tem capacidade de investir [...] (MENSAJE, 1979a, p.244, tradução nossa).

Dois pontos podem ser auferidos das citações anteriores. Primeiramente, Raúl Sáez observou o problema do crescimento entre 1940 e 1970 por um ângulo diametralmente oposto aos *Chicago Boys*. Para estes últimos, como expressam no *El Ladrillo* e nas declarações públicas, o crescimento do PIB foi baixo devido a causa fundamental da intervenção estatal. Já Sáez inverte o argumento, enfatizando que este crescimento do

²⁰ Apesar da concepção estratégica que Raúl Sáez tinha da instituição, em suas declarações estava presente também um senso crítico ponderado em relação ao uso errôneo da CORFO em distintos governos. O autor se mostra extremamente crítico ao uso da CORFO no governo da Unidade Popular, tanto que em sua avaliação, a análise do papel da CORFO só pode ser realizada no período entre 1940-1970, excetuando o período do governo socialista. Já sob o governo militar, reconhece a importância de algumas ações realizadas pela equipe econômica na normalização da situação organizacional e financeira das empresas estatais, manifestadas principalmente nas devoluções ao setor privado das empresas estatizadas no governo Allende (MENSAJE, 1979a).

PIB seria menor se não fosse a intervenção estatal por meio da CORFO. Em segundo lugar, Sáez critica a diminuição de seu poder no governo militar e as transformações operadas pelos *Chicago Boys* na instituição. Esta crítica não é explícita. Expressão da concepção monetarista sobre a CORFO foi a diminuição do poder da CORFO a partir de 1975, que pode ser evidenciada pelos números apresentados por Angell (2002), que sinalizam que o total de empresas sob a direção da CORFO diminuiu de 300 em 1973 para apenas 24 em 1980, e dentre as quais metade estava em processo de privatização

Rául Sáez tinha uma interpretação diferente da expressa pelos *Chicago Boys* em relação ao papel do desenvolvimento industrial sob o ISI e o papel do Estado, e especificamente a contribuição da CORFO para isso. Em outra entrevista da Revista Magazine em 1979, com partes suprimidas da entrevista de dois anos antes, Sáez (1979b) deixa mais clara a importância da CORFO para o desenvolvimento histórico chileno. Aqui destacamos o papel de uma empresa que o autor tinha íntima relação, a empresa de eletricidade ENDESA:

O objetivo da *Coporación* foi fomentar a produção de bens serviços em conformidade a um esquema ordenado e equilibrado de desenvolvimento [...] Os fatores clássicos para a produção de bens e serviços são o capital, o trabalho e os recursos naturais. O desconhecimento inicial destes fatores obrigou a dirigir os primeiros esforços da CORFO à ação tipo 'projetos' e em alguns casos tarefas 'setoriais' (energia) [...] Se a energia hidráulica que entregou a ENDESA em 1978 tivesse sido substituída por energia térmica, o país haveria importado 160 milhões de dólares a mais de petróleo nesse ano. Mas grave ainda, atendendo exclusivamente a considerações de plena ortodoxia, um grande número de pequenas cidades, aldeias, povoados e zonas rurais não teriam recebido este benefício pela baixa rentabilidade das áreas marginais [...] Em síntese, penso que sem a CORFO, o país continuaria por um prazo mais longo e com uma ação muito mais intensa em seu empenho de desenvolvimento para dentro que se iniciou com a violenta crise dos anos trinta, antes

do qual o país cresceu com vigor para fora (MENSAJE, 1979b, p.309-311, tradução nossa).

Nesta citação, explora e explicita mais a contribuição que a CORFO teve em relação ao desenvolvimento econômico chileno, e critica a “ortodoxia” que condena a intervenção estatal, dizendo que, se não fosse a CORFO, o crescimento econômico teria sido menor. Mas ele exemplifica duas características para explicar isso. A primeira é a importância da eletricidade para o atendimento a populações, que não seriam atendidas se vigorasse apenas os mecanismos de mercado, guiados tão somente pela rentabilidade dos investimentos. Além disso, a declaração é realizada em 1979, em uma data que já havia explodido o segundo aumento do preço do petróleo, e Sáez aproveitou o contexto para demonstrar que, sem a ação da CORFO, a dependência do petróleo seria maior.

A análise da trajetória pessoal de Raúl Sáez mostra como o meio acadêmico que se formou e sua atuação profissional nas empresas do Estado contribuíram para a construção de um determinado saber técnico, juntamente a um modo de pensar a realidade econômica social do país. Sáez havia frequentado a Universidade do Chile, dotada de formação pluralista e com preocupações com os grandes problemas nacionais e sociais. Além disso, a CORFO foi criada a partir de um determinado contexto econômico e político, quando o liberalismo estava em crise, e, assim, a CORFO e suas empresas eram vistas como instrumento de transformações econômicas sociais, o que é muito presente em seu pensamento e na sua atuação. Assim, Raúl Sáez absorveu essas características e, quando em atuação no governo, se posicionou através de uma perspectiva mais gradualista e heterodoxa das transformações radicais que os *Chicago Boys* queriam efetuar no Chile. Em suma, a importância e a representação da figura da Sáez e seus vínculos institucionais, juntamente com o poder que conseguiu

na primeira fase, tornando-se uma alternativa aos *Chicago Boys*, colocava-o como um tecnocrata alheio às principais tendências ideológicas e tecnocratas que cresceram no governo.

Vimos que a CORFO teve seu poder diminuído durante a aplicação das políticas econômicas dos *Chicago Boys*, principalmente após 1975, não só através da devolução de empresas estatizadas, mas também pelas privatizações. Em seu lugar, conforme já esboçado, a *Oficina de Planificación Nacional* (ODEPLAN) se tornou uma poderosa arena decisória para os *Chicago Boys*, ao lado dos *gremialistas*. A maior importância decisória conferida pelos *Chicago Boys* à ODEPLAN em detrimento da CORFO é uma das estratégias representativas do caminho destes economistas até alcançar a hegemonia dentro do governo.

Neste momento, continuando na análise de como as trajetórias pessoais, institucionais e profissionais condicionaram as posições dos tecnocratas sobre as políticas econômicas, concentramo-nos nas concepções dos *Chicago Boys* em relação ao papel do Estado e da CORFO no desenvolvimento econômico do século XX. Queremos mostrar como as percepções monetaristas sobre essa questão são diferentes das de Raúl Sáez. Além disso, em seguida, estudamos alguns aspectos das trajetórias pessoais e profissionais primeiramente de Fernando Léniz, uma posição intermediária no interior do governo, mas que se aproximou da influência dos *Chicago Boys*. Por último, nos concentramos no estudo dos economistas formados em Chicago, representados por Sérgio de Castro, e como isso contribuiu para a formação de uma determinada percepção da realidade econômica e social do Chile, assim como aplicar políticas econômicas monetaristas.

Diferentemente do caso de Raúl Sáez, as concepções de Estado e desenvolvimento econômico dos *Chicago Boys*, de fato, não permitem visualizar um papel importante para um órgão da natureza da CORFO, tão

vinculada ao passado estatista que os *Chicago Boys* queriam debelar. Isto porque, no pensamento dos *Chicago Boys*, o Estado empresário ou desenvolvimentista deveria se retirar das atividades produtivas, abrindo espaço para a iniciativa privada. No “*El Ladrillo*”, há um enorme espaço para tratar da questão do Estado, e esta temática transcende todos os objetivos, problemas e políticas esboçadas no plano. A intervenção exagerada teria sido uma constante nos rumos do país a partir da década de 1930.

Havia na percepção dos economistas de Chicago uma associação latente entre o crescimento ineficiente e todos os problemas da economia chilena na conjuntura de 1973 com o processo de substituição de importações presente na vida econômica chilena desde os anos de 1940, do qual peça essencial foi a CORFO. Isso coloca em evidência que muito mais que a simples normalização da situação econômica nos seus problemas mais imediatos, os *Chicago Boys* queriam, na verdade, o rompimento drástico do modelo de desenvolvimento econômico.

As causas desta estagnação — ou escasso crescimento em relação a seu potencial — devemos buscar, repetimos, nas erradas políticas de substituição de importações seguidas por diferentes governos desde 1930. Em princípio, estas medidas foram tomadas para aliviar os efeitos imediatos sobre nossa Balança de Pagamentos da grande depressão de começos de 30 [...] mas posteriormente serviram para discriminar entre os diferentes setores produtivos, fomentando indústrias específicas — em detrimento de outras — através do emprego de tarifas aduaneiras, cotas de importação, subsídios, empréstimos, taxas de câmbio múltiplas, exceções e, logicamente, investimentos estatais diretos [...] (CASTRO, 1992, p.186, tradução nossa).

A atividade produtiva direta do Estado, segundo os *Chicago Boys*, incentivava a proliferação de organismos e agências, que eram apoiadas em uma extensa e cara burocracia. Todas essas empresas e órgãos seriam de baixa produtividade e eficiência. Além disso, o protecionismo industrial,

utilizado como mecanismo para fomentar atividades industriais de substituição de importações, teria incentivando a criação de uma indústria artificial com pouca competitividade e restrita ao pequeno mercado interno chileno, o que acabou por limitar as taxas de crescimento econômico. Os *Chicago Boys* consideravam a necessidade alterar a gênese e as características do rumo a um Estado menor e descentralizado²¹. Havia uma crítica forte ao planejamento econômico centralizado do tipo soviético, que era concebido em íntima relação com as políticas de substituição de importações do país. Isto decorre do contexto da Guerra Fria:

É um fato cada vez mais evidente que a experiência mundial — em particular, da dos países socialistas ocidentais, incluindo Rússia — indica que a centralização econômica no Estado não é uma solução lógica no momento histórico atual. Em efeito, as economias modernas apresentam uma diversidade produtiva e uma complexidade organizacional tão grande que o Estado — ainda que conte com burocratas idôneos em abundância — é incapaz de administrar a produção global com a devida flexibilidade. A imaginação, a inovação, o risco, o esforço produtivo tendem a se nivelar por baixo entre os burocratas que passam a serem ultraconservadores, para não incorrer em sanções ou perdas de posições (CASTRO, 1992, p.161-162, tradução nossa).

A redução da intervenção estatal e a alteração de um planejamento centralizado para uma forma mais descentralizada contribuiriam para que o mercado assumisse seu papel preponderante no sistema econômico, instituindo a utilização do sistema de preços como o melhor indicador das condições de oferta e demanda de bens, estimulando assim uma mais eficiente alocação de recursos produtivos. Neste sentido, o Estado descentralizado, com papéis restritos e bem delimitados, seria mais eficiente porque

²¹ A nova função desejada do Estado é a de orientação geral pela fixação de metas e políticas econômicas globais (e não específicas), definir o marco institucional da sociedade, alguns mecanismos de planejamento e controle e o apoio ao desenvolvimento da infraestrutura e o desenvolvimento de atividades em que haja falhas de mercado (CASTRO, 1992).

[...] permite um verdadeiro controle da economia ao concentrar a atenção em poucas políticas globais que possuem efeitos multiplicadores; Por outro lado, a ação direta que implica as políticas centralizadas obriga a atenção, coordenação de milhares de pequenos e variados detalhes, com o que a máquina do governo necessariamente se agiganta e perde coerência e eficácia (CASTRO, 1992, p.66, tradução nossa).

Dentro da perspectiva de alteração do modelo de Estado, as privatizações das empresas públicas assumiriam, nas explicações dos *Chicago Boys*, um papel fundamental para a construção de um Estado menor e descentralizado²². Como complemento às privatizações, outro assunto que implicaria na diminuição do Estado desenvolvimentista, tal como foi constituído na Industrialização por Substituição de Importações (ISI) no Chile, seria a diminuição do investimento público. O destaque dado para os investimentos estatais diretos é sintomático de como queriam reduzir o papel do Estado na economia. Sob ângulo do mercado de capitais, os economistas apresentaram dados que sugerem que a composição histórica do financiamento externo favoreceu a intervenção do governo, diretamente ou para seus órgãos, como a CORFO e o Banco Central, na proporção de 85%, enquanto apenas 15% foram destinados ao setor privado (CASTRO, 1992, p.115).

A respeito do investimento público, no documento elaborado pelos *Chicago Boys* como plano econômico, os itens de “*Vivienda y Urbanismo, Obras Públicas y Transporte e Minería*” não foram divulgados com o restante do plano. Embora haja esse limite da fonte primária, há indicações ao longo do plano sobre a questão do investimento público.

²² Apesar proposta radical no documento e na aplicação prática das privatizações, ressalva-se que, por questões de interesse público ou estratégica, algumas empresas estatais não seriam privatizadas, mas teriam sua gestão descentralizada. Para o primeiro caso destaca-se as empresas de armamentos e comunicações e no segundo a empresa de ferrovia nacional, a *Gran Minería del Cobre*, a *Empresa Nacional del Petróleo* (ENAP) são alguns exemplos (CASTRO, 1992).

Particularmente sobre as obras públicas, remete-se especificamente à sua redução, assim como dos empregos absorvidos pela atividade. Além disso, o setor privado deveria ocupar o papel do Estado nos investimentos. Vejamos algumas das ditas indicações

As pressões por uma política de pleno emprego têm sido paulatinamente identificadas com uma política de emprego direto que gera uma excessiva burocracia e mantém um baixo nível de produtividade. Um caso extremo desta tendência tem se desenvolvido nos últimos dois anos, em que o Estado assumiu um papel ativo na execução direta de moradias e obras públicas, estimando-se que nesses dois setores há 70.000 trabalhadores que dependem diretamente de departamentos de execução das respectivas instituições (CASTRO, 1992, p.48, tradução nossa).

O aumento dos empregados públicos têm sido impressionante no último período e a eficiência do trabalho que estes desenvolvem é altamente discutível; basta assinalar que foram contratadas aproximadamente 40.000 pessoas em moradia e 30.000 em obras públicas, que a quantidade de funcionários de CORA, INDAP e outras repartições é imensa e que a produtividade destes trabalhadores é baixíssima. Uma reestruturação da administração pública deve eliminar estes excessos [...] Parte deste problema poderá ser resolvido transferindo a empresas construtoras especializadas os recursos destinados à moradia e obras públicas, o que criará uma demanda igual ou superior à criada pelo Estado, mas com um enorme ganho de produtividade (CASTRO, 1992, p.99, tradução nossa).

É nítida no *El Ladrillo* a intenção de redução das obras públicas do Estado e da população empregada por essa atividade, indicando a transferência dessa responsabilidade ao setor privado. Mais do que intenções, os dados do Apêndice estatístico apresentados no Capítulo 1 demonstram que o investimento público do governo caiu de 8,7% no PIB para apenas 2,7% entre 1974 e 1982. Já o investimento das empresas estatais se reduziu de 3,9% para 2,6% no mesmo período. No total, o investimento público caiu

de 12,6% para 4,7% nos mesmos anos de comparação (APÊNDICE ESTATÍSTICO).

Em relação a Fernando Léniz, apesar de muitas coincidências com a trajetória de Raúl Sáez, além de ter sido indicado para o governo por ele, entendemos que Léniz paulatinamente se inclinou para a zona de influência dos *Chicago Boys*. Fernando Léniz Cerda nasceu em Concepción no dia 30 de julho de 1927 e faleceu em 23 de setembro de 2013. Estudou nos colégios *Alemán* de Valdivia e no *Instituto Nacional*. Em 1947 iniciou o curso de Engenharia Comercial na Universidade do Chile, com grande distinção como melhor aluno da sala, e atuou como empresário. Entre 1963 e 1966 foi presidente da *Corporación Chilena de la Madera* (CORMA) (LA SEGUNDA ONLINE, 2013). Neste cargo elaborou um *Plan de Desarrollo Forestal*, que foi entregue ao Presidente Eduardo Frei, colocando em evidência a necessidade de regulação do setor (EL LEGADO, 2013). Também passou por empresas do grupo CMPC e a estatal Endesa (que Raúl Sáez também dirigiu). No triênio seguinte foi gerente geral do jornal *El Mercurio* e seu presidente entre 1970 e 1973, sendo-o também do diário *La Segunda*. Foi Ministro da Economia entre 11 de outubro de 1973 até 14 de abril de 1975 (LA SEGUNDA ONLINE, 2013).

Muñoz (1999) argumenta que na troca de Léniz por Sérgio de Castro no Ministério da Economia no contexto de 1975, Pinochet substituiu um “ministro moderadamente reformista” por outro mais radical (e em correspondência com as propostas de Friedman em sua visita em 1975, como já discutimos). De outro lado, Camargo (2016) entende que, apesar de não ser um *Chicago Boy*, Fernando Léniz nunca se opôs à influência do grupo de economistas. As evidências levantadas neste livro corroboram essa última visão.

Há várias coincidências com a argumentação realizada quando discutimos a biografia de Raúl Sáez, por ter se formado na Universidade do

Chile e ter uma carreira em empresas estatais. Além disso, a descrição de uma característica pragmática e conciliadora realizada por Muñoz (1999) parece se confirmar, segundo relatos de quem trabalhou ou conviveu com ele (EL LEGADO, 2013)²³. Porém, a interpretação para Fernando Léniz é oposta à de Raúl Sáez. Argumenta-se que, apesar de Fernando Léniz ter tido uma trajetória profissional no governo semelhante à de Raúl Sáez, há outros elementos biográficos que divergem. Léniz teve uma passagem anteriormente ao golpe justamente no *El Mercurio*, jornal apoiador do regime militar, tendo trabalhado com Roberto Kelly – articulador entre os *Chicago Boys* na elaboração do *El Ladrillo*, e sua entrega para Marinha. Não se quer concluir, realizando juízo de valor, que Léniz também participou de algum tipo de articulação do jornal para a elaboração do *El Ladrillo*, apenas que existia sob sua trajetória um ambiente institucional importante que se inclinava para as ideias dos *Chicago Boys*.

Por último, em relação à trajetória pessoal e profissional dos *Chicago Boys*: Como seria inviável a análise de todos os economistas do grupo, tomamos o exemplo de Sérgio de Castro, que era o principal líder do grupo e assumiu o cargo mais poderoso da estrutura burocrática chilena, o Ministério da Fazenda. Sergio de Castro Spikula nasceu no Chile em 1930, filho de uma família de imigrantes europeus (neto de avós espanhóis, iugoslavo e italiana). Seu pai foi comerciante e empresário. De Castro viveu na Bolívia durante sua infância. Sua educação pré-universitária foi realizada a partir de 1946 em um colégio “moderno”, ou seja, não tradicional, e sim internacional, com vocação anglo-saxônica, e em Vancouver, que tinha um estilo rigoroso de estudos em consonância com o modelo educacional dos países desenvolvidos (FERMANDOIS, 2007).

²³ Fernando Raga que relata um caso de quando ele e Fernando Léniz foram entrevistados no contexto de uma séria crise ambiental de uma das empresas por um jornalista, com perguntas contundentes, e que certamente esperava uma recepção hostil. Mas, pelo contrário, Léniz recebeu-o muito bem, e o fez de forma aberta e sincera, criando um clima de confiança, transformando a entrevista em uma amistosa conversa (EL LEGADO, 2013).

Com a morte do pai, retornou ao Chile, onde se matriculou primeiramente no curso de economia da Universidade de Chile e logo abandonou para ingressar no mesmo curso na Universidade Católica em 1952. Conforme Fernandois (2007), o período na Universidade de Chile despertou um espírito crítico em relação aos princípios do “desenvolvimento para dentro” da CEPAL, predominante na universidade até então, a qual era severamente criticada por Sérgio de Castro pela falta de “rigor teórico”. Quando iniciou seu curso na PUC, se tornou interlocutor das inquietudes dos estudantes para modernizar o ensino de economia, deixando de lado seu caráter de escola de negócios. Posteriormente, através do convênio entre Universidade Católica e a Universidade de Chicago, doutorou-se em Economia na última universidade em 1957. Quando retornou de Chicago, foi professor na Universidade Católica e posteriormente se tornou decano da Escola de Economia entre 1965 e 1968. Após a Reforma Universitária realizada em 1968, saiu da PUC e juntou-se a outros economistas no *Centro de Estudios Socioeconómicos* (CESEC), sendo responsável entre 1972 e 1973 pela redação de *El Ladrillo* (CASTRO, 1992). Já no governo militar foi assessor do Ministro da Economia Fernando Léniz (de 1973 a 1974), Ministro da Economia entre 1974 e 1976 e, entre 1976-1982, Ministro da Fazenda.

Sérgio de Castro, após deixar a pasta da Fazenda, dirigiu e participou de várias empresas no setor privado. O ministro foi gerente do Banco Edwards até 1985 e diretor do banco até 1996, quando se tornou Presidente da entidade até 1999. No final da década de 1980 foi diretor da Soquimish e presidente da metalúrgica Cintac, sendo um dos controladores, juntamente com Juan Carlos Latorre Días. Participou até 2000 de forma societária da Copesa, e até 1999 presidiu o Banco Transandino na Argentina (LOS HOMBRES, 2001). Esta característica remete diretamente a caracterização de Loureiro (1997) do economista dirigente, que possui

uma carreira mais ampla do que no governo, o que inclui uma carreira no setor privado, como foi o caso de Mário Henrique Simonsen Brasil.

Uma interessante reflexão a respeito da origem social dos aspectos educacionais de Sérgio de Castro importa-nos muito para os propósitos do presente trabalho. Citando os principais trechos da análise:

Claramente sua origem social não pertence à chamada classe alta tradicional chilena, nem a nenhuma oligarquia, no sentido corrente do termo. Não deve se duvidar de que sua origem fez com que fosse uma pessoa que, por meio das oportunidades, pôde ascender a uma classe dirigente. [...] Tinha as oportunidades, mas não estava atado a convencionalismos e prejuízos do resto da classe dirigente chilena [...] Talvez isto explique também uma das características que o acompanharam em sua vida pública: uma descontração e traços de arrogância não só ante o conformismo e a rotina, mas também uma atitude de desapego para toda tradição que não fosse a teoria econômica praticada na Universidade de Chicago e as lealdades de grupo (sua família, o que destaca muito claramente; sua geração de colegas de estudos) [...] Retrata um estilo que o caracterizaria depois como homem público e seu desempenho como ministro; talvez seria a origem de alguns problemas não só que ele teve, mas também da política econômica que implementou (FERMANDOIS, 2007, p. 285-288, tradução nossa).

Há uma série de exemplos da personalidade forte de Sérgio de Castro, que mostram como ele acreditava em suas medidas como ministro. Certa vez, no contexto de congelamento do câmbio a 39 pesos, no que diz respeito à adoção do enfoque monetário de pagamentos, disse aos críticos “que comprem dólares” (FERMANDOIS, 2007, p.287, tradução nossa). Dentre essas reclamações a taxa de câmbio possivelmente tinha um papel fundamental.

Em relação a algumas considerações sobre a trajetória de Sérgio de Castro, cabe destacar alguns aspectos importantes: origem social, formação acadêmica e a não existência de uma carreira prévia no Estado. Sua

origem social de classe média²⁴, como nos sugeriu Fermandois (2007), pode ter condicionado sua propensão à aplicação de uma política econômica radical. Orientado pelos princípios monetaristas, podia propor, em um ambiente autoritário, uma transformação radical que aproximasse a realidade da teoria econômica formulada na *Universidade de Chicago*. Além disso, Sérgio de Castro não tinha uma trajetória institucional dentro do Estado antes do golpe militar de 1973, como o tinha Raúl Sáez. Sáez, formado em engenharia, aperfeiçoou seu pensamento em relação à economia a partir de sua atuação prática nas empresas da CORFO, se tornando assim mais pragmático. Ao contrário, Sérgio de Castro não teve contato com uma instituição estatal anteriormente. O principal ambiente institucional de Sérgio de Castro antes do golpe foi a Universidade de Chicago.

3.5 Tecnocracia e a distribuição da renda no Chile: concepções e custos das políticas econômicas sobre diferentes grupos

Chegamos ao último ponto de discussão sobre o Chile. Até aqui discutimos como os conflitos entre diferentes frações militares condicionaram as disputas entre economistas e profissionais, em que Pinochet contribuiu para o avanço dos *Chicago Boys* e de seu projeto econômico vencendo disputas com outros economistas e profissionais. Além disso, mostramos como foi a formação dos *Chicago Boys* e sua coesão interna, bem como as disputas no interior do Estado com outros economistas e militares para implantar a própria política econômica. Nessas discussões, provavelmente o leitor ficou se perguntando sobre a relação entre política econômica e interesses dos grupos da sociedade. A discussão foi deixada por último porque aqui, dado uma maior familiaridade do

²⁴ Mais do que uma característica somente de Sérgio de Castro, de acordo com o trabalho de Rojas (2004), que traça o perfil dos economistas chilenos de 1958 a 2013, o que inclui os *Chicago Boys*, menos apenas 15% dos economistas que frequentaram o Estado neste período, pertenciam a famílias tradicionais chilenas, o que caracteriza uma nova elite política, que se iniciou com os *Chicago Boys*.

leitor com a implantação da política econômica e os principais pontos de conflitos entre os economistas inscritos no processo decisório, acreditamos ser possível visualizar mais claramente as relações entre formulação das políticas econômicas (concepção e conflitos) e a distribuição social dos impactos.

O objetivo aqui é discutir a complexa relação entre a execução da política econômica e seus custos sobre os diferentes grupos da sociedade: trabalhadores e empresários, e suas diferentes frações, nos setores da agropecuária, no setor industrial e, por fim, no setor financeiro. Obviamente, essa desagregação intersetorial tem limites, por exemplo, de que com o desenvolvimento do capitalismo fica cada vez mais difícil separar nitidamente as atividades produtivas, uma vez que uma mesma empresa possui diferentes negócios com rentabilidades variadas.

Neste sentido, a seção é composta pela interação de cinco aspectos a serem desenvolvidos: 1) A busca pela concepção no plano de intenções dos formuladores das políticas econômicas a respeito da neutralidade das políticas; 2) Os custos que recaíram sobre os trabalhadores 3) O entendimento da concepção em relação à mudança do modelo de desenvolvimento da economia e dos setores produtivos: agricultura, indústria e setor financeiro; 4) custos que sofreram os diferentes setores produtivos; 5) o papel da política cambial na distribuição dos custos econômicos. Todos os aspectos discutidos nessa seção serão remetidos às conjunturas de conflitos desenvolvidas anteriormente. Ao final de seção queremos deixar claro que os *Chicago Boys* alcançaram maior autonomia na elaboração e na implementação das políticas econômicas em relação aos setores produtivos. Sugerimos, então, que o regime militar chileno possibilitou uma maior blindagem social na aplicação das medidas liberais. Por outro lado, essa maior autonomia na aplicação de uma política econômica pretensamente formulada em termos neutros teoricamente gerou efeitos

distributivos assimétricos sobre os diferentes grupos. Os custos das políticas recaíram principalmente sobre os trabalhadores e o setor industrial, e o grande beneficiado foi o setor financeiro.

No Chile, os economistas argumentam em favor das ideias liberais e suas soluções econômicas para enfrentar as piores consequências da crise econômica e social, como sinaliza Castro (1992). A atuação social do Estado frente à redistribuição de renda era tida como necessária, mas vista apenas do ponto de vista da complementação da renda de certos indivíduos, subordinada aos mecanismos de mercado, seja pela forma “complementar” da renda, seja pela exigência de esforço produtivo por parte do Governo aos cidadãos. Na política de redistribuição de renda descrita no *El Ladrillo*, na qual o alívio da pobreza é o objetivo sumário, os economistas analisaram que a resolução da extrema pobreza deveria ser concebida a partir de um pano de fundo, constituído por cinco aspectos: 1) aumento da concorrência e do funcionamento do mercado; 2) extensão dos serviços aos setores de baixa renda; 3) um auxílio de desemprego decrescente ao longo do tempo por ocasião da nova política econômica; 4) subsídios diretos na forma de dinheiro por parte do Estado a toda pessoa que tenha uma renda inferior a um determinado nível; 5) maior progressividade no imposto de renda e instituição do imposto sobre propriedade e herança.

O conjunto de políticas econômicas era visto como um “corpo harmônico” e altamente complementar. Havia uma consciência por parte dos economistas de que os problemas políticos que envolvem as decisões influem de maneira importante a partir do momento que se executa a política econômica, mas o fundamental do documento era exprimir uma orientação geral dada pela “[...] síntese clara dos aspectos econômicos fundamentais que deveria considerar qualquer política geral de governo” (CASTRO, 1992, p.16, tradução nossa).

Cabe ressaltar que, apesar do reconhecimento dos problemas políticos induzidos por políticas econômicas e pelos seus resultados, está presente no documento uma defesa paulatina da “técnica” econômica “neutra”, sem ditas interferências. A técnica neutra é relacionada implicitamente com as políticas liberais, pelas quais pretensamente não haveria igual influência direta na redistribuição da renda. A neutralidade da política econômica é afirmada após a análise realizada pelos *Chicago Boys* no *El Ladrillo* dos “grupos poderosos”, tópico no qual é expresso que o poder desmedido do Estado está na origem das relações corruptas entre estado e sociedade, pelo uso do Estado para auferir benefícios para grupos específicos. A equipe econômica via a estrutura econômica de mercado chilena como concentrada. Essa característica teria sido originada do protecionismo industrial e dos diversos controles do Estado para fomentar a Industrialização por Substituição de Importações (ISI) entre 1940 e 1973, processo que recebe forte crítica no plano econômico e nas declarações públicas dos *Chicago Boys*.

A crítica aos grupos políticos é evidente em diversos economistas que participavam do grupo. Por exemplo, em uma palestra proferida como motivo de celebração de 90 anos da Universidade Católica do Chile, Pablo Baraona discursou:

O ocorrido no Chile durante os anos 1970 e 1973 foi, sem nenhuma dúvida, o resultado necessário de um processo que foi incubado [...] Sem nenhuma dúvida, as forças que chegaram a consumir o sucedido nesses anos estavam presentes em nossa sociedade muito antes e aceleraram sua atividade [...] compreendendo sob eles não só os partidos políticos, mas também, as forças que tinham alguma presença neste país, como por exemplo, os *grêmios*, sindicatos, chegamos a conclusões muito claras (BARAONA, 1978b, p.388, tradução nossa).

Baraona ainda ressalta que esses grupos, através da influência na política econômica, que afeta a todos, buscava a conquista do poder pelo poder, pensando apenas nos benefícios próprios. Neste sentido, a politização sindical é notória desse processo, cuja “[...] principal explicação está na estrutura econômica e política que foi configurando no país” (BARAONA, 1978b, p.392, tradução nossa). Desta forma, na visão de Pablo Baraona, a estrutura econômica do modelo industrializante e a politização sindical são inter-relacionadas, e não independentes.

Segundo a perspectiva dos economistas, a intervenção estatal facilitou o fortalecimento dos grupos de poder, o que é manifestado nas práticas monopolistas tanto no setor empresarial quanto dos trabalhadores, através de sindicatos organizados e poderosos. Para contornar tal situação, o documento julga como imprescindível a reforma da própria estrutura da sociedade e do Estado, de modo que a intervenção estatal não seja definida com base na discricionariedade, mas sim a partir de regras “[...] claras, conhecidas e de aplicabilidade geral que sejam, portanto, impessoais” (CASTRO, 1992, p.50, tradução nossa).

Embora o programa dos “*Chicago Boys*” reconheça o “conluio” entre empresários e políticos, que contribuiria para gerar um deficiente crescimento econômico, argumentando em favor de regras e “políticas certas” e neutras, podemos sugerir, por outros elementos, que mesmo com toda neutralidade defendida, o diagnóstico econômico do plano e suas medidas possuíam efeitos potenciais sobre determinados grupos políticos, em especial aos trabalhadores e sua organização (sindicatos). Isto porque o documento dá especial atenção às ações dos sindicatos, que seriam responsáveis por prejudicar todos os outros agentes da economia, como os consumidores (pelos maiores preços em função da maior barganha por maiores remunerações), os capitalistas (pelo maior custo do trabalho) e

outros segmentos do trabalho mais ou menos organizados (CASTRO, 1992).

Podemos ainda exemplificar essa potencialidade de custos sobre os trabalhadores pela proposta de descentralização das unidades produtivas proposta no documento, que deveriam seguir determinados critérios: a participação, a eficiência e a disciplina. Sobre o primeiro critério, os economistas assinalam que a participação da população cresceu sob os governos do Partido Democrata-Cristão (1964-1970) e da Unidade Popular (1970-1973). O aumento da participação dos trabalhadores nas unidades produtivas foi relacionado com o processo de estatização da economia. Na avaliação do programa econômico, o erro foi atrelar o aumento da participação dos trabalhadores a causas políticas e ideológicas. “Assim, ao invés de uma participação efetiva e real, realizou-se através de diretivas politizadas, sob domínio total dos partidos marxistas” (CASTRO, 1992, p.163, tradução nossa). Uma real e efetiva participação dos trabalhadores poderia ser um mecanismo muito importante no aumento da produtividade.

A eficiência, critério decisivo, argumentam os *Chicago Boys*, deveria nortear toda forma de descentralização econômico-produtiva. O aumento do grau de flexibilidade da economia e o aumento da concorrência interna e externa permitiriam surgir as “fórmulas” mais eficientes de organização produtiva, de mercado. Em último lugar, temos a disciplina correspondendo ao terceiro critério (CASTRO, 1992). Os redatores do documento enfatizaram que um dos principais motivos do lento desenvolvimento econômico e da diminuição do investimento produtivo do Chile seria o “relaxo” e a “anarquia” dos trabalhadores em suas funções, além da falta de hierarquia. A reimplantação da disciplina e da hierarquia e suas expressões em toda organização, através de responsabilidades individuais e procedimentos técnicos, eram concebidos como fundamentais para a maximização do uso dos recursos produtivos.

Outro exemplo que podemos considerar é a política salarial e sua relação com a política de combate à inflação. Na perspectiva dos elaboradores do plano, a política salarial junto ao sistema de previdência e a seguridade social seriam os fatores responsáveis pelo aumento da distorção dos preços relativos entre capital-trabalho, pois, ao conceder aumentos acima da produtividade, acaba por incrementar o custo do trabalho, em detrimento do capital. “É um fato [...] que as políticas de reajustes salariais para recuperar as perdas provocadas pela inflação não conseguem o efeito desejado, e, por sua vez, devido ao aumento das remunerações, cria-se novas pressões inflacionárias” (CASTRO, 1992, p. 98, tradução nossa). Assim, dentre as medidas para diminuir a inflação, o plano cita que era necessário impor regras para o reajuste das remunerações de acordo com a produtividade no setor público e no setor privado — que seria favorecido pela concorrência externa com os mercados internacionais, disciplinando empresários e sindicatos para adotarem reajustes realistas.

E efetivamente, essa potencialidade que já era possível assinalar nos documentos primários se confirmou, pois o modelo econômico deixou uma herança pesada em termos sociais e distributivos para os setores mais pobres da população. Alguns desses custos já foram expostos anteriormente, no qual mostramos a permanência de níveis elevados de desemprego e baixa nas remunerações (APÊNDICE ESTATÍSTICO).

Em seguida descrevemos, de acordo com as disponibilidades de dados, uma tendência de aumento da concentração de renda durante o regime militar chileno. Conforme dados das *Encuestas de Presupuestos Familiares*, realizadas pelo *Instituto Nacional de Estadísticas de Chile* nos anos de 1969, 1978 e 1988, a deterioração na distribuição de renda pode ser indicada pela queda da participação do gasto do quintil (20%) mais pobre de 7,6% em 1969 para 5,2% em 1978 e 4,4% em 1988. Enquanto

isso, a participação do quintil mais rico se elevou de 44,5% em 1969 para 54,9% em 1988. A razão entre os dois quintis se elevou de 5,86 para 12,48 (FFRENCH-DAVIS, 2003, p.315). Ou seja, a distância entre os mais ricos e os mais pobres mais que duplicou nas décadas que vigorou o regime militar chileno segundo esses dados. Por outros dados, da *Encuesta de Empleo* da Universidade de Chile, a razão entre os 20% mais ricos e mais pobres se eleva de uma média de 12% nos anos de 1960, para 14,9% entre 1974-1981 (FFRENCH-DAVIS, 2003, p.324).

Em relação aos setores produtivos, já está implícito que os *Chicago Boys* tinham várias apreciações críticas radicais sobre a história chilena desde quando se iniciou o ISI, em 1940, até o início da década de 1970, e que propunham uma ruptura radical com o modelo industrializante em favor de uma nova estratégia de desenvolvimento, baseada nos setores exportadores, principalmente a agricultura. Nesta nova estratégia de desenvolvimento, os *Chicago Boys* enxergavam uma diminuta importância do setor industrial, marcado na visão do grupo por vícios e politização. Dentro do setor exportador, o setor da agricultura adquire maior importância para ser estimulado, por ser um setor dotado de vantagens competitivas no país, e que poderia induzir uma maior diversificação da pauta de exportações, tornando-se uma fonte alternativa de divisas para diminuir a concentração das exportações em torno mineração (cobre)²⁵.

Na avaliação dos *Chicago Boys*, o desenvolvimento através da ISI introduziu uma demasiada diversificação da indústria em detrimento da agricultura²⁶. Na visão dos *Chicago Boys*, o processo de industrialização

²⁵ Essa diversificação se fazia necessária, na concepção dos *Chicago Boys*, para fazer frente às importações necessárias à economia chilena, que é concentrada em alimentos, matérias-primas e bens de capital, cujas possibilidades de diminuição são limitadas no curto prazo (CASTRO, 1992).

²⁶ A estrutura industrial chilena se tornou diversificada, compreendendo, por exemplo, indústrias tradicionais, siderurgia, refinarias de petróleo, indústria açucareira, plástica, eletrônica, automotriz, petroquímica e química básica, e representando 26% do produto nacional, o que é considerado pela equipe econômica como elevada para o nível de renda *per capita*, que absorve apenas 20% da população ocupada, as exportações industriais representam

no Chile desde 1930 não foi caracterizado por uma política industrial real, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento econômico de longo prazo. Em vez disso, foi subproduto de decisões erradas para enfrentar os problemas de curto prazo advindos da Grande Depressão, como resolver o problema no balanço de pagamentos, inflação ou do déficit público através de medidas não discriminatórias. A política cambial teria seguido uma tendência de valorização real do câmbio, o que gerou persistentes déficits no balanço de pagamentos, através do lento desenvolvimento do setor exportador chileno nas últimas décadas. Para contornar esses déficits, nas décadas subsequentes se imprimiu uma política de tarifas destinada a conter as importações de bens e serviços via aumento de preços de “bens de luxo, bens não essenciais (dispensáveis)”. O resultado foi uma alteração dos preços relativos que favoreceu a produção de bens não essenciais (por exemplo, industriais) e desestimulou a produção interna de bens essenciais (alimentos e outros bens de primeira necessidade). A valorização da taxa de câmbio estimulou a importação de bens essenciais, e sua produção interna foi desestimulada. De outro lado, a política tarifária, ao encarecer a produção de não essenciais, acabou por estimular sua produção interna.

Deste modo, sinalizam uma causa importante da má alocação de recursos na economia chilena²⁷, pois os produtos industriais são consumidos por grupos de renda média alta e alta, que constituem um pequeno mercado interno. Aliás, este seria um dos problemas do setor industrial, que produz bens em mercados internos restritos sem capacidade de diminuir seus custos pelo aproveitamento das economias de escala. A resolução disso se efetuaria pelas mudanças nos preços relativos internos,

apenas 10% do total e carecem de dinamismo, a produção industrial é altamente dependente da estrutura de importações – o que debilita o balanço de pagamentos (CASTRO, 1992, p.185).

²⁷ Neste raciocínio, isto implica na análise de que os recursos produtivos foram desperdiçados, pois se produziu a um custo muito elevado os bens que poderiam ser importados. Alternativamente, a produção interna de bens essenciais poderia ser realizada a um custo mais baixo, e o excedente ser exportado para importar os bens não essenciais em uma maior quantidade do que era possível produzir internamente.

transferindo recursos aplicados de forma ineficiente nos setores de substituição de importações para os recursos produtivos para a exportação, com maior eficiência e produtividade e que daria um alto e rápido desenvolvimento econômico ao Chile (CASTRO, 1992).

A diversificação da produção industrial (altamente dependente da estrutura de importações) é criticada porque, segundo a perspectiva dos economistas que formularam o *El Ladrillo*, impediria o aproveitamento das vantagens da especialização produtiva em poucas linhas de produção e uma maior abertura da economia ao comércio exterior, tornando o processo de desenvolvimento tecnológico no Chile débil e dependente de tecnologia de países com um maior nível de renda *per capita*. Consequentemente, como os sistemas produtivos eram intensivos em capital, há um crescimento insuficiente da ocupação da população.

A nova política industrial chilena deveria ser caracterizada por vários objetivos, dos quais se destacam: alcançar uma estrutura industrial mais eficiente e especializada com foco nas exportações industriais, promover o desenvolvimento tecnológico eficiente de forma a selecionar as tecnologias mais adequadas a realidade das empresas, redução dos custos trabalhistas e maior mobilidade ocupacional, “racionalização” do processo de industrialização em seus aspectos “indiscriminados” para conferir processos de produção com maior razão entre pessoal por unidade de capital, a utilização do capital estrangeiro de forma consciente e aproveitando todas suas potencialidades, além de conquistar novas vantagens comparativas em um montante restrito de bens para o desenvolvimento das exportações manufatureiras, promover a concentração de várias firmas para fortalecimento e obtenção de economias de escala e melhor acesso aos mercados internacionais, eliminação do Estado Empresário no setor.

Em resumo, qualitativamente

A estratégia deveria ser: organizar cadeias de produção que englobem, junto com a elaboração do produto final, os principais insumos e os principais equipamentos (bens de capital), para especializar-se em uns poucos produtos; mas ao mesmo tempo, permitindo o desenvolvimento de outros ramos industriais (CASTRO, 1992, p.191, tradução nossa).

No Chile, a política de mercado de capitais do programa visava a reestruturação das bases do sistema financeiro e a correção dos problemas de canalização de crédito do passado. Desde o início do processo de substituição de importações, as políticas econômicas “erradas” (na concepção dos *Chicago Boys*) impuseram controle seletivo de crédito e limitavam o aumento das taxas de juros (vigora-se taxas de juros nominais abaixo da inflação, ou seja, taxa de juros reais negativas), desfavorecendo retornos de capitais e desestimulando, assim, a poupança. Como resultado, a oferta de crédito chegava a poucos investidores, e mesmo os que obtiveram, não necessariamente detinham os melhores projetos de inversão, isto é, tinham capacidade de conferir maior eficiência aos recursos financeiros. Consequentemente, havia mau funcionamento do mercado de capitais, pela baixa taxa de poupança e a alocação ineficiente dos recursos para a produção.

Na avaliação dos economistas, desde a década de 1970 a poupança nacional manteve-se aproximadamente em 15%, e o setor financeiro contribuiu para 55% dessa cifra, restando os 45% ao governo e aos créditos externos (CASTRO, 1992, p.111). A composição histórica do financiamento externo teria favorecido a intervenção do governo. Calcula-se que em 1970, o crédito externo canalizado para o governo foi 85%, para o CORFO (órgão principal de planejamento econômico e estímulo à inversão estatal do governo chileno) e para o Banco Central, enquanto apenas 15% foram destinados ao setor privado, e dentro deste para um pequeno número de empresas grandes, favorecidas politicamente, deixando à margem da

integração financeira externa as pequenas e médias empresas (CASTRO, 1992, p.115). O desenho da nova política de mercado de capitais deveria seguir como princípios norteadores o aumento da taxa de poupança, e que o nível de poupança fosse canalizado eficientemente para as alternativas de projetos de maior rentabilidade social do mercado.

Em suma, no plano de intenções, havia a busca pela mudança drástica e radical da estratégia de desenvolvimento econômico a partir de políticas econômicas neutras. *A priori*, o principal setor que seria beneficiado seria a agricultura e a mineração, bem como o setor financeiro. O desenvolvimento destes setores se daria em detrimento do setor industrial tal como ele se desenvolveu no modelo de industrialização desde a década de 1940, na percepção dos *Chicago Boys*, ao lado do grande poder de perturbação da vida social e econômica dos sindicatos.

Por meio das declarações públicas que passamos a analisar agora, podemos sinalizar que havia um reforço da radicalidade nas mudanças estruturais da economia e o manejo blindado dos interesses empresariais em relação à implementação das políticas econômicas já presente no *El Ladrillo*. Nessas declarações, os *Chicago Boys* e outros membros das equipes econômicas ligados a eles reforçavam esses elementos em torno da defesa de um modelo econômico liberal, com declarações que minimizavam ou naturalizavam os impactos distributivos sobre o setor industrial — com a necessidade de discipliná-lo e de se submeter às leis do mercado — e sobre o desemprego.

No anúncio realizado por Gotuzzo (1978) sobre a reforma tarifária no início de 1974 confirmava-se a mudança de estratégia de crescimento. Segundo o ministro “[...] algumas empresas, fundamentalmente do setor industrial, deverão desde já estudar a readaptação de suas linhas de produção se consideram que não são capazes de reduzir drasticamente os

custos de alguns produtos que atualmente elaboram” (GOTUZZO, 1978d, p.61, tradução nossa).

Essa reestruturação tinha a dimensão de disciplinamento do setor, em um contexto inflacionário, mas que seria funcional para o crescimento econômico do país. Em entrevista com jornalistas e executivos do jornal “*La Tercera de la Hora*” em 14 de julho de 1974, Fernando Léniz e Sérgio de Castro foram indagados sobre os impactos da política econômica no setor industrial. Ambos responderam que seriam problemas transitórios e muitas vezes atrelados ao problema da ineficiência produtiva, cujas soluções se relacionam à disciplina dos empresários. A crítica mais elaborada é de Sérgio de Castro, que refuta contestações dos interesses industriais e aponta para a necessidade da rápida adequação produtiva às novas condições.

Geralmente muita gente tende a definir a situação do país de acordo com sua própria situação, o que vive nesse momento. Quem está desempregado afirma que todo mundo está desempregado. O industrial com problemas, afirma que todo o mundo industrial está com problemas. O estranho é que alguém pense que este é objetivo de nossa política econômica; que todos estejam desempregados, que todos quebrem [...] Do ponto de vista dos preços reais, a agricultura e a mineração foram subvalorizadas em 40%, de outro lado, a indústria manufatureira foi supervalorizada em 60%. Fazendo as correções do caso, o resultado é que o aporte real da agricultura e da mineração ao bem-estar do país é muito superior e que, em consequência, o crescimento que estão experimentando compensa muito mais que qualquer baixa no setor manufatureiro [...] A indústria manufatureira tem que entrar em sintonia e compreender que aquelas que não são eficientes em longo prazo terão que mudar para setores mais eficientes (LÉNIZ; CASTRO, p.92-93, tradução nossa).

Menos de um mês depois, no dia 1º de agosto de 1974, em seu programa na TV “*Cartas Sobre a Mesa*”, o ministro Fernando Léniz retomou

explicitamente as críticas aos interesses industriais, e complementando-a com a análise do poder dos sindicatos.

É evidente e muito explicável porque é natural que um industrial, um fabricante, um trabalhador, um sindicato que estava acostumado produzir produtos a preços que não tinham nenhum limite [...] estes argumentos contra a mudança, geralmente provém de grupos [...] muito minoritários os setores que podem se ver afetados [...] É em defesa dos interesses de todo o Chile, representados por vocês, que nós estamos fazendo, na realidade, esta política econômica, que é, extraordinariamente benéfica para o Chile (LÉNIZ, 1978, p.100, tradução nossa).

No dia 8 de maio de 1975, na reunião com dirigentes da Câmara de Comércio, o novo Ministro da Economia, Sérgio de Castro, declarou que as aplicações das medidas seriam duras, e a inflação irá ceder com ou sem ajuda dos setores produtivos. Chama a atenção o tom de afastamento no discurso de possíveis interesses frente a representantes dos setores produtivos

Nestes momentos anormais, em que a crise econômica mundial tornou a situação econômica interna mais difícil, a derrota da inflação será muitíssimo mais custosa. Apesar disso, o Governo não vai ter a menor vacilação em aplicar as medidas que decidiu para debelar a inflação. Esta vai terminar com ou sem ajuda dos setores que, a meu juízo, deveriam ajudar [...] deter a inflação implica diminuir o nível de gastos [...] Sob essa situação, que implica uma baixa no poder de compra global, cabem aos produtores e comerciantes distintas atitudes (CASTRO, 1978b, p.167, tradução nossa).

Essa é uma constante nos discursos dos ministros. Em 1975, em entrevista ao jornal *Que Pasa*, o Ministro da Economia Sérgio de Castro argumentou que a herança deixada pelo governo socialista foi de franca distorção dos setores produtivos, o que conduziu a um crescimento

artificial e ineficiente do setor industrial, e seu ajustamento a um modelo condizente com as características do país teria como “[...] consequência desta correção, está se desviando recursos de áreas com excesso de investimentos – a maior parte delas industriais – a áreas com escassez de investimentos. É uma desgraça inevitável que a produção das primeiras caia” (CASTRO, 1975, n.p, tradução nossa)²⁸. Aqui há uma naturalização das perdas do setor industrial em função da alteração do modelo. Isto pode estar interligado à questão de que os *Chicago Boys*, justamente neste contexto de 1975, começavam a ganhar maior autonomia na formulação da política econômica, movimento acompanhado pelo amparo personalista de Pinochet no combate com outras frações militares sobre os graus de liberdade de implementação das políticas econômicas. Isso nos sugere uma maior blindagem social propiciada pelos militares em relação aos protestos de certos setores produtivos.

No discurso referente ao “*Programa de Recuperación Económica*”, em 1975, que significou uma ênfase ainda maior no problema inflacionário, Jorge Cauas argumenta que os funcionários públicos e as empresas estatais deveriam abdicar de seus próprios interesses porque “[...] carecem de toda importância frente à principal preocupação de todos os chilenos, que não é outra senão a inflação” (CAUAS, 1978a, p.171, tradução nossa).

Tem-se pretendido desprestigiar a autoridade econômica acusando-a de insensibilidade social e de que implementamos uma política que favorece os setores mais ricos em detrimento dos pobres do país. Exibem-se cifras que mostram a diminuição dos salários reais e se especula em torno de fantásticos lucros pelos grupos mais ricos. O argumento é atrativo e têm sido profundamente explorado, em especial pela burocracia política tradicional e por setores

²⁸ Os aspectos de reconhecimento de custos a serem absorvidos pelos setores industriais se manifestaram novamente no discurso em 1º de julho de 1975 no Salão de Honra da Universidade Católica, pelo motivo do Vigésimo terceiro aniversário do *Servicio de Cooperación Técnica*, quando Sérgio de Castro declarou que: “Estamos conscientes dos sacrifícios que implica a política anti-inflacionária para os cidadãos, a caída da demanda global cria desemprego e aumenta dos produtos não vendidos” (CASTRO, 1978c, p.185, tradução nossa).

de interesses econômicos afetados pela atual política em marcha. Tem sido uma tradição em nosso país que pequenos núcleos econômicos ou políticos invoquem o nome dos pobres para efetuar críticas a medidas econômicas que afetam seus interesses (CAUAS, 1978d, p.202).

Por essas declarações públicas, o tom dos discursos é de afastamento dos setores produtivos. Os Chicago Boys respondiam às críticas de maneira aberta e sempre em defesa das medidas econômicas que estavam sendo implementadas. Bem colada com a questão do manejo mais blindado dos interesses econômicos está a defesa de um modelo econômico assentado na tecnocracia e no autoritarismo, em busca de uma nova reestruturação da economia chilena e uma nova institucionalidade que lhe dê sustento. Apesar de esta defesa estar presente em inúmeros momentos, foi o Ministro da Economia Pablo Baraona²⁹ quem formulou em termos ideológicos uma versão mais elaborada e autoritária dos fundamentos e características deste modelo.

A autoridade da ciência econômica era o principal argumento utilizado pelo grupo. As medidas eram determinadas pela ciência de acordo com as regras naturais. Conforme Valdés (1995),

Pessoas que resistem e criticam as medidas adotadas por um grupo que possui o necessário conhecimento científico fazem isso porque eles representam 'interesses setoriais e de grupos', 'julgamentos morais', ou mera ignorância e pessoas que, na idade média, tentaram impedir o progresso científico por razões dogmáticas (VALDÉS, 1995, p.31, tradução nossa).

Em uma palestra para alunos da Universidade Católica, noticiada pelo jornal El Mercurio no dia 14 de abril de 1977, Pablo Baraona externou que o Chile "[...] adotou um modelo econômico inspirado em nossa

²⁹ Pablo Baraona ocupou o espaço deixado por Sérgio de Castro quando assumiu o Ministério da Fazenda em fins de 1976.

tradição *portaliana*, fundamentado na ciência econômica moderna [...]" (BARAONA, 1978a, p.303, tradução nossa). O modelo, ao contrário das críticas, não seria importado, e na verdade era "genuinamente chileno", cuja estratégia de desenvolvimento "[...] é a exaltação das habilidades do povo chileno e sua difusão, via exportações, aos rincões mais longes do mundo" (BARAONA, 1978a, p.304, tradução nossa).

Uma nova institucionalidade do modelo seria caracterizada por "três chaves": o princípio da subsidiariedade, a sociedade tecnificada e um sistema político impessoal e moderno. O princípio da subsidiariedade é entendido pelo desabrochar da pujança do elemento privado da economia, reduzindo "[...] o número e a importância das decisões públicas, limitando-as àqueles assuntos de interesse geral para a nação, e devolver aos indivíduos a possibilidade de forjar seu destino, de serem sujeitos, e não objetivos do acontecer histórico". A sociedade tecnificada significaria que "[...] os mais capazes tomem as decisões técnicas [...]" Não se pode negar que historicamente em nosso país tem-se relegado a capacidade profissional e se tem exaltado a habilidade política" (BARAONA, 1978a.p.305, tradução nossa). Por fim, um sistema político impessoal, ao lado de decisões técnicas, possibilitaria dar fim à incompetência e à irresponsabilidade.

Neste sentido, a nova democracia deve ser autoritária, impessoal, libertária e tecnificada. Autoritária no sentido de um conjunto de normas importantes para a manutenção da estabilidade do sistema, sem as ingerências do processo político. Impessoal no sentido de aplicação de normas para todos, sem discricionariedade. Libertária pelo princípio da subsidiariedade. Tecnificada pelo caráter de que o sistema político não possa decidir questões técnicas, cedendo essa responsabilidade à tecnocracia, única capaz de "[...] utilizar procedimentos lógicos para resolver problemas e oferecer soluções alternativas" (BARAONA, 1978a, p. 306).

Passa-se agora à análise dos impactos distributivos aos diferentes setores empresariais.

Tabela 10 – Taxas de crescimento do PIB por classe de atividade econômica no Chile (%) – 1973-1982

Classe de atividade econômica	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Agricultura	-10	26,8	4,4	-1,6	10,6	-3,7	6,2	3,8	3,8	-0,7
Mineração	-2,3	22,2	-11,3	12,2	2,7	1,6	5,4	5,2	7,7	6,5
Indústrias manufatureiras	-7,7	-2,6	-25,5	6,0	8,5	9,3	7,9	6,2	2,6	-21,0
Eletricidade, gás e água	-2,8	5,2	-3,8	5,8	5,8	6,7	6,8	5,0	2,1	0,1
Construção	-11	26,3	-26,0	-16,5	-0,9	8,1	23,9	23,9	21,1	-23,5
Comércio	-6,4	-19,7	-17,1	2,5	24,8	20	11,0	12,3	7,3	-18,6
TAC	-2,0	1,0	-7,7	4,6	10,8	8,4	9,0	11,8	1,9	-11,3
Estabelecimentos financeiros	0,2	10,1	-0,8	4,3	6,7	9,9	14,6	14,6	9,4	-1,9
Serviços comunais e pessoais	-1,2	4,4	-0,2	2,9	2,9	1,3	2,5	0,6	0,3	-6,7

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da CEPAL. *América Latina y el Caribe: series históricas de estadísticas económicas 1950-2008*. Cuadernos Estadísticos n° 37.

Notas: Dados calculados a partir de dólares constantes de 1980.

Agricultura - agricultura caça e silvicultura

Comércio - comércio, restaurantes e hotéis.

TAC - transporte, armazenamentos e comunicações.

Estabelecimentos financeiros - Estabelecimentos financeiros, seguros, imóveis e serviços prestados a empresas.

Na Tabela 10 temos as taxas de crescimento por setor de atividade econômica no período analisado. Nos primeiros anos, 1973-1974, podemos recordar que a política econômica foi de maneira geral gradualista. No início do regime, várias políticas visando o reestabelecimento do funcionamento de uma economia de mercado foram efetivadas, como a liberalização dos preços para dar fim aos mercados negros e a desvalorização real da taxa de câmbio para estimular as exportações. O impacto mais imediato foi a geração de elevadíssimas taxas de crescimento dos principais setores exportadores. Vale lembrar que o golpe se dá no final de 1973, e esse ano foi recessivo para a economia em geral e para os dois setores. Assim, em 1974 o crescimento da agricultura foi mais de 26% e o da mineração a uma taxa superior a 22% em função das medidas iniciais como a liberalização dos preços e a desvalorização real do câmbio. Já a

indústria, que retraiu quase 8% em 1973, também teve uma taxa de crescimento negativa em 1974 da ordem de -2,6%. O setor financeiro também cresceu de forma importante em 1974, na ordem de 10%, e se tornaria cada vez mais beneficiado ao longo dos anos.

A partir de 1975 o cenário internacional se alterou com a diminuição do preço do cobre e a recessão internacional. Ao mesmo tempo, os *Chicago Boys* iniciaram o tratamento de choque contra a inflação por meio de cortes orçamentários e de investimento público. O cenário internacional teve importância na recessão ocorrida no Chile em 1975, com repercussão direta na queda do crescimento da mineração. Porém, como sugere a literatura, importante papel também parece ter tido o início do tratamento de choque. O setor industrial foi o que mais sofreu os custos da nova política econômica. As indústrias se retraíram em mais de 25% em apenas um ano, acumulando um crescimento negativo de 28% desde 1974. A magnitude da crise afetou, em geral, os setores produtivos, mas se deu de maneira menos intensa na agricultura, que ainda cresceu mais de 4% e, no setor financeiro, que caiu apenas 0,8%.

Mesmo após tamanha redução da atividade produtiva, a inflação não cedeu a menos de 300% ao ano até 1975. Isso levou os *Chicago Boys* a tentarem uma política complementar para a redução inflacionária: a valorização da taxa de câmbio real e o aprofundamento da abertura comercial. O período de 1976 a 1980 é caracterizado pelas taxas de crescimento mais elevadas, em função também da capacidade ociosa gerada com a recessão de 1975. A nova política cambial diminuiu relativamente as taxas de crescimento da agricultura e da mineração. Por outro lado, o setor industrial logrou alcançar taxas de crescimento relativamente mais altas, em média 7,6% entre 1976 e 1980. Porém, no acumulado entre 1974 e 1980, a taxa de crescimento industrial foi apenas de 1,4%. Desta forma, o início do tratamento de choque em 1975 em meio à crise internacional parece ter um

papel fundamental na distribuição dos custos sociais ao setor industrial. Entretanto, sem dúvidas, o setor financeiro foi quem alcançou o maior crescimento do período, na média de 10%, com alguns anos com taxas que superaram os dois dígitos, principalmente quando se adotou o câmbio fixo em 1979 acompanhado da elevação das taxas de juros para atrair capitais estrangeiros. A estratégia de valorização cambial foi contrastada por uma forte elevação das taxas de juros da economia em um explosivo processo de endividamento externo e interno.

Tabela 11- Participações por classe de atividade econômica no Chile (% PIB) – 1973-1982

Classe de atividade econômica	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Agricultura	5,9	7,4	8,9	8,5	8,5	7,6	7,4	7,1	7,0	8,0
Mineração	9,9	11,9	12,2	13,2	12,3	11,6	11,3	11,0	11,1	13,7
Indústrias manufatureiras	18,5	17,9	15,3	15,7	15,5	15,6	15,6	15,3	14,8	13,5
Eletricidade, gás e água	1,7	1,8	2,0	2,1	2,0	2,0	1,9	1,9	1,8	2,1
Construção	6,1	7,7	6,5	5,3	4,7	4,7	5,4	6,2	7,1	6,3
Comércio	15,5	12,4	11,8	11,6	13,2	14,7	15,0	15,7	15,8	14,9
TAC	5,0	5,0	5,3	5,4	5,4	5,4	5,5	5,7	5,4	
Estabelecimentos financeiros	15,8	17,2	19,6	19,7	19,2	19,5	20,6	21,9	22,5	25,6
Serviços comunais e pessoais	16,4	17,0	19,5	19,4	18,1	17,0	16,1	15,0	14,1	15,3

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da CEPAL. *América Latina y el Caribe: series históricas de estadísticas económicas 1950-2008*. Cuadernos Estadísticos n° 37.

Notas: Dados calculados a partir de dólares constantes de 1980.

Agricultura – agricultura caça e silvicultura

Comércio – comércio, restaurantes e hotéis.

TAC – transporte, armazenamentos e comunicações.

Estabelecimentos financeiros - Estabelecimentos financeiros, seguros, imóveis e serviços prestados a empresas.

O movimento que se quer evidenciar na análise anterior pode ser melhor representado pelo exame da evolução das participações dos setores produtivos no PIB por levar em conta não só o crescimento de cada setor separadamente, mas também a interação entre o crescimento relativo aos outros, isto é, a participação do setor na renda nacional. O impacto inicial das medidas econômicas, com destaque para a desvalorização da taxa de câmbio, foi positivo para os setores exportadores. As participações da

agricultura e da mineração no PIB saíram respectivamente de 5,9% e 9,9% em 1973 para 8,5% e 13,2% em 1976. Neste mesmo período, a participação da indústria caiu de 18,5% para 15,5% e a do setor financeiro se elevou de 15,9% para 19,7%. Até aqui o plano de intenções de favorecimento dos setores exportadores e a retirada da importância da indústria no modelo de desenvolvimento econômico se encaminhava.

Entretanto, o desenrolar dos acontecimentos com a implementação da nova política cambial orientada para o combate da inflação pós 1976, se por um lado estabilizou inicialmente a redução da participação da indústria em torno de 15% até 1980, para aprofundar sua redução para 13% em 1982, de outro lado reorganizou os ganhos dos setores em favor do setor financeiro em detrimento da agricultura e da mineração. Esses últimos setores que estavam com uma tendência de aumento da participação no PIB até 1976, reverteram a tendência e perderam participação relativa. Por exemplo, a agricultura, que havia atingido 8,5% em 1976, progressivamente perdeu participação e terminou 1981 com 7%, ou seja, um nível menor de participação em relação a 1974.

Em suma, os *Chicago Boys* tinham um projeto econômico de alteração drástica do modelo de desenvolvimento do país através de políticas econômicas pretensamente neutras. Se de um lado tiveram maior blindagem social e autonomia em relação aos setores produtivos, essa autonomia se deu principalmente em relação ao setor industrial e aos trabalhadores, que sofreram severas perdas, e os interesses econômicos do setor financeiro foram em geral os mais favorecidos.

Tecnocracia e política econômica na Argentina (1976-1982): Martínez de Hoz e sua equipe no contexto das disputas externas e internas

4.1 Militares, economistas e a política econômica: disputas e fragmentação.

Como ocorre em quase todos os “matrimônios”, entre os militares e economistas também havia conflitos e opiniões divergentes. Esses conflitos podem variar de grau, e podem ser ou não resolvidos, com a possibilidade de, no limite, levar ao desgaste da relação e seu fim. No caso da complexa relação entre militares e economistas, enquanto no caso chileno os conflitos entre determinados grupos militares, como o General Gustavo Leigh e os *Chicago Boys*, foi arbitrado por Pinochet, na Argentina, por sua vez, os maiores conflitos políticos entre os militares não permitiram que Videla surgisse como um árbitro e conseguisse impor suas próprias regras de maneira efetiva, para que Martínez de Hoz implementasse sem grandes constrangimentos as políticas econômicas¹.

Para perceber as diferenças em relação ao Chile dos condicionantes institucionais e políticos imbricados no regime militar, na Argentina é importante descrever como foi montado o esquema institucional da ditadura e seus conflitos inerentes. Neste sentido, demonstraremos como a aliança problemática entre militares e profissionais e economistas, e como se tentou organizar inicialmente o regime de acordo com um “tipo ideal” de equilíbrio, e seu desequilíbrio de poder na prática, incorrendo em grandes dificuldades de realizar acordos. Após essa descrição inicial, realizaremos

¹ A ditadura iniciada em 1976 diferiu das anteriores – especialmente da Revolução Argentina (1966-1973), que instituiu o General Juan Carlos Onganía – por montar uma organização, pelo menos teoricamente, em que os militares poderiam controlar os impulsos personalistas de seus pares (CANELO, 2012; NOVARO; PALERMO, 2007).

um mapeamento dos principais conflitos que se alastram por todo o aparato burocrático do Estado argentino e suas relações com a política econômica de Martínez de Hoz.

Após a derrubada de Maria Estela Perón (1973-1976) e de um pequeno período em que vigorou um “estranhamento” das Forças Armadas perante a sociedade, e um “consenso reativo” da sociedade para com as Forças Armadas² (NOVARO; PALERMO, 2007) paulatinamente foi se formando um novo consenso em torno de um programa básico. Este programa, do ponto de vista militar, correspondia à “anti-subversão”, ao combate ao “comunismo” e ao fim do “populismo”. Essas questões eram levantadas pelos militares argentinos em suas intervenções após 1950, mas a novidade agora era que estas questões, interpretadas à luz da Doutrina da Segurança Nacional em voga na Guerra Fria, eram estritamente relacionadas com as formas de organização econômica e política do período “populista” e “industrializante”, que seriam as bases para os problemas nacionais, que teriam causado distorções econômicas e políticas (CANITROT, 1981; FRIDMAN, 2010; NOVARO; PALERMO, 2007; RAPOPORT, 2000).

Assim, na forma desse consenso mínimo e aparente, para alterar a trajetória política, econômica e social da Argentina, as Forças Armadas se lançaram no já citado “matrimônio de conveniência” (RAMOS, 1989) com os setores liberais da sociedade. Segundo Canitrot (1980)

Na percepção das Forças Armadas, as graves manifestações de violência, desordem e conflito da década de setenta não foram mais que consequência de

² O estranhamento inicial das Forças Armadas, segundo Novaro e Palermo (2007), referia-se a certo afastamento inicial da sociedade altamente politizada. As Forças Armadas tinham um sentimento de purificação da instituição em meio a uma sociedade corrupta e marcada por vícios, pela percepção de uma “falta de objetivos” da sociedade. Até mesmo os grupos que expressaram tímido apoio eram vistos com desconfiança pelos militares. De outro lado, o consenso reativo derivava da situação socioeconômica e das condições de polarização política do governo, que não oferecia uma real e efetiva alternativa de governar o país, que tinha no “populismo” uma peça central, e cujos “problemas” remetiam a um passado originado em 1946.

um processo de distorção da vida nacional iniciado em 1946. A estas distorções – ideológicas, políticas, econômicas – atribuía-se tanto a séria dificuldade histórica do funcionamento da democracia como à persistência de uma situação de instabilidade, lesiva tanto à segurança nacional como às naturais potencialidades do país. Esta percepção dos acontecimentos levou as Forças Armadas a convergir em um programa, e parcialmente em ideologia, com os setores mais duros do antiperonismo tradicional, setores de pensamento de raiz liberal, mas adversários, nos fatos, a toda experiência democrática da qual participou o peronismo (CANITROT, 1980, p.3, tradução nossa).

Em um mesmo sentido, Torre e Riz (2002) chamam a atenção para o fato de que foi necessário haver alguma mudança ideológica dentro das próprias Forças Armadas, para adequar-se com as ideias liberais.

Tradicionalmente, os militares argentinos haviam mantido uma relação conflituosa com esta corrente de ideias dominante no *establishment* econômico. Ainda que as forças armadas compartilhassem seu desdém pelos partidos políticos e o sufrágio universal, nunca haviam aceitado de todo a crítica dos círculos liberais às políticas de sentido nacionalista e intervencionista do Estado, ao modo de industrialização para dentro, aos excessos da legislação trabalhista (TORRE; RIZ, 2002, p.128, tradução nossa).

Ainda que houvesse essa convergência de diagnósticos entre militares e liberais e houvesse certa adaptação das Forças Armadas ao novo clima ideológico, é importante levar em conta que houve fortes resistências e tensões entre diferentes frações militares, o que teria gerado, segundo Marcos Novaro e Vicente Palermo (2007), “crônico dissenso e uma permanente falta de consistência das políticas adotadas” (NOVARO; PALERMO, 2007, p.47). Tais conflitos na ditadura militar argentina eram de tal magnitude que há autores que enfatizam que “[...] as profundas divisões entre várias facções no governo militar foi, talvez, a única razão mais importante para a implosão econômica e política durante o período 1981-1982” (VEIGEL, 2010, p.82, tradução nossa). Não é o objetivo aqui

entrar demasiadamente nesta questão, e sim oferecer um panorama geral das divisões militares e focar especificamente naquelas tentativas que se apresentaram concretamente em oposição à política econômica de Martínez de Hoz.

Tanto Novaro e Palermo (2007) quanto Canelo (2004, 2008b, 2012) chamam a atenção para o esquema institucional do regime, que objetivava, em tese, uma distribuição do poder que evitasse a personificação do poder. Nos trabalhos de Paula Canelo, isso é denominado de *reparto tripartito*, na busca de um perfeito equilíbrio entre as forças armadas, que orientou toda a organização da estrutura governamental. Na própria composição institucional da Junta Militar havia um representante de cada força — o General Jorge Rafael Videla (Exército), o Almirante Emílio Eduardo Masera (Marinha) e o Brigadeiro Orlando Ramón Agosti (Força Aérea). A autoridade da Junta era inclusive superior ao do Presidente, e uma marca significativa desta estrutura era que o Presidente não poderia ser membro da Junta Militar (haveria de ser um “quarto homem”) ³. No nível de Ministérios inicialmente dividiu-se dois para cada força: Exército (Ministérios do Trabalho e Interior), Marinha (Ministérios das Relações Internacionais e Bem-estar Social), Força Aérea (Ministérios da Defesa e Justiça); e para os civis (Educação e Economia) (CANELO, 2008b). Em um importante órgão do governo, a *Comisión de Asesoramiento Legislativo* (CAL), que tinha a atribuição de elaborar projetos de leis, também houve tal divisão. Havia 9 oficiais superiores, três de cada força militar, e havia também 8 subcomissões de trabalho, uma para cada ministério.

Queremos explorar que, na prática, esse esquema fomentou uma série de atritos e conflitos entre diferentes frações das Forças Armadas, na

³ A Junta militar assumiu uma série de atribuições que pertenciam anteriormente ao Poder Executivo (Presidente), como a declaração de guerra, do estado de sítio, a designação de membros para a CAL e para a Corte Suprema. Para o Presidente ficava atribuições de nomear ministros, governadores e juizes comuns, mas as escolhas deveriam passar pela Junta (NOVARO; PALERMO, 2007).

Junta Militar, nos ministérios e na CAL, resultando em escassa capacidade de formular acordos e instituindo-se bloqueios mútuos, iniciando-se pela própria disputa pela presidência. Apoiado pelo Exército, Videla conseguiu se impor como Presidente, mesmo pertencendo à própria Junta Militar (o que não era permitido no esquema inicial, ferindo assim a regra do “quarto homem”)⁴, tendo previsão de mandato até 1978. Conseguiu se manter no até 1981, apesar de sérios conflitos com outros membros, especialmente com o Almirante Emílio Eduardo Massera, que criticou as tentativas de Videla de personalizar o poder. De fato, o Almirante Massera se tornou o principal adversário de Rafael Videla e ao projeto econômico de Martínez de Hoz. Esses conflitos institucionais se manifestaram também nas difíceis transições entre Videla e Viola, e no “golpe” contra Viola em 1981 (VEIGEL, 2010).

Outro problema importante do esquema ocorria nos ministérios. Os funcionários indicados para assumirem os ministérios pelos respectivos comandantes das Forças Armadas tendiam a responder primeiramente a cada comandante, e não ao Executivo (Videla). Já na CAL, apesar de ser formada por três membros de cada força, os votos eram dados em bloco (para cada Força), o que impedia rupturas dentro de cada força, levando a enfrentamento em diferentes iniciativas em torno dos projetos legislados (NOVARO; PALERMO, 2007).

Em suma, os problemas originados do esquema institucional de *reparto tripartito* implicaram que

O Processo maquiava para combinar uma muito forte, talvez inédita, concentração de poder [...] com uma fragmentação interna muito marcada, e com o

⁴ Isto se repetiu com o General Leopoldo Galtieri em 1981 (CANELO, 2012). A Argentina teve outros presidentes além de Jorge Rafael Videla (29 de março de 1976-29 de março de 1981): Roberto Eduardo Viola (29 de março de 1981- 11 de dezembro de 1981), Carlos Alberto Lacoste (11 de dezembro de 1981), Leopoldo Fortunato Galtieri (22 de dezembro de 1981-18 de junho de 1982), Alfredo Oscar Saint-Jean (18 de junho de 1982-1 de julho de 1982), Reynaldo Benito Antonio Bignone (1 de julho de 1982-10 de dezembro de 1983). Neste livro consideramos fundamentalmente o período de Rafael Videla, que termina juntamente com a gestão Martínez de Hoz no Ministério da Economia.

tempo cada vez mais indissimulável, que se evidencia muito cedo na impotência do Executivo para tomar certas decisões de governo, e mais ainda, para implementar de um modo minimamente consistente as que podia adotar (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 68).

Em 1977 e inícios de 1978, Martínez de Hoz enfrentou sérias dificuldades em relação à implementação de uma política monetária rígida a qual os militares se mostraram contrários, o que fez Martínez de Hoz abandoná-la no início de 1978. Além disso, o próprio desenho da reforma financeira foi contrastado pelos militares na CAL, que, com o apoio de empresários locais, desagradaram a Martínez de Hoz pela proposta de garantia estatal de 100% dos depósitos.

Um dos marcos mais representativos da interferência direta dos militares na tentativa de execução da política econômica contra Martínez de Hoz (que preparava a reforma financeira) ocorreu em 1977, quando se deu a criação do Ministério do Planejamento, inspirado na proposta de plano político *Proyecto Nacional* do General Ramón Genaro Díaz Bessone, e também de outro documento, chamado *Plan Nueva República*, atribuído ao General Jorge Oliveira Róvere, apoiando o Ministério do Planejamento. Conforme Novaro e Palermo (2007, p.259), “a discussão dos planos políticos era a ocasião não só para expressar a rejeição que merecia a abertura, como também a profunda dissidência com relação ao programa econômico”.

Chamamos atenção para dois pontos. O primeiro que o Presidente Rafael Videla, mesmo sinalizando apoio à Martínez de Hoz no Ministério da Economia, criou o Ministério do Planejamento, que se opunha frontalmente ao programa econômico liberal. A literatura tem apontado que este movimento realizado por Videla foi uma concessão a um setor militar e ao General Díaz Bessone, como estratégia de maior controle sobre as tropas (NOVARO; PALERMO, 2007). Em segundo lugar, convém indicar

brevemente que Díaz Bessone não era um militar qualquer que caiu por ocasião em um cargo desta envergadura. Pelo contrário, o general tinha credenciais de prestígio por sua experiência dentro da estrutura governamental do Estado argentino, por sua experiência no tema do planejamento econômico em outros governos. No governo de Juan Carlos Onganía (1966-1970), ficou à frente da *Secretaria de Seguridad*, que tinha como objetivo o planejamento, e durante o mandato de Alejandro Agustín Lanusse (1971-1973) ocupou a *Secretaria de Estado de Planeamiento y Acción de Gobierno* (CANELO, 2004; CANELO, 2012).

O Ministério do Planejamento tinha a atribuição de assessorar o Presidente da República, o que conferia um grande peso no processo decisório. O Ministro do Planejamento escolhido foi o próprio General Díaz Bessone, de posições desenvolvimentistas, que redigiu o *Proyecto Nacional*, inspirado na experiência desenvolvimentista brasileira (NOVARO; PALERMO, 2007; VICENTE, 2011), que previa no campo econômico uma ação mais decidida no Estado na orientação dos investimentos estrangeiros de acordo com os “interesses reais” do país, um plano de investimentos públicos, orientação da atividade econômica e o desenvolvimento da infraestrutura (BORRELLI, 2016). A criação do Ministério do Planejamento gerou muitas críticas dos liberais, porque contradizia a proposta de racionalização da administração pública e, ademais, tinha a conotação de um “superministério”, concorrente do Ministério da Economia. Em dezembro de 1977, Díaz Bessone renunciou ao cargo e foi substituído pelo General Carlos Henrique Laidlaw, o que indicava que sua duração não seria longa, o que ocorreu na reforma ministerial realizada por Rafael Videla em outubro de 1978 (CANELO, 2004, 2008b, 2012).

Nos primeiros dois anos de regime autoritário, as dificuldades ao avanço da política econômica de Martínez de Hoz eram evidentes. Em 1978, Videla tentou e conseguiu se impor na presidência através de um

acordo⁵, gerando um pequeno alívio momentâneo para Martínez de Hoz e sua equipe econômica, pois retirou Massera (opositor ao projeto econômico liberal) da Junta Militar. Neste momento, Martínez de Hoz consegue ganhar uma maior autonomia na implementação da política econômica, mais limitada, “acelerando o passo”⁶ e propondo medidas mais radicais.

A autonomia limitada se deu porque, apesar de Videla propor uma abertura dos ministérios à participação civil, a Junta Militar rejeitou a maior parte. Apenas em dois ministérios Videla conseguiu alterá-los de acordo com seus propósitos: o fechamento do Ministério do Planejamento e a substituição no Ministério de Trabalho do General Liendo (quem queria reaplicar as negociações coletivas retiradas por Martínez de Hoz) pelo General Llamil Reston (quem compartilhava as ideias de Martínez de Hoz), pois o primeiro teve conflitos por Martínez de Hoz que dificultaram as alterações na legislação trabalhista (NOVARO; PALERMO, 2007).

Este último movimento é similar ao realizado por Pinochet no Chile ao retirar o Ministro do Trabalho Nicanor Díaz, que elaborava propostas para área do trabalho diferentes da flexibilização do mercado de trabalho projetada pelos *Chicago Boys*. Porém, no Chile não tardou muito para que um *Chicago Boy*, José Piñera, encabeçasse a pasta e realizasse reformas trabalhistas e previdenciárias radicais. Já na Argentina, embora o novo ministro Llamil fosse mais alinhado com as propostas de Martínez de Hoz, era um militar. Houve um acordo entre os ministérios. Minou-se o retorno às negociações coletivas (proposta por Liendo no início do regime), mas

⁵ Em 1978, Rafael Videla conseguiu continuar no cargo de Presidente em um processo intenso de disputas e tensões entre os militares, que ganhou pela primeira vez o debate público, de tão evidente que era. Para Massera (Marinha), Videla deveria passar à reforma ou renunciar ao cargo de Presidente da Argentina. A este impasse, a Aeronáutica também considerava importante retomar o que havia sido pensado institucionalmente no regime, não sendo compatível sua continuação na presidência. Em uma reunião convocada pela Junta Militar, que reuniu vários importantes militares das três forças, chegou-se após intensas disputas a uma solução: Videla continuaria no cargo até 1981, mas deixaria o serviço ativo (por consequência o cargo de Comandante-Chefe do Exército), assim como Massera e Agosti – este só em 1979. Assim, Videla deu lugar a Roberto Viola no cargo de comandante chefe e Massera foi substituído por Armando Lambruschini na Marinha (CANELO, 2004; NOVARO; PALERMO, 2007).

⁶ Expressão utilizada por Novaro e Palermo (2007).

Martínez de Hoz também abandonou a proposta de pisos salariais e estabeleceu que o nível de negociação poderia ser ao nível da empresa, sem consideráveis impactos inflacionários (NOVARO; PALERMO, 2007, p.349).

Apesar deste pequeno avanço, os conflitos não cessaram. Havia um grupo desenvolvimentista dentro das Forças Armadas que estava ligado à *Dirección General de Fabricaciones Militares* e às empresas estatais (CANELO, 2004; NOGUÉS, 1986; NOVARO; PALERMO, 2007). Conforme analisa Canelo (2008a), a *Dirección General de Fabricaciones Militares* foi fundada em 1941, formando sob seu domínio 14 empresas, com participação em 8 empresas mistas e nove sociedades anônimas. Durante o pós guerra se expandiu notavelmente, criando estreitos vínculos com os meios empresariais e militares, além de “[...] converter a atividade econômica em uma das principais ocupações das Forças Armadas” (CANELO, 2008a, p.121, tradução nossa). Os militares produziam aço, veículos blindados, tanques, mísseis antiaéreos, armas, etc.

Com o crescimento do complexo industrial-militar, formou-se uma importante burocracia estatal que permaneceu nos cargos de importantes empresas industriais ao longo do Processo de Reorganização Nacional⁷, dificultando as privatizações, que avançaram pouco no período. Em comum, ressalta Canelo (2008a):

Todos esses funcionários haviam desenvolvido uma estável trajetória profissional dentro do complexo industrial-militar e das poderosas empresas do Estado, e ainda que não tiveram uma presença pública destacada durante o Processo, defenderam zelosamente seus territórios dentro do aparato estatal ante os avanços da equipe econômica (CANELO, 2008a, p.124).

⁷ Para fins de análise não cabe enumerá-los. A lista é extensa e pode ser consultar em Canelo (2008a, p.122-224).

De uma mesma perspectiva, mas focado no processo de liberalização da economia a partir especialmente de 1978, Nogués (1986) enfatiza que no complexo industrial militar argentino, a indústria de aço e metais era um caso de “monopólio protegido ineficiente”, por existirem instrumentos como barreiras legais e licenças de importação que colocavam a estatal *Sociedade Mixta Siderúrgica Argentina* (SOMISA) e a empresa italiana privada PROPULSORA como únicas produtoras do mercado. O autor também destaca que as empresas militares mantiveram-se sob o domínio dos militares e fora da zona de influência dos ministros da Economia, e sob a ditadura militar. Esses militares reservaram as licenças de importação para proteção da indústria de metal (controladas pela *Dirección General de Fabricaciones Militares*), enquanto a proteção de outras indústrias substitutivas eram dadas exclusivamente por tarifas entre 1979 e 1980. Essa resistência dos militares veio do fato de que os “Interesses econômicos da estrutura do poder político não eram compatíveis com as políticas de liberalização de importações” (NOGUÉS, 1986, n.p, tradução nossa).

Resumidamente, um traço distintivo da experiência argentina em relação à chilena foi a forma polarizada e fragmentada pela qual os militares se apossaram do Estado, que redundou em grande disputa pelo poder entre Videla e Massera, e das próprias atribuições da Junta Militar sobre o Presidente quando Massera deixou o governo, além das ações dos militares e dos grupos que tinham orientação desenvolvimentista, como o General Díaz Bessone, o Ministro do Trabalho, e os generais e funcionários da *Dirección General de Fabricaciones Militares*, que colocaram restrições institucionais e políticas na ação de Martínez de Hoz. Apesar da existência de conflitos, sua persistência foi superada no Chile, em que o conflito não era institucionalizado e Pinochet pôde concentrar em suas mãos o poder militar, compactuando por sua vez com o projeto econômico dos *Chicago Boys*.

Além dos enfrentamentos com os militares, Martínez de Hoz precisava intermediar conflitos com representantes da opinião pública liberal e também dentro de sua equipe, marcada por diversas posições, especialmente após 1978. Uma questão importante já ressaltada, mas que vale a pena frisar, é que este contraste entre a capacidade de Pinochet de abrir caminho aos *Chicago Boys* e as dificuldades de Videla dos conflitos militares na Argentina para abrir espaço para Martínez de Hoz não implica de maneira alguma automatizar e fazer um exercício contrafactual que se não fossem os contrastes militares, os resultados da política econômica Argentina não seriam como foram, isto é, que Martínez de Hoz teria implementado sem restrições uma política econômica radical como a dos *Chicago Boys* (e vice-versa). Na verdade, como será discutido posteriormente, Martínez de Hoz não era um monetarista, e era mais pragmático, possuindo características sociais e educacionais que o afastavam dos economistas monetaristas chilenos (e mesmo de seus pares no gabinete argentino).

4.2 Origem e desenvolvimento da tecnocracia na Argentina

De forma similar ao que fizemos para o caso do chileno, na presente subseção realizamos uma breve explanação da história dos economistas na Argentina por dois vértices: o nível de profissionalização da economia e a história do acesso dos economistas aos principais cargos de decisão governamental.

Primeiramente, iniciamos o estudo da constituição da economia como disciplina nas universidades e nos centros de pesquisa privados, pelos antecedentes da economia como disciplina acadêmica na Argentina, destacando seu caráter tradicional, muito atrelado à contabilidade. A separação ocorre na década de 1950, com a expansão das ideias cepalinas no país. A partir das décadas de 1960 e 1970, o processo de modernização

ganha ênfase especial com o processo de “americanização” da ciência econômica com os impulsos advindos das iniciativas norte-americanas. Assinalamos que, ao contrário do Chile, o ambiente universitário argentino era marcado por perseguições políticas e ideológicas, com muitas intervenções nas universidades, gerando um ambiente movediço e instável para a produção do conhecimento científico, com exceção do período 1955-1965. Como as universidades estavam marcadas pela instabilidade política e intelectual, os empresários começaram a abrir centros de pesquisas privados captando recursos advindos do exterior, e estes centros desempenharam um papel importante na formatação da equipe econômica de Martínez de Hoz. Em segundo lugar, tratamos do acesso dos economistas aos cargos estatais no país. Embora houvesse um processo mais maduro de americanização no Chile em relação à Argentina, o nível de acesso ao Estado nos dois casos era similar. Dessas características traçamos implicações e condicionantes importantes para a formação e atuação de Martínez de Hoz e sua equipe.

Em relação à profissão de economista na Argentina, Glen Biglaiser (2009) estuda o processo de internacionalização das ideias econômicas no país, principalmente a constituição das ideias neoliberais e sua encarnação nos economistas profissionais, que após a década de 1970, conquistaram influência sobre o processo de decisão em matérias econômicas nos governos. Apesar do contexto de hegemonia destes atores sociais desde então, com notoriedade para os anos de 1990, o autor lança luz sobre uma longa e difícil trajetória de conquista da economia como disciplina específica na Argentina e sua internacionalização.

A profissão de economista se desenvolveu tardiamente, apesar do alto grau educacional do sistema escolar e da população argentina. Seus primórdios referem-se a um curso de Doutorado em Ciência Econômica criado em 1913 pela Universidade de Buenos Aires (UBA). A despeito do

título “doutorado”, tratava-se de um curso voltado essencialmente à aquisição de habilidades de contabilidade, e pelo menos até 1950 não havia uma separação entre economia e contabilidade. O período decenal entre 1955-1965 é um importante marco para o crescimento das ciências econômicas e dos economistas na Argentina, com a crescente importância da economia como uma disciplina específica, rompendo o seu caráter original (HEREDIA, 2004).

Para Biglaiser (2009), dois fatores importantes contribuíram para este tardio e lento desenvolvimento da profissão de economista na Argentina. O primeiro deles consiste nas orientações liberais da política econômica entre o século XIX e a metade do século XX. Em segundo lugar, a possibilidade de “importar economistas”, os chamados *money doctors* antes de 1930, que tinham respeitabilidade e credibilidade, além de serem agentes sociais importantes na dinâmica de conseguir empréstimos externos.

Apesar de a profissão de economista ter se desenvolvido notoriamente a partir da década de 1970, houve iniciativas dentro do governo argentino na década de 1930. Destaca-se o papel de um dos economistas argentinos mais famosos, Raúl Prebisch, grande expoente do pensamento econômico do estruturalismo latino-americano. Prebisch foi professor da Universidade de Buenos Aires e assessor de associações de grandes produtores rurais e, ainda na década de 1930, com o objetivo de estabilizar o comércio exterior argentino, criou o Banco Central e foi diretor-geral desta instituição entre 1935 e 1943. Nesta instituição enviou muitos economistas para realizarem pós-graduação no exterior, especificamente na Universidade de Harvard, para adquirirem treinamento e subsidiarem as necessidades de um *staff* de economistas no governo argentino (LOUREIRO, 1997; BIGLAISER, 2009).

Conforme Biglaiser (2009), entre 1940 e 1970 houve curtos interregnos em que a autonomia universitária de fato vigorou. Neste sentido, a

tímida tendência de profissionalização dos economistas, que vinha se formando na década de 1930, interrompeu-se a partir da primeira administração de Juan Domingo Perón (1946-1955), que inaugurou uma crescente perda de autonomia das universidades feridas pela politização ideológica e por inúmeras intervenções. Por exemplo, em 1946, Perón nomeou cerca de 200 “interventores” nas universidades e em 1947 criou a Lei Universitária, que concedia amplos poderes aos reitores sobre o corpo administrativo e docente, além de demitir Prebisch e seu pessoal do Banco Central, revendo suas políticas. A perseguição a professores universitários seguiria na ditadura *Revolución Argentina* (1966-1973) e mesmo no *Proceso de Reorganización Nacional* (1976-1983) (BIGLAISER, 2009).

Entre 1955-1965, por um breve período de autonomia universitária, a profissão de economista se desenvolveu significativamente, nas universidades, nos órgãos governamentais e na sociedade civil. Nas universidades houve uma associação com as ideias da CEPAL para a reformulação dos currículos de várias universidades, como ocorreu na Universidade de Buenos Aires, separando a economia, caracterizada por um enfoque estruturalista, da contabilidade. A CEPAL ofereceu vários cursos na Argentina neste período (BIGLAISER, 2009). Na sociedade civil, Aldo Ferrer criou o *Instituto de Desarrollo Económico y Social* (IDES), que passou a publicar a *Revista de Desarrollo Económico* (HEREDIA, 2004). Adicionalmente, uma empresa familiar, denominada *SIAM – Di Tella*, em 1958, criou o *Centro de Investigaciones Económicas* (CIE), do *Instituto Di Tella*, que posteriormente obteve fontes de financiamento do exterior (HEREDIA, 2004).

É justamente a partir do interregno na década de 1950 que se instaurou o já mencionado processo de “profissionalização” da economia, advinda principalmente dos esforços dos Estados Unidos, por meio de universidades, agências filantrópicas e da Aliança do Progresso. Para Biglaiser

(2009), os esforços norte-americanos surgiram como forma de compensação contra as ideias estruturalistas da CEPAL, que se disseminavam pela Argentina, e contribuiu para uma conotação diferente da própria característica do economista, se alterando de uma proposta de intervenção estatal e planejamento econômico para os princípios teóricos liberais do mercado, em ascensão na academia norte-americana.

A expansão das ideias econômicas liberais do exterior através de centros privados constituiu um canal importante para a configuração dos economistas na Argentina. Essa situação se deu, em parte, porque os espaços públicos de geração de conhecimento econômico no Estado e nas universidades tradicionais estavam inseridos em um quadro de clima político interno exacerbado pela Guerra Fria, o que acarretava perseguições políticas e instabilidades econômicas para os docentes, além de baixa oferta de empregos *full time* e baixos salários (HEREDIA, 2004; LOUREIRO, 1997). Esta característica contrasta com o sistema universitário chileno, que gozou de maior estabilidade do sistema educacional e do clima político do país.

Sobre este aspecto fundamental que toca no processo de desenvolvimento da profissão do economista argentino e sua posterior participação no processo decisório dos governos, Biglaiser (2009) desenvolve e propõe uma explicação que balanceia fatores de “oferta de economistas” neoliberais formados nos Estados Unidos e também de sua demanda no país. Na década de 1950, a oferta de economistas se expandiu devido aos referidos fatores já discutidos — influência da CEPAL e a expansão de recursos de instituições dos Estados Unidos. De outro lado, a demanda por esses profissionais é importante, pois se a educação pública não conseguia efetivar a formação de economistas qualificados e com competência técnica, havia um incentivo para que esta tarefa recaísse sobre o setor privado, através do desenvolvimento de institutos e universidades privadas. A demanda

destes agentes sociais se traduziu em melhores salários e oportunidades de trabalhos de economistas formados nos Estados Unidos.

Dois aspectos podem ser discutidos sobre as condições de instalação da americanização da economia. Em primeiro lugar, as iniciativas encontraram resistências nas universidades públicas em relação à importância que tinha o pensamento cepalino, influenciado por Prebisch na Argentina. Em segundo lugar, a criação dos centros de pesquisa privados por iniciativa de empresários. Ambos contribuíram para a “descentralização” da americanização, o que teve importantes repercussões em termos de coesão entre essas integrantes para acesso aos postos governamentais. Dado que as iniciativas foram diversas e fragmentadas, os estudantes contemplados pelos recursos não eram da mesma universidade, tampouco foram estudar em uma mesma universidade no exterior, o que contribuía para uma menor coesão interna dos economistas formados no exterior em relação aos *Chicago Boys*.

Apesar de os recursos da *Agency of International Development (AID)* terem sido maiores para o Chile, programas similares foram delineados para a academia argentina. No país, também alguns acordos foram assinados no âmbito da AID, que levou 27 estudantes para estudarem em Chicago em 1962 e 1967. Nos moldes preparados entre a Universidade de Chicago e a Universidade Católica em 1955, foi assinado um acordo com a Universidade de Cuyo, em Mendonza, que previa o envio de estudantes para fazerem doutorado nos Estados Unidos, como também a ida de professores chilenos formados em Chicago para ministrar aulas na universidade local, formatando ademais um novo currículo. Outras dimensões do processo de expansão dos recursos da AID e da Fundação Ford ocorreram na Universidade de Tucumán, na Universidade de Buenos Aires e Universidade Católica da Argentina. Por exemplo, na Universidade de Túcuman houve uma reforma curricular apoiada por Adolfo Diz, um

economista formado em Chicago, que incentivou outros alunos a irem para a Universidade de Chicago (BIGALISER, 2009). O “processo de americanização” da economia se estabeleceu de uma maneira mais aberta, o que envolveu convênios em várias universidades norte-americanas. Além da Universidade de Chicago, o financiamento das instituições norte-americanas financiou o envio de economistas pelos centros de estudos para diversas universidades, como Havard, Columbia, Yale e Vanderbilt.

Heredia (2004) concebe que a partir do modelo de financiamento e geração de conhecimento iniciado pelo *Instituto Di Tella* surgiram vários centros de pesquisa financiados por empresários que buscavam na alta qualificação alternativas para a tradicional política das corporações patronais, incentivando o estudo e a elaboração de diagnósticos mais afins com seus interesses. A pesquisa de Heredia (2004) é de suma importância para nossa análise por estudar os novos centros de pesquisa e o modo da participação da tomada de decisões de políticas econômica do Processo de Reorganização Nacional (1976-1983), visto que muitos economistas destes centros assumiram cargos de direção econômica no regime militar, objeto do presente trabalho. A autora se concentra na emergência de um novo ator: os economistas liberais profissionais e seus centros de estudos.

Alguns centros de pesquisa destacados pela autora foram: A *Fundación de Investigaciones Económicas Latino-americanas* (FIEL), o *Instituto de Estudios Económicos sobre la Realidad Argentina y Latinoamericana* da *Fundación Mediterránea* (IEERAL-FM) e o *Centro de Estudios Macroeconómicos de Argentina* (CEMA). Os economistas associados e financiados por esses centros de pesquisa são classificados no trabalho da autora como “liberais tecnocratas” por se notabilizarem por uma formação técnica com pós-graduação nos Estados Unidos a partir da década de 1960, em oposição aos “liberais tradicionais”, aqueles tradicionalmente representantes do liberalismo econômico argentino no século XX. A

identificação desses dois grupos também foi realizada em outros trabalhos da literatura (CANELO, 2008b).

A *Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas* (FIEL) foi criada em 7 de fevereiro de 1964 com o estímulo da Fundação Ford, e o apoio de poderosas entidades empresariais – a *Sociedad Rural Argentina* (SRA), a *Unión Industrial Argentina* (UIA), a *Bolsa de Comercio de Buenos Aires* (BCBA) e a *Cámara Argentina de Comercio* (CAC). O objetivo era criar um centro de pesquisa de orientação liberal. Esse centro de estudos teve como primeiro diretor José Maria Guido Dagnino Pastore, cuja trajetória acadêmica se deu pela realização de pós-graduação no Texas e Califórnia, com *PhD* em Havard em 1963. Sua admissão foi realizada através de uma banca examinadora composta por empresários. Pastore não foi a alternativa inicial do Conselho Diretivo da FIEL, antes os cargos foram oferecidos a figuras tradicionais do liberalismo argentino, como Martínez de Hoz e Roberto Alemann, que recusaram o convite. Frente a essa dificuldade, desmembrou-se o cargo em dois: um diretor de investigações, que Pastore assumiu, e um assessor geral (de dedicação parcial que foi ocupado por Juan Alemann).

Das três escolhas iniciais, apenas Roberto Alemann fez pós-graduação em Economia no exterior, e os três que declinaram o convite haviam estudado Direito. Isto demonstra o maior prestígio das figuras tradicionais do liberalismo econômico junto aos empresários na Argentina em relação às novas gerações de profissionais com atributos acadêmicos americanizados. Dessa forma, até meados da década de 1960, o prestígio dos economistas com pós-graduação no exterior era incipiente (HEREDIA, 2004). O financiamento da Fundação Ford na FIEL implicou em uma tendência crescente de importância dos economistas formados em universidades no exterior.

Este processo de construção institucional da FIEL toca em uma questão fundamental: os liberais tecnocratas não eram os únicos representantes dos interesses empresariais argentinos e das associações de classe. Havia também os liberais tradicionais, mais velhos e que gozavam ainda de grande prestígio social, inclusive muitos eram participantes das associações patronais. Isto ajuda explicar porque o cargo de Ministro da Economia da ditadura militar de 1976 seria entregue não a um economista, no sentido de um profissional com formação acadêmica específica com pós-graduação em economia no exterior, um “liberal tecnocrata”. Quem assumiu o Ministério foi Martínez de Hoz, oriundo de uma família tradicional, um advogado de formação e economista na acepção prática tradicional nas condições da profissão na Argentina. Martínez de Hoz montou sua equipe econômica mesclando representantes do liberalismo tecnocrático, como Adolfo Díaz, e membros do liberalismo tradicional, como Juan Alemann como Secretário da Fazenda. Os conflitos a respeito da política econômica entre essas posições, e mesmo dentro do liberalismo tradicional, podem ser evidenciados pelo fato que mesmo fora do governo, liberais tradicionais, como Álvaro Alsogaray, se envolveram em críticas às políticas econômicas de Martínez de Hoz, influenciando o debate sobre a política econômica no país. Os temas de desacordos eram aqueles que tinham em seu fundamento os novos princípios da academia norte-americana, como a *tablita*.

A combinação entre economistas formados na Argentina e no exterior era latente no início do funcionamento da FIEL como Juan Del Pablo, formado na Universidade Católica Argentina, e que teve seu doutorado em Harvard financiado pela Fundação Ford. O centro também recrutou Armando Ribas, Enrique Arzaz e Leonardo Steed na Universidade de Columbia, Norberto Belozercovsky, formado em Chicago. Outros pesquisadores eram José Luís Madariaga del Olmo, Luís García Martínez e Jorge Meier. No início do *Proceso de Reorganización Nacional*, vários membros da

FIEL ingressaram no governo. Martínez de Hoz era vice-presidente da FIEL e assumiu o Ministério da Economia, José Maria Dignino Pastore foi nomeado representante financeiro da Argentina na Europa, Juan Alemann na Secretaria da Fazenda, Armando Ribas se tornou membro do gabinete econômico. Luis Martínez García se tornou chefe do gabinete de assessores. Além desses, Manuel Salonet foi colocado no *Instituto Nacional de Planificación Económica* e viria a se tornar Secretário da Fazenda posteriormente.

Um dos criadores entusiastas da FIEL foi Eduardo Luis García, um empresário que nasceu em uma família de proprietários agropecuários de Bragado. Com experiência em gestão de grandes empresas nacionais e estrangeiras e também participações em organizações patronais, chegou a presidir o *Consejo Empresário Argentino* e a ser convidado no governo de Arturo Frondizi (1958-1962) para o Ministério da Economia e para a Presidência do Banco Central do país.

Garcia (1966 *apud* HEREDIA, 2004, p.335, tradução nossa) diagnosticou a perda da capacidade política das entidades patronais, observando a experiência dos Estados Unidos, no qual este tipo de organização “[...] perdeu força nos últimos tempos e seus dirigentes se deram conta de que era necessário revitalizá-las; para recuperar forças criaram um instituto de investigação como FIEL, que acabamos de criar na Argentina”. Sintomas disso foram os antecedentes da criação da FIEL, que remontam às tentativas de união entre as entidades patronais de distintos setores. No primeiro governo peronista (1946-1955) foi criada a *Confederación General Económica* (CGE), que defendia os interesses das indústrias nacionais frente ao investimento estrangeiro, além de legitimar o planejamento e a intervenção estatal. Em 1958 foi autorizada por Frondizi a se organizar sob associação representativa. Essa iniciativa foi contrastada com uma iniciativa das grandes entidades empresariais (UIA, CAC, BCBA, etc.) no mesmo ano, na criação da *Ación Coordinadora de Instituciones Empresarias Libres*

(ACIEL), pela qual os empresários defendiam a livre empresa e eram expressamente contrários ao planejamento econômico do Estado. O reconhecimento explícito de Eduardo Garcia demonstra uma opção deliberada, uma estratégia política para o atendimento dos interesses empresariais. Esta estratégia era revestida de uma roupagem técnica, amparada por conhecimento científico que se legitimava pelos critérios de produção e excelência da academia estadunidense.

Conforme Ramírez (2010), essas organizações elegeram a luta ideológica como estratégia central de embate social e político. Essa eleição se devia a vários fatores, como a dimensão ideológica do capitalismo, as dificuldades dos empresários em realizar a conformação social, a concorrência de posições ideológicas alternativas, as entidades corporativas e partidárias tradicionais que se dividiam em vários conflitos internos ou careciam de capacidade de produzir propostas coerentes e eram cada vez mais ineficientes nas articulações sociais. Neste sentido, conforme a interpretação do autor, os tecnocratas são agentes ativos do processo político:

A partir daquela época os tecnocratas passaram a ocupar um lugar central na elaboração de discursos e até de certas práticas políticas, não unicamente no âmbito econômico, mas também se estendia a muitos outros setores [...] O especialista converteu-se em um elemento chave que foi substituindo paulatinamente o burocrata tradicional, porque aquele detinha maior capacidade para traduzir os interesses e desejos dos empresários, enunciados cientificamente, e deste modo, outorgar um marco de legitimidade ante outros agentes sociais, assim como poderia assumir, caso necessário, sua implementação (RAMIREZ, 2010, p.288, tradução nossa).

Frente às dificuldades políticas das estratégias corporativas e a desunião dos empresários, a FIEL tinha a intenção de se tornar um centro de referência latino-americano contrário às ideias da CEPAL, como relatado por Juan Carlos de Pablo em sua biografia:

No ato de lançamento formal da instituição que para alguns iria ser ‘A CEPAL do setor privado’ [...] seu primeiro presidente, Eduardo Luis García, disse textualmente: ‘Esta ambiciosa empresa, de vastas projeções, é a contribuição do setor privado ao esclarecimento dos problemas econômicos e sociais, cuja complexidade e rápida evolução requerem séria, objetiva e permanente atenção’ (PABLO, 1995, n.p, tradução nossa).

Para Heredia (2004), a FIEL, na sua função de consultora, abarcava estudos voltados para empresários e especialistas sob a forma de rigor acadêmico, de temas macroeconômicos centrais ou de estudos específicos encomendados. No que se relaciona com os temas macroeconômicos, a autora enfatiza as polêmicas com os enfoques estruturalistas, principalmente na questão da inflação.

No caso da *Fundación Mediterránea*, um processo similar aconteceu, fomentado por empresários. O *Instituto de Estudios Económicos sobre la Realidad Argentina y Latinoamericana* (IEERAL) foi fundado em 1977. O processo de constituição do centro foi precedido por tentativas de organização empresarial de Córdoba. Em 1969, a *Asociación de Industriales de Córdoba* (AIC) escolheu novos dirigentes: Jaime Roca e Piero Astori. Esses novos dirigentes se diferenciavam dos antigos pelo discurso contrário à concentração econômica e demandavam a descentralização regional. Após a realização de alguns estudos, apontaram uma série de fatores (legislação trabalhista local, tarifas da energia, preços do combustível pesado) que discriminavam o interior do país, especialmente Córdoba, em favor do litoral. Um projeto de Promoção industrial foi levado à *Unión Industrial Argentina* (UIA), que não respondeu à demanda. Por consequência, a AIC se retirou da UIA (com sede em Buenos Aires) e concentrou esforços na criação de uma alternativa para o fomento do interior, que era a constituição de um centro de estudos (HEREDIA, 2004).

O dirigente e empresário da indústria de construção, com diversificação pelo comércio exterior e atividades agropecuárias, Piero Astori, se comprometeu com a causa, alimentada pelas suas defesas da promoção industrial e do federalismo. Outro ator importante foi Fulvio Pagani, que compartilhava com Astori o despreço pelos empresários portenhos. Pagani e Astori tinham uma vocação liberal com ênfase na abertura comercial e liberalização da economia. Inicialmente, o grupo participante do centro era composto apenas por pequenas e médias empresas cordobesas, de capital nacional e expandidas a partir do ISI. A expansão continuou e a fundação obteve um caráter nacional em 1984 (das 109 empresas, 38 eram líderes em nível nacional, 12 de grandes grupos econômicos e 1 transnacional), com sedes em várias regiões do país⁸

Os economistas da *Fundación Mediterránea*, em sua maioria, tinham títulos nos Estados Unidos. Domingo Cavallo, graduado na Universidade de Córdoba, e doutorado em Harvard com bolsa compartilhada entre a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Fundação Ford⁹. Humberto Petrei e Aldo Dadone se formaram na Universidade de Chicago pelo convênio com a Universidade de Cuyo, Aldo Arnaudo em Yale e Carlos Givogri em Vanderblit. Domingo Cavallo, anos mais tarde, explicitou a intenção da criação do centro pelos empresários. Segundo ele, a intenção era criar uma corrente de opinião do interior do país para alterar as condições econômicas do país, apostando na via política identificando os futuros líderes do país — como o próprio Cavallo como economista,

⁸ Em 1982, quando Domingo Cavallo foi Presidente do Banco Central e quando a FM criou uma sede em Buenos Aires, o centro cresceu muito e a composição empresarial se diferenciou notavelmente, o que contribuiu para aliviar as restrições orçamentárias (HEREDIA, 2004).

⁹ Ao contrário da FIEL, que orientava suas ações a restritos grupos de especialistas em assuntos econômicos e empresariais, a FM demonstrou estratégias institucionais bem mais amplas em articulação com o público mais geral. Isso se faz evidente, inclusive na divulgação científica. Editou desde o início duas publicações: *Estudios e Novedad Económicas*. A primeira tinha um público-alvo de caráter mais específico, direcionado a economistas e empresários. A segunda, com um tratamento e linguagem mais democráticos, sobre a conjuntura econômica, era acessível ao leitor mais amplo, que não contava com conhecimentos técnicos.

presidente do Banco Central argentino sob a ditadura em 1982¹⁰ (HEREDIA, 2004).

Outro centro de estudos importante foi o *Centro de Estudios Macroeconómicos de Argentina* (CEMA), fundado em 1978 (BIGLAISER, 2009). Este centro foi resultado do encontro entre empresários e economistas com vínculos com o estrangeiro, pois Pedro Pou combinou com Nicolás Cantena para investir na criação de um centro de pesquisa econômica. Assim foi criada a *Fundación País*. Nesta fundação a composição era totalmente de empresas do setor primário e do setor financeiro, como o Banco de Boston e o *Citibank*. O CEMA seguiu esse perfil de patrocinadores, que é justificado por Pedro Pou pelo vazio na Argentina de um centro de pensamento liberal realmente forte, pois a FIEL tinha vários problemas advindos do fato de que a maior parte de seus patrocinadores eram empresas do setor que tinham apoio das medidas protecionistas do Estado (HEREDIA, 2004). O preenchimento deste vazio mostra as intenções empresariais em influenciar o debate público argentino através de ideias estrangeiras, tratando-se, sumariamente, de uma estratégia política.

Com o apoio dos empresários, Pou entrou em contato com antigos colegas da Universidade de Chicago convidando-os para ingressar no projeto. Dessa forma, Roque Fernández e Carlos Rodríguez se somaram ao projeto. Pedro Pou, Carlos Rodríguez e Roque Fernández se formaram na Universidade de Chicago. Todos estes foram financiados com bolsas de pós-graduação da fundação Ford. O centro criou uma pós graduação em Economia com bolsas e dedicação exclusiva. O programa tinha 8 professores, dos quais 6 formaram-se em Chicago¹¹. Carlos Rodríguez assessorou

¹⁰ Posteriormente Cavallo se tornaria Ministro da Economia entre 1991 e 1996 e depois em 2001, respectivamente nos governos de Carlos Menem (1989 e 1999) e Fernando de La Rúa (1999-2001).

¹¹ O CEMA transformou-se no início dos anos de 1980 em uma instituição superior que oferecia cursos de pós-graduação em economia e MBA, com bolsas (BIGLAISER, 2009). Para a sobrevivência financeira, adotou-se a prática de contribuição por cotas dos alunos e as matrículas se converteram na principal fonte de financiamento da

a implantação da *tabilita* por Martínez de Hoz a partir de 1978, no âmbito do enfoque monetário do balanço de pagamentos.

Conforme sumariza Heredia (2004), com exceção da FIEL, que foi criada por entidades patronais, esses centros foram criados a partir da iniciativa de empresários individuais, mas com base em uma mesma estratégia política: se basear na racionalidade e neutralidade científica. O perfil dos empresários comprometidos com a construção dos centros de pesquisa como modo mais efetivo de participar do debate público no país era de imigrantes ou primeiras gerações, com propriedades recentes e de atividades econômicas não tradicionais. A autora adverte que a combinação inicial entre empresários e economistas paulatinamente se alterou com o fortalecimento desses centros de pesquisa. Na medida em que se fortaleciam, adotaram-se novas estratégias de financiamento e diversificação dos patrocinadores, além da produção de novos vínculos com outros espaços públicos, para alcançar mais prestígio. Segundo a autora, o alcance por parte dos economistas a ingressarem em funções públicas, dentro do aparato estatal, oferecia a possibilidade de crescente autonomia dos especialistas.

A relação de participação dos economistas nos cargos do Estado argentino era similar à relação ao Chile, pois ainda prevalecia outros profissionais como advogados e engenheiros. No governo Frondizi (1958-1962) foi criada, em 1959, a *Comisión Federal de Inversiones* (CFI), através de um pacto federal para realizar o planejamento de projetos de investimentos para o desenvolvimento econômico regional, e em 1961 o *Consejo Nacional de Desarrollo* (CONADE), que, dada a inexistência de um grupo de economistas no governo, recrutou uma série de economistas jovens para estudar diversos aspectos da economia argentina. Essas duas instituições se constituíram nas agências mais importantes no recrutamento

instituição. Neste sentido, dado o caráter mais acadêmico da instituição, as publicações tinham um caráter mais técnico e restrito que os outros centros (HEREDIA, 2004).

dos economistas (LOUREIRO, 1997). No Ministério da Economia na Argentina entre 1958 e 1976, apenas um ministro era PhD em uma universidade norte-americana: José Dagnino Pastore. E o primeiro Presidente do Banco Central com PhD (em Chicago) seria Adolfo Díz, justamente escolhido por Martínez de Hoz na ditadura (PABLO, 1999).

Embora o nível de acesso aos postos do Estado fosse similar antes dos respectivos golpes, no Chile e na Argentina, durante as ditaduras os *Chicago Boys* conseguiram adentrar de forma mais extensa nas arenas decisórias do Estado, dominando-as, enquanto na Argentina os economistas formados no exterior avançaram em um passo mais lento e esparso, e estiveram submetidos a Martínez de Hoz. Do ângulo do caso argentino, podemos dizer que o processo de americanização ocorreu de maneira descentralizada e encontrou bases universitárias desarticuladas, o que implicou que as iniciativas foram diversas e não efetivas, encontrando resistências em relação à importância que tinha o pensamento cepalino. No que se relaciona à coesão interna, os estudantes contemplados pelos recursos não provinham de uma mesma universidade local, tampouco foram estudar em uma mesma universidade no exterior, o que contribuía para uma menor coesão interna.

Além disso, dado o ambiente hostil das universidades, a participação dos empresários na formação dos economistas através de centros de estudos privados foi importante porque aqueles economistas formados no exterior (em algum grau associados com o paradigma monetarista em ascensão) tinham que lidar na Argentina com uma realidade institucional que envolvia as necessidades dos empresários nos centros de pesquisa. Não se quer concluir que as pesquisas realizadas nesses centros de pesquisas eram enviesadas ou destinadas a atender pura e simplesmente os interesses políticos e corporativos. Por trás da especificidade argentina, queremos enfatizar que esses economistas formados no exterior (liberais

tecnocratas, na terminologia da literatura) não eram os únicos representantes dos interesses empresários argentinos ou das associações de classe. Na verdade, também havia os liberais tradicionais, mais velhos e que gozavam ainda de grande prestígio social com os empresários locais e as associações tradicionais, das quais, inclusive, muitos eram participantes.

Portanto, os conflitos de estilos profissionais (e como veremos na própria percepção da elaboração e implementação da política econômica) ocorriam no próprio campo liberal. Fruto desse processo heterogêneo em relação ao chileno, o cargo mais poderoso da estrutura burocrática do Estado argentino, o Ministério da Economia, não foi entregue a um economista “liberal tecnocrata”, cuja legitimidade se daria pelos critérios de “especialista”, chancelado pela formação na academia norte-americana. Ao contrário, Martínez de Hoz, um “liberal tradicional”, possuía sua respeitabilidade e credibilidade assentadas na sua origem social familiar, experiências em diversos cargos patronais e do Estado, prestígio e contatos com a comunidade financeira internacional.

Portanto, no caso argentino, esses economistas formados no exterior não eram os únicos representantes do liberalismo local. Dados os problemas do processo de americanização, os economistas formados no exterior tinham menor prestígio relativamente aos advogados, engenheiros e “economistas” mais velhos (os liberais tradicionais), que gozavam ainda de grande prestígio social com os empresários locais e as associações tradicionais. Assim, com a descentralização do processo de americanização e seus problemas, e a especificidade da participação dos economistas mais em centros privados, ao lado de empresários, do que das universidades, o acesso ao Estado durante a ditadura militar argentina por parte desses economistas formados no exterior, embora tenha aumentado, foi mais lento do que no caso chileno.

4.3 Martínez de Hoz e a elaboração da política econômica: estratégias e conflitos no interior do Estado

Após o golpe de 1976, houve um aumento da importância dos setores do antiperonismo tradicional, de raiz liberal, na elaboração de políticas econômicas. Esses setores não possuíam significação eleitoral na história argentina, porém, dispunham de posições privilegiadas em vários campos da sociedade, como na imprensa e nas atividades produtivas e financeiras. Diante disso, foi escolhido para ser o Ministro da Economia o advogado Martínez de Hoz, que pretensamente tinha uma autoridade superior para a elaboração de um plano econômico para o país:

[...] Na elaboração do plano econômico o grupo liberal possuía vantagens consideráveis provenientes tanto da posse de um elaborado ativo teórico e ideológico, como do talento político de seu condutor, o doutor Martínez de Hoz. De sua posição de ministro da Economia liderou e deu sua própria cor, além do campo econômico, a toda gestão do governo. Alimentou a imagem de autoritarismo ilustrado, distante, possuidor de uma moral e uma disciplina superior, frente a uma sociedade doente por anos de práticas deformantes (CANITROT, 1980, p. 7, tradução nossa).

Já discutimos que durante todo o período da ditadura militar argentina, os militares influíram no desenho das políticas econômicas, resistiram às iniciativas de Martínez de Hoz e formularam alternativas a elas, e que o que possibilitou esta interferência foi o arranjo institucional, que redundava em sérios conflitos entre diferentes frações de militares. Assim, Martínez de Hoz não tinha inicialmente um raio de manobra relativamente grande, como conquistaram os *Chicago Boys* com a ajuda de Pinochet, no Chile. A partir de agora notaremos que, além das restrições dos militares, Martínez de Hoz — que ora suportava, ora tentava desamararrar-se delas para ampliar seu poder decisório —, ainda tinha que lidar com outros dois tipos de conflitos no interior da equipe econômica, muitas

vezes simultâneos. Em primeiro lugar, as críticas abertas de figuras tradicionais do liberalismo fora do governo. Em segundo lugar, as disputas dentro da sua equipe econômica, que não era homogênea.

Canelo (2008b) identifica uma grande divisão nos quadros burocráticos do Processo de Reorganização Nacional, as *dos almas*: os “nacionalistas” e os “liberais”. A autora demonstra que havia uma intensa disputa por espaços de poder por parte desses grupos. Dentro do campo liberal, assim como Paula Canelo, Heredia (2004) percebe um conflito entre os “liberais tradicionais” de um lado, e, de outro lado, aqueles que se identificam como especialistas em economia, os “tecnocratas”.

Os “liberais tradicionais” eram aqueles representantes das velhas classes dominantes agrárias que se diversificaram para atividades industriais, comerciais e financeiras, e possuíam um grande prestígio social por serem, por exemplo, vinculados aos proprietários de meios de comunicação e famílias tradicionais. No pós-guerra, quando participavam do governo, tendiam a desvalorizar o câmbio para diminuir as importações e aumentar as exportações, de modo a beneficiar os setores exportadores e imprimir uma política de redistribuição regressiva de renda. Em comum, os dois grupos de liberais assumiam como proposição a redução do papel do Estado e um espaço maior à iniciativa privada. Entretanto, se diferenciavam quanto às propostas de como reduzir a inflação. Enquanto os “liberais tradicionais” queriam um ajuste fiscal duro através da recessão, os “tecnocratas” enfatizavam também pela liberalização comercial e financeira, a privatização das empresas estatais e a utilização da taxa de câmbio como instrumento anti-inflacionário (CANELO, 2008b; HEREDIA, 2004).

Neste mesmo sentido, Daniel Fridman (2010) não identifica técnicos civis estruturalistas ou keynesianos na equipe econômica. Mesmo assim, não havia homogeneidade. Essa é uma característica marcante do caso argentino, que destoa do caso chileno. A divisão entre liberais teve um peso

importante e se manifestou tanto externa quanto internamente ao governo. Externamente, o tema da política econômica foi debatido abertamente nos jornais pelos representantes do liberalismo tradicional, em função de seu prestígio social, com os empresários e as associações de classe. Já no interior do governo, Martínez de Hoz recrutou uma equipe econômica que continha tanto os chamados “liberais tradicionais” quanto os “liberais tecnocratas”. Embora Martínez de Hoz ocupasse o posto mais poderoso a cargo da economia na estrutura burocrática do Estado argentino, ao seu lado recrutou uma série de profissionais e economistas para a implementação das políticas econômicas, que juntos formavam uma equipe econômica heterogênea.

O estudo de Novaro e Parlemo (2007) também se insere na discussão da não homogeneidade da equipe econômica. Estes autores consideram que “Diferentemente do caso do Chile, onde preexistia ao golpe uma equipe já formada, com alto nível de coesão e qualificação técnica, praticamente à disposição dos militares, na Argentina o *establishment* livre-cambista não havia criado nada semelhante” (NOVARO; PALERMO, 2007, p.82). Esta visão no que tange a existência de uma equipe similar de orientação monetarista é de certa forma questionada pelos trabalhos de Canelo (2008) e Heredia (2004), que, com base nas evidências da formação dos economistas em centros de estudos privados, fomentados por empresários, argumentam a favor da existência dos liberais tecnocratas. Todavia, a característica de um “alto nível de coesão” entre os economistas chilenos (*Chicago Boys*) em relação aos seus pares argentinos, a nosso ver, prevalece, como já ressaltamos no início do capítulo, sendo uma diferença importante entre os casos ¹².

¹² Os trabalhos de Morresi (2007; 2010) oferecem uma perspectiva que chama atenção para que, apesar das diferenças importantes entre os diferentes grupos inscritos no Processo de Reorganização Nacional (PRN), entre “nacionalistas” e “liberais”, havia uma ideologia comum entre tais grupos, chamada de liberalismo-conservador, que difere, segundo o autor, do neoliberalismo. De acordo com o autor, reconhecer que havia uma ideologia coerente da

Apresentamos brevemente uma lista das principais figuras que compuseram a equipe econômica, sob a liderança de Martínez de Hoz. Quando não indicados, os membros permaneceram nos cargos até o fim da gestão Martínez de Hoz em 1981. Secretaria da Fazenda: Juan Alemann; Secretaria de Programação e Coordenação Econômica: Guillermo Klein; Secretaria de Desenvolvimento Industrial: Raymundo Podestá (até abril de 1979, quando é substituído por Pablo Benedit e depois por Alberto Grimoldi); Secretaria de Comércio: Alberto Fraguío (até outubro de 1977); Interventor da Junta de Grãos: Alejandro Estrada (posteriormente assume a recém-criada Secretaria de Comércio e Negociações Econômicas Internacionais); Subsecretario de Comércio Exterior: Alberto Grimoldi (entre inícios de 1978 e 1980); Presidente do Banco Central: Adolfo Diz; Chefe de Assessores do Banco Central: Ricardo Arriazú; Carlos Rodríguez (assessor de Martínez de Hoz) (ARGENTINA, 2016; CANELO, 2008b; FRIDMAN, 2010)

A principal voz do liberalismo tradicional externamente ao governo era o engenheiro Álvaro Alsogaray, mas não foi o único a tecer críticas à política econômica do governo. No interior da equipe econômica, o principal representante era o Secretário da Fazenda, Juan Alemann. Do lado dos “liberais tecnocratas”, alguns dos maiores representantes eram Adolfo Diz, Ricardo Arriazu, Guillermo Klein, Alejandro Estrada, Alberto Grimoldi, Carlos Rodríguez, etc. (CANELO, 2008b; HEREDIA, 2004).

Nossa trajetória de apresentação abarcará dois períodos, divididos pelo marco temporal de dezembro de 1978. Nos dois anos iniciais da

ditadura argentina, “não implica afirmar que a ditadura foi sistematicamente coerente com o ideário liberal-conservador [...] os atores principais do PRN tiveram dificuldades em levar a diante uma agenda política consistente. Neste sentido, [...] as contradições práticas que incorreu o governo, de fato, parecem ser mais produto da luta interna de interesses e poderes (em ocasiões, de pessoas) do que de projetos ideológicos díspares” (MORRESI, 2010, p.122, tradução nossa). Uma implicação da análise do autor é que o liberalismo-conservador do governo criou as bases para a instauração do neoliberalismo em um período posterior à ditadura, através do surgimento de uma nova direita (e não um embate entre direitas). Essa perspectiva trabalha mais enfocando os intelectuais no sentido mais amplo. Assim como no trabalho de Heredia (2004), neste livro nos concentramos apenas nos economistas para observar os conflitos para a elaboração e implementação da política econômica.

ditadura, a política econômica alterou-se de forma eclética e heterodoxa, em função dos constrangimentos impostos pelos militares e em função das críticas do liberalismo tradicional. Até 1978 os conflitos se deram fundamentalmente com alguns grupos de militares que pressionavam Martínez de Hoz cada vez mais, mesmo com a implementação já gradual por parte do ministro; e também dos críticos liberais, não satisfeitos com o gradualismo do governo. Já no pós-1978, Martínez de Hoz tentou realizar uma política econômica mais radical no combate à inflação com a introdução do enfoque monetário do balanço de pagamentos, e neste momento os conflitos no interior da política econômica entre liberais tradicionais e tecnocratas se somaram de maneira mais clara aos combates de Martínez de Hoz com os militares, assim como os críticos liberais tradicionais, que se encontravam em posições externas ao governo. Neste sentido, objetivamos reconstituir a cada conjuntura os conflitos para a elaboração e implementação das políticas econômicas, observando como os militares e os críticos liberais tradicionais se posicionaram contra as políticas econômicas de Martínez de Hoz e as suas ações frente a essas restrições e o gerenciamento dos conflitos no interior da equipe econômica.

O marco inicial da implementação das políticas econômicas na Argentina se encontra no dia 2 de abril de 1976, quando Martínez de Hoz anunciou em Cadeia de Rádio e Televisão o programa econômico denominado *Programa de recuperación, saneamiento y expansión de la economía argentina*. Neste discurso, o ministro enfatizou a necessidade de aplicação do programa econômico de forma completa e integrada, pois se tratava de um programa “global e coerente”. Essas características seriam importantes para a superação de todos os problemas dos programas econômicos anteriores, que se abstiveram de reestruturarem de forma estrutural a economia argentina. Dentro dos aspectos que inviabilizaram os programas econômicos anteriores, o ministro destacou a instabilidade política argentina:

Quando se tentou aplicar programas progressistas, encontramos muitas vezes que sua aplicação foi impedida pelas contínuas marchas e contramarchas, mudanças de governo, substituição de ministros e instabilidade política em geral. Tudo isso têm conduzido o país a uma sensação de frustração coletiva, por não ter alcançado as metas que lhe correspondia de acordo com seu potencial (MARTÍNEZ DE HOZ, 1981b, p.347-348, tradução nossa).

Apesar da ênfase em um programa econômico global, como também foi proposto pelos *Chicago Boys* no Chile, o aspecto da radicalidade da política econômica chilena não nos parece ser compartilhado no caso argentino. O ministro tonaliza um programa econômico mais pragmático, longe de esquemas antigos ou “*slongas*”, adaptado aos problemas da realidade argentina. Este aspecto aparece em vários momentos do plano:

A Argentina está imersa em um estéril debate ideológico [...] com etiquetas estereotipadas, com as quais alguns setores tratam de desqualificar aos outros. É absolutamente indispensável superar esta situação, adotando uma atitude de grande pragmatismo, adotando sem atraso todas as medidas práticas requeridas [...] Por outra parte, nenhum programa econômico pode ter êxito se não for respaldado pela plena autoridade política de um governo coerente e estável que assegure a continuidade e a credibilidade do mesmo (MARTÍNEZ DE HOZ, 1981b, p.347, tradução nossa).

Notavelmente, o objetivo prioritário do governo anunciado pelo ministro era a erradicação da inflação. Por um mesmo diagnóstico que no caso chileno, o plano de Martínez de Hoz identificou como a grande causa da inflação os déficits fiscais e seu financiamento pela emissão monetária (MARTÍNEZ DE HOZ, 1981b, p.352). Apesar de partilhar de um mesmo diagnóstico que o Chile, na Argentina, Martínez de Hoz assinalou que a política de redução do déficit público seria realizada de maneira gradual em função da magnitude do déficit, em detrimento de um tratamento de choque, como foi o caso chileno após 1975

A magnitude que alcançou o déficit fiscal argentino torna difícil pensar que sua redução, e muito menos sua eliminação, possa ser lograda em uma proporção importante muito rapidamente, exceto se aplicarmos um tratamento de 'choque' que o país não parece estar em condições de suportar e que ainda se estivesse, creio ser fisicamente impossível dado o tamanho do déficit. É como se um carro estivesse andando a mil quilômetros por hora e tentássemos freia-lo rapidamente. Fisicamente é impossível. Não há freios que possam conseguir. Porém, ainda se fosse possível, se conseguisse, os passageiros desse carro, que representam a população argentina, sofreriam um golpe de tal natureza contra os para-brisas ou contra os bancos do carro, que provavelmente morreriam ou seriam seriamente lesionados [...] (MARTÍNEZ DE HOZ, 1981b, p. 354, tradução nossa).

O diagnóstico da inflação se referia à Teoria Quantitativa da Moeda (TQM), e sua solução também, compreendendo 1) redução do gasto público; 2) aumento da arrecadação dos recursos fiscais e 3) aumento da inversão produtiva. Embora o aumento da inversão produtiva não estivesse estritamente contido na TQM para combater a inflação — privilegiando a redução dos gastos públicos —, o ministro adverte que o aumento da inversão produtiva teria um impacto menor em relação aos dois pontos. Martínez de Hoz (1981b) enfatizou a necessidade de uma política restritiva, assim como a redução dos gastos do Estado e sua racionalização. No entanto, os aspectos pragmáticos do plano são ainda mais evidenciados nas propostas concretas.

Na política monetária, apesar de restritiva, descreveu que deveria ter um caráter gradual:

[...] O setor público gradualmente deixará de ser fator de expansão monetária e aquela que advir do setor externo pelo incremento das exportações será compensada pela possibilidade de alcançar um nível de importações adequado para o desenvolvimento da indústria nacional e de atividade econômica em geral (MARTÍNEZ DE HOZ, 1981b, p. 366-367, tradução nossa).

A redução do gasto público abarcaria a racionalização da administração central, a eliminação do déficit das empresas estatais que contribuiria para a redução da emissão monetária pelo Banco Central, a redução gradual do aporte federal para cobrir os orçamentos provinciais e o enquadramento das obras públicas nos limites possíveis para um financiamento não inflacionário.

É importante, para a interpretação do livro, evidenciar a proposta de redução gradual da eliminação dos repasses do Estado para cobrir déficits nas províncias e o financiamento das obras públicas. O gradualismo se manifestou nas preocupações com o desemprego. O pronunciamento da proposta evita muito detalhamento, mas afirma-se que o princípio geral é que “uma reativação econômica da economia do interior permitirá criar novas e maiores fontes de trabalho para poder transferir uma grande proporção dos homens que vivem dos orçamentos provinciais a atividades privadas produtivas” (MARTÍNEZ DE HOZ, 1981b, p. 361, tradução nossa). Pela salvaguarda da reativação econômica do interior, nos parece que Martínez de Hoz levou em consideração que uma redução abrupta dos repasses diminuiria demasiadamente a atividade econômica e elevaria o número desempregados no interior do país.

A orientação geral da política econômica argentina neste primeiro momento esteve relacionada com uma maior preocupação em termos de custos sociais — recessão e desemprego —, que era um veto imposto pelos militares. Sintoma disso é que, em um de seus primeiros discursos, como mensagem final do tema da política de preços, o ministro pede aos empresários que contribuam para as ações do governo, para a construção de um sistema de mercado livre: “[...] façam essa transição destes dois sistemas tão opostos de uma maneira mais suave possível, sem brusquidão, sem saltos grandes” (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016, p.18, tradução nossa). O

ministro estende este enfoque para todas as outras áreas: "[...] Não é só este tema dos preços onde há que produzir um reajuste gradual da economia; é em todos os campos" (MARTÍNEZ DE HOZ, 20160, p.18, tradução nossa).

A preocupação com o desemprego massivo era uma constante nos discursos do ministro em todo o período em que se manteve no governo. Martínez de Hoz apostava em um “acordo” com os empresários dos diversos setores, especialmente o industrial, para manter os baixos níveis de desemprego. Em relação aos trabalhadores, o custo seria menores salários. Haveria, assim, “sacrifícios compartilhados” entre as partes, que seriam temporariamente menores salários, com o comprometimento dos empregadores em evitar o desemprego generalizado. No discurso na Bolsa de Comércio de Buenos Aires no fim de julho de 1976, deixou muito explícito isso:

Podemos afirmar com certeza absoluta que não existe uma situação de desocupação anormal na indústria e que tampouco existirá desocupação massiva. Contamos para evitá-la com a compreensão e o esforço dos empresários [...] a quota de sacrifício que o setor dos trabalhadores têm conseguido contribuir, aceitando um menor nível relativo de salário, deve ser correspondida pelo setor empresarial, assumindo a responsabilidade de não provocar uma situação de desemprego generalizado (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016c, p.45, tradução nossa).

Em 1979, participando de uma reportagem do canal 9 sobre assuntos polêmicos e críticas, Martínez de Hoz foi questionado a respeito da demora na diminuição da inflação. Sua resposta é muito representativa, pois compara com a situação vivida pelo Chile, ressaltando uma diferença importante na questão do desemprego no país em relação à experiência chilena. Em suas palavras:

Outro dia li um comentário que dizia: ‘vejam o exemplo do Chile que este ano terminou com 30 por cento, enquanto na Argentina seguimos com 141 por cento [...]’ Sim, Chile começou com quase 1000 por cento de inflação como nós, mas demorou 4 anos. Recentemente, no quarto ano, conseguiu abaixar a um nível menor que 100%, todavia segue com uma alta taxa de desemprego, que nós não temos, porque é uma economia muito mais simples e por isso abaixou brutalmente suas tarifas aduaneiras, o que nós temos feito muito gradualmente (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016p, p.485, tradução nossa).

De fato, os discursos de Martínez de Hoz não eram unânimes em relação à racionalização da administração pública, e em especial para a diminuição dos investimentos estatais durante todo o período. O Ministro dava sinais diversos nestas questões polêmicas, o que sugere a tentativa de agradar aos militares e os “nacionalistas”, que demandavam o aumento dos investimentos públicos para não incorrer em desemprego, e os liberais, tal como é ressaltado pela literatura. Os investimentos públicos como proporção do PIB aumentaram de 13,1% para 13,3% entre 1976 e 1977, e no ano posterior se reduziu levemente para 12,5% (APÊNDICE ESTATÍSTICO). O investimento público permaneceu elevado durante todo o período. Mas é particularmente neste período de pequeno aumento (ou de não redução) que Canelo (2008b) assinala como o de maior avanço dos nacionalistas em oposição às políticas liberais.

Essa questão dos investimentos públicos e do desenvolvimento em infraestrutura remete a uma diferença da elaboração e implementação da política econômica na Argentina em relação ao Chile. Apesar de ambos compartilharem da proposta de redução do Estado empresário, nos parece muito particular a ênfase nas obras públicas. Apesar da justificativa oficial que o investimento em infraestrutura era compatível com o princípio da subsidiariedade, por outro lado, os grandes investimentos em infraestrutura também foi uma das características mais notáveis do Estado Desenvolvimentista, tal como formulado na América Latina. Neste sentido,

argumentamos que mesmo no *Programa de recuperación, saneamiento y expansión de la economía argentina*, anunciado em 2 de abril de 1976, já havia evidências de que o ministro tentaria compatibilizar o programa econômico com as demandas dos militares.

No caso do Chile, os *Chicago Boys* conceberam como sintomas estigmatizantes as obras públicas e a alteração da função do Estado passava pela redução do investimento público, o que de fato aconteceu. Vejamos alguns exemplos que evidenciam a importância das obras públicas no programa inicial argentino:

Na política orçamentária

O país necessita da realização de muitas e muito importantes obras públicas, grandes, médias e pequenas; energéticas, rodoviárias, portuárias, de comunicação e muitas outras obras, mas é indispensável encará-las e realizá-las de acordo com as normas de financiamento sano e não inflacionário (MARTÍNEZ DE HOZ, 1981b, p.361, tradução nossa).

Na política de comercio exterior

As divisas provenientes das exportações concedem ao país recursos necessários para acelerar seu crescimento econômico, pois fornecem a capacidade de pagamento necessária para importar aqueles bens que a Argentina necessita para seu desenvolvimento industrial e a atividade econômica geral, assim como evidentemente para o pagamento da dívida externa contraída para a realização das grandes obras públicas (MARTÍNEZ DE HOZ, 1981b, p.368, tradução nossa).

Na política energética

Com respeito às tarifas elétricas, a disponibilidade de energia elétrica condiciona, evidentemente, a realização de todas as atividades econômicas para a prestação de um serviço eficiente [...] as empresas elétricas devem contar com uma renda que lhes permita atender as necessidades de incremento do

mercado [...] fazendo possível uma reativação das obras públicas (MARTÍNEZ DE HOZ, 1981b, p.375, tradução nossa).

Ao longo do desenvolvimento do programa econômico argentino, essa importância se confirmou em diversas ocasiões, demonstrando a estratégia gradualista do governo, que desagradava os liberais tradicionais. No discurso em que fez um balanço final de 1976 e apresentou as perspectivas para 1977, Martínez de Hoz respondeu às críticas dos liberais tradicionais de que o Estado estaria exigindo esforço dos trabalhadores, dos empresários e da sociedade em geral, sem demonstrar exemplos em sua própria estrutura administrativa, especialmente em relação aos empregados públicos e a continuidade dos déficits nas empresas estatais. O ministro se defendeu enfatizando que a magnitude desses problemas era imensa e que isso estaria acarretando a demora na redução dos gastos públicos. Como exemplo citou que somente para o orçamento de 1977, a empresa ferroviária do país, *Ferrocarriles Argentinos*, solicitou ao Tesouro Nacional um equivalente a 2 milhões de dólares diários, o que não foi aceito pelo governo, que propôs um plano de racionalização à empresa. Porém, apesar desta justificativa técnica e a demonstração de esforço para diminuir o papel do Estado na economia via investimentos públicos, no mesmo discurso explicitou outro motivo importante para a continuidade do grande número de empregados públicos: “não queremos apressar o processo estando em curso a situação de recessão” (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016l, p.111, tradução nossa). De igual importância, o ministro argumentou que muitas obras públicas no governo anterior foram iniciadas sem correspondentes recursos para o financiamento, e isto tornou o processo inflacionário maior e a tarefa mais difícil. Apesar disso, a importância das obras públicas foi reiterada pelo ministro, assim como o foi no discurso do programa econômico em 2 de abril de 1976.

Dada a prioridade do combate à inflação, o problema fiscal estava na rota inicial do governo. Em seis meses de governo, Martínez de Hoz anunciou que o governo argentino conseguiu diminuir o déficit público através da diminuição dos gastos, combinado com um sistema tributário reformado, através da criação de novos impostos e alguns de emergência, melhorando ainda os aspectos operacionais do sistema de arrecadação e seu controle, além da indexação das dívidas e a alteração do ânimo do contribuinte para pagar impostos (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016g). A avaliação no fim de 1976 era que a inflação havia descendido em uma magnitude apreciável, apesar da necessidade de continuidade dos esforços. Em mensagem a todo país por Rádio e Televisão sobre a execução do programa econômico no dia 23 de dezembro, o ministro exaltou a diminuição do ritmo inflacionário (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016l, p.110). De fato, havia uma tendência da diminuição da inflação, conforme os dados do capítulo 2 e do Apêndice estatístico, a inflação na Argentina havia descendido de 444% para 176% em 1977.

Com o pragmatismo reinante na política econômica, os liberais tradicionais que não participavam do governo teceram as primeiras críticas. Um dos maiores protagonistas era o engenheiro Álvaro Alsogaray. Em agosto de 1976, no jornal *La Prensa*¹³ criticou a política econômica porque, segundo ele, o governo estaria seguindo uma política dirigista na prática, apesar das concepções teóricas liberais. Ainda criticou a maneira pragmática e gradual da aplicação da política econômica, que não corresponderia em nada com um plano liberal (VICENTE, 2011). Em meio a essa situação, Álvaro Alsogaray escreveu colocando-se como verdadeiro liberal defensor de um verdadeiro pensamento liberal: “Nós, que defendemos o

¹³ O trabalho de Vicente (2011) traz a crítica de alguns liberais, Álvaro Alsogaray, Benegas Lynch e García Belsunce, publicados neste jornal. Embora *La Nación* tenha apoiado a ditadura, houve publicações críticas contra a política econômica implementada.

pensamento liberal e a verdadeira economia de mercado como a melhor solução para os problemas do país, nos vemos obrigados a assinalar desde já, se infelizmente chegarmos a um novo impasse, a culpa não seria dos ‘liberais’ nem da ‘economia livre’ [...]” (ALSOGARAY, 1976 *apud* VICENTE, 2011, n.p, tradução nossa).

Apesar de algumas críticas, alguns aspectos do programa agradavam ao campo liberal nos primeiros momentos da ditadura, principalmente em 1976, pois as primeiras medidas caminhavam para rumos que satisfaziam aos membros do gabinete em geral em função do ataque aos salários dos trabalhadores, o alívio inicial da inflação e a redução do déficit público, além da melhoria da situação externa do país em 1976 e os empréstimos externos conseguidos em 1977 (APÊNDICE ESTATÍSTICO). Heredia (2004) explica que a desvalorização cambial permitiu que não houvesse reclamações a respeito da abertura comercial iniciada.

Do mesmo modo, a autora indica que os nacionalistas ficaram neutralizados, inicialmente durante 1976, no equilíbrio produzido pelo modelo institucional de *reparto tripartito*. Porém, conforme foi sinalizado no início do capítulo, este mesmo modelo institucional era instável e criou tensões entre diferentes frações militares, na Junta Militar, nos ministérios e na CAL. Portanto, a neutralização inicial era frágil. Evidência disso é que um importante conflito estabelecido já nesse período foi a rivalidade entre o Ministério da Economia, comandado pelo Ministro Martínez de Hoz e o Ministério do Trabalho, que ficou a cargo do Exército, com o General Horácio Liendo. Portanto, fora da influência de Martínez de Hoz.

O Ministério do Trabalho era uma peça-chave da engrenagem que Martínez de Hoz queria imprimir à economia argentina, pois lidava diretamente com os sindicatos e os trabalhadores, cujas atuações eram observadas no plano político e econômico do regime como desestabilizadoras da economia, fomentando a politização e a “subversão”. O resultado

inicial deste conflito foi que Martínez de Hoz, com propostas radicais contra os sindicatos e as leis trabalhistas, aprovou uma Lei dos Contratos de Trabalho em abril de 1976, mas que não conseguiu avançar estruturalmente nos aspectos mais importantes para reduzir os custos trabalhistas e o poder dos sindicatos, resultando em uma reforma trabalhista “moderada” (NOVARO; PALERMO, 2007).

Conforme indicaremos, esse conflito não teve apenas esse episódio. Em 1977 e 1978 houve uma disputa mais latente envolvendo as duas pastas. Enquanto o Ministério da Economia (Martínez de Hoz) queria que a negociação salarial não se desse mais através dos convênios coletivos (eliminados quando do golpe de 1976) e sim através de pisos salariais (com aumentos facultativos por produtividade), o Ministro Liendo procurou retornar aos convênios. Mesmo vigorando a fórmula de Martínez de Hoz, o efeito anti-inflacionário não foi sentido, pois a inflação permaneceu no mesmo patamar entre 1977 e 1978 (APÊNDICE ESTATÍSTICO). As empresas continuaram a dar aumentos salariais e repassá-los aos preços (NOVARO; PALERMO, 2007). Os dados de salários reais demonstram a dificuldade de contornar este conflito institucional e político. Em 1976 o salário real já se encontrava no índice de 74,7 (25% menor do que o nível de 1970), e nos anos seguintes tendeu a cair levemente, chegando a 72,3 em 1978 (APÊNDICE ESTATÍSTICO). Este conflito tentou ser resolvido por Rafael Videla em 1978, concedendo mais poderes a Martínez de Hoz em 1979, pela substituição de Liendo por Llamil Reston, um ministro menos propenso a ceder às pressões sindicais. Mas as dificuldades de estabilização permaneceriam.

Aliás, em 1977, as políticas econômicas não seguiam mais estritamente o que foi anunciado no programa de 2 de abril de 1976. Além da questão do desemprego que era um veto estrito militar, houve medidas que aprofundaram o pragmatismo do plano. Em 8 de março de 1977, o

Ministro surpreendeu anunciando a “trégua de preços” por 120 dias, para tentar eliminar drasticamente a inflação através da alteração das expectativas inflacionárias. Ou seja, o diagnóstico não mais se pautava apenas na redução do déficit público, mas também na indexação da economia:

Hoje, há um ano de distância e em circunstâncias distintas, devemos recorrer a outro tipo de terapia. Neste sentido faço uma convocação formal aos empresários para que absorvam o aumento salarial de março e que mantenham seu nível de preços de fins de fevereiro, sem transformá-los de forma generalizada em novos aumentos dos preços de seus produtos durante um período transitório [...] Isto não implica de modo algum o reestabelecimento do controle de preços, nem sequer de um acordo de controle de preços [...] Só significa uma suspensão provisória de todo aumento generalizado de preços (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016k, p.113, tradução nossa).

Esta medida foi surpreendente, dada as concepções econômicas expressadas no programa de 2 de abril de 1976, que associava estritamente as causas monetárias de financiamento do déficit público para o problema inflacionário argentino e sua redução como solução, apesar do gradualismo em seu tratamento. Os controles de preços faziam parte de uma crítica que o próprio ministro realizou no plano econômico na referida data, quando ressaltou que em muitos momentos da história argentina foram implementadas políticas que não atacam o problema a fundo, e dentre essas, concedeu grande destaque para os controles de preços, que além de não resolverem o problema inflacionário, contribuíam para seu aumento (MARTÍNEZ DE HOZ, 1981b). Isto demonstra o ecletismo da política econômica aplicada por Martínez de Hoz, particularmente no combate à inflação. A eleição do gradualismo tinha importantes repercussões no relacionamento dele com os empresários dos setores produtivos na forma de diálogo, mas um comportamento disciplinador em relação aos trabalhadores e sindicatos (NOVARO; PALERMO, 2007).

Nesta conjuntura, os liberais fora do governo criticavam a situação. Os presidentes do *Consejo Empresario Argentino* e da *Sociedad Rural Argentina*, respectivamente Eduardo Luís Garcia (empresário da FIEL) e Juan Antonio Pirán, colocavam a inflação no centro das atenções, demandando do governo sua desaceleração (HEREDIA, 2004). Alvaro Alsogaray era mais enfático e crítico à política gradualista do governo no combate à inflação: “[...] a realidade demonstra que quanto mais tempo transcorre, tanto maior é a deterioração” (ALSOGARAY, 1978 *apud* HEREDIA, 2004, p.355, tradução nossa).

Apesar de todos os vetos e as dificuldades de Martínez de Hoz implementar uma política econômica restritiva e realizar reformas econômicas de longo prazo, chegou um determinado momento que, sob todas as restrições impostas pelos militares, o ministro tentou a imposição de algumas reformas e uma maior radicalidade em relação ao objetivo anti-inflacionário de forma mais dura. Englobavam essa nova política: o lançamento da reforma financeira em 1977 e uma política monetária restritiva e, no fim de 1978, a implementação do enfoque monetário do balanço de pagamentos e o aprofundamento da abertura comercial. Nos atemos agora à conjuntura de 1977, mostrando tanto as ações de Martínez de Hoz quanto as resistências encontradas. Depois seguimos para a elaboração da nova estratégia anti-inflacionária em fins 1978.

Pouco tempo depois da “trégua de preços”, Martínez de Hoz anunciou a ambiciosa reforma financeira, acompanhada de uma política monetária restritiva. A reforma financeira foi a mais privilegiada desde o início do governo, e era tida como fundamental para a alteração drástica das bases industriais e do populismo argentino. Algumas medidas iniciais já tinham sido sinalizadas no referido discurso na bolsa de Comércio de Buenos Aires

no fim de julho de 1976, como a liberalização da taxa de juros, que se concretizaria a partir do ano subsequente¹⁴ (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016c).

Do ponto de vista dos militares, os nacionalistas olhavam essa guinada liberal promovida pelo ministro Martínez de Hoz com desconfiança, uma vez que a expansão das entidades financeiras e a especulação na Argentina nos meses subsequentes à reforma ameaçavam o “produtivismo” militar, contrariando a concepção do Estado como um agente fundamental na promoção no desenvolvimento econômico, especialmente o “desenvolvimento nacional” através da indústria (CANELO, 2008b).

Marco fundamental desse processo para a autora é que em agosto de 1977 o governo criou o Ministério do Planejamento para atender demandas dos militares, o que gerou muitas críticas dos liberais porque contradizia a proposta de racionalização da administração pública e, ademais, tinha a conotação de um “superministério”, como concorrente ao Ministério da Economia (CANELO, 2008b). O Ministério do Planejamento tinha a atribuição de assessorar o Presidente da República, o que conferia um grande peso direto no processo decisório. O Ministro do Planejamento escolhido foi o General Ramón Genaro Díaz Bessone, que redigiu o *Proyecto Nacional*, inspirado na experiência desenvolvimentista brasileira (NOVARO; PALERMO, 2007; VICENTE, 2011), que previa no campo econômico uma ação mais decidida no Estado na orientação dos investimentos estrangeiros de acordo com os interesses reais do país, um plano de investimentos públicos, orientação da atividade econômica e o desenvolvimento da infraestrutura (BORRELLI, 2016; CANELO, 2008b).

¹⁴ No setor bancário, o Banco Central estava atuando para uma maior diversificação das possibilidades de investimentos e canalização da poupança. Como principais medidas, pode-se citar a criação de linhas de créditos especiais para o crédito pessoal, a elevação das taxas de juros em níveis reais positivas, o lançamento de um programa de assistência financeira de médio prazo para a falta de capacidade de armazenagem de grãos, que poderia beneficiar também a reativação industrial, o desenvolvimento de um sistema de depósitos a prazo fixo transferível, atualização de valores de várias linhas de crédito.

A criação do Ministério suscitou críticas dos liberais tradicionais. Álvaro Alsogaray, em novembro de 1977, via isso com desconfiança porque, segundo ele, o governo estaria interferindo excessivamente na economia e o Ministério do Planejamento seria um “instrumento do dirigismo”, e qualquer tipo de planejamento econômico redundaria em um caminho sem volta para o totalitarismo. Outro liberal, Banegas Lynch, criticava teoricamente as bases do planejamento econômico no *La Prensa* entre o fim de 1976 e durante 1977, opondo sistema econômico dirigista e liberalismo econômico de maneira inconciliável, não havendo espaços para sistemas econômicos intermediários ou terceiras posições. Na conjuntura em que se já conhecia os planos de Díaz Bessonne, Banegas Lynch assinalou: “Em lugar de nos perdemos em difusos ‘planos’ e ‘proyectos nacionales’ [...] devemos concentrar a atenção e a inteligência no problema crucial da compatibilização das exigências políticas de um bom governo da economia em liberdade” (VICENTE, 2011, n.p, tradução nossa). Vale ressaltar que a argumentação desses representantes liberais era bem articulada com as de Hayek (2017) em *Caminho da Servidão*, autor que é inclusive citado em alguns discursos. Para Alsogaray “o único *Proyecto Nacional* que vale a pena lutar” (ALSOGARAY, 1977 *apud* VICENTE, 2011, n.p) é o fim do Estado interventor. O impulso nacionalista foi minado em 1978, com a mudança do ministro da pasta em janeiro para o General Julio Laidlaw e, em setembro, transformando o Ministério do Planejamento em uma Secretaria dependente da Presidência. O Ministério não conseguiu retirar o título de superministério da Economia e tampouco ganhou muitos adeptos entre os militares (CANELO, 2008b; NOVARO; PALERMO, 2007).

Além de uma proposta alternativa à política econômica e ao avanço liberal de Martínez de Hoz, que foi institucionalizada na figura do Ministério do Planejamento, a reforma financeira e a política monetária restritiva a partir de meados de 1977 ocasionaram outras reações militares

e empresariais, e houve fissuras e conflitos na organização administrativa do Estado e até mesmo dentro da equipe econômica. Do lado da contração monetária, realizada a partir da metade de 1977, embora os empresários não reclamassem abertamente, de forma individual faziam os militares (Força Aérea e Marinha) conhecer suas reclamações em torno da política monetária, o que obrigou em abril de 1978 dar fim à disciplina monetária (NOVARO; PALERMO, 2007).

Na preparação da reforma financeira, a proposta do Ministério da Economia não previa a garantia estatal de 100% dos depósitos, pois foi retirada por Martínez de Hoz da proposta da comissão formada por representantes das instituições financeiras e funcionários do Banco Central (MARTÍNEZ DE HOZ, 1991). Para Novaro e Palermo (2007), isto implicou em uma oposição forte dos militares e do setor financeiro local, que temiam a “desnacionalização” do setor financeiro. Os banqueiros locais do setor temiam que a não garantia gerasse uma monopolização do mercado pelo setor estrangeiro — o que é confirmado pelo próprio ministro em várias ocasiões (MARTÍNEZ DE HOZ, 1990; 1991). Nesses testemunhos, o ministro descreveu que os empresários locais levaram suas demandas aos militares, que levaram a pauta para a *Comisión de Asesoramiento Legislativo* (CAL), que concluiu a favor da garantia estatal, contrariando Martínez de Hoz, que não via com bons olhos a simultaneidade entre garantia estatal e taxas de juros livres por contradizer os princípios de concorrência e liberdade no setor (MARTÍNEZ DE HOZ, 1991).

Embora o presidente Videla concordasse com Martínez de Hoz, os dois aceitaram uma “solução de compromisso” (NOVARO; PALERMO, 2007). Martínez de Hoz (1990; 1991) narra que sua aceitação foi provisória “[...] porque era muito importante passar a lei” (MARTÍNEZ DE HOZ, 1990, p.154, tradução nossa). Em compensação, Martínez de Hoz contou que conseguiu firmar um compromisso de que a garantia de 100% seria

reduzida gradualmente durante o ano. Entretanto, houve demora em se aprovar a lei que instituiria essa redução em um ano e meio. Frente a essa dificuldade, e para se defender, Martínez de Hoz relatou sua ação:

Um dia a lei estava sendo discutida em uma sessão plenária da CAL, em agosto de 1979, e me disseram que seria rejeitada. Então eu pessoalmente fui persuadir eles que era necessário aprovar. Mas entrou em vigor um pouco tarde, em novembro desse ano. O Banco Central reduziu as garantias em 10%, e íamos cortar isso em 80% até março, quando o BIR (Banco de Intercambio Regional) quebrou. Na minha visão, se as garantias fossem cortadas mais rapidamente, nós haveríamos poupado este tipo de irregularidade [...] (MARTÍNEZ DE HOZ, 1990, p.154).

A narrativa do autor é representativa das dificuldades da implementação da política econômica e, sua ação política e institucional nas arenas decisórias do Estado. Este é um aspecto que chamamos atenção. No Chile, os *Chicago Boys* também assumiram este papel no convencimento de militares (que na maior parte era resolvida por Pinochet, mas os economistas também tiveram um papel importante em certas ocasiões), e na possibilidade de galgar cargos estatais com maior poder decisório, retirando da zona de influência outros profissionais e economistas gradualistas. No interior do processo decisório argentino (da parte que cabia à equipe econômica) houve problemas relativos às “capacidades institucionais” de aplicação das medidas da reforma financeira, o que, segundo as versões oficiais, teria sido importante para a criação de um grande movimento especulativo na economia argentina.

Em entrevista concedida a Novaro e Palermo (2007), Martínez de Hoz reclamou da organização do Banco Central, que estava direcionado para atender às necessidades estatizantes, e de uma hora para outra não conseguiu se adequar à nova realidade. Outros depoimentos dão indicação especificamente de erros de condução da reforma financeira. Por exemplo,

Juan Alemann (liberal tradicional) atribuiu o principal erro ao presidente do Banco Central, Adolfo Diz (liberal tecnocrata), que teria liberado as taxas de juros repentinamente, no contexto de garantia estatal de 100%. De outro lado, Alejandro Estrada enfatizava que houve baixa supervisão a respeito da qualidade dos ativos financeiros.

A persistência da inflação de fato incomodava Martínez de Hoz, que durante o ano de 1978 realizou vários anúncios, nos quais demonstrava desconforto com a persistência do processo inflacionário e conferia progressivamente mais peso às expectativas dos agentes econômicos e à indexação mental. Esse processo se deu maneira cautelosa, e só no fim do ano que foi possível visualizar por completo uma estratégia econômica, que incluía, além da taxa de câmbio, reformas econômicas. O início do processo aconteceu em maio, e em setembro já estava sinalizada a nova tendência do valor do câmbio¹⁵, e em dezembro delinea-se em definitivo a estratégia consubstanciada na etapa de aprofundamento do programa econômico.

No dia 11 de maio de 1978, pouco mais de 2 anos do início do governo, Martínez de Hoz anunciou diversas medidas. Apesar da redução da inflação para próximo de 100%, resistia a abaixar mais, constituindo esse limite como um “piso” incessante, acompanhado de grande variabilidade das taxas mensais (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016h, p.299). Houve uma relativa diminuição da inflação entre 1976 e 1977, e sua estabilização no patamar de 175% ao ano entre 1977 e 1978, apresentando resistência à baixa. Após uma redução inicial nos primeiros anos, de 39,5% para 33,6% entre 1976 e 1977, em 1978 e 1979 o gasto público como proporção do PIB se elevou progressivamente, alcançando o patamar de 37,8% em 1979, quase o mesmo patamar de 1976. Além disso, apesar de uma leve redução

¹⁵ “Declarações formuladas em um jornal sobre a inflação” (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016e, tradução nossa).

no investimento público entre 1976 e 1978, o investimento público permanecia ainda em um nível acima de 10% (APÊNDICE ESTATÍSTICO).

A adoção do gradualismo e os níveis ainda elevados da inflação continuavam a aguçar as críticas do liberalismo tradicional argentino, que demandavam de fora do governo, por vários de seus representantes, a adoção da austeridade fiscal, para diminuir os gastos públicos e a privatização das empresas estatais. Assim se deu em 12 de dezembro de 1978, quando o novo presidente do *Consejo Empresario Argentino*, Gotelli, assumia em tons críticos essas questões

[...] Se o importante são os objetivos e não os prazos, o tempo condiciona inexoravelmente os objetivos [...] Não só a demora, também a simultaneidade da tomada de algumas medidas, acaba por diminuir ou anular seus efeitos. Estamos em 1978 com pouca progressão na luta contra o principal flagelo que suportamos: a inflação. A causa fundamental desta situação é o excessivo gasto público [...] O total dos gastos de empresas aumentou em termos reais, sendo a privatização anunciada mínima e lenta (HEREDIA, 2004, p.357, tradução nossa).

Novamente, Álvaro Alsogaray se somava a essas críticas e defendia a redução drástica do déficit público e reorganização do Estado rumo a uma menor intervenção, assim como foi anunciado do programa econômico de 2 de abril de 1976. Em uma posição de intermediário, o Secretário da Fazenda, Juan Alemann, de um lado tentava argumentar com os militares contra os gastos da Copa do Mundo de 1978 e aos vetos impostos pelos militares na redução dos empregados, e de outro argumentava com os liberais tradicionais sobre os imperativos políticos da estabilização rápida, preocupando-se com o aumento do desemprego (HEREDIA, 2004).

Frente às pressões dos militares e do liberalismo tradicional, no dia 20 de dezembro de 1978, Matínez de Hoz anunciou uma mudança visando “aprofundamento e o ajuste” do programa econômico anunciado em 2 de

abril de 1976. Esta mudança sugere uma reorientação para um enfoque mais duro na questão inflacionária, com o complemento radical das reformas econômicas do sistema financeiro e da abertura comercial. Para Martínez de Hoz (2016i, p.443-444, tradução nossa), “A etapa que se inicia em 1979 [...] significa medidas de aprofundamento e ajuste do programa econômico para desenvolver neste novo período a atividade produtiva e reduzir a taxa inflacionária”.

A nova estratégia era conhecida como “enfoque monetário do balanço de pagamentos”, que correspondia a uma extensão dos postulados monetaristas à “economia aberta” (CANELO, 2008b; HEREDIA, 2004; NOVARO; PALERMO, 2007). Os novos instrumentos para o combate da inflação foram indicados principalmente na reforma financeira, na desvalorização programada da taxa de câmbio e de um programa de tarifas públicas, no mesmo sentido. A definição do valor da moeda nacional seria feita periodicamente a partir de um cronograma de desvalorizações programadas, que ficou conhecido como “*tablita cambiaria*”:

[...] estabelecer pautas de conduta futura para a taxa de câmbio e o programa monetário mediante anúncios periódicos que se irão conhecendo. Com respeito à taxa de câmbio, durante os oito primeiros meses de 1979 as taxas de câmbio para transferências a vista se incrementarão diariamente em porcentagens que implicarão taxas de desvalorização mensal declinante e a intervenção do Banco Central no mercado assegurará o cumprimento das metas [...] Conjuntamente a essas medidas cambiais e monetárias teremos um programa tarifário [...] Este ajuste de tarifas também será decrescente. Quero advertir que nosso propósito não é cair novamente nas tarifas políticas. Temos consciência que as tarifas devem cobrir os custos operacionais e contribuir à realização das obras necessárias para sua expansão [...] (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016i, p.451, tradução nossa).

A administração das constrições políticas em relação aos militares, aos liberais tradicionais e no interior da própria equipe econômica ficava

a cargo do Ministro Martínez de Hoz, que como mediador administrava esses conflitos. O ministro tentava agradar ao campo liberal em geral com o anúncio e prosseguimento do processo de privatizações e a redução do déficit público e prudência em seus discursos em relação ao investimento público. Por outro lado, ao mesmo tempo buscava o apoio dos militares, implementando grandes obras públicas. Já no tema mais sensível, a inflação, a despeito das oscilações para agradar aos liberais tradicionais, na verdade, a partir de 1978, apadrinou o enfoque monetário do balanço de pagamentos para combater a inflação, que era viável politicamente em relação aos militares. Vejamos esses movimentos nos discursos do ministro a partir de agora.

Em 11 de agosto de 1978, Martínez de Hoz discursou no Ato de aniversário da Bolsa de Comércio de Buenos Aires, sinalizando o início do processo de privatizações e anunciando um programa de investimento público em médio prazo (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016a). Ao mesmo tempo em que concedeu novas informações sobre medidas para o setor produtivo estatal, especificamente o anúncio de uma lei enviada ao Presidente que elimina todas as isenções dadas a empresas, bancos e instituições nacionais do Estado argentino em seus diferentes níveis e a constituição de uma comissão interministerial para levar a cabo o processo de privatizações, anunciou um programa de investimento público para o período de 1979 a 1981:

O Instituto de Planejamento Econômico do Ministério da Economia realizou um estudo para um projeto de inversão pública para o período 1979/81, que estima o total da inversão necessária em tal período em 20.500 milhões de dólares, abarcando o conjunto da Nação, as províncias e a Municipalidade da Capital Federal [...] (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016a, p.350, tradução nossa).

Inúmeras áreas seriam priorizadas pelo investimento público, como energia, que abarcava eletricidade, combustíveis, petróleo, gás; o

transporte, englobando ferrovias, rodovias e aeroportos, transporte marítimo, a armazenagem de grãos e finalmente serviços sanitários e comunicações. Havia a previsão oficial de redução da participação do investimento público no PIB entre 1977 e 1981 de 12,5% para 9,6% (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016a, p.362). De fato, alcançou-se entre 1981 e 1982 uma média de 9,6% do PIB, todavia, permanecendo em níveis elevados, especialmente quando comparamos com o caso do Chile, em que o investimento público foi cortado de mais de 12% para menos de 5% entre 1973 e 1982 (APÊNDICE ESTATÍSTICO).

Já em março de 1979, em entrevista ao programa “*Análisis de fondo*”, novamente recolocou a necessidade de redução da inversão pública e justifica a não redução neste aspecto pela rigidez de obras não terminadas:

E seguimos fazendo esforços para diminuir o nível de inversão pública, transferindo à inversão privada, não paralisando o país nem a atividade produtiva, e sim diminuindo a intervenção do Estado na economia; isso toma tempo. Temos uma rigidez na herança da estrutura da inversão pública que temos que digerir e isso tarda mais de três anos porque as obras precisam terminar (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016p, p.485, tradução nossa).

Porém, em novembro do mesmo ano, anunciou entusiasticamente um programa de investimentos e obras de longo prazo às rádios *Belgrano* e *El Mundo*, a ser conduzindo por 20 anos, e uma intenção de outro após este.

Na reunião do gabinete de manhã, nos foi comunicado que [...] uma é a posição do programa de investimento público por 10 anos para o decênio de 80 e o outro é a continuação do programa energético que foi anunciado em 1977 e que ia de 77 até 85, e agora estendemos de 1986 até 1995. Esta é a primeira vez que a Argentina se programa no campo energético para um quarto de século e no campo de inversão pública por 10 anos, o que mostra que o país necessita de seriedade neste tipo de planejamento, porque isto não é como alguns dos tantos planos de desenvolvimento que vimos antes e que realmente

não prestaram muita utilidade [...] cada obra incluída no plano não só está incluída por sua necessidade, como também pelo seu correspondente financiamento previsto [...] (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016p, p.602-603, tradução nossa)¹⁶.

Cabe observar as características do discurso: a intenção de um programa de inversão pública de 10 anos e um programa energético que transcenderia mais duas décadas, ou seja, um planejamento de longo prazo. A magnitude, como o próprio ministro ressalta, era inédita no país. Em segundo lugar, a reunião do gabinete presidencial pode sugerir tal demanda por parte dos militares.

O avanço das privatizações para além do processo caracterizado pela devolução de empresas estatizadas ao setor privado era de suma importância para a instauração de um Estado subsidiário na Argentina, na perspectiva do ministro, mas enfrentava dificuldades para se efetivar. No fim de 1978 Martínez de Hoz tentava encaminhar as soluções para o problema da maneira que, segundo ele próprio, foi possível.

Em muitos casos em que não é possível alcançar a privatização da empresa, estamos levando adiante o que temos denominado privatização periférica, ou seja, de encarregar à iniciativa privada a realização de uma quantidade de ações, de obras e de serviços mediante a contratação com as empresas, que podem ser mais eficazmente e mais economicamente realizadas pelo setor privado (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016i. p.445, tradução nossa).

Em um discurso na Câmara de Comércio da Argentina em novembro de 1979, o ministro enfatizou que desde o início do governo o processo de

¹⁶ A política energética é um assunto específico para o plano econômico argentino no contexto dos choques do petróleo. Há uma preocupação latente durante o discurso proferido em 2 de abril de 1976 com o déficit energético na economia argentina, tema no qual o ministro realiza um destaque específico. Os objetivos seriam: 1) adequação da capacidade de fornecimento em consonância com a expansão da produção de acordo com o programa econômico; 2) aumentar a produção petrolífera para alcançar a autossuficiência o mais rápido possível; 3) conservação da energia e racionalização do consumo; 4) substituição em longo prazo de combustíveis fósseis por alternativas de energias renováveis (MARTÍNEZ DE HOZ, 1981b).

“reprivatização” das empresas que haviam sido estatizadas ou que sofreram intervenções do Estado por falência ou por considerações de emprego, estava prestes a ser concluído no começo de 1980, pela venda de 180 empresas. Os outros casos de privatização foram detalhados, expressando-se as características do processo de “privatização periférica”. Outros setores sob a jurisdição do Ministério da Economia estavam no radar para serem privatizadas no montante superior a 70 empresas, no setor de telecomunicações, radiodifusão e televisoras, além de transformar os bancos do interior em bancos mistos (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016d, p.614-615). Dos serviços públicos, apenas a Frota Fluvial Argentina foi passível de privatização total. Mas adverte Martínez de Hoz:

[...] Neste capítulo dos serviços públicos, a maior parte deles não apresenta um panorama tão fácil de realização, seja por falta de interesse privado pelo caráter deficitário de sua exploração, como poderia ser as ferrovias, ou seja, por uma experiência de chamada nacionalização ou expropriação de serviços públicos em anos anteriores [...] Para isso, temos tido que adotar a este respeito, frente a este panorama, ações que em sua maior parte poderia qualificar-se de privatização periférica [...] mas muitas delas têm uma importância econômica muito maior que a privatização total das empresas [...] (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016d, p.615, tradução nossa).

No que se relaciona à inflação, até 1978 Martínez de Hoz havia tentado políticas econômicas alternativas, o gradualismo na política econômica em geral, controle de preços, a política monetária restritiva, a tentativa tímida de redução dos gastos públicos. Mas no contexto das dificuldades impostas pelos militares e as críticas dos liberais tradicionais, o ministro tentou uma nova solução para o problema inflacionário a partir do diagnóstico do processo de indexação mental: o enfoque monetário do balanço de pagamentos, com a utilização da taxa de câmbio valorizada, juntamente com a abertura comercial.

No discurso final de sua gestão, em 1981, Martínez de Hoz (2016m) detalhou que o processo de indexação estaria atrelado ao passado intervencionista do país, em que não havia discussão entre produtores e fornecedores a respeito dos preços dos insumos, incorporando o preço. A lucratividade era retomada para cobrir esses custos pela desvalorização cambial. Esse processo estaria terminando porque as novas medidas a partir de 10 de março de 1978 impuseram um teto nos níveis tarifários do comércio exterior e da taxa de câmbio. Desta forma, segundo o ministro, requeria-se um esforço sério no quesito de redução dos custos competitividade, tanto interna quanto externamente.

Mesmo assim, defendendo a nova proposta de combate à inflação mediante o ataque da indexação pelos novos instrumentos e reformas estruturais, Martínez de Hoz discursava também que o mais importante seria “[...] a redução do gasto público, que tem e segue tendo consequências indevidas inflacionárias e que está na verdadeira raiz do problema” (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016m, p.963, tradução nossa). Ou seja, mesmo defendendo a *tablita*, proposta pelos tecnocratas, apontava, pelo menos no discurso, possivelmente para agradar ao liberalismo tradicional, que a solução real passaria pelo tratamento demandado pelos liberais tradicionais, a redução dos gastos públicos, mesmo à luz de toda experiência de política econômica já vivenciada com as constrições militares a este tipo de ajuste fiscal.

Nesta altura, quando a política cambial era o ponto central para o combate da inflação, Martínez de Hoz sustentou e argumentou favoravelmente à manutenção do câmbio real a níveis mais baixos. O tom mais amistoso do início do regime ganhou contornos mais radicais e disciplinadores, refutando a desvalorização cambial como alternativa sob o prisma de que ela inevitavelmente conduziria apenas a mais inflação:

A verdade é que tenho a impressão de que as pessoas não pensam racionalmente. Quando é solicitado por distintos setores, um ajuste diferente da pauta cambial e uma desvalorização grande, que é no fundo o que estão pedindo todos, cada um crê que irá beneficiar seu setor sem pensar nos demais. O setor agropecuário que seja para ele sozinho, que não é transferido para a indústria. O industrial que seja somente para eles [...] Isto é evidentemente impossível. Uma desvalorização grande, como se propõe, transfere imediatamente o maior custo de importação aos preços de todos os setores e então, o remédio durará apenas poucos dias, talvez menos de uma semana. As dificuldades que atualmente possam ter para a venda de seus produtos, ou seja, sua relação custos-preços renascerá igualmente, mas em uma escala maior, com o qual a única coisa que teremos feito é mais inflação (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016f, p.699, tradução nossa).

O enfoque monetário do balanço de pagamento era uma estratégia com viabilidade política porque prometia a redução da inflação com a reativação econômica, justamente o que era perseguido desde o início do governo pela equipe econômica de Martínez de Hoz, o que não implicaria desgaste com a Junta Militar (HEREDIA, 2004). Em uma economia fechada, a proposta era reduzir a inflação através de uma política monetária restritiva e a redução do déficit público, que implicava queda de demanda e aumento do desemprego. Já no enfoque monetário do balanço de pagamentos (monetarismo em uma economia aberta), estipulava-se a redução da inflação através da fixação de alguns preços chave: dólar, tarifas públicas e salários. Em suma, não era necessária a queda da atividade econômica para controlar a inflação¹⁷.

A nova reorientação do plano econômico era uma estratégia econômica discutida apenas teoricamente a partir de 1976 na academia

¹⁷ Em um mesmo sentido, porém de maneira diferente, Nogués (1986), a partir do modelo keynesiano de Alejandro (1965), estuda os elementos da economia política argentina envolvendo a definição da taxa de câmbio e observa uma tendência dos tecnocratas em utilizarem a taxa de câmbio em sua forma valorizada, para objetivos de estabilização inflacionária, porque, ao contrário da teoria que relaciona desvalorização e crescimento da economia, a desvalorização tradicionalmente gerava recessão na Argentina e os protestos do setor industrial, o que é chamado por Pablo (1999) de “desvalorização recessiva”.

norte-americana. Conforme reconhece o economista argentino Juan Carlos de Pablo, o enfoque monetário do balanço de pagamentos¹⁸ “[...] é uma dessas ideias geradas na comunidade acadêmica que são aplicadas quase que imediatamente depois de sua criação” (PABLO, 1999, p.3, tradução nossa). Como já foi indicado, as primeiras elaborações estiveram em artigos como Johnson (1977) e Johnson e Frenkel (1977). A proposta foi levada ao conhecimento de Martínez de Hoz por dois assessores “liberais tecnocratas”, e não pelos liberais tradicionais. Esses assessores foram Alejandro Estrada (Secretário de Comércio e Negociações Econômicas Internacionais) e Ricardo Arriazu (Chefe de Assessores do Banco Central) (CANELO, 2008b), apoiados pelos conselhos de Carlos Rodríguez e Roque Fernández (fundadores do CEMA e formados na Universidade de Chicago) (HEREDIA, 2004). Os contatos dos economistas argentinos com a academia norte-americana foram determinantes, como se evidencia, por exemplo, pela publicação conjunta de Carlos Rodríguez com Jacob Frenkel do artigo *Portfolio Equilibrium and the Balance of Payments: A Monetary Approach* em 1975 (RODRIGUEZ; FRENKEL, 1975).

A adoção do enfoque monetário de balanço de pagamentos ocasionou uma valorização real da taxa de câmbio, e, de fato, isso era uma mudança drástica nos postulados dos formuladores econômicos em relação ao proposto no Programa de recuperación, *saneamiento y expansión* de 2 de abril de 1976. Neste, assim como no caso do programa chileno, não havia qualquer evidência de uso da política cambial como instrumento de controle inflacionário. Pelo contrário, critica-se a histórica política de

¹⁸ Este ponto será esclarecido mais a frente, porém cabe sublinhar que, para Nogués (1986), o principal modelo de análise da taxa de câmbio nas mentes dos *policy makers* depois de 1978 não era o modelo de Alejandro, e sim o enfoque monetário do balanço de pagamentos “[...] não distinguem entre grupo de consumidores nem setores econômicos, além disso, considerações sobre distribuição de renda são omitidas da análise” (NOGUÉS, 1986, p.38, tradução nossa). Em suma, vigora-se o mecanismo clássico de perfeito e harmônico funcionamento do mercado de trabalho, e a premissa de pleno emprego. A não distinção de grupos e setores, e sem a inclusão do tema da distribuição de renda, conferiria uma aparência de neutralidade na aplicação da política econômica.

sobrevalorização cambial (para estimular a compra de insumos industriais) em meio à industrialização argentina, cuja solução seria justamente o contrário, a desvalorização cambial para estímulo às exportações agrícolas (MARTÍNEZ DE HOZ, 1981).

Esta mudança suscitou dos representantes do “liberalismo tradicional” na Argentina, que efetuou severos protestos, já instigados pela heterodoxia de como a política econômica era aplicada. Conforme Heredia (2004) demonstra em seu trabalho, várias entidades tradicionais, como o *Consejo Empresário Argentino* e a *Sociedad Rural Argentina*, criticaram a política econômica em várias oportunidades, com foco principal na valorização cambial proporcionada pela *tablita*. Também participou deste debate o tradicional crítico do governo Álvaro Alsogaray. Porém, a proposta foi apoiada por alguns técnicos da *Fundación Mediterránea*, como Domingo Cavallo. A seguir indica-se apenas algumas das principais declarações demonstrando as respectivas posições dos participantes.

Na conjuntura da implementação da valorização do câmbio real como estratégia anti-inflacionária, a Sociedade Rural Argentina endureceu as críticas. Por exemplo, em 1980 criticou aberta e enfaticamente a política de estabilização e seus efeitos nos setores exportadores:

A intervenção na taxa de câmbio para a contenção da inflação não tem gerado bons frutos. A falta de convergência entre preços internos e externos causa uma deterioração real para as atividades de exportação que afeta seriamente diversas áreas produtivas na economia agropecuária [...]. É muito possível que o custo esteja resultando maior que os benefícios obtidos. Esta circunstância aconselha uma cuidadosa retificação (HEREDIA, 2004, p. 365, tradução nossa).

O engenheiro Álvaro Alsogaray, outro protagonista externo do campo dos liberais tradicionais, criticava em tons mais duros a política econômica e cobrava uma ação mais decidida contra a inflação: “[...] nenhum político

ou dirigente, tampouco nenhum especialista ou pseudoeconomista atuante, conseguiu demonstrar ao público as verdadeiras causas da inflação. Todas as explicações têm sido falsas ou incompletas e, conseqüentemente as soluções recomendadas são ineficazes ou contraproducentes” (HEREDIA, 2004, p.363, tradução nossa).

Além de Álvaro Alsogaray, Garcia Belsunce também colocava a culpa do fracasso das políticas econômicas no pragmatismo e na indefinição da política econômica seguida por Martínez de Hoz. Reproduzimos a crítica de Gelsunce:

Não se definir em termos doutrinários e se afiliar ao pragmatismo, que é o símbolo da ‘antidefinição’, pode ser atribuído a duas motivações: a de não ter ideias definidas, alternativa descartada neste caso dados os relevantes e pouco comuns dotes intelectuais do doutor Martínez de Hoz ou o desejo de não comprometer posições para poder se enquadrar, [...] Uma política econômica não anexada a uma doutrina clara e definida não é nada mais do que uma das terceiras posições, híbridas por princípio (VICENTE, 2011, n.p).

Cabe esclarecer também que neste debate também houve aqueles que apoiaram o programa, principalmente os membros da *Fundación Mediterránea*, como Domingo Cavallo, que aconselhou a continuação do programa sem se preocupar com o risco cambial nem com uma política monetária mais ativa (HEREDIA, 2004). As disputas se davam também no interior da equipe econômica. A abertura comercial e o enfoque monetário do balanço de pagamentos foram estratégias apadrinhadas por Martínez de Hoz, dado sua intrínseca viabilidade política de estabilização sem recessão, que era uma demanda dos militares. Dentro da equipe econômica que comandava havia divisões em relação ao seu manejo e à própria concepção.

Em relação à abertura comercial propriamente dita, de acordo com as entrevistas recolhidas por Novaro e Palermo (2007, p.346, p.360),

Alejandro Estrada (da secretaria de Comércio) propunha uma abertura mais radical. Já Juan Alemann (Secretário da Fazenda) achava que a redução deveria ser mais gradual. Do outro lado, uma oposição mais forte era dada pelo Secretário de Desenvolvimento Industrial, Raymundo Podestá, e o Secretário de Comércio Exterior, Alberto Fraguíó.

É interessante notar que houve uma disputa entre Alejandro Estrada na Secretaria de Comércio, que havia reduzido de forma mais rápida as tarifas sobre importações, e Alberto Fraguíó (da Secretaria de Comércio Exterior), que entendia que essa redução rápida prejudicava a indústria nacional, que foi resolvido por Martínez de Hoz, unificando as duas em uma só, a Secretaria de Comercio Exterior e Negociações Econômicas Internacionais, concentrando o poder nas mãos de Alejandro Estrada (CANELO, 2008a). Este é um exemplo claro do papel de mediador de conflitos de Martínez de Hoz no interior da equipe econômica, filtrando aquelas posições da equipe econômica que fossem mais adequadas à tentativa do ministro de reorientar a política econômica para o objetivo anti-inflacionário, no qual a abertura comercial mais radical funcionaria como complemento à utilização da valorização do câmbio real.

Também muitas críticas internas foram formuladas em relação à proposta de estabilização via enfoque monetário do balanço de pagamentos, ou seja, havia certa resistência no interior da equipe econômica sobre a viabilidade da valorização da taxa de câmbio real como instrumento anti-inflacionário.

De um lado havia os apoiadores, Adolf Diz, Presidente do Banco Central, que implementava a política (NOVARO; PALERMO, 2007), e o conselheiro próximo a Martínez de Hoz, Ricardo Arriazu (VIEGEL, 2010). De outro lado, o maior expoente da posição crítica era certamente o Secretário de Finanças, Juan Alemann, que começou a ser uma voz ativa pela retomada das fórmulas tradicionais de combate à inflação (via redução de

gastos e freio na expansão monetária): “resulta difícil estabilizar a economia com ‘sobreemprego’”, como disse em entrevista colhida por Novaro e Palermo (2007, p.351). Em entrevista concedida a esses autores, Juan Alemann enfatizou que estava 100% com a flutuação da taxa de câmbio e deixou claro sua posição. Além dele, Alejandro Estrada (Secretaria de Comércio Exterior e Negociações Econômicas Internacionais) também era favorável à passagem de um câmbio administrado para um flutuante por meio de desvalorizações (NOVARO; PALERMO, 2007).

Estrada, que ganhou poderes após a derrota institucional de Alberto Fraguíó, se envolveu em outro conflito em relação ao enfoque monetário do balanço de pagamentos. Como sinaliza Nogués (1986), ocorreu uma disputa entre agências, da Secretaria de Comércio Exterior e Negociações Econômicas Internacionais, da qual Alejandro Estrada era Secretário, com o Banco Central, sob a presidência do liberal tecnocrata Adolfo Díz.

Conforme explica o autor, o Banco Central era historicamente o órgão mais poderoso para implementar a política econômica, com muitas atribuições relativas à definição da taxa de câmbio, pagamentos internacionais, definição da taxa de juros e alocação de crédito. Em relação aos objetivos do balanço de pagamentos, nem sempre esses instrumentos eram suficientes, e dessa forma a antiga Secretaria de Comércio (que se fundiu com a de Comércio Exterior, gerando a Secretaria de Comércio Exterior e Negociações Econômicas Internacionais) obteve faculdades para implementação de outros instrumentos de política econômica, o que a possibilitou implementar, por exemplo, proibições de importações, licenças sobre importações, aumentando tarifas, etc.

A Secretaria de Comércio agia sem muitas regras, com objetivos protecionistas. Quando se iniciou o governo da ditadura militar, foi limitado o seu poder, impedindo o aumento de tarifas, impondo-se uma série de novas regras. Pois bem, a partir da valorização real da taxa de câmbio, a

secretaria recebeu muitas demandas para um maior protecionismo. Nesse contexto, Alejandro Estrada demandou a desvalorização cambial. Como Martínez de Hoz decidiu em favor do Banco Central na continuação da *tablita*, concedeu uma série de incentivos, aumentando, por exemplo, preços oficiais, direitos compensatórios, subsídios às exportações e, por último, ações *anti-dumping*. Temos aqui mais um exemplo em que Martínez de Hoz teve de atuar como mediador de conflitos, filtrando opiniões alternativas em favor da continuidade da estratégia anti-inflacionária, como parte de sua inflexão mais radical após 1978. Um segundo aspecto que chama a atenção e demonstra a complexidade das posições no interior da equipe econômica de Martínez de Hoz é o fato de que o ministro decidiu em favor de Alejandro Estrada quando se deu o conflito com Alberto Fraguíó em relação à diminuição das tarifas de importações, para efetivar a abertura comercial. Porém, Estrada, que era a favor de uma abertura comercial mais rápida, acabou por discordar da estratégia de valorização real da taxa de câmbio.

Sumarizando e agrupando o debate, observamos as seguintes posições: Havia aqueles membros contrários à abertura comercial (Raymundo Podestá e Alberto Fraguíó) e aqueles que defendiam a abertura comercial, seja de uma forma mais gradual (o liberal tradicional Juan Alemann), ou radical (Alejandro Estrada). Quando se trata da questão cambial dentro enfoque monetário do balanço de pagamentos, Estrada, que apresentou a proposta juntamente com Ricardo Arriazú, se mostrou reticente na continuação da proposta e sugeriu a Martínez de Hoz a desvalorização cambial. Ao seu lado havia Juan Alemann, que também era contrário a este tipo de tratamento para o combate à inflação. Os apoiadores da *tablita* eram Adolfo Diz e Ricardo Arriazú.

Recapitulando, iniciamos a análise apresentando uma breve explicação sobre o *Programa de recuperación, saneamiento e expansión de la*

economía argentina, ressaltando seus principais aspectos e o gradualismo com que deveria ser implementado, sugerindo que ali os vetos em relação ao desemprego e a recessão, bem como a importância dos investimentos públicos, já estavam presentes. Seguindo, apresentamos e analisamos a conjuntura de 1976, quando se deu o equilíbrio proporcionado pelo esquema institucional neutralizou de certa forma os grupos nacionalistas. Neste ano Martínez de Hoz começou a implementar uma política econômica eclética, condicionada aos permanentes vetos dos militares em relação ao desemprego e à recessão. Por estes mesmos vetos, os liberais começaram a criticar a política econômica demandando diminuição dos gastos públicos para diminuição rápida da inflação. Um importante conflito ocorrido inicialmente foi com o Ministro do Trabalho, General Horácio Liendo, que não permitiu reformas mais profundas na legislação trabalhista. Em 1977, alguns grupos específicos de militares passaram a, além de impor seus vetos ao desenho geral, criar alternativas diretas para a implementação da política econômica, como foi o caso da criação do Ministério do Planejamento, criado pelo General Díaz Bessone em resposta à possibilidade de reforma financeira de Martínez de Hoz. De fato, em 1977, Martínez de Hoz tentou se desvencilhar dos vetos militares, propondo a reforma financeira acompanhada de uma política monetária restritiva. Tal reforma, apesar de implementada, foi condicionada às negociações com os militares na CAL e também com o Banco Central, que impuseram a garantia estatal de 100% dos depósitos, ao que Martínez de Hoz era contrário. De outro lado, a política monetária que não surtiu efeitos desagradou aos militares.

Dadas as dificuldades de toda a primeira fase, Martínez de Hoz tentou reorientar a política econômica com contornos mais radicais em fins de 1978. Neste período, apesar de não conseguir avançar substancial na questão da redução do déficit público e no programa de privatizações, os

aspectos radicais se dão principalmente na questão inflacionária. O enfoque do problema não foi mais através das políticas tradicionais de diminuição do déficit público e emissão monetária, e sim pela implementação de uma nova estratégia com base na taxa de câmbio, o enfoque monetário do balanço de pagamentos associado a uma abertura comercial. Neste momento, a cisão entre liberais tradicionais e liberais tecnocratas era mais evidente, e Martínez de Hoz interveio em favor dos segundos nesses conflitos.

4.4 A atuação de Martínez de Hoz no Ministério da Economia: trajetória profissional, instituições e meios sociais

Dadas as características do caso argentino, nos concentramos mais nos aspectos biográficos de Martínez de Hoz, e como são muitos economistas e profissionais envolvidos em disputas no interior do gabinete, escolhemos sugerir as diferenças entre os grupos de liberais definidos pela literatura, relacionando-os com as posições desses profissionais e economistas nos debates. A ordem de apresentação se inicia com os grupos de liberais e se direciona para Martínez de Hoz. Ao final, fazemos considerações gerais sobre o relacionamento entre Martínez de Hoz e sua equipe econômica e sua influência na definição das políticas econômicas.

Conforme Heredia (2004), as diferenças básicas entre os liberais tradicionais e os liberais tecnocratas referem-se primeiramente a idade: os liberais tradicionais tinham nascido nas décadas de 1910 e 1920, como Álvaro Alsogaray em 1913 e Juan Alemann em 1927, enquanto os tecnocratas eram mais jovens, a exemplo de Adolfo Diz, nascido em 1931, e Carlos Rodríguez, em 1947. Em termos educacionais, os liberais tradicionais não tinham treinamento específico em economia. Álvaro Alsogaray era engenheiro e Juan Alemann era advogado. Ao contrário, uma importante característica dos liberais tecnocratas era a formação na academia norteamericana. Adolfo Diz fez PhD em economia na Universidade de Chicago

e foi o primeiro presidente do Banco Central com tal titulação (FRIDMAN, 2010), Ricardo Arriazú fez pós-graduação na Universidade de Minnesota e Guillermo Klein na Universidade de Harvard. Há duas exceções, que são Alejandro Estrada e Alberto Grimoldi. Embora não tenham estudado em universidades estrangeiras, sendo licenciados em economia na Universidade Católica Argentina (GRIMOLDI S.A, 2011), são classificados como tecnocratas pela literatura (CANELO, 2008b; HEREDIA, 2004).

Heredia (2004), ademais, entende que uma diferença importante entre os liberais tradicionais e os tecnocratas se relaciona com a origem social: enquanto os liberais tradicionais pertenciam às famílias tradicionais e tinham relações estreitas com o mundo empresarial, os liberais tecnocratas na verdade eram de classe média e se vincularam ao liberalismo não pelo seu prestígio social, e sim pela formação profissional em universidades norte-americanas. Percebe-se assim a importância da realização de pós-graduação nas universidades norte-americanas, o que demonstra a especificidade dos vínculos monetaristas em relação à proposta da política econômica personificadas em certos membros da equipe econômica.

Devido esses condicionantes sociais e profissionais, temos a hipótese de que isso pode ter influenciado a forma de como os membros da equipe econômica se posicionaram em relação à abertura comercial e a *tablita*. Enquanto os liberais tradicionais tendiam a ter posições mais conservadoras, demandando gradualismo e sendo a favor da desvalorização cambial, como Álvaro Alsogaray e Juan Alemann, que aliviaria e favoreceria os setores exportadores, especialmente a agricultura, os liberais tecnocratas, formados no exterior, como Adolfo Diz e Ricardo Arriazú, tinham no cerne da racionalidade científica imbricada na proposta do enfoque monetário do balanço de pagamentos e sua complementaridade com a abertura comercial, a principal fundamentação para suas posições, pois advinham de

classes médias. Isto não quer dizer que suas posições não representavam interesses setoriais ou que não havia uma associação entre racionalidade “técnica” e interesses econômicos.

A análise da biografia de Martínez de Hoz permite elencar outros elementos e espaços sociais do ministro, que podem tornar inteligíveis alguns aspectos de sua atuação pragmática durante toda sua gestão, que não apenas foi condicionada pelas restrições políticas impostas, que eram sumariamente importantes, mas também por sua própria visão pragmática e política do processo decisório.

José Alfredo Martínez de Hoz nasceu no dia 13 de agosto de 1925 em Buenos Aires, mesma cidade onde faleceu no dia 16 de março de 2013. Procede de família espanhola, cujos membros, ao migrar para a Argentina, tornaram-se pecuaristas (*estancieros*), comerciantes (incluindo de escravos e de mercadorias ilegalmente traficadas junto aos ingleses) e políticos. A família do ministro ocupou durante vários governos cargos na administração pública e de entidades patronais. Seu avô, Ramón Cárcano, foi governador de Córdoba e embaixador no Brasil e presidente do serviço de correio argentino. Seus tios ocuparam cargos de Ministro em vários governos nacionais. Seu pai, José Alfredo, foi presidente da *Corporación Argentina de Productores de Carne* (CAP). Seu bisavô, avô, pai, e ele próprio, foram presidentes da Sociedade Rural Argentina (MARTÍNEZ DE HOZ, 2019).

Martínez de Hoz teve sua educação pré-universitária em escolas públicas e se graduou como advogado em 1950 na Escola de Advocacia da Universidade de Buenos Aires. Foi nesta mesma universidade que se doutorou em Direito. Foi também docente na Universidade de Buenos Aires e na Universidade Del Salvador na área do Direito. Posteriormente realizou um Mestrado em Direito Comparado na Universidade de Cambridge, na Inglaterra (MARTÍNEZ DE HOZ, 2019).

Foi um dos fundadores do *Consejo Empresario Argentino*, uma das principais associações patronais do país, sendo membro de 1968 até 2002, vice-presidente entre 1972-1974, e presidente entre 1974 e 1976. Foi vice-presidente do *Centro Internacional de Investigaciones Económicas* (de 1970 a 1974), da *Acción Coordinadora de Instituciones Empresarias Libres* (de 1958 a 1962), que antecedeu a criação da FIEL. Além disso, foi presidente durante duas décadas (1958-1976) do *Centro Azucarero Regional del Norte Argentino*. Antes de desempenhar tais funções de representação patronal foi fundador e presidiu o *Ateneo da Juventud Democrática Argentina* entre 1946 e 1947, tendo sido diretor da revista DEMOS (de 1946 a 1956), publicada por essa agremiação (MARTÍNEZ DE HOZ, 2019). Martínez de Hoz iniciou sua carreira de funcionário de Estado como Ministro da Economia, Finanças e Obras públicas de intervenção na província de Salta nos anos de 1956 e 1957. Em 1957 e em 1958 foi presidente da Junta Nacional de Grãos. Em 1961 foi membro de uma missão comercial para os Estados Unidos. Ascendeu como Secretário de Estado da Agricultura em 1962-1963, e se tornou Ministro da Economia em 1963, cargo que ocuparia novamente na última ditadura argentina, em 1976-1980, na presidência de José Maria Guido (1962-1963). O ministro também possuía longa experiência no setor privado, exercendo a profissão de advogado e consultor jurídico, e dirigiu empresas pecuaristas, de seguros e bancos, tendo ocupado cargos de direção na *Companhia Ítalo Argentina de Eletricidade*, na *Petrosur S.A.* (1964-1972) e na *Acindar Industria Argentina de Aceros* (1968-1976) (MARTÍNEZ DE HOZ, 2019).

Martínez de Hoz, durante todo o governo da ditadura militar, teve que administrar conflitos politicamente, em relação ao esquema institucional do regime, que facilitou conflitos com outros membros da Junta, com o Ministério do Trabalho, com as privatizações, com a reforma financeira na CAL, as próprias demandas militares por estabilização sem desemprego

e obras públicas, com as críticas públicas dos liberais tradicionais, e no interior da sua equipe econômica com posições divergentes entre liberais tradicionais e liberais tecnocratas. A análise aqui coincide com a de Fridman (2010):

Com economistas não liberais excluídos, a maioria do debate era entre gradualismo e tratamento de choque. Martínez de Hoz favorecia cada uma dessas estratégias de acordo com a situação política. Como a maior autoridade econômica, ele era o mais “político” da equipe e não só teve constantemente que negociar com os militares e os diversos setores econômicos, como também frequentemente dirigir-se ao público geral (FRIDMAN, 2010, p.279, tradução nossa),

No interior da equipe os conflitos parecem ter ficado mais notórios a partir da etapa de “ajuste e aprofundamento” do programa econômico, a partir de 1978. Martínez de Hoz, na sua função de tecnocrata no governo, ganhou autonomia na implementação da política econômica ao absorver e defender ideias monetaristas da academia norte-americana. É interessante pontuar que Martínez de Hoz — que não era um monetarista — aceitou a ideia monetarista do enfoque monetário do balanço de pagamentos em detrimento do combate tradicional da inflação proposto pelos liberais tradicionais, dado os resultados não satisfatórios do gradualismo, mas também por sua viabilidade política. O Ministro tinha suas credenciais pessoais, educacionais e profissionais mais ligadas ao liberalismo tradicional argentino: não era economista de formação, provinha de uma família tradicional, era muito ligado às associações patronais agropecuárias e participou de alguns governos liberais na Argentina.

Do anterior temos algumas considerações. Primeiramente cabe lembrar que a formação dos economistas tecnocratas na Argentina passou por iniciativas das próprias organizações patronais e dos empresários

argentinos, como estratégia de influência no debate público. Isso nos sugere que, embora não fosse um monetarista, Martínez de Hoz tinha contatos pessoais e profissionais que faziam parte desta tendência de formação de economistas liberais na Argentina, dado que ele mesmo foi Presidente da *Acción Coordinadora de Instituciones Empresarias Libres*, que era uma organização que precedeu a formação da FIEL, do qual ele também foi presidente. Outro elemento importante é que Martínez de Hoz tinha uma importante influência nos círculos financeiros internacionais — credenciais usadas para captar empréstimos externos. Como expressão destes contatos, pode-se citar que a própria formação de sua equipe contou com vários membros formados nas universidades norte-americanas. Por ser um profissional com tamanho prestígio na Argentina, ele podia frequentar livremente vários espaços sociais no país, o que conferia a ele a possibilidade de se relacionar com diferentes perspectivas teóricas e tendências políticas. Aliás, o pragmatismo e a combinação de diferentes posições parecem ser características do ministro, como indica Novaro e Palermo (2007):

Martínez de Hoz era, sem dúvidas, também um expoente dessas contradições. Com um passado desenvolvimentista vinculado à sua militância na democracia cristã, profundamente pragmático na gestão política e heterodoxo em suas convicções, não teria demasiado problemas em dosar receitas liberais tradicionais com outras novas, em moda nos círculos acadêmicos e financeiros dos Estados Unidos; em utilizar o setor público para fortalecer a acumulação financeira e até a substituição seletiva de importações; e em combinar estratégias graduais com políticas disciplinadoras de choque, unindo propostas atrativas, ao menos inicialmente, para uma frente militar e um campo empresarial muito fragmentados e sumamente instáveis [...] (NOVARO; PALERMO, 2007, p.53).

Desta forma, ao contrário dos *Chicago Boys*, Martínez formulou um programa econômico pragmático ao longo da ditadura. Esse pragmatismo se devia em grande parte pelas restrições políticas e os conflitos com as Forças Armadas, que tentavam a cada conjuntura influir nas políticas econômicas executadas. Mas Martínez de Hoz atuou política e institucionalmente para lidar com os vetos e as alternativas militares. Se por um lado tentou avançar, mesmo com todos as latentes disputas com os militares, o longo período de permanência no cargo sugere que ele podia suportar a implementação de políticas econômicas ecléticas, mesmo afastadas de princípios estritamente liberais. As características de um político são notórias na figura do ministro. Ele enfrentava os militares, suportava as críticas do liberalismo tradicional, um espaço social a qual ele pertencia, e gerenciava disputas entre profissionais e economistas submetidos ao seu poder decisório.

4.5 Tecocracia e a distribuição da renda na Argentina: concepções e custos das políticas econômicas sobre diferentes grupos.

Assim como realizado para o caso chileno, o objetivo aqui é analisar em termos gerais os graus de autonomia da política econômica em relação aos grupos sociais e seus impactos redistributivos. Cabe recordar brevemente os aspectos cruciais da seção: 1) A busca pela concepção no plano de intenções dos formuladores da política econômica a respeito da neutralidade da política econômica; 2) Os custos que recaíram sobre os trabalhadores; 3) O entendimento da concepção em relação à mudança do modelo de desenvolvimento da economia e aos setores produtivos: agricultura, indústria e setor financeiro; 4) Os custos distributivos que sofreram os diferentes setores produtivos; 5) o papel da política cambial.

À luz da análise desses aspectos sugerimos algumas considerações. Primeiramente que o regime militar argentino concedia a Martínez de Hoz uma menor blindagem social em relação aos grupos sociais e que, ao

contrário da referida neutralidade da política econômica, o programa econômico e sua efetivação envolveu impactos distributivos sobre diferentes grupos sociais, principalmente o setor industrial e os trabalhadores, e em favor do setor financeiro. Em segundo lugar que, apesar de compartilhar com o caso chileno um sentido de alteração do modelo de desenvolvimento na direção dos setores primário exportadores, na Argentina Martínez de Hoz foi mais pragmático. Em determinados momentos tendeu a alterar o tratamento do setor industrial de acordo com a conjuntura. Assim, no plano de intenções, em alguns momentos se dava um enfoque de maior importância para a indústria do que no Chile para atender aos interesses dos militares, e, em outros, quando visou ganhar autonomia frente às pressões políticas (após 1978), criticou em termos mais duros o papel da indústria. Já na distribuição efetiva da renda, o grande favorecido foi o setor financeiro, em detrimento do setor industrial e dos trabalhadores. Isto é parecido com o caso chileno, mas na Argentina, a diminuição da participação industrial no PIB e o aumento do setor financeiro se deram principalmente após o endurecimento da política econômica pós 1977. Ademais, a intensidade do processo de distribuição de renda para o setor financeiro foi menor do que o processo ocorrido no Chile, que foi favorecida pela radicalidade da política empreendida pelos *Chicago Boys* e sua maior autonomia para a aplicação da política econômica.

Uma das características mais notáveis do plano econômico chileno, a defesa de uma neutralidade da aplicação da política econômica, aparece também no caso argentino, embora não de maneira tão sofisticada e explicitada. É possível vê-la na relação do crescimento econômico e da distribuição de renda discursada por Martínez de Hoz quando foi anunciado o *Programa de reuuperación, saneamiento y expansión de la economía argentina*. Reproduz-se uma metáfora bastante difundida para justificar o crescimento econômico “neuro” em relação à distribuição de renda, “a

teoria do bolo”, que diz, de grosso modo, que é necessário primeiro crescer para depois distribuir os frutos do crescimento. Segundo Martínez de Hoz, se a “torta” continua sempre do mesmo tamanho, conforme seria a situação preexistente na Argentina, se uma pessoa deseja comer mais pedaços da torta, o fará em detrimento de outras pessoas. Com um mesmo nível de renda, se um setor deseja aumentar sua participação na renda nacional, isso implicará diminuição de outros setores. Por exemplo, trabalhadores em detrimento dos empresários e vice-versa; indústria em prejuízo da agricultura, e vice-versa; agricultura sobre a pecuária, e vice-versa. A solução para este problema é o crescimento da torta, de modo que todas as pessoas possam comer mais. Na economia também, o aumento global da produtividade e da renda nacional constituiria o fundamento pelo qual se alcançaria uma “verdadeira e justa” distribuição da renda (MARTÍNEZ DE HOZ, 1981b).

Apesar da neutralidade imbricada nesta noção, quando Martínez de Hoz trata do problema inflacionário, se pode perceber que a diminuição da inflação passaria necessariamente pela alteração da política salarial. Na perspectiva de Martínez de Hoz, a política de reajustes salariais (do setor público e do setor privado) em consonância com a elevação dos preços acabou por contribuir para a constituição de uma espiral inflacionária no país, pois a cada aumento de salários se eleva os custos, e estes são repassados a novos aumentos de preços. Como havia necessidade de realizar reajustes cada vez mais curtos, o processo elevaria sua magnitude e o problema se tornaria mais sério. E isto se relacionado com o “não crescimento da torta da economia” implica aumento da participação salarial no produto da economia, e conseqüentemente redução dos lucros. Desta forma, o programa propõe a intervenção estatal autoritária, como ferramenta para solucionar o impasse distributivo:

Não é factível pensar que podem ter vigência as condições ideais de livre contratação entre a parte trabalhadora e a empresarial para a fixação do nível de salários. Deve, pois, suspender toda a atividade de negociação salarial [...] assim como todo o processo de reajuste automático de salários [...] Será o Estado que estabelecerá periodicamente o aumento que deverão ter os salários [...] (MARTÍNEZ DE HOZ, 1981b, p. 383, tradução nossa).

Isso nos sugere que mesmo no plano de intenções, a despolitização atrelada aos problemas identificados de cada Estado e economia significava que, contrariamente a referida neutralidade, determinados grupos — em particular os sindicatos, estavam potencialmente na mira da política econômica para receber os custos da estabilização econômica. E durante a implementação da política econômica, os trabalhadores e os setores mais pobres da sociedade se sobrecarregaram de pesados custos econômicos e sociais. Se por um lado a política econômica evitou o aumento do desemprego durante o período em função das restrições políticas impostas pelos militares — que se manteve em média 3,4% entre 1976-1982 (APÊNDICE ESTATÍSTICO) —, os custos se deram principalmente via forte deterioração das remunerações em função de intervenções militares nos sindicatos, proibições de greves e o congelamento de salários (BELINI, 2017; FERRER, 2004; RAPOPORT, 2000). No primeiro ano, em função do congelamento dos salários por Martínez de Hoz, o índice de salários reais deteriorou-se 36% em relação a 1975, tendo chegado a 1978 a uma diminuição real de 38% em relação a 1975¹⁹. Nos dois anos posteriores, devido ao aquecimento transitório da economia, principalmente em 1979, o salário real cresceu até o nível de 92,8% em 1980, mas voltou a cair abruptamente, voltando em 1982 a um nível próximo da deterioração real vigente entre 1976 e 1978 (APÊNDICE ESTATÍSTICO).

¹⁹ É importante esclarecer que o índice de salários reais entre 1976-1982 do Apêndice estatístico tem como ano-base 1970=100. Porém, 1975 o índice era 111, ou seja, 11% superior ao salário real de 1970.

Segundo Altimir, Beccaria e Rozanda (2002), com base em dados da *Encuesta Permanente de Hogares* (EPH)²⁰, o Coeficiente de Gini – utilizado para medir o grau de desigualdade de renda de uma sociedade, variando de 0 a 1, em quanto mais próximo de 1 maior a concentração de renda – aumentou de 0,35 em 1974 para aproximadamente 0,42 em 1983, o que sinaliza aumento da concentração de renda. Ainda em 1980, a variação da renda real *per capita* dos 10% mais pobres havia sido negativa em quase 10% em relação a 1974, e a regressão do segundo decil (10%) mais pobre havia se aproximado de 25%, enquanto a variação dos mais ricos, nono e o último decis, aumentou respectivamente 8% e 4% (Altimir, Beccaria, Rozanda, 2002, p.57-59). A razão entre as extremidades dos quintis (20% mais ricos/20% mais pobres) aumentou de 6,77 para 8,04 em 1980²¹, ou seja, a distância entre os mais ricos e os mais pobres, segundo essa classificação, ficou maior.

Outros dados podem complementar ou ajudar a explicar tal tendência na piora distributiva. O salário médio dos assalariados era, em 1979, 42,2% menor do que o valor médio de 1975. E embora tenha melhorado relativamente até 1981, ainda se encontrava em um nível inferior de aproximadamente 38%. Entre 1974 e 1983, a participação dos salários como proporção do PIB se reduziu de 45% para apenas 26% (Beccaria, 1991; Rapoport, 2000, p.820-821)²². Passamos agora à análise das intenções de Martínez de Hoz em relação aos setores produtivos, agricultura, indústria e setor financeiro, realizada através da análise do plano econômico argentino e das declarações públicas de Martínez de Hoz, para depois observar os impactos concretos nestes setores.

²⁰ Entre 1974 e 1990 oferece dados sobre distribuição de renda para a Grande Buenos Aires, e a partir de 1990 também são disponibilizados dados para o interior do país.

²¹ (Altimir, Beccaria e Rozanda, 2002, p.72).

²² Dados de Luis Beccaria (1991)

No primeiro discurso referente à política de preços, o ministro declarou uma ruptura com o antigo modelo de industrialização, visando uma reestruturação total da economia argentina.

[...] acreditamos, e estamos convencidos, que não se pode mais reformar o sistema, o sistema está esgotado. Temos que ir para algo totalmente novo, algo distinto, a algo que talvez não se teve coragem ou a audácia de afrontar nos últimos anos (MARTÍNEZ DE HOZ, 20160, p.16, tradução nossa).

Embora declarações assim apareçam nos discursos de Martínez de Hoz durante o período, esta ruptura não estava sinalizada com contornos drásticos no programa econômico inicial. Argumentamos neste sentido que Martínez de Hoz mudava seus discursos de acordo com as necessidades políticas de cada conjuntura. Assim, inicialmente ele colocou mais claramente que, apesar da alteração do modelo de desenvolvimento para privilegiar os setores exportadores, uma importância maior à indústria era concedida.

Uma hipótese é que esta sinalização possivelmente fazia parte da própria natureza do programa econômico pragmático de Martínez de Hoz, levando em conta as demandas dos setores militares. Embora não trataremos aqui especificamente, observamos anteriormente um comportamento similar do ministro em relação a sinalizações em sentidos diferentes em relação à redução do investimento público, da diminuição dos funcionários do Estado e do avanço limitado das privatizações, ora satisfazendo demandas dos militares, ora tentando avançar de acordo com as premissas liberais mais ortodoxas. De todo modo, a partir de 1978, em todos esses assuntos e na questão do papel da indústria no desenvolvimento econômico, o ministro passou a sugerir em geral tons mais radicais, todavia não totalmente alinhados a uma mesma direção. É exatamente neste momento que vemos uma maior tentativa de ganhar autonomia

frente às restrições militares com a implantação da *tablita* e a abertura comercial.

Embora Martínez de Hoz também pontuasse a necessidade de uma mudança da estratégia de desenvolvimento econômico para os setores primários, principalmente a agricultura, observamos no *Programa de recuperación, saneamiento y expansión* e nos discursos de Martínez de Hoz um tom crítico mais ameno em relação ao processo de industrialização e uma maior importância relativa da indústria voltada para o mercado interno na Argentina do que no Chile. Na Argentina, se concede uma maior importância ao dinamismo industrial na nova estratégia de desenvolvimento, diferentemente do caso chileno, que preza por uma simples especialização produtiva do setor industrial em bens com vantagens comparativas. Esse enfoque diferente para a indústria é relatado na literatura, por exemplo, pelos trabalhos de Ramos (1989) e Belini (2017). Conforme o último autor, “o programa de 1979, longe de introduzir uma mudança, ratificava as metas que diversos governos haviam sustentado desde os anos 60” (BELINI, 2017, p.37-38, tradução nossa). Aqui sugerimos que um condicionante importante pode ser o maior desenvolvimento e a maior importância relativa do setor industrial argentino na economia argentina em relação à chilena. Como o setor industrial tinha mais peso na economia argentina, desconsiderar totalmente o setor, mesmo proferindo e sugerindo que a mudança na estratégia de desenvolvimento seria mais difícil.

No discurso de 2 de abril de 1976 (do plano econômico), Martínez de Hoz enfatiza em sua exposição as potencialidades do país, de ordem econômica, social e cultural para alavancar seu nível de desenvolvimento e superar a crise econômica. Dentre essas potencialidades destacam-se estatísticas baixas de analfabetismo, qualidade dos técnicos, profissionais e trabalhadores, ausência de problemas raciais e religiosos e um dos mais importantes, a existência de um extenso número de pessoas de classe

média (espinha dorsal da sociedade argentina), unida ao setor dos trabalhadores que gozam de um nível de vida maior em comparação com outros países do mesmo nível de desenvolvimento. E especificamente são enfatizados o maior nível de renda *per capita* da América Latina, a alta participação da indústria no PIB de 1/3, a disponibilidade de vantagens para a larga produção de alimentos e de combustíveis para lograr a completa autossuficiência energética (MARTINEZ DE HOZ, 1981b). Embora a magnitude da participação da indústria da Argentina seja apenas um elemento dentre outros das potencialidades do país, não deve ser diminuída. Conforme vimos, no caso chileno, a magnitude da indústria no PIB maior em relação aos países no mesmo nível de desenvolvimento e sua diversificação é criticada. Além disso, no Chile não há destaques para a “indústria nacional”, determinadas “indústrias básicas” ou para o mercado interno.

No mesmo anúncio do programa econômico o ministro destacou a importância da agropecuária, apontando dentre suas funções a de prover maior capacidade aquisitiva externa, através de mais divisas para a compra de máquinas e equipamentos para o desenvolvimento industrial: “Paralelamente, o processo de substituição de importações nunca esgota a necessidade de importar, e sim cria a demanda para realizar importações de outros bens requeridos para o funcionamento das novas indústrias estabelecidas” (MARTÍNEZ, 1981b, p.368, tradução nossa). Ou seja, o desenvolvimento da agricultura, que embora tenha sido prejudicado pelas políticas industrializantes desde os anos 30, seria ainda funcional para o crescimento da uma indústria, que tinha sua importância ratificada.

Esse enfoque maior dado à indústria inicialmente no caso argentino pode tornar mais intelegível pela importância da política industrial no programa econômico argentino. Vários seriam os objetivos de dita política: 1) promover o crescimento em termos de quantidade, qualidade, eficiência e rentabilidade da indústria nacional; 2) promover indústrias básicas para

suprir a demanda interna para esses produtos, pelo qual tal desenvolvimento possui um “efeito multiplicador” sobre o restante da economia nacional; 3) ampliar a integração e ampliação das indústrias de interesse nacional; 4) estimular a indústria no que diz respeito ao mercado interno, mas também especialmente no que se refere às possibilidades de exportação; 5) facilitar o processo de capitalização industrial através das reformas fiscais e creditícias com vistas à descentralização e promoção regional ou setorial (MARTÍNEZ DE HOZ, 1981b). Esses objetivos se remetem várias vezes à nacionalidade da indústria, a um “efeito multiplicador” de instalações de determinadas indústrias, a importância do mercado interno para o crescimento industrial e da economia, para além de uma função exportadora pura e simples, como a ruptura do modelo de industrialização e a construção de um novo modelo sugerida pelo *El Ladrillo* e pelas declarações dos *Chicago Boys* no Chile. Outras evidências nas declarações públicas sugerem que o enfoque da política econômica na Argentina, embora buscasse um novo modelo assentado em setores exportadores, especialmente a agricultura, contemplava um espaço maior a indústria e ao mercado interno argentino.

Em reunião de ministros e secretários de agricultura e pecuária do país na cidade de Santa Rosa, província de La Pampa, no dia 27 de junho de 1976, Martínez de Hoz retomou o argumento da importância da agricultura para o desenvolvimento industrial, enfatizando que a nova estratégia colocaria fim à “[...] tensão entre a disponibilidade e às necessidades de divisas que gera o crescimento econômico que caracteriza o processo de desenvolvimento da economia argentina das últimas décadas [...]” (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016n, p.28, tradução nossa). Como o setor agropecuário seria o responsável por gerar 70% das divisas, seria necessário lograr altas taxas de crescimento para eliminar esse conflito.

Com efeito, o desenvolvimento do setor seria importante também para o desenvolvimento do mercado interno

[...] Na ordem interna, a expansão da produção agropecuária significará um estímulo para o desenvolvimento industrial e o resto dos setores da economia, através da ampliação do mercado interno, da provisão das divisas necessárias para o equipamento e pleno funcionamento dos mesmos, e do abastecimento das necessidades internas, de alimentos e matéria em nível adequado de um processo de crescimento com estabilidade monetária (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016n, p.28, tradução nossa).

Em mensagem por cadeia oficial de rádio e televisão ao país da província de Córdoba sobre os seis meses de governo, em 29 de setembro de 1976, o ministro cita que a prioridade da política industrial era o desenvolvimento da indústria básica, e neste sentido, alguns dias antes de seu discurso foram assinados decretos autorizando a execução de um dos maiores projetos industriais dos últimos anos, a Celulosa Argentina no valor de 500 milhões de dólares, e do Alto Paraná de 350 milhões de dólares. Esses projetos visavam atender as necessidades nacionais de celulose e papel. Outro setor a ser estimulado seria o de petroquímica, no qual se estaria mobilizando esforços para executar o projeto *Polo Petroquímico de Bahía Blanca* (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016j, p.80). Para o campo da siderurgia, no âmbito do Ministério da Defesa, Martínez de Hoz enfatiza que o governo estaria disposto a prestar apoio necessário ao desenvolvimento desse ramo industrial.

Por fim, uma importância especial é dada ao mercado interno na reativação econômica que estaria ocorrendo em 1976

O nível geral de vendas ao mercado interno – não mais ao externo –, ou seja, como índice de reativação industrial que está acontecendo e a qual nos referimos em mais de uma ocasião, tem melhorado substancialmente e podemos comprovar, se compararmos os meses de julho a setembro, uma considerável melhora no nível de atividade para uma série de setores. Podemos listar alguns como vinhos, refrigerantes, cerveja, alimentos, cimento, pneus, tratores, automóveis, eletromecânicos, produtos de borracha, eletrônicos, autopeças,

máquinas agrícolas, plásticos e alguns outros (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016g, p.81, tradução nossa).

Outras medidas importantes que estavam na rota no ministro correspondem a mudanças do regime de promoção industrial. As cifras expostas em seu discurso dão conta que quando assumiu o Ministério da Economia havia projetos no valor de 560 milhões de dólares, e só nos primeiros meses do governo, novos contratados teriam sido firmados no valor de 1150 milhões de dólares. Outra mudança se refere ao *Banco Nacional de Desarrollo*, que estaria conseguindo alterar sua situação de uma total desorganização para um verdadeiro banco de investimento através da captação de crédito externo. O Banco teria um papel importante no financiamento dos investimentos industriais.

Passando agora para o modo de se relacionar na tomada de decisões, evidenciados pelos discursos, podemos observar que uma diferença importante para o caso chileno é que o regime argentino possuía menor blindagem social em relação aos grupos econômicos, o que se manifesta nos discursos do ministro e nas tomadas de decisões, que estariam sendo mais abertas ao diálogo e à conciliação com os empresários em um primeiro momento, até 1978. Após a reorientação do programa econômico de 1978, assim como acontece em outros temas polêmicos, o tom amistoso no início do período dá lugar a aspectos mais radicais nos discursos do ministro.

Em mensagem no fim de dezembro de 1976, Martínez de Hoz externalizou que as decisões estariam sendo tomadas em conjunto com outros ministérios e até mesmo com setores produtivos, evitando suas reclamações pós-implantação de cortes dos gastos governamentais

[...] pela primeira vez na história do país temos recorrido a um procedimento – cremos – que será sumamente útil. Consideramos que esta não deve ser apenas da responsabilidade da Secretária de Finanzas ou do Ministro da

Economia, uma vez que, com este procedimento, por vezes aplicado através de cortes um pouco ditatoriais no orçamento, dá lugar a reclamações de todos os sectores [...] isto – pensamos – é realmente uma decisão de conjunto que o governo deve tomar (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016l, p.113, tradução nossa).

Como ocasião do “Dia da Indústria”, em 2 de setembro de 1976, o ministro ressaltou que a estabilização econômica e a reativação da atividade econômica conjunta dependiam em grande parte do comportamento empresarial:

[...] o empresário tem grande responsabilidade para que a recuperação econômica possa ser alcançada sem um novo impulso inflacionário. Se ao primeiro indício da reativação da demanda o empresário opta por buscar a rentabilidade em função de uma política baseada mais na margem da utilidade do que no volume de venda, ele será o primeiro responsável por frustrar o processo de reativação, porque este depende em boa medida da política de preços implementada (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016g, p.63, tradução nossa).

Em relação a outro aspecto do diálogo estabelecido com o setor industrial, já desenvolvemos anteriormente que Martínez de Hoz tinha explícitas preocupações com a possível geração de desemprego massivo na economia argentina em função da política de estabilização. Dessa forma, a relação com os setores produtivos tendia ser mais na base do diálogo, sinalizando a importância de não demitir e nem aumentar os preços para o programa econômico.

Outra dimensão do diálogo estabelecido com os setores produtivos pode ser representada pelo apreço pessoal do Ministro pelos membros da agricultura. Em discurso no ato de encerramento do XII Congresso Cooperativo Agrário de 8 de setembro de 1978, expressou publicamente seu apreço e sua ligação com o setor agropecuário, contando pelas características do cooperativismo agrário, ao desenvolvimento futuro do país. Neste sentido,

o “[...] governo necessita ter interlocutores válidos no setor privado para poder dialogar com eles, para poder receber suas ideias, suas aspirações, suas expressões, suas críticas, suas observações [...]” (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016b, p.367, tradução nossa). A notoriedade da participação do setor agropecuário na estratégia de crescimento do regime é reafirmada:

Em todo esse processo, eu quero ressaltar o orgulho que deve ter o setor agropecuário, e, entre eles, na primeira fila o setor cooperativo, de haver sido a base, e como digo a ponta de lança, para obtenção destes resultados, e graças a estes resultados é que podemos continuar com o processo (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016b, p.369, tradução nossa).

Como viemos sugerindo, no anúncio do *Programa de Recuperación, saneamiento y expansión* e nas declarações públicas conjunturais de Martínez de Hoz, a política econômica argentina priorizava a expansão da agricultura e dos setores exportadores, mas a indústria teria um papel muito mais denso do que a simples especialização produtiva para a exportação, como era o enfoque no Chile, aproveitando as possibilidades de expansão do mercado. Em diversos momentos nas declarações após o desenvolvimento do programa econômico esta orientação foi ressaltada e mesmo estimulada. Além disso, apesar da disciplina requerida pelo ministro em termos de estabilização inflacionária com o setor industrial, o ministro tende a manter um diálogo mais amistoso com os empresários, industriais e também da agricultura. Porém, a partir de 1978 os discursos destoam, pois o ministro possuía um discurso mais duro em relação ao modelo de desenvolvimento econômico pensado para a economia argentina, e o papel da indústria neste, bem como responde com atritos mais abertos com os setores produtivos, isto é, o diálogo deu lugar a críticas em defesa da estratégia econômica assentada na *tablita*, a partir da qual os setores produtivos deveriam se adequar à nova realidade.

Sintoma desse processo foram as respostas do ministro em relação a críticas do programa *Análisis a fondo*. As respostas se dão em um contexto mais desenvolvido de implementação da reforma financeira e da abertura comercial após o anúncio da fase de ajuste e aprofundamento do programa econômico, e neste período Martínez de Hoz possuiu uma atitude diferente em termos de dosagem e gradualismo na relação com os setores produtivos, o que havia se caracterizado como importante aos anos iniciais (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016i).

Neste programa televisivo, primeiramente, Martínez de Hoz foi questionando sobre a política cambial, que estaria sobrevalorizada e que os setores industriais estariam reclamando da quantidade de bens importados, que seria capaz de causar ruína da indústria nacional. Como resposta, e algum grau de contraposição aos discursos anteriores e às medidas para o setor industrial, o ministro ressaltou que o mercado interno era muito pequeno, de apenas 26 milhões de habitantes, o que inibia a criação de economias de escalas, de modo que o custo diminuía com o aumento da produção. Conforme o ministro,

É evidente que, para isso, uma indústria deve nascer protegida, mas com o tempo deve evoluir, deve se modernizar, deve progredir, deve incorporar tecnologia moderna [...] Por outro lado, parece que alguns setores industriais têm muito pouca confiança em si mesmo e não aceitam o desafio que estamos lançando a eles [...] Estamos empenhados em corrigir [...] dando oportunidade, uma oportunidade gradual, com um programa de reduções tarifárias sobre cinco anos, previamente conhecida, para que juntos, nós, os industriais e o governo façamos um grande esforço para modernizar a indústria do país, para fortalecê-la e incorporar todo o progresso da tecnologia moderna (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016p, p.480, tradução nossa).

As críticas também vinham dos setores agropecuários, que reclamavam sobre os preços internacionais baixos em dólares e da taxa de câmbio

valorizada. Como resposta, o ministro enfatizou que os preços internacionais eram condições do mercado, e para ser coerente, havia de aceitá-los e os setores deviam fazer o máximo para obterem ganhos de eficiência, com a ajuda complementar do Estado. Porém, destacou que vários benefícios foram tomados em prol do desenvolvimento agropecuário durante sua gestão:

[...] Os impostos de exportação chegaram a 50% dos preços dos grãos. Então, eu pergunto: quando foi melhor tratada a agricultura argentina ou o setor agropecuário? Eliminamos quase a totalidade dos impostos de exportação e chegará a total eliminação [...] os preços internacionais não são algo que posso manejar, mas devemos ser coerentes, se queremos funcionar dentro de um sistema de economia livre; temos que aceitar o nível de preços internacionais e buscar todas as outras medidas colaterais (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016p, p.481, tradução nossa).

Tendo em vista algumas polêmicas com os dois setores anteriores, o entrevistador questionou a respeito de um possível setor privilegiado, o setor financeiro. Os críticos abordariam a questão pela promessa anunciada em 2 de abril de uma saída da economia de especulação para uma economia produtiva, e que, na verdade, a reforma financeira teria criado o maior período de especulação da história

[...] Não é verdade. Por quê? Porque a especulação não está na ponta do poupador, e sim do tomador de crédito [...] Mas muita gente não usava esse dinheiro em outra atividade produtiva, e sim ia à financeira da esquina que não estava sujeita a taxa de juros máxima legal e o recolocava a duas, três vezes mais. Aí estava a especulação financeira, e como os recursos financeiros e de poupança do país estavam sendo mal canalizados. Hoje em dia com taxas de juro livres isso não pode acontecer porque o tomador de empréstimo de um banco a uma taxa livre não encontra outra financeira ou banco onde possa recolocar a duas, três vezes mais porque há um nível mais ou menos médio; [...] essa financeira ou banco recoloca imediatamente. A quem? A um tomador

a juros livres que não pode colocá-lo em uma atividade especulativa, e sim tem que colocá-lo em uma atividade produtiva, que tenha capacidade de produzir a um nível de rentabilidade maior que o primeiro que vendeu [...] globalmente, o país ganha em dobro em produtividade [...] esse dinheiro que colocou em uma financeira ou em um banco através da intermediação financeira chegou a um senhor que pode investi-lo em uma atividade produtiva a uma rentabilidade melhor que o primeiro senhor (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016p, p.482, tradução nossa).

No discurso final do ministro à frente da pasta da Economia, expressando um tom mais duro em relação ao modelo de desenvolvimento econômico pensado para a economia argentina, disse:

Em matéria agropecuária, o programa de 2 de abril continha uma mudança fundamental de princípios. Havia aqui uma decisão política superior. Durante quase meio século, de 1930 a 1975, o setor agropecuário quase constantemente, com exceção de alguns períodos de exceção, havia vindo subsidiando outros setores, como a indústria e o consumo, através de uma grande diversidade de meios [...] (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016i, p.956, tradução nossa).

Visto de maneira geral as intenções de Martínez de Hoz, que apresentava o modelo de desenvolvimento exportador com um enfoque industrial diferente do Chile no início do governo e ao final, a partir do fim de 1978 com tons mais radicais em relação ao papel da indústria e dos setores produtivos, passamos agora aos impactos concretos na distribuição de renda dos setores empresariais. Assim, em seguida sugerimos que os sinais externalizados, ora ressaltando a importância da indústria, ora adotando uma postura radical se fez presente nos impactos sobre o setor industrial, mas de forma mais acentuada depois de 1978 com a estratégia de combate à inflação assentada na taxa de câmbio.

Tabela 12- Taxas de crescimento do PIB por classe de atividade econômica na Argentina (%) – 1976-1982.

Classe de atividade econômica	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Agricultura	4,7	2,5	2,8	2,8	-5,5	3,0	5,7
Mineração	2,4	8,5	1,9	6,3	5,8	-1,3	-2,9
Indústrias manufatureiras	-3,0	7,8	-10,5	10,0	-3,6	-2,0	-2,7
Eletricidade, gás e água	3,7	4,6	3,3	10,7	7,8	1,1	4,9
Construção	14,9	12,2	-4,8	-0,5	1,1	-12,2	-9,6
Comércio	-3,4	8,0	-6,2	13,5	8,6	-8,8	-8,1
TAC	-0,6	5,3	-2,2	7,4	0,7	-5,8	2,1
Estabelecimentos financeiros	-4,2	13,8	6,7	8,0	12,3	6,3	-2,8
Serviços comunais e pessoais	0,3	0,8	0,9	2,0	2,0	0,5	0,7

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da CEPAL. *América Latina y el Caribe: series históricas de estadísticas económicas 1950-2008*. Cuadernos Estadísticos n° 37.

Notas: Dados calculados a partir de dólares constantes de 1980.

Agricultura – agricultura caça e silvicultura

Comércio – comércio, restaurantes e hotéis.

TAC – transporte, armazenamentos e comunicações.

Estabelecimentos financeiros - Estabelecimentos financeiros, seguros, imóveis e serviços prestados a empresas.

Podemos observar na tabela 12 que, assim como no Chile, com as medidas iniciais graduais e pragmáticas da política econômica entre 1976 e 1977, e dentre elas a desvalorização cambial, que os setores primários exportadores tenderam a crescer relativamente. A partir de cálculos realizados a partir da tabela 12, a agricultura e a mineração cresceram em média entre 1976 e 1977, respectivamente, cerca de 3,6% e 5,5%. Por sua vez, a indústria cresceu em média 2,4%. O setor financeiro desde o início também respondeu bem, com uma taxa média de crescimento de 4,8% nesses dois anos iniciais. Mas, dentre esses setores, apenas a agricultura e a mineração tiveram taxas de crescimento positivas nos dois anos. Embora na média os outros setores tenham tido uma taxa positiva, o setor industrial e o setor financeiro no primeiro ano retraíram respectivamente 3% e 4,2%.

Como já enfatizamos anteriormente, os anos posteriores a 1977 marcam uma busca de Martínez de Hoz em ganhar autonomia na implementação da política econômica, com a reforma financeira e a

política monetária restritiva em 1977, e a partir de 1978 com a *tablita* e a abertura comercial. A liberalização da taxa de juros em 1977, que se tornou positiva, em termos marcava uma alteração importante em relação ao modelo industrializante após 1946. Isso foi propiciado pela reforma financeira e as altas taxas de juros para sustentar a *tablita* até o final da década. O setor financeiro, que já havia crescido abruptamente 13,8 % em 1977, cresceu em média e 8,3% entre 1978 e 1981. A reforma financeira e a política de estabilização com a taxa de câmbio assumindo papel fundamental contribuiu para um grande movimento de especulação financeira, o que favoreceu os interesses do setor financeiro nacional e internacional; esta análise está em consonância com a presente na literatura (BELINI, 2017; CANITROT, 1980; MARTINS, 2017; TEICHMAN, 2001; TORRE; RIZ, 202). Por outro lado, o setor industrial tendeu a ter um comportamento oscilante, com uma grande retração de 10,5% em 1978, acompanhada de um crescimento de 10% em 1979. A partir de 1979 sofreu uma retração média anual de 6% e no acumulado 18% até 1982. Já a valorização real da taxa de câmbio parece ter contribuído para um crescimento baixo tanto da agricultura quanto da mineração, que cresceram entre 1978 e 1982 em média 1,8% e 2%, respectivamente²³.

Conforme enfatiza Belini (2017)

[...] quando se pôs em marcha o programa de dezembro de 1978, o contexto macroeconômico se tornou totalmente hostil para os setores produtivos, e em especial para o setor industrial [...] o programa econômico combinou um forte atraso cambial e a abertura da economia à concorrência dos produtos importados, em um contexto de altas taxas de juros, tudo o que penalizava o investimento no setor industrial e favorecia a especulação financeira (BELINI, 2017, p.376, tradução nossa).

²³ Uma análise profunda e detalhada dos impactos sobre o setor industrial pode ser encontrada em Katz e Kosacoff (1989).

Tabela 13- Participações por classe de atividade econômica na Argentina (% PIB) – 1976-1982

Classe de atividade econômica	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Agricultura	5,7	5,5	5,9	5,7	5,3	5,7	6,3
Mineração	2,4	2,4	2,5	2,5	2,6	2,7	2,8
Indústrias manufatureiras	31,6	32,1	29,7	30,5	28,9	26,9	27,1
Eletricidade, gás e água	2,3	2,2	2,4	2,5	2,6	2,8	3,0
Construção	8,2	8,7	8,5	7,9	7,9	7,3	6,8
Comércio	14,1	14,4	13,9	14,7	15,8	15,2	14,5
TAC	5,3	5,2	5,3	5,3	5,3	5,2	5,5
Estabelecimentos financeiros	10,0	10,7	11,8	11,9	13,2	14,8	14,8
Serviços comunais e pessoais	19,5	18,4	19,2	18,3	18,4	19,6	20,4

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da CEPAL. *América Latina y el Caribe: series históricas de estadísticas económicas 1950-2008*. Cuadernos Estadísticos n° 37.

Notas: Dados calculados a partir de dólares constantes de 1980.

Agricultura – agricultura caça e silvicultura

Comércio – comércio, restaurantes e hotéis.

TAC – transporte, armazenamentos e comunicações.

Estabelecimentos financeiros - Estabelecimentos financeiros, seguros, imóveis e serviços prestados a empresas.

Assim como fizemos no caso chileno, a partir de uma análise da trajetória de mudanças das participações setoriais pode se tornar mais inteligíveis os movimentos de distribuição de renda ao longo da experiência de política econômica argentina. Podemos sugerir o favorecimento dos interesses do setor financeiro em detrimento do industrial. Pelos dados da tabela 13 pode-se notar um leve crescimento da participação da agricultura no PIB de 5,7% em 1976 para 5,9% em 1978. Esse também foi o caso da mineração, que aumentou em apenas 0,1 pontos percentuais de 2,4% do PIB para 2,5% no mesmo período.

Este crescimento da participação da agricultura e da mineração já não era significativo, e quando Martínez de Hoz introduziu a *tablita* e a abertura comercial, a participação dos setores tendeu à queda ou a se estabilizar. No caso da agricultura, a partir de 1978 a participação reduziu gradualmente e chegou em 1980 no nível de 5,3%. Após o fim da *tablita*, a participação da agricultura no PIB saltou para 5,7% (mesmo nível de 1976) e depois para 6,3% em 1982. No caso da mineração, sua participação

aumentou levemente até 1982, quando alcançou 2,8% do PIB, apenas 0,4 pontos percentuais superiores ao nível que se encontrava no início do período. Esses dados sugerem que esses setores não foram os grandes beneficiados. Na verdade, o grande beneficiado parece ter sido mesmo o setor financeiro, que após aumentar sua participação razoavelmente de 10% do PIB em 1976 para 11,9% em 1978, a partir da *tablita*, e do processo de endividamento externo no contexto de elevadas taxas de juros, aumentou progressivamente sua participação, alcançando em 1982 14,8% do PIB. Contrariamente, o setor das indústrias manufatureiras reduziu sua participação de 31,6% do PIB em 1976 para 29,7% em 1978, a partir de quando a redução da participação do PIB se acelerou, chegando a 27,1% em 1982.

Sumarizando, ao contrário do Chile, a formulação no plano de intenções da mudança de estratégia de desenvolvimento para a economia argentina — embora se inclinasse para um mesmo sentido de privilégio da agricultura e da mineração — era um tanto mais pragmática em relação ao papel da indústria e na relação com os setores produtivos. Admitia-se em certos momentos como importante a presença e o desenvolvimento industrial associado com um tom disciplinador, mas na forma de diálogo com os setores produtivos, principalmente entre 1976 e 1978, e já em outros, Martínez de Hoz expressava rupturas mais drásticas e de afastamento dos setores produtivos por meio de críticas mais abertas, com notoriedade para o período posterior a 1978. Isso nos sugere uma menor blindagem social do regime militar argentino em relação ao chileno. Esta periodização, que em seções anteriores demarcamos em relação a outros temas — investimento público e privatizações — como sintoma da atuação pragmática do ministro na pasta da Economia, e condizente com os conflitos que Martínez de Hoz precisou enfrentar com os militares, principalmente até 1978, e sua tentativa de ganhar autonomia posteriormente

com a *tablita* e reformas de longo prazo. No que toca a distribuição dos impactos sobre os grupos sociais, as políticas econômicas tenderam a favorecer o setor financeiro, principalmente no fim do período a partir do período da *tablita*, em detrimento do industrial e dos trabalhadores. É importante assinalar ainda que os grandes beneficiados em potencial segundo os programas econômicos de Chile e Argentina, que seriam a agricultura e a mineração, tiveram favorecimento limitado ao início do período, mas que após o início da aplicação do enfoque monetário do balanço de pagamentos viram seus interesses não mais atendidos e sofreram os impactos da valorização real da taxa de câmbio.

Considerações finais

A trajetória percorrida até aqui teve como principal objetivo comparar as políticas econômica das ditaduras militares do Chile e da Argentina de um ângulo que foca nos condicionantes políticos e os conflitos para a elaboração e implementação das políticas econômicas por parte dos economistas e dos profissionais inseridos nos processos decisórios. Visou-se preencher uma lacuna na bibliografia dada a não existência de trabalhos para os casos do Chile e da Argentina que compare as políticas econômicas dos regimes militares a partir de um enfoque que preze pela integração de elementos advindos dos condicionantes políticos e a participação, atuação e conflitos dos economistas na definição das políticas econômicas.

A principal conclusão mais geral do trabalho é que as equipes econômicas não eram monolíticas e tinham em seu seio intensos conflitos entre economistas e profissionais que dirigiam a economia. Em outras palavras, as políticas econômicas desses casos, a aplicação rígida do monetarismo chileno e o pragmatismo argentino foram resultado de um processo de construção, que responde a uma série de fatores que se desenvolveram de forma específica em cada caso. Dentre esses condicionantes sugerimos, por exemplo, as características da formação educacional e a atuação dos economistas nos cargos estatais, a relação e os conflitos entre militares e economistas, e entre empresários e economistas/profissionais, as próprias disputas por projetos alternativos de políticas econômicas entre os economistas e suas vinculações com estratégias políticas e institucionais interna e externamente ao governo, em busca de influência e legitimidade para a aplicação da política econômica, e ainda o meio social e a trajetória institucional pelos quais os economistas inseridos nos conflitos pertenciam.

O sistema universitário no Chile gozava de uma maior estabilidade universitária, facilitada pelos grandes investimentos em educação e o impulso da modernização da economia proporcionado pela CEPAL, o que permitiu razoável estabilidade para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos economistas. Desta forma, o processo de “americanização” fomentado pelas instituições norte-americanas com foco na economia encontrou um ambiente universitário consolidado no Chile, com relativa consolidação da profissão de economista em separação aos outros profissionais. Além de encontrar um ambiente fértil e consolidado, foi centralizada principalmente em uma universidade, através do convênio firmado entre a Universidade de Chicago e Universidade Católica do Chile.

A característica de um processo mais “direto” e centralizado no Chile levou os jovens economistas à Universidade de Chicago, de onde através da vivência interna do grupo conseguiram alto nível de coesão interna em torno dos princípios monetaristas. Todavia, a coesão não era absoluta, havia dissidências de alguns membros relacionados à Universidade do Chile, como Andrés Sanfuentes, Juan Villarzú e Carlos Massad, que não concordaram com as medidas mais radicais apoiadas pelos seus pares no âmbito no *Programa de Recuperación Económica*, alinhando-se a propostas mais gradualistas como as de Raúl Sáez. De todo modo, a centralização e a coesão não atravessaram apenas a formação dos economistas em Chicago, pois quando retornaram ao Chile, a maioria dos membros do grupo se tornaram professores na Universidade Católica e estabeleceram contatos com outros agentes sociais, que envolveu, por exemplo, a própria criação do centro de pesquisa CESEC, local em que se deu a elaboração do *El Ladrillo* através de reuniões ao longo de anos. A atuação educacional dos *Chicago Boys* na Universidade Católica tornou a universidade mais fortalecida, rivalizando com a Universidade do Chile.

Em relação à participação dos economistas no Estado, no Chile, os economistas ainda não eram hegemônicos nos principais cargos decisórios. Os *Chicago Boys* foram agentes sociais ativos na conquista dos economistas aos cargos mais poderosos no país, e na ditadura militar argentina esse processo também avançaria, mas de maneira ainda lenta e difusa. No Chile, os *Chicago Boys* puderam entrar no governo através de relações muito específicas com grupos sociais, como a Marinha, antes do golpe. Dentro do governo, realizaram várias estratégias políticas e institucionais, se apropriando dos espaços do Estado para conduzir a economia à visão monetarista, cooptando ou deslocando outros economistas e profissionais.

Ao contrário de parte da bibliografia que tende a naturalizar a aplicação rígida das políticas econômicas no Chile em função de uma maior aceitação das Forças Armadas chilenas em relação às políticas liberais — o que não teria ocorrido tão marcadamente na Argentina —, procuramos sugerir que em ambos os casos havia conflitos entre frações de militares e economistas. Argumentamos que, embora seja verdade que as disputas parecem ser mais intensas na Argentina do que no Chile, a principal diferença entre os casos, neste aspecto, foi que os *Chicago Boys* contaram com um maior apoio de Pinochet, que mediou conflitos em favor dos economistas formados em Chicago, não só entre economistas e profissionais civis, mas também dentre as oposições nas próprias Forças Armadas, como por exemplo dos diversos militares agrupados em torno do Comandante da Força Aérea na Junta Militar Gustavo Leigh. Mas também não é o caso de automatizar ou superestimar em termos deterministas a relação entre Pinochet e a autonomia dos *Chicago Boys*. Essa relação forte e decisiva foi conquistada ao longo do tempo, mas em alguns momentos mostrou limites, por exemplo, no debate em torno da reforma da previdência chilena com José Piñera e na crise financeira no início da década de

1980, referente ao episódio da polêmica em torno da valorização da taxa de câmbio como estratégia anti-inflacionária, que resultou na saída de Sérgio de Castro do governo.

Desta forma, os *Chicago Boys* tiveram maior capacidade de enfrentar as resistências de militares. De outro lado, isso possibilitou maior força do grupo para superar outros profissionais e economistas civis, e projetos alternativos de política econômica encabeçados por estes. Os *Chicago Boys*, inicialmente entre 1973-1975, eram mais um grupo dentre tantos no interior do governo, que disputavam o direcionamento das políticas econômicas a serem implementadas. O grande marco divisório da hegemonia dos *Chicago Boys* no governo foi a aprovação do *Programa de Recuperación Económica* em 1975, que opôs profissionais e economistas mais gradualistas, representados pelo engenheiro Raúl Sáez, e economistas que buscavam um tratamento de choque na inflação e uma radical transformação da sociedade, que eram representados na figura de Jorge Cauas e dos *Chicago Boys*. Essa inflexão foi precedida no período 1973-1975 por uma série de movimentações institucionais dos economistas formados em Chicago no interior do governo em busca de influência, por exemplo, em relação ao Ministro da Fazenda Contra-almirante Lorenzo Gotuzzo, ao Ministro da Economia Fernando Léniz e, por fim, ao Ministro da Fazenda Jorge Cauas. Decisivo também foi o acesso à ODEPLAN, onde se formou uma aliança importante com o *gremialismo*.

A dimensão institucional da tomada de decisões se mostrou importante, pois se aumentou o poder da ODEPLAN em detrimento da CORFO, uma instituição sumariamente ligada ao passado intervencionista do país. A importância dos cargos decisórios pode ser atestada ainda pelo aumento do poder do Ministério da Fazenda quando se deu a aprovação do programa econômico em 1975 em detrimento do cargo ocupado por Raúl Sáez, o Ministério da Coordenação Econômica e Desenvolvimento. A

influência dos *Chicago Boys* no governo foi legitimada ainda, externamente ao governo, pela presença de Milton Fridman no país, onde, a convite dos *Chicago Boys* para um seminário, declarou total repúdio a medidas gradualistas. Assim, a partir dessas estratégias, os *Chicago Boys* estenderam sua influência sob os cargos estatais em detrimentos de projetos alternativos, ganhando maior autonomia para a elaboração e implementação das políticas econômicas de forma abrupta. Mas a própria implementação do modelo econômico defendido pelos *Chicago Boys* e seus resultados no contexto da crise econômica e financeira do início da década de 1980 colocaram reticências na autonomia dos economistas.

No caso argentino, o sistema universitário se encontrava fracamente desorganizado e desarticulado na década de 1960 porque as universidades não tiveram autonomia para se desenvolver plenamente como no Chile por estarem altamente politizadas e em contexto de intervenções de diferentes governos. Neste sentido, o desenvolvimento da economia como disciplina específica era relativamente atrasado em relação ao caso chileno. Ademais, além de encontrar um ambiente intelectual instável, as iniciativas encontraram resistências nas universidades públicas devido à persistência do pensamento cepalino no país, influenciado por Raúl Prebisch. Neste contexto, foram iniciados vários convênios no chamado processo de “americanização da economia”. Assim, ao contrário do Chile, o processo de americanização se deu de maneira “descentralizada” e mais difusa. Sugerimos que, como os estudantes contemplados pelos recursos não eram da mesma universidade, tampouco foram estudar em uma única instituição no exterior, isso pode ter contribuído para uma menor coesão interna desses novos economistas.

Outra especificidade institucional dos convênios no caso argentino é que o “vazio” deixado pelas universidades (principalmente as públicas) foi preenchido por vários centros de pesquisa privados. Porém, mais que

preocupado apenas com a produção do “conhecimento científico”, eles eram instrumentos de estratégias políticas por parte de empresários locais na luta corporativa e para a influência no debate público. Esses centros de pesquisa privados formaram um arranjo institucional para receber os recursos disponíveis para o processo de “profissionalização” da ciência econômica na Argentina. Essa característica “descentralizada” e sob influência empresarial foi uma especificidade da formação e atuação dos novos economistas a partir da década de 1960. O detalhe da participação dos empresários na formação dos economistas é importante, porque aqueles economistas formados no exterior (em algum grau associados com o paradigma monetarista em ascensão) tinham que lidar na Argentina com uma realidade institucional, que envolvia as necessidades dos empresários nos centros de pesquisa.

Por trás da especificidade argentina, se quer enfatizar dois aspectos: os economistas se tornaram mais autônomos ao longo do tempo ao explorar outros espaços sociais, como cargos no governo, e esses economistas formados no exterior (liberais tecnocratas) não eram os únicos representantes possíveis dos interesses empresariais argentinos ou pelas associações de classe, havia também os liberais tradicionais. Isto ajuda a explicar porque o cargo de Ministério da Economia foi entregue não a um economista “liberal tecnocrata”, mas sim a um “economista”, com formação em advocacia, mais ligado ao grupo dos “liberais tradicionais”, Martínez de Hoz. Nesse sentido, ainda que o processo de alcance dos economistas aos cargos do governo argentino fosse similar ao do Chile até a década de 1970, ao contrário dos *Chicago Boys*, que expandiram sua influência nos cargos mais ligados à política econômica, inclusive em outros tradicionais como o Ministério do Trabalho, na ditadura militar argentina o processo também avançaria, todavia de maneira ainda lenta e esparsa. O Banco Central seria entregue pela primeira vez a um economista

formado no exterior, com Adolfo Diz, mas a principal pasta, o Ministério da Economia, continuaria ainda com um advogado, Martínez de Hoz, que detinha grande prestígio internacional e com as entidades patronais.

Por sua vez, na Argentina, a moldagem institucional denominada de *poder tripartito*, usada na Junta Militar, nos ministérios e em outros órgãos, favoreceu a proliferação de conflitos entre diferentes frações dos militares e uma permanente disputa política. Toda essa situação gerava um poder muito fragmentado da Junta Militar, e os militares conseguiram se interpor em várias ocasiões em relação as propostas de Martínez de Hoz. O ministro teve uma autonomia limitada pelas incessantes disputas políticas com os militares. Martínez de Hoz enfrentou e se movimentou institucionalmente para tentar contornar um campo hostil em relação aos militares, aos liberais tradicionais e na gestão política do interior do seu próprio gabinete, marcada por divisões em torno dos liberais tradicionais e dos liberais tecnocratas. Além de todas as restrições políticas, o próprio Martínez de Hoz era um profissional pragmático com habilidade política, que pôde realizar uma política econômica eclética, com gradualismo e heterodoxia, em certos momentos se adaptando às conjunturais politicamente difíceis, e em outros momentos implementando reformas mais radicais que visavam a alteração estrutural da sociedade e o combate a inflação de forma mais radical.

Essas considerações anteriores remetem ainda a duas questões da relação entre técnica e política. Argumentamos que os economistas não ficaram em seus gabinetes preocupados essencialmente com a tomada de decisões de acordo com critérios pretensamente técnicos. Na verdade, havia movimentações em busca do processo decisório, para imprimir a ele uma determinada orientação. Assim, por exemplo, como ocorreu também com os *Chicago Boys*, no caso da Argentina, Martínez de Hoz também compartilhava do mesmo senso de dirigente político, tentando se

movimentar nas arenas institucionais do Estado recheadas de vetos e iniciativas contrárias dos militares. Porém, seus feitos em relação às movimentações foram díspares em relação ao caso chileno. Além dos conflitos com os militares, que requeria adaptações, também geria o debate realizado no âmbito dos seus meios sociais fora do governo com representantes do liberalismo tradicional. Por fim, o ministro ainda tinha que filtrar as medidas de acordo com seus objetivos e as restrições políticas, levando em consideração ainda as diferentes visões de economistas no interior da equipe econômica que liderava, na qual Martínez de Hoz mediava conflitos e solucionava impasses em consonância com a orientação conjuntural ou de longo prazo que queria imprimir na política econômica.

A outra questão é a ligação entre a execução da política econômica e os interesses econômicos. De maneira geral, entendemos que, apesar da neutralidade proferida nos discursos econômicos, nas duas experiências, a distribuição dos impactos socioeconômicos, medida pela distribuição de renda, favoreceu o setor financeiro em detrimento do setor industrial e dos trabalhadores. E que os setores tradicionalmente exportadores, a agricultura e a mineração, não foram os grandes beneficiados. Além disso, que o processo de transferência de renda do setor industrial para o setor financeiro foi mais intenso no Chile do que na Argentina devido aos diferentes níveis de blindagem social dos regimes militares.

Se com este trabalho tentou-se contribuir para uma lacuna na literatura, o processo de pesquisa pôde evidenciar novas, o que pode ser sugerido para futuras pesquisas. A primeira delas é que não há estudos que focalizam especialmente as divisões de pensamento econômico e atuação prática dos economistas agrupados pelo rótulo de *Chicago Boys* na ditadura. Em segundo lugar, há poucos trabalhos monográficos que estudam os próprios economistas, que formaram o gabinete de Martínez de Hoz individualmente, bem como é escasso os trabalhos que os tomem

como grupo, identificando seus conflitos. Em terceiro lugar, outro trabalho que pode contribuir para suprimir uma lacuna na literatura refere-se a atuação da CEPAL enquanto instituição frente a ascensão desses economistas monetaristas nas ditaduras do Chile e na Argentina. Dito de outro modo, como a CEPAL recebeu e absorveu a influência monetarista e quais estratégias foram usadas para a defesa intelectual dos princípios estruturalistas nos diversos meios sociais. Por último, outros trabalhos comparativos podem ser realizados contrastando os conflitos entre os economistas e profissionais no Chile e na Argentina com outros países, por exemplo com algum dos que tiveram uma experiência desenvolvimentista, como o Brasil, ou também com outro país de experiência monetarista, como o Uruguai.

Fontes primárias

ARGENTINA. Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas. **Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981**: Tomo I. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016. p. 11-162.

BANCO CENTRAL DE CHILE. **Indicadores económicos y sociales de Chile**: 1960-2000. Santiago: Departamento Publicaciones de la Gerencia de Investigación Económica, 2001.

BANCO CENTRAL DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. **Memoria anual**. Buenos Aires: Banco Central de la República Argentina, 1976 e 1983.

BARAONA, P. A. Compromiso de erradicar la extrema pobreza. Ministro Baraona ante alumnos de la U. Católica: El Mercurio, 14 de abril de 1977. In: DIPRES. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos**. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978a.

BARAONA, P. A. Economía y Nueva Institucionalidad: Pablo Baraona Urzúa Ministro de Economía. In: DIPRES. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos**. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978b.

BERNEDO, P.; CAMUS, P.; COUYOUMDJIAN, R. **200 años del Ministerio de Hacienda de la República de Chile**: 1814-2014. [S. l.]: Ministerio de la República de Chile, 2014.

BÜCHI, H. B. **La transformación económica de Chile**: del estatismo a la libertad económica. Santiago: Grupo Editorial Norma, 1993.

CASTRO, S. de. **De Castro enfrenta las críticas**. Santiago de Chile, 10-12 maio 1975.

CASTRO, S. de. **El ladrillo**: bases de la política económica del Gobierno Militar Chileno. Santiago de Chile: Centro de Estudios Públicos, 1992.

- CASTRO, S. de. Exposición sobre el Estado de la Hacienda Pública: jan. 1978. In: DIPRES. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos.** Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978a.
- CASTRO, S. de. **Exposición sobre el Estado de la Hacienda Pública.** Santiago: Ministerio de Hacienda, 1980.
- CASTRO, S. de. **Exposición sobre el Estado de la Hacienda Pública.** Santiago: Ministerio de Hacienda, 1981.
- CASTRO, S. de. Inflación se Detendrá con o sin ayuda: las ultimas noticias, 8 de mayo de 1975. In: DIPRES. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos.** Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978b.
- CASTRO, S. de. Ministro de Economía: Nuestro Objetivo es la Transformación Económica: la patria, 1° de julio de 1975. In: DIPRES. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos.** Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978c.
- CAUAS, J. El Programa de Recuperación Económica del Gobierno: 24 abr. 1975. In: DIPRES. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos.** Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978a.
- CAUAS, J. Exposición del Ministro da Hacienda, Sr Jorge Cauas: 29 jun. 1976. In: DIPRES. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos.** Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978b.
- CAUAS, J. Exposición sobre el Estado de la Hacienda Pública: Presentada por el Ministro de Hacienda Sr. Jorge Cauas L. octubre de 1974. In: DIPRES. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos.** Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978c.
- CAUAS, J. Exposición sobre el Estado de la Hacienda Pública: out. 1975. In: DIPRES. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos.** Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978d.

CAUAS, J. Exposición Ministro de Hacienda: el avance del programa de recuperación económica: 23 jul. 1975. In: DIPRES. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos**. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978e.

CAUAS, J. Instrucciones para la reducción del gasto público: 2 maio 1975. In: DIPRES. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos**. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978g.

CHILE. Ministerio de Salud. Biblioteca Ministerio de Salud Dr. Bogoslav Juricic Turina. **Biografía Carlos Massad Abud**. 2011. Disponible em: <http://www.biblioteca.minsal.cl/wp/wp-content/uploads/2011/09/Biografia-Carlos-Massad-Abud.pdf>. Acceso em: 09 ago. 2019.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **América Latina y el Caribe**: series históricas de estadísticas económicas 1950-2008. Santiago de Chile: CEPAL, 2009.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **Anuário Estatístico da América Latina e do Caribe**. Santiago de Chile: CEPAL, entre 1975 e 1990.

EL LEGADO de Fernando Léniz. **Revista Capital**, 4 oct. 2013. Disponible em: <https://www.capital.cl/el-legado-de-fernando-leniz/>. Acceso em : 21 jun. 2019.

FUENTES, C.; VALDEAVELLANO, R. **Chicago Boys**. Santiago: La Ventana Cine, 2015.

FRIEDMAN, M. **Bases para un desarrollo económico**. Santiago: Fundación de Estudios Económicos, 1975.

GOTUZZO, L. Exposición sobre el Estado de la Hacienda Pública: presentada por el Ministro de Hacienda, Contralmirante don Lorenzo Gotuzzo B.: Oailubre de 1973. In: DIPRES. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos**. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978a.

GOTUZZO, L. El Presupuesto Fiscal de 1974: 31 dez. 1973. In: DIPRES. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos**. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978b.

GOTUZZO, L. Tenemos un Camino muy Difícil que Recorrer: Canal 13, 12 out. 1973. In: DIPRES. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos**. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978c.

GOTUZZO, L. Tres años para terminar con la protección aduanera: 7 jan. 1974. In: DIPRES. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos**. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978d.

GRIMOLDI, S. A. Continuando la Cobertura: Grimoldi hizo todo bien, inclusive para su acción. **Burkenroad Reports Latin America**, Universidad de Belgrano, 2011. Disponible em: <[https://www.latinburkenroad.com/docs/BRLA%20Grimoldi%20\(201104%20Spanish\).pdf](https://www.latinburkenroad.com/docs/BRLA%20Grimoldi%20(201104%20Spanish).pdf)>. Acceso em: 5 ago. 2019.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Annual Report**. Washington DC: IMF, entre 1973-1982.

LA SEGUNDA ONLINE. A los 86 años, falleció esta tarde el empresario Fernando Léniz. **La Segunda Online**, 25 set. 2013. Disponible em: <http://www.lasegunda.com/Noticias/Nacional/2013/09/881135/A-los-85-anos-fallecio-esta-tarde-el-empresario-Fernando-Leniz>. Acceso em: 21 jun. 2019.

LÉNIZ, F. Nos demoramos seis años para tener un desarrollo sostenido: la tercera, 12 nov. 1974. In: DIPRES. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos**. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978a.

LÉNIZ, F. Sacrificios de Hoy Son el Bienestar de Mañana: la patria, 8 ago. 1974. In: DIPRES. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos**. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978b.

- LÉNIZ, F.; CASTRO, S. de. Entrevista al Ministro da Economía Fernando Léniz: la tercera, 14 jul. 1974. In: DIPRES. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos**. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978.
- LÉNIZ, F. Grupos Organizados Minoritarios Resisten Política Económica: El Mercurio, 1 ago. 1974. In: DIPRES. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos**. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978.
- LÉNIZ, F.; GOTUZZO, L. Exposición de los Ministros de Economía y Hacienda: 13 jun. 1974. In: DIPRES. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos**. Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978. p. 65-86.
- LOS HOMBRES de las privatizaciones. **Revista Punto Final**, 2 marzo 2001. Disponible em: <http://www.puntofina.cl/010302/nactxt.html>. Acceso em: 14 jun. 2019.
- MARSHALL, J.; SCHMIDT-HEBBEL, K. Chile: Fiscal adjustment and successful performance. In: EASTERLY, W.; SCHMIDT-HEBBEL, K. **Public Fiscal Deficits and Macroeconomic Performance**. Oxford: Oxford University Press, 1994. p. 167-225.
- MARTINEZ DE HOZ, J. A. **Bases para una Argentina Moderna 1976-80**. Buenos Aires: Compañía Impresora Argentina, 1981a. Disponible em: http://www.martinezdehoz.com/words/Bases_para_una_Argentina_Moderna.pdf. Acceso em: 15 out. 2017a.
- MARTINEZ DE HOZ, J. A. **Quince años después**. Buenos Aires: Eméce Editores, 1991. Disponible em: http://www.martinezdehoz.com/words/15_a%C3%B1os_despues.pdf. Acceso em: 15 out. 2018.
- MARTINEZ DE HOZ, J. A. **Biography** [de José Alfredo Martínez de Hoz]. 2019. Disponible em: <http://www.martinezdehoz.com/en/biografia.php#cargospublicos>. Acceso em: 25 jun. 2019.
- MARTINEZ DE HOZ, J. A. Discurso en al acto Aniversario de la Bolsa de Comercio de Buenos Aires sobre el programa de inversión pública a mediano plazo: 11 ago. 1978. In: MINISTERIO DE HACIENDA Y FINANZAS PÚBLICAS. **Memoria Ministerio de**

Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016a. p. 349-355.

MARTINEZ DE HOZ, J. A. Discurso en al acto de clausura del VII Congreso Cooperativo Agrario: 8 set. 1978. In: MINISTERIO DE HACIENDA Y FINANZAS PÚBLICAS. **Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016b. p. 356-371.

MARTINEZ DE HOZ, J. A. Discurso en la Bolsa de Comercio de Buenos Aires: 28 jul. 1976. In: MINISTERIO DE HACIENDA Y FINANZAS PÚBLICAS. **Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016c. p. 42-47.

MARTINEZ DE HOZ, J. A. Discurso pronunciado en la Camera Argentina de Comercio sobre la función subsidiaria del Estado, la descentralización y la apertura de la economía: 21 nov. 1979. In: ARGENTINA. Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas. **Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016d. p. 612-619.

MARTINEZ DE HOZ, J. A. Declaraciones formuladas en un programa periodístico sobre la Inflación: 27 out. 1978. In: ARGENTINA. Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas. **Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016e. p. 413-415.

MARTINEZ DE HOZ, J. A. Entrevista radical efectuada como referencia a la pauta cambiaria: 16 jun. 1980. In: ARGENTINA. Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas. **Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016f. p. 699-700.

MARTÍNEZ DE HOZ, J.A. José Alfredo Martínez de Hoz. In: DI TELLA, G.; BRAUN, C. **Argentina, 1946-83: The economic ministers speak.** Springer, 1990.

MARTINEZ DE HOZ, J. A. Mensaje a los empresarios industriales con motivo del “Día de la Industria”: 2 set. 1976. In: ARGENTINA. Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas. **Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016g. p. 63.

MARTINEZ DE HOZ, J. A. Mensaje a todo país por radiotelefonía y televisión anunciando medidas de ajuste al Programa Económico: 11 maio 1978. In: ARGENTINA. Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas. **Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016h. p. 290-297.

MARTINEZ DE HOZ, J. A. Mensaje a todo el país por radiotelefonía y televisión, anunciando medidas de profundización y ajuste del plan económico: 20 dez. 1978. In: ARGENTINA. Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas. **Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016i. p. 442-541.

MARTINEZ DE HOZ, J. A. Mensaje por la cadena nacional de radiotelefonía y televisión a todo el país desde la provincia de Córdoba, sobre lo realizado en 6 meses de gobierno: 29 set. 1976. In: ARGENTINA. Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas. **Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016j. p. 75-84.

MARTINEZ DE HOZ, J. A. Mensaje por la cadena nacional de radiotelefonía y televisión, convocando al esfuerzo solidario de todos los argentinos: 8 mar. 1977. In: ARGENTINA. Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas. **Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016k. p. 127-136.

MARTINEZ DE HOZ, J. A. Mensaje a todo país por radiotelefonía y televisión, sobre le ejecución del programa económico en 1976 y las perspectivas para 1977: 23 dez. 1976. In: ARGENTINA. Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas. **Memoria Ministerio**

de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016l. p. 109-114.

MARTINEZ DE HOZ, J. A. Palabras pronunciadas por el Sr Ministro de Economía, Dr. José A. Martínez de Hoz, en el mensaje dirigido al país al finalizar su gestión de cinco años al frente de la cartera a su cargo: 12 mar. 1981. In: ARGENTINA. Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas. **Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016m. p. 951-964.

MARTINEZ DE HOZ, J. A. Política Agropecuaria Argentina: 27 jun. 1976. In: ARGENTINA. Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas. **Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016n. p. 28-30.

MARTINEZ DE HOZ, J. A. Política de Precios: 12 abr. 1976. In: ARGENTINA. Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas. **Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016o. p. 16-18.

MARTINEZ DE HOZ, J. A. Programa de recuperación, saneamiento y expansión de la economía argentina. In: PALACIO DEHEZA, C. *El plan Martínez de Hoz y la economía argentina.* Buenos Aires: Corregidor, 1981b. p. 346-384.

MARTINEZ DE HOZ, J. A. Reportaje efectuado en el programa “Análisis a fondo”, canal 9, sobre política cambiaria y otros temas de actualidad: 20 mar. 1979. In: ARGENTINA. Ministerio de Hacienda y Finanzas Públicas. **Memoria Ministerio de Economía 29 de marzo de 1976/29 de marzo de 1981.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Documentación e Información, 2016p. p. 475-478.

MARTINS, C. G. S. Liberalismo na Argentina: o impacto das reformas do setor financeiro realizadas durante a ditadura de 1976. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 12.; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DAS EMPRESAS, 13., Niterói, 2017. **Anais [...].** Niteroi: ABPHE, 2017.

- MENDEZ, J. C. Facultades Especiales a Ministro de Hacienda: 13 abril 1975. In: DIPRES. **Somos realmente independientes gracias al esfuerzo de todos los chilenos.** Santiago: Ministerio de Hacienda, 1978.
- MENSAJE. 40 años de la CORFO. Entrevistado: Raúl Sáez. **Revista Mensaje**, Santiago, v. 28, n. 278, p. 241-245. 12 abr. 1979a. Disponible em: http://repositorio.uahurtado.cl/static/pages/docs/1979/n279_309.pdf. Acceso em: 2 jul. 2019
- MENSAJE. Evaluación de la CORFO. Entrevistado: Raúl Sáez. **Revista Mensaje**, Santiago, v. 28, n. 279, p. 309-311, jun. 1979b. Disponible em: http://repositorio.uahurtado.cl/static/pages/docs/1979/n279_309.pdf. Acceso em: 2 jul. 2019.
- OROPESA, C.; SANTA CRUZ, E. **Diez años de alianza estratégica en codelco chile: 1994-2004: de la confrontación a la cooperación y al diálogo.** Santiago: Instituto de Comunicación Universidade de Chile, 2004.
- PABLO, J. C. de. **Apuntes a mitad de camino.** Buenos Aires: Ediciones Macchi, 1995.
- PABLO, J. C. de. **Economists and economic policy: Argentina since 1958.** Buenos Aires: Universidad del CEMA, 1999.
- PIÑERA, J. **Milton Friedman y sus recomendaciones a Chile.** 17 nov. 2006. Disponible em: <https://www.elcato.org/milton-friedman-y-sus-recomendaciones-chile>. Acceso em: 30 ago. 2019.
- REPÚBLICA DE CHILE. **Junta de Gobierno:** Acta n° 398-A. Secretaria IFL/HBD, 14 out. 1980. Disponible em: http://www.josepinera.org/zrespaldo/acta398_1980_A.pdf. Acceso em: 28. ago. 2019
- RODRÍGUEZ, C. A. Fiscal disequilibra leading to hyperinflation. In: EASTERLY, W.; SCHMIDT-HEBBEL, K. **Public Fiscal Deficits and Macroeconomic Performance.** Oxford: Oxford University Press, 1994. p. 101-165.
- UNIVERSIDADE DO CHILE. **Raúl Sáez Sáez:** premios nacionales. Chile: Universidade do Chile, 2019. Disponible em: <http://www.uchile.cl/portal/presentacion/historia/>

grandes-figuras/premios-nacionales/ciencias-/6607/raul-saez-saez. Acesso em: 21 jun. 2019.

Bibliografia

ALDUNATE, A. F. **Los economistas y el presidente Pinochet**. Santiago: Zig-Zag, 1988.

ALEJANDRO, C. D. **Exchange rate devaluation in a semi-industrialized country: the experience of Argentina, 1955-1961**. Cambridge: MIT Press Books, 1965. v. 1.

ALTIMIR, O; BECCARIA, L. A; ROZADA, M. G. La distribución del ingreso en Argentina: 1974-2000. **Revista de la CEPAL**, n. 78, p. 55-87, 2002.

AMORIM, R. L. C. Macroeconomia neoclássica contemporânea: novos-keynesianos e novos-clássicos. **Ensaíos FEE**, v. 23, n. 1, p. 29-56, 2002.

ANDERSON, P. Neoliberalismo: un balance provisório. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (coord.). **La trama del neoliberalismo: mercado, crisis y exclusión social**. 2. ed. Buenos Aires: Eudeba, 2003. p. 11-18.

ANGELL, A. Chile: 1958-c. 1990. In: BETHELL, Leslie (org). **Historia de América Latina: el cono sur desde 1930**. Barcelona: Crítica, 2002. v. 15, cap. 6, p. 255-213.

ARENAS DE MESA, Alberto. **Historia de la reforma previsional chilena: una experiencia exitosa de política pública en democracia**. Santiago: Oficina Internacional del Trabajo, 2010.

BEIGEL, M. F. A teoria da dependência em seu laboratório. **Revista Crítica e Sociedade**, v. 4, n. 2, dez. 2014.

BECCARIA, Luis A. Distribución del ingreso en la Argentina: Explorando lo sucedido desde mediados de los setenta. **Desarrollo económico**, p. 319-338, 1991.

BELINI, Claudio. Historia de la industria en la Argentina: de la Independencia a la crisis de 2001. **Sudamericana**, Buenos Aires, n. 30, 2017.

- BÉJAR, R.C. América Latina y el consenso de Washington. **Boletín económico de ICE, Información Comercial Española**, n. 2803, p. 19-38, 2004.
- BIELSCHOWSKY, R. Introdução geral. In: BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p.11-29.
- BIGLAISER, G. The internationalization of ideas in Argentina's economics. In: MONTECINOS, V.; MARKOFF, J. (org.). **Economists in the Americas**. Edward Elgar Publishing, 2009. p. 63-99.
- BORRELLI, M.H. La dictadura, ¿desarrollista? Clarín frente a los años de Videla y Martínez de Hoz, 1976-191. **Improntas de la Historia y la Comunicación**, n. 2, p. 34-60, 2016.
- CAMARGO, R. **The new critique of ideology: lessons from post-Pinochet Chile**. New York: Springer, 2016.
- CANELO, P. La política contra la economía: los elencos militares frente al plan económico de Martínez de Hoz durante el Proceso de Reorganización Nacional (1976-1981). In: PUCCIARELLI, A. R. **Empresarios, tecnócratas y militares: la trama corporativa de la última dictadura**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004. p. 218-312.
- CANELO, P. **El Proceso en su laberinto: la interna militar de Videla a Bignone**. [S. l.]. Prometeo Libros Editorial, 2008a.
- CANELO, P. Las dos almas del Proceso: nacionalistas y liberales durante la última dictadura militar Argentina (1976-1981). **Páginas (Rosario)**: revista Digital de la Escuela de Historia, v. 1, n. 1, p. 69-85, 2008b.
- CANELO, P. Los efectos del poder tripartito: la balcanización del gabinete nacional durante la última dictadura militar argentina. **Prohistoria**, n. 17, p. 129-150, 2012.
- CANITROT, A. La disciplina como objetivo de la política económica: un ensayo sobre el programa económico del gobierno argentino desde 1976. **Desarrollo económico**, v. 19, n. 76, p. 453-475, jan./mar. 1980.

CANO, W. Argentina: a macroeconomía decretada. In: CANO, W. **Soberanía e política económicana América Latina**. São Paulo: Editora Unesp, 2000a. p. 81-158.

CANO, W. Chile: o falso paradigma. In: CANO, W. **Soberanía e política econômica na América Latina**. São Paulo: Editora Unesp, 2000b. p. 293-346.

CANO, W. Soberanía e política econômica: o retrocesso pós 1979. In: CANO, W. **Soberanía e política econômica na América Latina**. São Paulo: Editora Unesp, 2000c. p. 11-80.

CARLIN, W.; SOSKICE, D. **Macroeconomics and the wage bargain**. Oxford: Oxford University Press, 1990.

CASTRO, J. C. C. Una historia sepultada: el Centro de Estudios Socioeconómicos de la Universidad de Chile, 1965-1973 (a 50 años de su fundación). **De Raíz Diversa**, v. 2, n. 3, p. 121-140, enero/jun. 2013.

CHATEAU, M.G. **La revolución capitalista de Chile: 1973-2003**. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2012.

CLAVEL, P.A; PÁEZ, F.B. **Sergio de Castro: el arquitecto del modelo económico chileno**. Editorial Biblioteca Americana, 2007.

CÓRTAZAR, R; MARSHALL, J. **Índice de precios al consumidor en Chile: 1970-1980**. Santiago: Colección de Estudios CIEPLAN 4, 1980, p. 159-201.

CYPHER, J. M. El caso del Estado chileno actual: Proyectos de acumulación, proyectos de legitimación. In: VIDAL; GUILLÉN (coord). **Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización: Homenaje a Celso Furtado**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. p. 143-166.

DÉLANO, M; TRASLAVIÑA, H. **La herencia de los Chicago Boys**. Santiago: Las Ediciones del Ornitorrinco, 1989.

- DONGHI, T. H. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- EICHENGREEN, B. O sistema de Bretton Woods. In: EICHENGREEN, Barry. **A globalização do capital: uma história do sistema financeiro internacional**. São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 131-156.
- FAJNZYLBER, F. **La industrialización trunca de América Latina**. México: Centro de economía transnacional: Editorial Nueva Imagen, 1983.
- FAUSTO, B.; DEVOTO, F. J. Ditadura, democratização e o tempo mais recente: 1968-2002. In: FAUSTO, B.; DEVOTO, F. J. **Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada: 1850-2002**. São Paulo, Editora 34, 2004. p. 395-502.
- FERNANDOIS, J. Modernización, desarrollo, dictadura: el papel de Sergio de Castro. **Estudios Públicos**, v. 108, p. 281-313, 2007.
- FERNÁNDEZ, Ramón García; SUPRINYAK, Carlos Eduardo. **Creating Academic Economics in Brazil: the Ford Foundation and the beginnings of ANPEC**. **EconomiA**, v. 19, n. 3, p. 314-329, 2018.
- FERRER, A. La construcción del Estado neoliberal en la Argentina. **Revista de Trabajo**, v. 8, n. 10, p. 99-106, 2012.
- FERRER, A. **La economía argentina: desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI**. 3. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.
- FFRENCH-DAVIS, R. A experiência monetarista no Chile: uma abordagem crítica. **Estudos de Economia**, n. 1, p. 5-42, 1984.
- FFRENCH-DAVIS, R. **Entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad: tres décadas de política económica en Chile**. 3 ed. aum. actual. Santiago: LOM Ediciones, 2003.
- FFRENCH-DAVIS, R.; MUÑOZ, O.; PALMA, J. G. As economias latino-americanas:1950-1990. In: BETHELL, L. (org.). **A América Latina após 1930**. São Paulo: EDUSP, 2005. v. 6, p. 129-228.

- FISHLOW, A. A economia política do ajustamento brasileiro aos choques do petróleo: uma nota sobre o período 1974/84. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 16, n. 3, p. 507-550, 1986.
- FONSECA, P. C. D. O processo de substituição de importações. In: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 1-53.
- FOXLEY, A. Towards a free market economy: Chile 1974-1979. **Journal of Development Economics**, v. 10, n. 1, p. 3-30, 1982.
- FOXLEY, Alejandro. **Latin American experiments in neoconservative economics**. Berkeley: University of California Press, 1983.
- FREI, E. O. **Historia de una alianza política**: el Partido Socialista de Chile y el Partido Demócrata Cristiano: 1973-1988. 1992. Tese (Doutorado)- Universidad Católica de Chile, Santiago, 1992.
- FRENKEL, J. A.; RODRÍGUEZ, C. A. Portfolio equilibrium and the balance of payments: a monetary approach. **The American Economic Review**, v. 65, n. 4, p. 674-688, 1975.
- FRIDMAN, D. A new mentality for a new economy: performing the Homo Economicus in Argentina. **Economy and Society**, v. 39, n. 2, p. 271-302, 2010.
- FRIEDMAN, M. **Capitalism and Freedom**. Chicago: University of Chicago Press, 2002.
- GATICA, J.; MIZALA, A. Autoritarismo e ortodoxia econômica: Chile 1974-87. **Revista de Economía Política**, v. 10, n. 2, p. 38, 1990.
- HABER, S. The political economy of industrialization. In: BULMER-THOMAS, V; COASWORTH, J. H; CONDE, R. C. **The Cambridge economic history of Latin America**: the long Twentieth Century. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. v. 2, p. 537-584.

- HALL, P. A. Conclusion: the politics of Keynesian ideas. In: HALL, P. A. **The political power of economic ideas: Keynesianism across nations**. Princeton: Princeton University Press, 1989. p. 361-391.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2013.
- HEREDIA, M. El proceso como bisagra: emergencia y consolidación del liberalismo tecnocrático. In: ANSALDI, Waldo.; PUCCIARELLI, Alfredo. **Empresarios, tecnócratas y militares: la trama corporativa de la última dictadura**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004. v. 197.
- HOBSBAWM, E. **A Era dos Extremos: o breve Século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUNEEUS, C. Tecnócratas y políticos en un régimen autoritario: los "Odeplan Boys" y los "Gremialistas" en el Chile de Pinochet. **Revista de Ciencia Política**, v. 19, 1998.
- IGLESIAS, P; ACUÑA, R. **Chile: experiencia con un régimen de capitalización 1981-1991**. Santiago, Chile: CEPAL: PNUD, 1991.
- JADRESIC, E. Evolución del empleo y desempleo en Chile: 1970-85. **Colección Estudios CIEPLAN**, n. 20, p. 147-193, 1986.
- JADRESIC, E. Salarios en el largo plazo: Chile 1960-1989. **Colección estudios CIEPLAN**, n. 29, p. 9-34, 1990.
- JOHNSON, H. G. The monetary approach to balance of payments theory and policy: explanation and policy implications. **Economica**, v. 44, n. 175, p. 217-229, 1977.
- JOHNSON, H. G; FRENKEL, J. A. (ed.). **The monetary approach to the balance of payments**. Chicago: George Allen & Unwin, 1977.
- KATZ, J.; KOSACOFF, B. **El proceso de industrialización en la Argentina: evolución, retroceso y prospectiva**. Buenos Aires: CEPAL, 1989.

- LIMA, G. T. **Em busca do tempo perdido**: a recuperação pós-keynesiana da economia do emprego de Keynes. 1991. Dissertação (Mestrado em Economia de Empresas) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1991.
- LIRA, F. R. F. T. Do socialismo ao neoliberalismo: o Chile dos anos 1970. **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v. 3, n. 6, 2010.
- LOUREIRO, M. A. **Os economistas no governo**: gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- LOUREIRO, M. R.; LIMA, G. T. A internacionalização da ciência econômica no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 14, n. 3, p. 31-50, 1994.
- MADDISON, A. **The world economy in the 20th century**. Paris: OECD, 1989.
- MARRAS, S. **Confesiones**. Santiago: Onitorrinco, 1988.
- MANKIW, N. G. **A quick refresher course in macroeconomics**. Havard: National Bureau of Economic Research, 1990.
- MANTEGA, G. **O Modelo Econômico brasileiro dos anos 90**. São Paulo: EAESP/FGV/NPP – Núcleo de Pesquisas e Publicações. 2011. 69 p.
- MARICHAL, C. As finanças mundiais na era de Bretton Woods: 1944-1971: por que houve tão poucas crises?. In: MARICHAL, C. **Nova História das grandes crises financeiras**: uma perspectiva global: 1873-2008. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016. p. 117-150.
- MARKOFF, J.; MONTECINOS, V. The ubiquitous rise of economists. **Journal of Public Policy**, v. 13, n. 1, p. 37-68, 1993.
- MESA-LAGO, Carmelo; BERTRANOU, Fabio. Pension reforms in Chile and social security principles, 1981-2015. **International Social Security Review**, v. 69, n. 1, p. 25-45, 2016.

- MONTECINOS, V. Economics: the chilean history. In: MONTECINOS, V.; MARKOFF, J. (org.). **Economists in the Americas**. Cheltenham/Northampton. Edward Elgar Publishing, 2009. p. 142-194.
- MONTECINOS, V.; MARKOFF; ÁLVAREZ-RIVADULLA. Economists in Americas: convergence, divergence and connection. In: MONTECINOS, V.; MARKOFF, J. (org.). **Economists in the Americas**. Cheltenham/Northampton. Edward Elgar Publishing, 2009. p.1-62.
- MONTEIRO, T. F. As divisões políticas da primeira elite castrense da ditadura chilena: 1973-1978: grupos políticos, alternativas institucionais e formação profissional. **Revista Tempo e Argumento**, v. 5, n. 10, p. 397-429, 2013.
- MONTES, L. Milton Friedman y sus visitas a Chile. **Estudios Públicos**, n. 141, 2016.
- MORRESI, S. El liberalismo conservador y la ideología del Proceso de Reorganización Nacional. **Sociohistórica**, p. 103-135, 1. sem. 2010.
- MORRESI, S. La democracia de los muertos: algunos apuntes sobre el liberalismoconservador: el neoliberalismo y la ideología del Proceso de Reorganización Nacional. In: JORNADAS INTERESCUELAS DE HISTORIA, 11., Tucumán, 2007. **Anais [...]**. Tucumán, 2007.
- MUÑOZ, Heraldo. **The dictator's shadow: Life under Augusto Pinochet**. New York: Basic Books, 2008.
- NOGUÉS, J. **The nature of Argentina's policy reforms during 1976-1981**. Washington: The World Bank, 1986.
- NOVARO, M.; PALERMO, V. **A ditadura militar argentina 1976-1983: do golpe de estado à restauração democrática**. São Paulo: Edusp, 2007.
- NUNES, A. J. A. **O Keynesianismo e a contra-revolução monetarista**. Coimbra: [s. n.], 1991.

POLLACK, M. The right in authoritarianism. In: POLLACK, M. **The New Right in Chile**. New York: St Martín Press, 1999. p.11-106.

QUIROZ, J; QUIROZ, E. **Chile entre 2 terremotos**: personajes prominentes de nuestros últimos 50 años. Santiago: Ediciones El Libero, 2017.

RAMÍREZ, H. Precursores del “consenso”: itinerarios de algunas ideas en Brasil y Argentina: 1961-1991. **América Latina en la historia económica**, n. 34, p. 269-296, 2010.

RAMOS, J. **Estabilización y liberalización económica en el Cono Sur**. Santiago: CEPAL, 1984.

RAMOS, J. Inflación persistente, inflación reprimada e hiperestanflación: lecciones de inflación y estabilización en Chile. **Cuadernos de Economía**, n. 43, p. 65-108, 1977.

RAMOS, J. **Política económica neoliberal en países del Cono Sur de América Latina**: 1974-1983. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

RAPOPORT, M. La dictadura militar y la crisis económica: 1976-1983. In: RAPOPORT, M. **Historia económica, política y social de la Argentina**. Buenos Aires: Editorial Macchi, 2000. p. 727-851.

RIBEIRO, A. M. M.; FERNANDES, V. T. A trajetória intelectual de Ruy Mauro Marini. **Realis**, v. 7, n. 1, 2017.

ROJAS, F. A. G. **Os economistas chilenos**: o perfil social de uma elite política no período de 1958 a 2013. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

ROSENTHAL, G. ECLAC: a commitment to a Latin American way toward development. In: BERTHELOT, Y (org.). **Unit and diversity in development ideas**: perspectives from the UN Regional commissions. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press, 2004.

- SILVA, P. **In the name of reason: technocrats and politics in Chile.** Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2009.
- SOLA, L. **Idéias econômicas, decisões políticas.** São Paulo: Edusp, 1998.
- SUPRINYAK, C. E.; FERNANDEZ, R. G. The “Vanderbilt Boys and the modernization of brazilian economics. **CLAS-Center for Latin American Studies**, [S. l.], The University of Chicago, Working Paper Series, n. 2018.1, Dec. 2017.
- TAVARES, M. C. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). **Cinqüenta anos de pensamento na Cepal.** Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 217-237.
- TAYLOR, A. M. **On the costs of inward-looking development: historical perspectives on price distortions, growth, and divergence in Latin American from 1930s-1980s.** Cambridge: National Bureau of Economic Research, 1996.
- TEICHMAN, J. A. **The politics of freeing markets in Latin America: Chile, Argentina, and Mexico.** Chapel Hill and London: Univ of North Carolina Press, 2001.
- TORRE, J. C; RIZ, L. Argentina 1946-c. 1990. In: BETHELL, Leslie (org.). **Historia de América Latina: el cono sur desde 1930.** Barcelona: Crítica, 2002. v. 15, p. 60-155.
- UTHOFF, A. **Reforma al sistema de pensiones chileno.** Santiago: CEPAL, 2011. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5221/1/S1100849_es.pdf. Acesso em: 28 ago. 2019.
- VALDÉS, E. La circulación de las ideas y la inserción de los cientistas económico-sociales chilenos en las redes conosureñas durante los largos 1960. **Historia**, v. 37, n. 2, p. 337-366, 2004.
- VALDÉS, J. G. **Pinochet's Economists: the Chicago School of economics in Chile.** Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

VERGARA, Pilar. **Auge y caída del neoliberalismo en Chile**: Un estudio sobre la evolución ideológica del régimen militar. Santiago: Programa FLACSO, 1984.

VEIGEL, K.F. **Dictatorship, democracy, and globalization**: Argentina and the cost of paralysis: 1973-2001. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2010.

VICENTE, M.A. "¿Tu también, Bruto?" Críticas liberales a un programa liberal: el plan de Martínez de Hoz según Alsogaray: Benegas Lynch y García Belsunce en La Prensa: 1976-1981. **Question**, v. 1, n. 32, 2011.

WILLIAMSON, John. What Washington Means by Policy Reform. In: WILLIAMSON, John (Ed.) **Latin American Adjustment: How Much Has Happened?**. Washington, DC: Peterson Institute for International Economics, 1990.

YÁÑEZ, J. **Nota técnica**: Índice de Precios al Consumidor. Santiago: Universidad de Chile, Departamento de Economía, 1984, v. 11, p. 117-118.

ZARATE, V. V. O. de. Estatismo y neoliberalismo: un contrapunto militar Chile 1973-1979. **Historia (Santiago)**, Santiago, v. 34, p. 167-226, 2001.

Apêndice estatístico

INDICADORES MACROECONÔMICOS DO CHILE - 1973-1982.

(continua)

Indicadores macroeconômicos do Chile	Ano			
	1973	1974	1975	1976
Produto Interno Bruto (PIB) real	19 728,6	19 920,9	17 349,1	17 959,4
Taxa de variação do PIB (%)	-5,6	1,0	-12,9	3,5
PIB <i>per capita</i>	1 956,0	1 943,3	1 666,1	1 699,4
Taxa de variação do PIB <i>per capita</i> (%)	-7,1	- 0,7	-14,3	2,0
Formação Bruta de capital fixo (% PIB)	15,3	18,1	16,0	13,2
Arrecadação corrente (% PIB) (1)	...	30,3	34,9	37,4
Gasto público corrente (% PIB) (2)	...	26,4	27,6	31,0
Resultado corrente (% PIB) 3=(1-2)	...	3,9	7,3	6,4
Investimento público (% PIB) (4)	...	8,7	5,7	3,1
Resultado fiscal (% PIB) 5=(3-4)	...	-10,5	-2,6	-2,3
Resultado das empresas estatais (% PIB) (6)	...	1,2	-2,1	0,9
Investimento empresas estatais (% PIB) (7)	...	3,9	3,5	3,0
Resultado do setor público não financeiro (% PIB) 8=(5+6)	-19	-5,5	-2,1	4,0
Investimento público total (governo e empresas) (% PIB) 9=(4+7)	...	12,6	9,2	6,1
Taxa de desemprego aberta (%)	4,8	9,1	15,7	16,7
Taxa de desemprego c/ PEM (%)	17,6	21,9
Taxa de desemprego c/ PEM e POJH (%)
Índice de salários reais	73	68	61	62
Taxas de juros nominais (%)	498,3	250,7
Taxas de juros reais (%)	127,1	17,7
Inflação - IPC corrigido (%)	453,7	513,1	377,8	210,7
Taxa de câmbio nominal	110,70	831,90	4,91	13,05
Desvalorização nominal anual (%)	468,6	651,4	...	165,8
Índice da taxa de câmbio real efetiva	107,2	93,5	100,2	87,1
Termos de intercâmbio	106,3	129,4	53,2	57,1
Preço real do cobre refinado (média anual)	243,4	236,7	130,0	141,2
Tarifa máxima de importações (%)	220,0	200,0	120,0	80,0
Tarifa média simples de importações (%)	94,0	90,0	52,0	38,0
Balança comercial	-184,0	-36,0	-211,0	433,0
Exportações de bens e serviços	1 463,0	2 327,0	1 838,0	2 413,0
Importações de bens e serviços	1 646,0	2 363,0	2 049,0	1 980,0
Balança em conta corrente	-288,0	-301,0	-498,0	132,0
Conta capital	387,0	210,0	212,0	199,0
Saldo balanço de pagamentos	99,0	-90,0	-285,0	330

Varição das reservas internacionais	-15,0	176,0	184,0	-272,0
Dívida externa bruta total	4854	4720
Dívida externa do setor público	4068	3762
Dívida externa do setor privado	786	958
Dívida externa total (% exportações)	2,6	1,95

INDICADORES MACROECONÔMICOS CHILE - 1973-1982.

(conclusão)

Indicadores macroeconômicos do Chile	Ano					
	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Produto Interno Bruto (PIB) real	19 730	21 351,1	23 119,4	24 956,3	26506,6	22905
Taxa de variação do PIB (%)	9,9	8,2	8,3	7,9	6,2	-13,6
PIB <i>per capita</i>	1 841,2	1 965,7	2 099,3	2 233,4	2 336,0	1 987,2
Taxa de variação do PIB <i>per capita</i> (%)	8,3	6,8	6,8	6,4	4,6	-14,9
Formação Bruta de capital fixo (% PIB)	13,9	15,0	16,2	18,3	20,1	14,4
Arrecadação corrente (% PIB) (1)	38,6	33,2	32,5	32,9	32,1	29,9
Gasto público corrente (% PIB) (2)	33,0	26,8	24,8	24,5	26,7	31,9
Resultado corrente (% PIB 3=(1-2))	5,6	6,5	7,7	8,4	5,5	-1,9
Investimento público (% PIB) (4)	4,2	3,5	3,2	2,6	2,5	2,1
Resultado fiscal (% PIB) (5)= (3-4)	-1,8	-0,8	1,7	3,1	1,7	-2,3
Resultado das empresas estatais (% PIB) (6)	-0,5	-0,8	-0,6	-0,1	-2,5	-1,6
Investimentos empresas estatais (% PIB) (7)	2,7	3,2	1,9	2,6	2,6	2,6
Resultado do setor público não financeiro 8 = (5+6)	0,4	1,3	4,6	5,4	0,4	-3,9
Investimento público total (governo e empresas)						
% PIB 9=(4+7)	6,9	6,7	5,1	5,2	5,1	4,7
Taxa de desemprego aberta (%)	13,3	13,8	13,5	11,7	10,4	19,6
Taxa de desemprego c/ PEM (%)	18,9	18	17,3	17	15,1	25,6
Taxa de desemprego c/ PEM e POJH (%)	26,1
Índice de salários reais	71	74	74	83	96	94
Taxas de juros nominais (%)	156,3	85,3	62	46,9	51,9	63,12
Taxas de juros reais (%)	39,1	35,2	16,6	12	38,7	35,1
Inflação - IPC corrigido (%)	91,7	40,2	33,4	35,1	19,7	9,9
Taxa de câmbio nominal	21,54	31,66	37,25	39,00	39,00	50,91
Desvalorização nominal anual (%)	64,9	47	17,6	4,7	0	30,5
Índice da taxa de câmbio real efetiva	84,4	97,7	87,4	75,1	67,4	78,9
Termos de intercâmbio	51,3	49,8	53,4	49,0	38,6	34,4
Preço real do cobre refinado (média anual)	124,0	120,1	154,8	149,9	109,3	91,0
Tarifa máx. importações	55,0	20,0	10,0
Tarifa média de importações	24,0	13,9	10,1
Balança comercial	-267,0	-680,0	-598,0	-1 056,0	-3 245,0	-379,0
Exportações de bens e serviços	2 604,0	2 941,0	4 619,0	5 968,0	5 008,0	4 641,0
Importações de bens e serviços	2 871,0	3 621,0	5 217,0	7 023,0	8 253,0	5 020,0
Balança em conta corrente	-567,0	111,0	-1 205,0	-2 020,0	-4 805,0	373,0

Conta capital	738,0	1 854,0	2 261,0	3 341,0	4 941,0	1 032,0
Saldo balanço de pagamentos	170,0	744,0	1 056,0	1 321,0	136,0	-340,0
Varição das reservas internacionais	-125	-683	-1 061,0	-1 331,0	-164,0	-1 112,0
Dívida externa bruta total	5201	6664	8484	11084	15542	17153
Dívida externa do setor público	3917	4709	5063	5063	5465	6660
Dívida externa do setor privado	1284	1955	3421	6021	10077	10493
Dívida externa (% exportações)	1,99	2,26	1,83	1,85	3,10	1,43

Fontes: PIB (milhões de US\$ de 1980), PIB *per capita*, taxas de crescimento, FBCF e contas do balanço de pagamentos: CEPAL (2009); Índice de termos de intercâmbio: Anuário Estatístico da CEPAL, vários números; Informações fiscais: Marshall e Schmidt-Hebbel (1994); taxas de desemprego: Jadresic (1986, p.151); Índice de salários reais: Jadresic (1990, p.14); taxas de juros e taxa de câmbio real: Ramos (1984); taxa de câmbio nominal, preço real do cobre, dívida externa, serviço da dívida: Banco Central de Chile (2001); Desvalorização nominal anual: Como houve a criação do peso chileno em 1975, não foi possível calcular a desvalorização. IPC: Córdazar e Marshall (1980) e Yañez (1984); tarifas máxima e média: Ffrench-Davis (2003, p.119).

Notas: ... dado número não disponível; Dados de crescimento e da FBCF em US\$ constantes de 1980; Balanço de pagamento e dívida externa em milhões de US\$ correntes; Variação de reservas internacionais com sinal negativo significa aumento, conforme metodologia do balanço; Dados fiscais: Marshall e Schmidt-Hebbel (1994) a partir de dados da *Dirección de Presupuestos*; gastos totais inclui dívida pública. O Resultado setor público não financeiro está em termos nominais, sendo igual o resultado fiscal mais os juros da dívida pública; Taxas de desemprego: *Programa de Empleo Mínimo* (PEM) foi criado em 1975 e o *Programa de Ocupación de Jefes de Hogares* (POJH) foi criado em 1982; Taxa de juros de colocações deflacionadas pelo IPC; Índice de salários reais (1970=100) e deflacionada pelo deflator implícito de consumo das Contas Nacionais; taxa de câmbio nominal por moeda legal do período (escudos até 1975 e pesos chilenos após 1975). Preço real do cobre na Bolsa de Londres (centavos de dólar por libra): deflacionado pelo IPM dos EUA (dezembro 2000=100); Tarifas: correspondem ao nível após primeira elevação anual; dívida externa em milhões de US\$.

INDICADORES MACROECONÔMICOS DA ARGENTINA – 1976-1982

(continua)

Indicadores macroeconômicos Argentina	Ano						
	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Produto Interno Bruto (PIB)	101 956,5	108 465,8	104 971,9	112 379	113 970,4	107 790,8	104 385,7
Taxa de variação do PIB (%)	0,0	6,4	-3,2	7,0	1,5	-5,4	-3,2
PIB <i>per capita</i>	3 853,5	4 037,9	3 849,9	4 059,2	4 056,8	3 779,0	3 604,1
Taxa de variação do PIB <i>per capita</i> (%)	-1,6	4,8	-4,7	5,4	-0,1	-6,8	-4,6
Formação Bruta de capital fixo (% PIB)	24,8	28,2	25,4	25,3	26,3	23,7	19,6
Arrecadação total (%) (1)	27,8	28,9	31,3	31,8	33,8	33,0	30,5
Gasto público total (% PIB) (2)	39,5	33,6	37,8	38,4	41,2	46,2	45,6
Investimento público (% PIB)	13,1	13,3	12,5	10,5	9,5	9,7	8,6
Resultado primário (% PIB)	-10,2	-3,6	-4,6	-4,5	-5,6	-9,4	-8,8
Resultado do setor público não financeiro (% PIB)	-11,7	-4,4	-6,5	-6,5	-7,5	-13,3	-15,1
Resultado fiscal total (% PIB)	-13,9	-4,3	-8,8	-9,3	-6,6	-13,5	-40,6
Taxa de desemprego	4,6	3,0	2,9	2,1	2,2	4,5	4,7
Índice de salários reais	74,7	73,6	72,3	83,0	92,8	83,0	74,1
Taxas de juros nominais (%)	70,0	236,4	172,4	134,6	98,3	175,9	213,5
Taxas de juros reais (%)	-62,0	15,9	0,9	-2,2	5,7	19,3	11,4
Inflação - IPC (%)	444,1	176	175,5	159,5	100,8	104,5	164,8
Taxa de câmbio nominal	140	390,5	788,5	1316,5	1854,5	4525	15725
Desvalorização nominal anual da moeda (%)	438,8	178,9	101,9	67,0	40,9	144,0	247,5
Índice da taxa de câmbio real	88,5	114,0	102,9	77,2	69,2	87,0	112,9
Termos de intercâmbio	88,9	86,3	79,9	81,1	94,2	89,1	82,2
Tarifa máx. de importações	210	100	100	83
Tarifa média de importações	55	41	33	24
Balança comercial	1 142,0	1 877,0	2 520,00	403,0	- 3 191,0	- 757,0	2 667,0
Exportações de bens e serviços	4 610,0	6 588,0	7 483,0	9 177,0	9 891,0	10 854,0	9 183,0
Importações de bens e serviços	3 468,0	4 711,0	4 962,0	8 774,0	13 081,0	11 610,0	6 516,0
Balança em conta corrente	657,0	1 127,0	1 836,0	-535,0	- 4 774,0	- 4 712,0	- 2 354,0
Conta capital	261,0	719,0	302,0	4760,0	2 176,0	1 519,0	1 686,0
Saldo balanço de pagamentos	9,8	1 846,0	2 138,0	4 225,0	- 2 598,0	- 3193,0	- 668,0
Variação das reservas internacionais	-919,0	-1 827,0	- 2 236,0	- 4 424	2 666,0	3 408,0	806,0
Dívida externa bruta total	8 279,5	9 678,2	12 496,1	19 034,7	27 162,0	35 671,0	40 703,0
Dívida externa setor público	5 189,0	6 043,7	8 357,0	9 960,3	14 459,0	20 024,0	26 341,0

(conclusão)

INDICADORES MACROECONÔMICOS DA ARGENTINA – 1976-1982

Indicadores macroeconômicos Argentina	Ano						
	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Dívida externa do setor privado	3 090,5	3 634,5	4 139,1	9 074,4	12 703,0	15 647,0	14 362,0
Dívida externa total (% exportações)	1,79	1,47	1,66	2,00	2,74	3,28	4,43

Fontes: PIB (milhões de US\$ de 1980), PIB *per capita*, taxas de crescimento, FBCF e contas do balanço de pagamentos: CEPAL (2009); Índice de termos de intercâmbio: Anuário Estatístico da CEPAL, vários números. Informações fiscais: Rodríguez (1994) a partir de dados do Ministério da Economia da Argentina; Taxa de desemprego taxas de juros nominais e reais, índice da taxa de câmbio real, índice de salários reais: Ramos (1984); Inflação e dados de dívida externa: Memória Anual do Banco Central de la República Argentina, entre 1976 e 1983; taxa de câmbio nominal: *Annual Report* do International Monetary Fund, entre 1973 e 1982; Tarifas máximas e média de importações: Martínez de Hoz (1991).

Notas: ... dado número não disponível; Dados de crescimento e da FBCF em US\$ constantes de 1980; Balanço de pagamentos em milhões de US\$ correntes; Variação de reservas internacionais com sinal negativo significa aumento, conforme metodologia do balanço; Informações fiscais baseados em preços constantes de 1970. O Resultado setor público não financeiro está em termos nominais, sendo igual o resultado fiscal mais os juros da dívida pública. O Resultado fiscal total é igual ao Resultado do setor público não financeiro mais o déficit quase-fiscal. Dados de dívida externa registradas em 31 de dezembro de cada ano, pelo conceito de capital, em milhões de dólares correntes. Em 1982 inclui atrasados. Tarifas máxima e média – 1976 (antes de novembro), 1977 (após novembro de 1976), 1978 (abril de 1978) e 1979 (abril de 1979).



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org